

# A formação de Santos Reis

Uma análise da formação socioespacial  
e da (auto)construção do território

Lucas Damm Cuzzuol

Dissertação de Mestrado

PPGAU – UFES

Vitória 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A formação de Santos Reis (Vitória - ES): Uma análise da formação socioespacial  
e da (auto)construção do território**

**LUCAS DAMM CUZZUOL**

VITÓRIA  
2022

LUCAS DAMM CUZZUOL

**A formação de Santos Reis (Vitória - ES): Uma análise da formação socioespacial e da (auto)construção do território**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-UFES).

Linha de pesquisa: Processos Urbanos e Políticas Físico-Territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Clara Luiza Miranda

VITÓRIA - ES  
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

C961f CUZZUOL, LUCAS DAMM, 1994-  
A formação de Santos Reis (Vitória - ES) : Uma análise da formação socioespacial e da (auto)construção do território / LUCAS DAMM CUZZUOL. - 2022.  
275 f. : il.

Orientadora: Clara Luiza Miranda.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Formação Socioespacial. 2. Produção social do espaço. 3. Autoconstrução. 4. Espoliação urbana. 5. Capitalismo dependente. 6. Aglomerados subnormais. I. Miranda, Clara Luiza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

LUCAS DAMM CUZZUOL

**A formação de Santos Reis (Vitória - ES): Uma análise da formação socioespacial dependente e da (auto)construção do território**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-UFES).

Linha de pesquisa: Processos Urbanos e Políticas Físico-Territoriais.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda (Orientadora)  
PPGAU-UFES

---

Profa. Dra. Isadora de Andrade Guerreiro (Membro externo)  
FAU-USP

---

Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça (Membro interno)  
PPGAU - UFES

VITÓRIA - ES  
2022

LUCAS DAMM CUZZUOL

“A FORMAÇÃO DE SANTOS REIS (VITÓRIA - ES): UMA ANÁLISE DA  
FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E DA (AUTO)CONSTRUÇÃO DO  
TERRITÓRIO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito  
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em  
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2022.

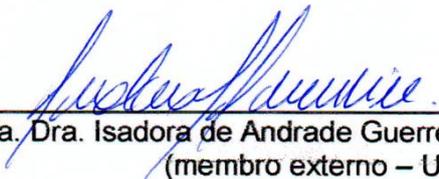
Comissão Examinadora

---

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda  
(orientadora – PPGAU/UFES)

---

Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça  
(membro interno – PPGAU/UFES)



---

Profa. Dra. Isadora de Andrade Guerreiro  
(membro externo – USP)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ENEIDA MARIA SOUZA MENDONCA - SIAPE 297736  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 08/03/2022 às 08:04

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/372419?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
CLARA LUIZA MIRANDA - SIAPE 297819  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAr  
Em 10/03/2022 às 11:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/374758?tipoArquivo=O>

Aos moradores de Santos Reis  
e da Grande São Pedro.  
Aos militantes e ativistas da  
cidade e do campo no Brasil e  
em toda a América Latina.

## **AGRADECIMENTOS**

Toda pesquisa exige algum grau de solidão. Longas horas de leitura e de escrita, pesquisa em arquivos, tratamento de dados, entre tantos outros procedimentos, que mesmo quando se trabalha em equipe o isolamento se faz necessário. Esta pesquisa tem um componente de solidão adicional, a pandemia da Covid-19, que nos afastou dos trabalhos em laboratório, dos encontros de corredor, dificultou o trabalho de campo e de acesso aos arquivos, enfim, me impactou de tal forma que me sinto privilegiado de ter encontrado nesse caminho pessoas que não só tornaram esse trabalho menos solitário, como também contribuíram de forma decisiva para o seu desenvolvimento.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Claudia e Júlio, e ao meu irmão Rodrigo, pelo amor e carinho diário, que formaram muito do que sou hoje. O apoio incondicional de vocês e a compreensão nesse tempo em que eu me ausentei me deram forças para o cumprimento dessa tarefa. Sou grato e me sinto sortudo por fazer parte dessa família. Amo vocês.

Agradeço especialmente à Clara, minha orientadora, pela generosidade com seu tempo e atenção, pelo interesse com o meu trabalho, pela paciência e compreensão com as minhas dificuldades e pelo incentivo de sempre. Tenho em você um exemplo de pesquisadora e professora comprometida com a transformação social. Obrigado pelas trocas e ensinamentos.

Agradeço às professoras Isadora Guerreiro e Eneida Mendonça, que compõem a banca examinadora, pela forma atenciosa que me trataram ao longo desse processo. Sem as valiosas contribuições antes e depois da qualificação, com indicações de leitura, críticas construtivas em relação ao conteúdo e estrutura do trabalho, compartilhamento de reflexões, ensinamentos e outras tantas contribuições, este trabalho certamente teria outro destino. É um orgulho e uma felicidade tê-las ao meu lado nesse importante passo de minha formação acadêmica.

Agradeço aos professores, trabalhadores e colegas do PPGAU pelos ensinamentos, trocas e ajuda em diversos momentos. Para mim é motivo de orgulho ter passado por essa casa.

Aos moradores e lideranças de Santos Reis, muito obrigado! Um agradecimento especial para Angela Maria, Arlete, Darlin, Jair, Janete, Letizia, Otávio, Raquel, e Regiane, Senira, Stela, Vancarlos. Desejo toda força para o movimento comunitário para as conquistas necessárias no bairro. Aos trabalhadores da construção civil que contribuíram com o trabalho e tantos outros moradores e referências da Grande São Pedro, como Graça, Maroca e Renan que concederam entrevistas e contribuíram com informações para essa pesquisa.

Agradeço à Flávia, Sergio, José Carlos, Margareth, Hermes, Anna Claudia, Michele, entre outros técnicos e gestores da PMV, atuais e egressos, que contribuíram com informações valiosas, tanto com seus relatos frente às políticas habitacionais e de urbanização, quanto com a facilitação para a obtenção de materiais.

Aos meus amigos, com um agradecimento especial ao Rafael Chamon, pela amizade, escuta e apoio constante por mais de duas décadas. Ao meu primo Brian, pela presença e apoio moral em momentos difíceis. Aos meus amigos e colegas de trabalho Andréa, Marcelo e Rebeca pela compreensão nas ausências, e aos colegas do colegiado da Multivix Vitória, que me incentivaram a seguir na carreira acadêmica, me apoiaram e seguem contribuindo para a minha formação no cotidiano.

Finalmente, me desculpo e agradeço aos meus camaradas pela paciência durante todo o tempo em que não estive inteiro para as tarefas. Espero sair desse ciclo mais capacitado e renovado para seguir na construção de um mundo novo. Venceremos!

La pobreza no está escrita en los astros;  
el subdesarrollo no es el fruto de un  
oscuro designio de Dios.

***Eduardo Galeano***

Grândola, vila morena  
Terra da fraternidade  
O povo é quem mais ordena  
Dentro de ti, ó cidade

***José Afonso***

## RESUMO

O bairro de Santos Reis, inserido na região da Grande São Pedro em Vitória - ES, teve sua origem em uma ocupação informal por trabalhadores pobres e desempregados no contexto da implantação dos grandes projetos industriais no Estado do Espírito Santo que se concentraram na Região Metropolitana da Grande Vitória. Apesar das intervenções em urbanização e políticas públicas integradas na região, Santos Reis permanece como um dos bairros mais pobres de Vitória, pouco urbanizado e com necessidades básicas de seus moradores não atendidas. Se inserindo na temática da urbanização e subdesenvolvimento, parte-se da premissa da condição dependente da formação econômico-social brasileira, propondo um diálogo com estudos da teoria crítica da geografia, da sociologia urbana e economia política. Deste modo, busca-se alcançar o objetivo de analisar a formação do bairro, articulando a produção social do espaço com as dimensões políticas, econômicas e sociais para compreender as transformações espaciais e a inserção do território estudado nas diferentes escalas, do local à totalidade mundial, em seu processo histórico. Pretende-se assim identificar as múltiplas determinações que levaram à formação do bairro, quais as condições em que se sucederam, assim como identificar e compreender a atual situação do bairro. Fazem parte dessa análise: a produção social do espaço, com suas técnicas construtivas e relações sociais; a divisão social do trabalho; a reprodução social da força de trabalho; políticas públicas e ações do estado na urbanização e promoção de moradia; formas de organização social; entre outros. Para atingir o objetivo, utilizou-se como metodologia: pesquisas bibliográficas; análise de legislações urbanas, relatórios técnicos e documentos oficiais; pesquisas em arquivos de jornais e revistas locais; análises de mapas e fotografias; pesquisas de campo com registros fotográficos e mapeamentos; e entrevistas com os primeiros moradores, moradores atuais, construtores, e técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória. Tomando o território como objeto de estudo, compreende-se ao final da pesquisa a relação dialética entre os territórios autoconstruídos e a formação socioespacial dependente, sendo os territórios como Santos Reis mais que expressão do capitalismo dependente, mas como elemento estrutural para sua reprodução ampliada. Compreende-se também que apesar das reconhecidas transformações do bairro, mantêm-se a desigualdade socioespacial e precariedades no morar e construir nas dimensões da casa e do bairro. Espera-se que este trabalho contribua para a melhor compreensão da formação dos territórios autoconstruídos e o seu papel nas formações socioespaciais dependentes; as formas atuais de produção do espaço e dinâmicas imobiliárias nesses territórios; além da preservação da memória e compreensão da condição atual do bairro de Santos Reis.

Palavras-chave: Formação Socioespacial; Produção social do espaço; Autoconstrução; Espoliação urbana; Capitalismo dependente; Aglomerados subnormais.

## RESUMEN

El barrio de Santos Reis, inserto en la región del Grande São Pedro en Vitória - ES, tuvo su origen en una ocupación informal por parte de trabajadores pobres y desocupados en el contexto de grandes proyectos industriales en el Estado de Espírito Santo que se concentraban en el Área Metropolitana Región de la Gran Vitória. A pesar de las intervenciones en urbanización y de políticas públicas integradas en la región, Santos Reis sigue siendo uno de los barrios más pobres de Vitória, con poca urbanización y sin cubrir las necesidades básicas de sus habitantes. Si se inserta en el tema de la urbanización y el subdesarrollo, parte de la premisa de la condición dependiente de la formación económica y social brasileña, proponiendo un diálogo con estudios de teoría crítica de la geografía, sociología urbana y economía política, para alcanzar el objetivo de analizar la formación del barrio, articulando la producción social del espacio con las dimensiones política, económica y social para comprender las transformaciones espaciales y la inserción del territorio estudiado a diferentes escalas, desde lo local hasta la totalidad global, en su proceso histórico. Así, se pretende identificar las múltiples determinaciones que llevaron a la formación del barrio en las condiciones en que se dieron, así como identificar y comprender las condiciones actuales del barrio. Es parte de este análisis: la producción social del espacio, con sus técnicas constructivas y relaciones sociales; la división social del trabajo; la reproducción social de la fuerza de trabajo; políticas públicas y acciones estatales en urbanización y promoción de vivienda; formas de organización social; entre otros. Para lograr el objetivo, se utilizó la siguiente metodología: investigación bibliográfica; análisis de legislación urbanística, informes técnicos y documentos oficiales; búsquedas en archivos de periódicos y revistas locales; análisis de mapas y fotografías; investigación de campo con registros fotográficos y mapeos; y entrevistas semiestructuradas con los primeros residentes, residentes actuales, constructores y técnicos de PMV. Se espera que este trabajo contribuya a una mejor comprensión de la formación de territorios autoconstruidos y su papel en las formaciones socioespaciales dependientes; las formas actuales de producción del espacio y la dinámica inmobiliaria en estos territorios; además de preservar la memoria y la comprensión del estado actual del barrio Santos Reis.

Palabras clave: Formación Socioespacial; Producción social del espacio; Grupos subnormales; autoconstrucción; capitalismo dependiente.

## ABSTRACT

The neighborhood of Santos Reis, inserted in the region of Grande São Pedro in Vitória - ES, had its origin in an informal occupation by poor and unemployed workers in the context of large industrial projects in the State of Espírito Santo that were concentrated in the Metropolitan Region of Greater Vitória. . Despite interventions in urbanization and integrated public policies in the region, Santos Reis remains one of the poorest neighborhoods in Vitória, with little urbanization and the basic needs of its residents not being met. If inserted in the theme of urbanization and underdevelopment, it starts from the premise of the condition dependent on the Brazilian economic and social formation, proposing a dialogue with studies of critical theory of geography, urban sociology and political economy, to achieve the objective of analyzing the formation of the neighborhood, articulating the social production of space with the political, economic and social dimensions to understand the spatial transformations and the insertion of the studied territory at different scales, from the local to the global totality, in its historical process. Thus, it is intended to identify the multiple determinations that led to the formation of the neighborhood in the conditions in which they took place, as well as to identify and understand the current conditions of the neighborhood. It is part of this analysis: the social production of space, with its constructive techniques and social relations; the social division of labor; the social reproduction of the workforce; public policies and state actions in urbanization and housing promotion; forms of social organization; between others. To achieve the objective, the following methodology was used: bibliographic research; analysis of urban legislation, technical reports and official documents; archive searches of local newspapers and magazines; analysis of maps and photographs; field research with photographic records and mappings; and semi-structured interviews with the first residents, current residents, builders, and PMV technicians. It is hoped that this work will contribute to a better understanding of the formation of self-built territories and their role in dependent socio-spatial formations; the current forms of space production and real estate dynamics in these territories; in addition to preserving the memory and understanding of the current condition of the Santos Reis neighborhood.

Keywords: Sociospatial Formation; Social production of space; Subnormal clusters; Self-construction; Dependent capitalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Santos Reis (Vitória – ES) .....	20
Figura 2: Vista aérea – Localização de Santos Reis .....	20
Figura 3: Capitania do Espírito Santo (1608-1616).....	31
Figura 4: Rio Santa Maria, sua respectiva bacia hidrográfica e limites atuais dos municípios. .....	39
Figura 5: Recorte da Planta da Parte Província do Espírito Santo de 1878 .....	42
Figura 6: Esboço da Planta da Ilha da Victoria - 1896.....	47
Figura 7: Recorte da planta do Novo Arrabalde destacando a região da Grande São Pedro	48
Figura 8: Quadro do filme “Aspectos turísticos da capital do estado do Espírito Santo”.....	51
Figura 9: Mapa do município de Vitória em 1943 .....	54
Figura 10: Recorte de “Mapa do município de Vitória em 1943”.....	54
Figura 11: Três momentos-chave da formação e integração da orla noroeste.....	57
Figura 12: Quadro do documentário “Lugar de Toda Pobreza” .....	59
Figura 13: Gráfico de evolução demográfica de Vitória e RMGV (1940 – 2000) .....	61
Figura 14: Evolução da taxa de crescimento populacional (%) de Vitória, RMGV e ES (1950 – 2000) .....	61
Figura 15: Família do interior de Colatina (norte do ES) em êxodo para a capital.....	67
Figura 16: Evolução da população urbana e rural (%) no Espírito Santo (1950- 2000) .....	69
Figura 17: Evolução cronológica do espaço do município de Vitória – Aterros.....	74
Figura 18: Canteiro de obras na Terceira Ponte .....	76
Figura 19: Mapa “Evolução da ocupação” do Plano Diretor Urbano de Vitória de 1979 .....	100
Figura 20: Mapa de 1970 indicando ocupação na Ilha das Caieiras (laranja) e terreno em preparação para o bairro Comdusa (magenta) margeando a Av. Serafim Derenzi (vermelho). .....	101
Figura 21: Mapa de 1978 - Ocupação de São Pedro (Rodovia Serafim Derenzi em vermelho) .....	102
Figura 22: Mapa com a área aproximada das ocupações da Grande São Pedro (1981). ..	106
Figura 23: Vista aérea de São Pedro III em Fevereiro de 1981, dois meses depois do início da ocupação.....	107
Figura 24: Antiga casa (canto inferior esquerdo) e o pé de fruta-pão.....	111
Figura 25: Planta topográfica de São Pedro IV com indicações dos perfis.....	113
Figura 26: Perfis topográficos de São Pedro IV .....	114
Figura 27: Recortes da cartilha "Direito à Moradia" da Arquidiocese de Vitória.....	125
Figura 28: Primeiro dia de ocupação de Santos Reis, no dia 26 de Dezembro de 1980. ...	127
Figura 29: Chegada do sino da Igreja de Santos Reis, sendo carregado pelos moradores na escadaria Julia Corrêa na década de 1980.....	132
Figura 30: Foto da construção da casa da família de J. C.....	136
Figura 31: Face leste de Santos Reis em 1987, com postes visíveis. ....	141
Figura 32: Galpão do Cieduca .....	143
Figura 33: Vista aérea São Pedro IV em Fevereiro de 1981 (Recorte). ....	146
Figura 34: Foto aérea da Grande São Pedro em 1981 e ampliação destacando as edificações de Santos Reis.....	147
Figura 35: Vista aérea de São Pedro IV/Santos Reis em 1987. ....	148
Figura 36: Quadro com foto da GSP e ampliação em Santos Reis registrada em 1987.....	149
Figura 37: Vista aérea de São Pedro em 1988, no final da gestão de Hermes Laranja.....	154

Figura 38: Índice de privação dos bairros de Vitória.....	163
Figura 39: Mapa de distribuição racial na cidade de Vitória - ES.....	166
Figura 40: Zoneamento de Santos Reis no PDU de Vitória.....	174
Figura 41: Poligonais do Projeto Terra.....	178
Figura 42: IQU Médio - 1991.....	180
Figura 43: IQU Médio - 2000.....	180
Figura 44: Rede socioassistencial (esquerda) e escolas públicas (centro) e equipamentos de saúde (direita) nas proximidades de Santos Reis. ....	187
Figura 45: Condição da rede de abastecimento de água. ....	191
Figura 46: Instalações irregulares na rede de abastecimento de água .....	191
Figura 47: Pequena nascente com utensílios domésticos.....	192
Figura 48: Conflito com área de preservação.....	193
Figura 49: Ponto de depósito irregular e queima de lixo nas proximidades da Escadaria Bananal .....	194
Figura 50: Quadro com fotos de lixo pelo bairro.....	195
Figura 51: Única lixeira em espaço público registrada no bairro - removida.....	195
Figura 52: Quadro com pontos viciados de lixo em ZPA (esquerda) e terrenos (direita) ....	196
Figura 53: Caramujo Africano (Achatina fulica) .....	196
Figura 54: Cobertura de infraestrutura: energia elétrica de companhia distribuidora.....	197
Figura 55: Localização dos postes no bairro de Santos Reis .....	197
Figura 56: Condição dos postes em Santos Reis.....	198
Figura 57: Mapa de localização das áreas livres públicas e equipamentos de lazer e esporte em Santos Reis .....	199
Figura 58: Parquinho do mirante.....	200
Figura 59: Imagens antes e depois da instalação da academia popular .....	201
Figura 60: Mosaico - Praça do Fruta Pão e sua quadra .....	201
Figura 61: Praça da Igreja.....	202
Figura 62: Mapa com as vias, escadas e becos de Santos Reis.....	203
Figura 63: Escadarias (em ordem: Bananal, Mirante e .....	204
Figura 64: Aspectos da acessibilidade (Praça Fruta pão, Esc. Grande Data e.....	204
Figura 65: Mapeamento de construções de madeira .....	206
Figura 66: Quadro com casas de madeira nas proximidades da Praça do Fruta Pão e Escadaria Bananal identificadas de acordo com o mapa anterior. ....	207
Figura 67: Mapa de localização dos trechos acessíveis para veículos.....	208
Figura 68: Descarregamento de brita na Rua João Apolinário Nascimento .....	209
Figura 69: Estacionamento do mirante com materiais de construção espalhados. ....	209
Figura 70: Transporte de materiais .....	210
Figura 71: Novas construções entre o primeiro (14/02/2020) e o último trabalho de campo (06/09/2021) .....	213
Figura 72: Quadro com edificações inacabadas ou ruínas.....	214
Figura 73: Materiais de construção .....	215
Figura 74: Contraste de materiais construtivos .....	216
Figura 75: Sobreposição de sistemas construtivos .....	217
Figura 76: Gráfico da condição de ocupação dos domicílios.....	222
Figura 77: Mapa com registro da inscrição fiscal .....	224
Figura 78: Mosaico - Demarcação com tinta sobre a rocha .....	225
Figura 79: Mapa de distribuição de empreendimentos aprovados em Vitória - 2006 a 2013 .....	226

Figura 80: Mapeamento de atividades não residenciais em Santos Reis.....	227
Figura 81: Edificações de uso misto e comercial na rodovia Serafim Derenzi.....	228
Figura 82: Praça do Fruta Pão com comércios vazios .....	229
Figura 83: Pequeno mercado - Fechado durante o dia e aberto à noite.....	230
Figura 84: Comércio de bebidas no topo do morro .....	230
Figura 85: Comércio de R.....	231
Figura 86: Anúncios de Chup-chup.....	232
Figura 87: Quadro com galinhas andando pelo bairro (esquerda) e dentro de terreno (direita). .....	234
Figura 88: Mosaico - Hortas nas proximidades da Escadaria Santos Reis.....	236
Figura 89: Mosaico - Horta da Sra. S. N. ....	237

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação na produção do café consumido mundialmente .....	42
Tabela 2: Distribuição populacional de Vitória no ano de 1872 .....	43
Tabela 3: Evolução demográfica de Vitória (1872-1940).....	53
Tabela 4: Evolução demográfica de Vitória, RMGV e ES (1940-2000) .....	60
Tabela 5: Evolução demográfica da população urbana e rural no Espírito Santo.....	68
Tabela 6: População com rendimento familiar inferior a 3 salários-mínimos por município da Grande Vitória em 1980.....	79
Tabela 7: Pessoas economicamente ativas por rendimento mensal e sexo na Grande Vitória – 1980.....	79
Tabela 8: Assentamentos subnormais em Vitória e Região Metropolitana em 1980 .....	82
Tabela 9: - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares segundo a espécie de unidade doméstica em Santos Reis .....	163
Tabela 10: Rendimento médio por tipo de domicílio dos bairros da GSP.....	164
Tabela 11: - Domicílios particulares permanentes, segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar no bairro Santos Reis, Vitória (ES) - 2010 .....	165
Tabela 12: População residente, segundo cor ou raça no bairro de Santos Reis.....	166
Tabela 13: População residente por sexo e grupo de idade no bairro Santos Reis.....	167
Tabela 14: Atendimento à vítima de violência por Região Administrativa (2007- 2012) .....	167
Tabela 15: Sistematização das informações sobre trabalho e renda dos entrevistados.....	169
Tabela 16: Definição e objetivos das zonas urbanísticas de Santos Reis. ....	175
Tabela 17: Relação das poligonais com suas respectivas áreas, domicílios, população e bairros.....	177
Tabela 18: Recursos aplicados no Projeto Terra por poligonal até 2003.....	181
Tabela 19: Investimentos entre 2005 e 2012 nas poligonais do Projeto Terra na GSP. ....	182
Tabela 20: Cobertura de infraestrutura por domicílios em Santos Reis.....	190
Tabela 21: Tipo de trabalho realizado nas construções recentes.....	217
Tabela 22: Preço e descrição de imóveis para aluguel .....	220
Tabela 23: Preço do aluguel por tipo, área e bairro .....	221
Tabela 24: Sistematização das entrevistas sobre o registro de posse e propriedade dos imóveis .....	223

## **LISTA DE SIGLAS**

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNI - Confederação Nacional das Indústrias

CRVD - Companhia Vale do Rio Doce

CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

ES - Estado do Espírito Santo

FES - Formação Econômico Social

FSE - Formação Socioeconômica

GSP - Região da Grande São Pedro

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

MCMV - Minha Casa Minha Vida

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCVA - Programa Casa Verde e Amarela

PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado

PIB - Produto Interno Bruto

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

PT - Partido dos Trabalhadores

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

TMD - Teoria Marxista da Dependência

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 - O LONGO PRELÚDIO.....	30
1.1 - Porto na cidade colonial.....	30
1.2 - Império: Entreposto comercial, fazenda e produção de cal.....	37
1.3 - Modernização republicana.....	44
1.4 – Início da industrialização e Rodovia do Contorno como indução da ocupação.....	49
Síntese da formação socioespacial da orla noroeste até o início do século XX:.....	55
2 – CHAMINÉS, CANTEIROS E BARRACOS.....	59
2.1 - Desenvolvimentismo como projeto.....	62
Erradicação dos cafezais e formação do exército industrial de reserva:.....	66
Grandes projetos.....	70
Grandes canteiros.....	73
2.2 - Desenvolvimento do subdesenvolvimento.....	77
Empobrecimento urbano.....	78
Onde e como mora o trabalhador?.....	80
Por uma interpretação dialética do desenvolvimento capitalista dependente e da urbanização brasileira:.....	84
3 – A OCUPAÇÃO E A (AUTO)CONSTRUÇÃO DE SANTOS REIS.....	98
3.1 São Pedro antes de Santos Reis.....	98
Promorar.....	103
Novas ocupações.....	105
3.2 - A ocupação de São Pedro IV.....	108
Tudo começa no Fruta-pão.....	109
Por que não houve despejo?.....	112
Perfil dos primeiros moradores.....	115
Organização comunitária e mobilização popular.....	121
3.3 - O início da (auto)construção do bairro:.....	126
Divisão do espaço e venda de lotes:.....	126
A construção da casa:.....	129
Da construção do bairro:.....	139
Evolução da ocupação do bairro:.....	145
3.4 Urbanização, valorização e Santos Reis como desaguadouro.....	149
Nova urbanização:.....	153
Projeto São Pedro:.....	155

Santos Reis como desaguadouro .....	156
Notas conclusivas: .....	160
4 – TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: .....	162
4.1 Perfil social e econômico da população atual .....	163
Novas e velhas formas de trabalho:.....	168
4.2 Política Urbana e Habitacional .....	173
4.3 Infraestrutura urbana .....	186
Equipamentos públicos:.....	186
Aspectos ambientais e sanitários.....	189
Iluminação pública e acesso à energia elétrica: .....	197
Lazer e espaço livre público:.....	199
Acesso e mobilidade:.....	202
4.4 Persistências e transformações do morar e do construir: .....	205
Permanência dos barracos de madeira:.....	205
Da ladeira para cima ou do mirante para baixo:.....	207
O canteiro permanente .....	212
Da venda e aluguel de imóveis e a construção mercadológica .....	219
Posse, propriedade e regulação: .....	222
4.5 Aspectos econômicos:.....	225
Comércio e serviço informal:.....	225
Hortas, animais e outras formas de autoaprovisionamento:.....	233
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	239
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	247
APÊNDICE: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	261

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação é movida pelas inquietações de um jovem arquiteto urbanista diante da condição das cidades e da moradia da classe trabalhadora no Brasil, levando ao questionamento sobre seu próprio papel na reprodução e na transformação de tal realidade. Ao realizar trabalhos em assessoria técnica em arquitetura e urbanismo vinculados à extensão universitária e aos movimentos populares nos deparamos com inúmeros problemas: ocupação de terras de forma conflituosa e deficitária; infraestrutura e serviços insuficientes para a reprodução material da vida; patologias e fragilidades derivadas da autoconstrução sem orientação técnica; a segregação socioespacial e a concentração desses e de outros problemas em áreas específicas da cidade. A lista seguiria, infelizmente, de forma extensa.

Diante do quadro acima, por diversas vezes nos perguntamos, “por que não construímos e vivemos em casas e cidades melhores?”; “como se formam as favelas e ocupações?” e “por que essa forma de assentamento e de produção do espaço permanecem atuais?”. É provável que uma resposta desatenta possa recorrer à dimensão técnica, contra essa tendência a realidade concreta se manifesta. Enquanto nossas cidades cresciam vertiginosamente, marcadas pela violência e pela precariedade, nossa arquitetura e engenharia ganhavam notoriedade internacional ao erguer cidades monumentais e obras faraônicas. Dessa maneira, a questão urbana e da moradia não parece residir na insuficiência da capacidade técnica, sendo, na realidade, forma e expressão de dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Tomemos como exemplo a cidade de Vitória, que atravessou a partir da década de 1960 por uma série de transformações, com um ritmo de urbanização e de crescimento demográfico inédito até então. Este fenômeno foi acompanhado pelo processo de implantação dos chamados Grandes Projetos, que consistiam no plano de industrialização da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e da provisão da infraestrutura necessária para viabilizar a integração da região às cadeias produtivas cada vez mais mundializadas. Entre os projetos estavam o Porto de Tubarão, usinas de pelletização da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST).

Os assim chamados *desenvolvimento e modernização*, que marcaram esse período da história da cidade, trouxeram junto a ocupação de morros e manguezais,

popularmente chamada de favela, ou aglomerados subnormais pela institucionalidade. Nesses territórios se encontravam condições de extrema pobreza, formas precarizadas de trabalho e de sobrevivência para centenas de milhares de pessoas. Talvez, a região da cidade que melhor represente esse fenômeno é a Grande São Pedro (GSP), na baía noroeste da porção insular da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo (ES), com milhares de famílias construindo suas próprias casas de forma improvisada em palafitas sobre o manguezal e barracos nos morros. Muitas dessas, inclusive, dependeram do lixo depositado pela prefeitura em aterros sobre o manguezal para sobrevivência de diversas maneiras.

Como entender o surgimento simultâneo de processos aparentemente antagônicos, que parecem até mesmo empurrar o curso da história para dois sentidos opostos? As máquinas, as pontes, portos, a intensificação da urbanização, os aterros e a verticalização poderiam ser apresentados como o presságio do progresso, indicando que depois de quatro séculos a capital espírito-santense finalmente estaria encontrando uma via de desenvolvimento, na esperança de superar o longo processo de isolamento e estagnação econômica. Entretanto, junto com as grandes obras, o que se vê em toda parte é a miséria. Os barracos precários nos afastam de qualquer visão idílica de progresso e desenvolvimento, mas o que explicaria essa contradição?

Ao articular os temas da industrialização e da urbanização somos levados ao tema do desenvolvimento econômico e do subdesenvolvimento. Sobre esses dois conceitos, entendemos e pretendemos demonstrar nesta dissertação, que servem de ferramentas ideológicas para processos de acumulação, vinculadas à condição dependente da formação econômico-social brasileira. A dependência, uma das palavras-chave que balizam esta dissertação, é o conceito utilizado principalmente a partir da década de 1960 por pesquisadores das ciências sociais e econômicas, mas com influência em diversas outras áreas, tendo destaque autores como Ruy Mauro Marini (2011), Manuel Castells (1983), Florestan Fernandes (1973), Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1984), entre tantos outros, para expressar, cada um à sua maneira, a realidade dos países latino-americanos em sua condição de inserção periférica no sistema capitalista em escala mundial, tratando não somente das relações assimétricas no plano internacional, mas também de sua dinâmica interna.

Acreditamos que o estudo do urbano seja uma forma de partir das manifestações mais concretas da sociedade brasileira, o espaço, para compreender a lógica da dependência, tratada frequentemente em níveis maiores de abstração, sendo fundamental para traçar diretrizes para uma reforma urbana como mediação em um projeto estratégico de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Essa tarefa, contudo, deve ser coletiva e para além da academia, envolvendo principalmente organizações políticas e movimentos sociais, portanto, esperamos contribuir com o debate sobre tal temática para o avanço dessa construção coletiva.

A temática da urbanização e do desenvolvimento se mostra relevante nos marcos da atual conjuntura nacional, em que se vive uma crise<sup>1</sup> que enlaça o conjunto da sociedade. Amplos setores sociais disputam o debate público, buscando criar consensos acerca da natureza da crise, disputando projetos políticos e econômicos, supostamente capazes de superá-la. A cidade é parte importante dessa disputa, não apenas por servir de palco (onde se implanta fábricas e infraestrutura, onde moram os trabalhadores, etc.) para cada um desses projetos de desenvolvimento, manifestando concretamente a pobreza que se materializa apesar dos discursos de progresso econômico e social, mas também, e principalmente, pelo fato do urbano ser uma forma de acumulação capitalista, atrelado historicamente aos projetos de desenvolvimento. A construção civil e a produção do espaço fizeram parte dos mais diversos projetos desenvolvimentistas, cada um com suas particularidades e especificidades, passando por Brasília, pelas obras faraônicas da ditadura, até os exemplos mais recentes como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) de governos do campo democrático-popular. Sendo necessário, portanto, refletir sobre o papel do urbano no desenvolvimentismo e suas contradições, independentemente de sua roupagem, seja conservadora ou progressista.

A região da Grande São Pedro (GSP) foi escolhida como objeto de estudo, principalmente, pela sua capacidade de manifestar espacialmente elementos

---

<sup>1</sup> Apenas para contextualizar esta dissertação, sem entrar em maiores análises, apresentamos alguns dos elementos desta crise: como o impacto do *subprime* estadunidense de 2008; a queda do PIB; ampliação da desindustrialização; alto nível de desemprego; o aumento da pobreza e da insegurança alimentar; profundas transformações do cenário político, tendo como expressão o refluxo do campo democrático popular no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016; intensificação de políticas de austeridade que se intensificam com os presidentes Temer e Bolsonaro; e a escalada do discurso de ruptura institucional por forças do campo conservador.

atribuídos habitualmente ao subdesenvolvimento, fundamentais para o estudo do tema, como a ocupação informal do solo, a autoconstrução da habitação e do território, estratégias de sobrevivência das famílias em resposta às condições objetivas de reprodução da vida, entre outros aspectos que constituem um conjunto de extorsões para além do local de trabalho que intensificam a exploração do trabalhador, na chamada *espoliação urbana* (KOWARICK, 1979). Como dito, o início da ocupação densificação por grupos que migraram do campo e de pequenas cidades do ES e de estados vizinhos para a região, ainda nos anos 1970, ocorreu simultaneamente ao processo de implantação de projetos industriais e de infraestrutura, com centenas de famílias em condição de miséria, se alimentando e vestindo do lixo despejado em meio aos barracos improvisados. Compreendemos, portanto, o processo como manifestação gritante das contradições do dito *desenvolvimento* vivido na cidade.

Há de se reconhecer que as condições atuais de vida na Grande São Pedro (GSP) não são as mesmas dos anos iniciais da ocupação. Intervenções em infraestrutura e equipamentos públicos contribuíram significativamente para a melhoria das condições de vida dos moradores. A Região contou com projetos de grande relevância para o município, que serão tratadas nos dois últimos capítulos deste trabalho, como o Projeto São Pedro, que articulava ações de desenvolvimento social e urbanização e, posteriormente, o Projeto Terra/Programa Terra Mais Igual, uma importante política pública intersecretarial de atuação em quinze áreas no município, chamadas de Poligonais, que apresentavam fragilidades sociais, ambientais e irregularidade fundiária. Três dessas poligonais estão na GSP. Apesar do esforço, elementos da precariedade vivida nas décadas anteriores insistem em permanecer, passando a ser acompanhados por novos. Dados alarmantes sobre a região da GSP nos chamam atenção, como indicadores sociais de renda (IBGE, 2010) e concentração de crimes violentos contra a vida (LIRA, 2017, p. 81), a região administrativa da Grande São Pedro (Regional 7) tem a menor renda média do município (PMV, 2015), além de ter todos os seus bairros classificados como aglomerados subnormais (IBGE, 2019; 2020).

A região é objeto de estudos das diversas áreas do conhecimento desde a intensificação da sua ocupação no final dos anos 1970, entretanto, acreditamos ainda ser necessário entender a produção do território a partir da crítica ao desenvolvimentismo e desenvolver novos estudos à luz de sua atual condição,

buscando compreender os mecanismos que reproduzem a pobreza na região e os contrastes com outras partes da cidade. Propomos então uma análise histórica da formação da GSP e da sua condição atual, buscando o que permanece do quadro inicial e suas transformações, assim como tendências hoje verificáveis de futuras transformações e seus respectivos impactos possíveis.

Durante os estudos iniciais e trabalhos de campo na GSP, notamos a sua diversidade interna, composta por dez bairros e uma extensão territorial significativa. Se manifestam de formas bastante diversificadas elementos como a topografia, relações com o Rio Santa Maria, ocupação do solo, organização e identificação comunitária, atividades econômicas e expressões culturais, entre tantos outros elementos, de tal forma que impossibilitaria tratar a região como um todo homogêneo. Para que o estudo não fosse negligente com cada uma dessas particularidades, sentimos a necessidade de se realizar um novo recorte territorial. Nesse sentido, em diálogo com lideranças comunitárias locais e técnicos que atuam na região, foi solicitado que indicassem a localidade de maior fragilidade social, habitacional e urbanística, a resposta recorrente foi o bairro de Santos Reis. “Foi esquecido”, “está abandonado”, diziam. Partindo dessas indicações iniciamos o trabalho de articulação com o movimento comunitário e moradores, além do aprofundamento em pesquisas sobre a região e o bairro. É na topografia acidentada, proporcionada pelo afloramento rochoso do maciço central da ilha de Vitória, nas proximidades do Rio Santa Maria que o bairro de Santos Reis, ou São Pedro IV, está assentado (ver Figuras 1 e 2).

A inclinação para a escolha do bairro como recorte espacial foi reforçada quando, ao estudar sobre o já mencionado Projeto Terra, se notou que Santos Reis está inserido em uma das poligonais do programa. Porém, não apresentava registros das etapas iniciais de implantação do programa, que consistem no diagnóstico e elaboração do plano de desenvolvimento local. Não havendo estudo ou participação popular e planejamento das ações, surgem então questionamentos relacionados à atuação do Estado no território. O estado atual de paralisação e desarticulação do Programa Terra Mais Igual reforça a pertinência do estudo, contribuindo para compreender melhor o seu impacto, potencialidade, acertos e os seus limites, levantando elementos para o aprimoramento de políticas públicas nos territórios populares em Vitória.

Figura 1: Localização de Santos Reis (Vitória – ES)



Fonte: Elaborado pelo autor com informações da PMV

Figura 2: Vista aérea – Localização de Santos Reis



Fonte: Google (2021), com intervenções do autor

Diante do tema delimitado, no intuito de investigar a especificidade da urbanização sob o capitalismo dependente, sobretudo a formação dos territórios populares, chamados de favelas ou aglomerados subnormais, e dos elementos do território de Santos Reis que justificam a sua escolha como objeto de estudo desta dissertação, delineamos o problema da nossa pesquisa que se expressa na seguinte questão: Como se formou o bairro de Santos Reis e quais são as suas condições atuais?

Para a elaboração da pesquisa recorreremos ao método de Marx, o materialismo histórico-dialético. Nesse método, o pesquisador parte da aparência do objeto para atingir a sua essência, edificando o conhecimento do objeto, apreendendo a sua dinâmica e estrutura para compreendê-lo “tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20). Nesse processo o pesquisador vai além da “aparência fenomênica, imediata e empírica” (NETTO, 2011, p. 22), reproduzindo no plano ideal o movimento real do objeto. Isso é o que se entende como *teoria* para o materialismo histórico-dialético (NETTO, 2011). Nas palavras do *velho mouro*, “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”, sendo o ponto de partida e “aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado” (MARX, 2011, p. 70). Do marxismo buscamos aplicar o método, assim como recorreremos ao seu arsenal categorial, principalmente as categorias centrais *totalidade*, *movimento* e *contradição*, entretanto, não partindo de um conceito a priori, mas extraído do objeto analisado.

Se tratando de um estudo urbano, apresentamos algumas notas sobre o método que conduz a nossa análise sobre o espaço. Entendemos, evidentemente, que o espaço não está cristalizado de forma definitiva, mas em constante transformação. Portanto, entendemos que para compreender um determinado território é necessário estudar não apenas a condição atual do Santos Reis, mas o seu processo de formação. Dados socioeconômicos, materiais construtivos, infraestrutura urbana, entre outros, são elementos importantes nesse processo, que devem ser compreendidos para além da sua aparência, mas como parte do movimento histórico de formação do bairro.

O espaço entendido como expressão e dimensão do concreto é em si a síntese em constante transformação de múltiplas determinações, desde a natureza, que é base

para o assentamento e toda atividade humana, até as mais específicas relações sociais, por mais desterritorializadas que pareçam em um mundo dominado pela tecnologia. Milton Santos (2002, p. 21) nos chama atenção ao dizer que os estudos espaciais devem tomar a sociedade como ponto de partida, compreendendo a formação do espaço a partir da sua dimensão social, lançando uma importante reflexão a esse respeito ao apontar que

somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (SANTOS, 2002, p. 22).

Estão presentes nessa afirmação elementos da maior importância: totalidade, historicidade e movimento. Para compreender e transformar Santos Reis, portanto, é necessário estudar a sua formação espacial levando em conta a sua dimensão social, estabelecendo a articulação de seu processo histórico com o da humanidade em escala mundial. Partir do seu processo de formação é necessário para compreender o momento atual do objeto, mas também é fundamental para verificar tendências futuras e como intervir na realidade.

Outra contribuição sobre o método dos estudos espaciais vem de Henri Lefebvre, com a consideração de que a

pesquisa sobre o espaço social concerne a uma globalidade. Ela não exclui – repetimos – pesquisas “de campo”, precisas e determinadas. No entanto, o perigo do “pontual” – valorizado como tal por ser controlável, às vezes mensurável – é que ele separa o que se implica, desmembra o que “se articula”. Ele aceita, portanto, ou ratifica a fragmentação. O que leva a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, os vínculos e as relações no espaço, portanto o próprio espaço social, fazendo desaparecer a produção! O que elude muitas questões pedagógicas, lógicas, políticas... (LEFEBVRE, 2013, p. 128).

Para isso recorreremos à categoria Formação Socioespacial (FSE), pela sua capacidade de articular as relações entre espaço e sociedade, local e mundial, analisando-as em sua historicidade. Não se trata de um conceito que organiza previamente a nossa compreensão sobre o objeto, como se tentássemos enquadrar o fenômeno em contornos preestabelecidos. A realidade concreta é o nosso ponto de partida, isso é, o território e as suas especificidades, a FSE é uma categoria para compreendê-lo.

Com origens na teoria marxista, a categoria FSE deriva de *Formação Econômico-Social* (FES) e seus correlatos<sup>2</sup>, sendo utilizada para analisar a evolução diferencial das sociedades, em seu próprio quadro e a sua relação com o mundo, especialmente o desenvolvimento dos modos de produção na sociedade específica analisada.

Entendemos que os modos de produção, incluindo o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico, não se desenvolvem de maneira homogênea em todo o planeta. Existem distintas FES, cada uma com um processo próprio de transformação, incorporando e superando modos de produção com singularidades, sem que haja uma rota única com etapas pré-definidas. São elementos constitutivos de uma FES os mais diversos aspectos da vida social, como a composição de classes sociais, a estrutura produtiva, a forma política e jurídica, composição étnico-racial, entre outros.

Milton Santos ao estabelecer uma relação entre a FES e a inseparável dimensão espacial afirma que “a formação social, totalidade abstrata, não se realiza na totalidade concreta senão por uma metamorfose onde o espaço representa o primeiro papel” (SANTOS, 2002, p. 30), estabelecendo a necessidade de se forjar um conceito único, a *Formação Socioespacial*.

A noção de FES está comumente relacionada à escala nacional, como se faz presente nos trabalhos de Caio Prado Júnior (2011) no Brasil, Mariátegui (2007) no Peru e Lenin (1982) na Rússia. Entretanto, o uso da categoria também se aplica a escalas que tratam de uma maior abrangência, como fez Celso Furtado (1969) nos estudos sobre a América Latina, e em menores escalas, por exemplo, aos estados brasileiros. Sobre as noções de escala, retomamos a categoria totalidade. Santos aponta que essa categoria “somente pode ser relacionada com o mundo como um todo” (SANTOS, 2015, p. 167). Porém, a compreensão em Marx de que a sociedade burguesa é uma totalidade concreta de “máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56), ou a presente em Lukács de que se trata de *um complexo constituído por complexos* (NETTO, 2011; LUCE, 2018) nos permite outras interpretações. Compreendemos aqui, levando as considerações acima, o mundo enquanto dimensão espacial da totalidade concreta em seu nível máximo de complexidade, entretanto, também consideramos a existência de uma dimensão

---

<sup>2</sup> O termo não está presente dessa forma em Marx, existindo uma série de termos correlatos em Marx e na tradição marxista, como formação econômica e formação social. Sobre o desenvolvimento do conceito de FSE consultar Santos (2002).

espacial para totalidades de menor complexidade. Ao tratarmos de *níveis de complexidade*, é importante registrar, não estabelecemos uma comparação valorativa entre as distintas sociedades, mas compreendemos os níveis distintos de diversificação em cada escala de análise trabalhada.

Diante do exposto, refletimos: seria possível desenvolver um estudo da FSE de uma cidade? Acreditamos que sim quando entendemos que a inserção de forças produtivas, assim como as relações sociais, se desenvolve de maneira diferenciada entre as distintas cidades. A investigação da FSE nesse nível de análise poderia contribuir para compreender como e por que ocorre tal descompasso, por sua vez, contribuindo para análises ainda mais precisas da totalidade em nível de maior complexidade. O mesmo pode ser dito das partes que constituem a cidade? Até onde é possível tomar frações do território como objeto de estudo sem incorrer em uma atomização da totalidade e a fragmentação da realidade, resultando em implicações indesejáveis para a análise? O estudo da FSE de frações da cidade seria uma vulgarização da categoria?

Acreditamos que o uso da categoria para o estudo do espaço nas escalas apresentadas é viável e enriquece a compreensão das manifestações mais concretas e as múltiplas determinações da realidade social, se aproximando cada vez mais das dinâmicas da vida cotidiana nos bairros, locais de moradia e trabalho, das condições de produção e de reprodução social. É evidente que o estudo nas escalas menores exige alguns cuidados, reforçamos a necessidade de compreender as realidades locais e as suas especificidades, articulando o espaço estudado com a totalidade nas distintas escalas em que está submetido.

Resgatando a formulação marxiana de que o *mais complexo* apresenta elementos para a compreensão do *mais simples*<sup>3</sup>, ao analisar a relação entre a história da sociedade mundial e a sociedade local é evidente que a segunda, enquanto totalidade de menor complexidade, influi na primeira por ser parte de sua constituição, entretanto, é impossível explicar a história do lugar sem levar em consideração a sua inserção e o seu papel na totalidade de maior complexidade, o mundo. Essa formulação está contida em nosso método ao tratar a história da sociedade mundial

---

<sup>3</sup> Netto (2011) afirma que essa é uma proposição que inverte a noção positivista de que o mais simples explica o mais complexo.

como chave para compreensão da sociedade local. Quanto mais atomizado é o espaço estudado, maior é a influência de aspectos externos, proveniente de sua inserção, portanto, se faz necessária a articulação da história local (Santos Reis), com cada uma dessas escalas de análise (Vitória > RMGV > ES > Brasil > América Latina > Mundo). Essa relação, mais que uma relação de subordinação vertical, é dialética entre os elementos em suas diferentes instâncias.

Exposta a dimensão espacial do método, retomamos a historicidade apresentada inicialmente. Partindo da noção de que as “o estudo das formas sociais mais desenvolvidas lança luz sobre as formas mais embrionárias”, Marini (2011, p. 132) sugere que a inversão, isso é, o estudo da forma em desenvolvimento “ao ressaltar um elemento simples, torna mais compreensível sua forma mais complexa”, propondo que no estudo desses elementos, “as categorias marxistas devem ser aplicadas, isto é, à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior” (MARINI, 2011, p. 132).

Registramos que não pretendemos explicar toda a urbanização nas economias dependentes na América Latina a partir do bairro, nem o oposto, fazer uma leitura do território utilizando de forma mecânica uma teoria geral sobre a urbanização sob o capitalismo dependente latino-americano. Buscamos estabelecer uma análise dialética que relacione a totalidade com o território específico, em que a teoria da dependência confere ao objeto novo sentido ao desvelar as determinações da sua FSE, e por compreender que o universal se realiza no particular, o estudo dos territórios demonstram em maior nível de concretude a dinâmica social nos territórios populares inseridos na periferia do capitalismo, de onde a teoria ganha potência e encontra novos problemas. Dessa maneira, esta dissertação busca contribuir para o estudo de Santos Reis, na compreensão do bairro em específico, mas também se insere no conjunto de estudos para melhor compreender a urbanização de Vitória e RMGV, a formação de territórios autoconstruídos no Brasil e América Latina, assim como o próprio capitalismo dependente e a especificidade de sua urbanização.

Seguindo o método proposto, analisamos a FSE de Santos Reis buscando articular as distintas escalas da inserção do território estudado em seu processo histórico de desenvolvimento, articulando as dimensões sociais, políticas e econômicas, realizando a exposição de forma cronológica. Sendo assim, delimitamos como

objetivo geral desta dissertação analisar a Formação Socioespacial do bairro de Santos Reis, buscando compreender o seu processo histórico de formação do território e sua condição atual. Para isso, pretendemos atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as formas de produção do bairro e da casa;
- Analisar o processo de formação do território em articulação com as diversas escalas de análise;
- Identificar as formas de organização e principais atores no território;
- Analisar a condição atual do bairro de Santos Reis no que se refere à equipamentos públicos, infraestrutura urbana e habitação;
- Analisar a atuação das políticas públicas em Santos Reis;
- Identificar e analisar dinâmicas do mercado imobiliário no território;

Para atingir o objetivo de analisar a formação socioespacial de Santos Reis e os objetivos específicos elencados acima, realizamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- Pesquisa bibliográfica sistematizada em repositórios de teses, dissertações e artigos, na biblioteca central e nas bibliotecas setoriais da UFES, abrangendo estudos sobre o território, temáticas centrais do trabalho e trabalhos acadêmicos análogos;
- Trabalho de campo, registrando em fotos, mapas e relatórios;
- Pesquisa em materiais produzidos pelos movimentos comunitários de São Pedro e das CEBs;
- Entrevistas<sup>4</sup> com técnicos e gestores da PMV; moradores e lideranças do bairro e região; e construtores atuantes no bairro, totalizando 23 entrevistados;
- Pesquisa em mais de cem reportagens jornalísticas nos acervos do Instituto Jones Santos Neves sobre os eventos na Grande São Pedro, envolvendo ocupações de terra, valorização imobiliária, políticas públicas e condições de vida dos moradores, sendo incorporado ao trabalho um conjunto de mais de quarenta matérias;
- Análise de dados censitários do bairro e região;
- Análise de legislação urbana;
- Análise de fotografias dos moradores, cartografias históricas, fotos aéreas e registros fotográficos em reportagens jornalísticas;
- Análise relatórios e projetos técnicos legislação da PMV relacionados à região, analisando a atuação do Estado na promoção de políticas públicas, infraestrutura e equipamentos urbanos;

---

<sup>4</sup> Por realizar entrevistas, a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES – Campus Goiabeiras, com o CAAE 48196421.1.0000.5542. As transcrições das entrevistas podem ser acessadas no link: [www.pesquisasantosreis.wordpress.com](http://www.pesquisasantosreis.wordpress.com)

Inicialmente, estava no plano de trabalho a consulta aos arquivos da PMV para acesso aos materiais dos projetos de São Pedro, Terra e Terra Mais Igual, sendo solicitado por meio de protocolo<sup>5</sup> no portal de Serviços da PMV e outro pela Lei de Acesso à Informação<sup>6</sup>, entretanto, sem sucesso. Após contato com os técnicos da Prefeitura foi possível identificar a localização dos documentos, que não estão mais na antiga biblioteca específica para o material na PMV, mas no Arquivo Geral da Prefeitura sem acesso liberado para pesquisa e público em geral devido ao estado de desorganização do material. Dessa maneira, encontramos dificuldade em correlacionar as intervenções do Estado nas primeiras duas décadas de formação do bairro, nos limitando a fazer apontamentos dos elementos inseridos de acordo com as evidências históricas disponíveis.

Diante da dificuldade de acesso aos materiais da PMV sobre as políticas no território buscamos levantar informações relevantes para o estudo em diálogo com técnicos e gestores da PMV que atuaram desde a década de 1980. Já a falta de informações sobre o início da formação do bairro no que diz respeito aos moradores, formas de produção do território, entre outros, assim como as relações atuais no bairro, marcadas pela informalidade que não são registradas, portanto, não gerando fontes primárias documentais, nos leva a necessidade de utilizar as metodologias de trabalho de campo e entrevistas com moradores e construtores.

Gostaríamos de expandir o número de entrevistas para uma caracterização mais adequada dos moradores, sobretudo entre os jovens, utilizar metodologias participativas de leitura do território, assim como visitar e realizar levantamentos arquitetônicos das casas autoconstruídas, entretanto, com a pandemia da COVID-19 não pudemos desenvolver o trabalho de articulação desejado, dependendo da indicação das lideranças comunitárias. As entrevistas foram realizadas por telefone, videoconferência e pessoalmente, seguindo os protocolos de segurança, utilizando e fornecendo máscaras PFF2 para os entrevistados, e permanecendo em locais abertos e arejados, como quintais, praças e ruas.

Durante o processo de pesquisa não foram raras as vezes em que nos deparamos com relatos e críticas por parte de moradores da região de São Pedro à Universidade

---

<sup>5</sup> Registrado com o protocolo n 2425456/2021

<sup>6</sup> Registrado com o protocolo n 2021.044.756

e aos pesquisadores que, segundo os moradores, utilizam o território e seus moradores como objetos de estudo, porém, não retornam com os resultados da pesquisa e contribuições para a vida dos moradores. Tomando cautela para que não repitamos o processo de tratar o território e as pessoas como meros objetos, buscamos estabelecer relações com os moradores e com o movimento comunitário durante o processo, dirigindo nossa pesquisa para contribuir com a transformação do território e incorporando à nossa leitura a perspectiva de quem vive ali.

Reforçamos que nosso trabalho busca desenvolver uma análise da relação entre formação socioespacial e produção social do espaço nos marcos do capitalismo dependente latino-americano, caracterizado pela superexploração da força de trabalho. Este recorte conduz o estudo aos diversos processos que levaram à formação do que consideramos um desaguadouro para onde escorre a força de trabalho superexplorada, portanto, uma análise de uma dura realidade. Isso não significa, é importante ressaltar, que não enxergamos outras tantas dimensões da vida no território que não assumiram protagonismo na pesquisa, como a relação com o sagrado e espiritualidade, aspectos culturais, e da sociabilidade permeada por relações familiares e de amizade, entre outras que merecem ser aprofundadas com metodologia adequadas sem idealizações ou negligências.

Por se tratar do estudo da formação socioespacial do território, a dissertação está estruturada em um movimento que busca acompanhar as transformações do espaço e os processos relacionados em ordem cronológica. Seguindo o método proposto, não fazemos a distinção de capítulos “teóricos”, apresentando conceitos *a priori* para aplicar no objeto, analisamos o seu desenvolvimento histórico, em seu movimento a partir do concreto.

O primeiro capítulo busca analisar a formação socioespacial da baía noroeste até as primeiras décadas do século XX. Para tal análise fazemos uso de cartografias históricas, relatos de viajantes e historiografia sobre este período da cidade e do Espírito Santo. Buscamos caracterizar as transformações socioespaciais, as diversas atividades socioeconômicas e a relação do território, na escala do lugar, com dinâmicas em escalas maiores, desde a inserção no espaço urbano de Vitória e metropolitano na entrada do século XX até a sua integração com o sistema mundial de forma dependente.

No segundo capítulo tratamos do processo de industrialização e urbanização na RMGV, ocorrido na segunda metade do século XX, em que tem como componentes a reestruturação produtiva no campo; grandes obras de infraestrutura portuária e rodoviária; movimentos migratórios para a capital e região metropolitana; intensificando a formação de aglomerados subnormais, entre eles, Santos Reis. Analisamos dessa forma as condicionantes econômicas, políticas e sociais que levaram à ocupação do bairro, além de colocar em discussão a noção de desenvolvimento e as contradições do processo analisado, articulando a relação entre a formação de favelas com a acumulação capitalista na periferia do sistema.

O capítulo seguinte é destinado à análise da ocupação de Santos Reis em seus primeiros anos, de 1980 até meados dos anos 1990, inserindo a ocupação de São Pedro IV, como era chamada inicialmente, no contexto das ocupações da Grande São Pedro. Analisamos as diferentes formas de produção do espaço, seus atores, interesses e conflitos fundiários, a produção autoconstruída da casa e do bairro, reprodução social da força de trabalho e a caracterização dos moradores especialmente em relação a trabalho, renda e origem.

No quarto capítulo, tratamos das condições atuais do bairro, identificando suas principais transformações e permanências. Nesse capítulo analisamos aspectos socioeconômicos, formas de produção do espaço e construção da casa, projetos de urbanização e habitacionais, permanências e mudanças em relação ao uso do solo, perfil dos moradores, suas formas de trabalho, buscando articular as transformações e permanências desses aspectos com as dinâmicas nas distintas escalas.

## **1 - O LONGO PRELÚDIO**

Em nosso esforço de compreender a formação socioespacial de Santos Reis, este primeiro capítulo cumpre o papel de analisar as principais transformações socioespaciais da orla noroeste de Vitória até a entrada do século XX, assim como a sua inserção no espaço urbano de Vitória e região, no processo histórico de transição do colonial ao moderno no ES, compreendendo os impactos na localidade de interesse central do estudo, onde se formará a Grande São Pedro.

Mais que pontuar de forma esquemática as modificações na orla noroeste advindas da ação humana, pretendemos analisar a transformação do território a partir dos modos de produção e relações sociais específicas, os ciclos econômicos e seus e interesses de classe. Neste primeiro capítulo, portanto, trataremos do longo prelúdio que antecede o processo de ocupação urbana consolidada da GSP. Não nos propomos a realizar um estudo minucioso da formação da cidade de Vitória ao longo dos séculos, mas destacar as principais transformações socioespaciais no território estudado, que estruturam o espaço e as condicionantes sociais para o momento de sua maior dinamização, na segunda metade do século XX.

### **1.1 - Porto na cidade colonial**

A cidade de Vitória foi fundada em 1551 pelos colonizadores portugueses. Até então, a sede da capitania era a Vila do Espírito Santo, situada na margem oposta da Baía de Vitória, próximo a sua barra<sup>7</sup>. A historiografia dos primeiros anos da capitania, tradicionalmente estruturada a partir dos eventos lusitanos em solo brasileiro, relata a presença indígena na barra do rio Santa Maria e conflitos recorrentes desde o primeiro contato, com a chegada das embarcações em 1535 (DAEMON, p. 110; OLIVEIRA, 2008, p. 37; RUBIM, 2003, p. 1). Tais conflitos chegaram a deixar a antiga sede em ruínas (SALETTTO, 2011, p. 20) e, mesmo após transferência para Vitória buscando reforço para a segurança, os conflitos não cessaram (SALETTTO, 2011, p 22).

A nova sede adentra a baía e passa a se situar na margem oposta à vila do Espírito Santo (atualmente território de Vila Velha), ocupando a Ilha de Santo Antônio (ver Figura 1). O local havia sido doado em 1537 por Vasco Fernandes Coutinho, donatário

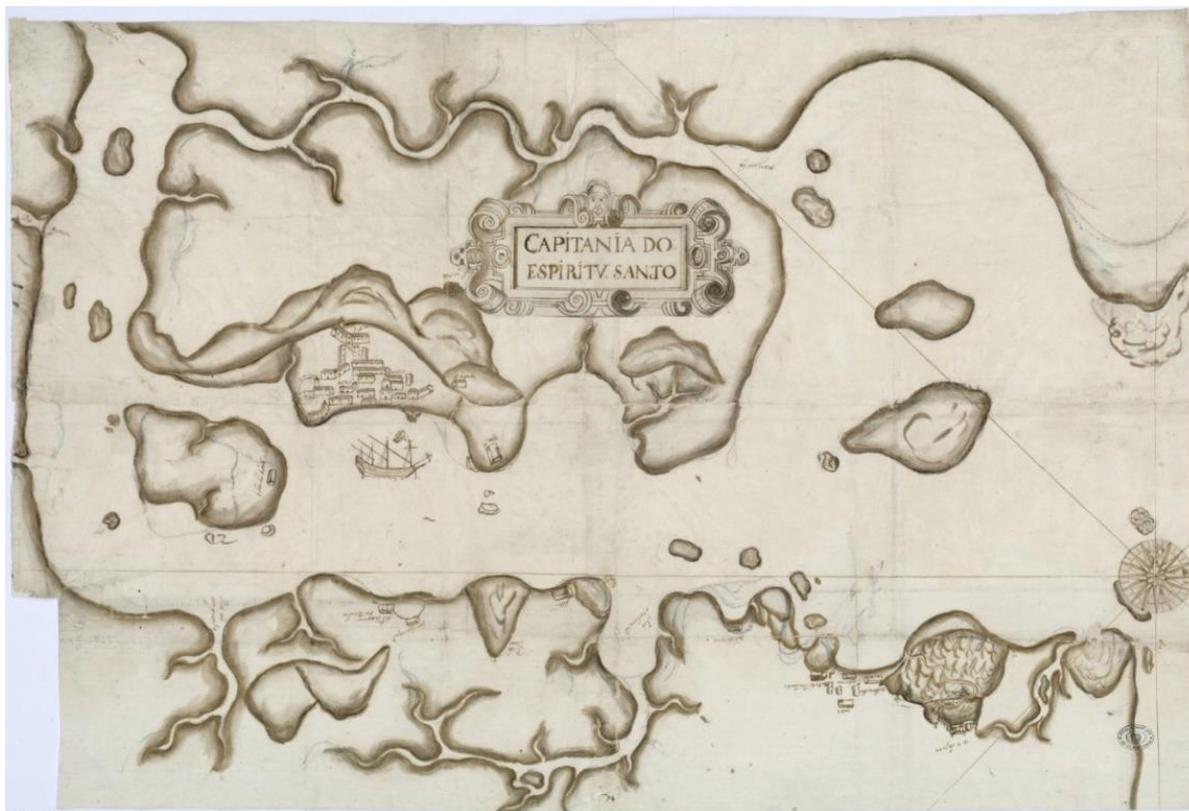
---

<sup>7</sup> Na localidade hoje se encontra a Prainha, em Vila Velha.

da Capitania do Espírito Santo, a Duarte de Lemos (OLIVEIRA, 2008, p. 42). Nesses primeiros anos de colonização, a orla oeste de Vitória, região em que Santos Reis está inserido, serve como porto inicial devido a existência de faixas de areia (ainda presentes nos dias de hoje, como se vê em Santo Antônio). Era um ponto de ancoragem mais fácil do que na orla ao sul da ilha, formada por falésias (MENDONÇA, 2007).

Devido à ocupação iniciada por Duarte de Lemos, a Ilha de Santo Antônio se caracterizava como uma “fazenda, que se achava assentada no local onde hoje se vê a igreja de Santa Luzia” (DAEMON, 2010, p.116), na localidade hoje conhecida como Cidade Alta, no Centro Histórico da cidade de Vitória. A cidade passa a se desenvolver nos séculos seguintes na orla sul da ilha, assentada em topografia acidentada, espremida em terreno elevado entre o maciço central e a água, proporcionando posição favorável para a defesa.

Figura 3: Capitania do Espírito Santo (1608-1616)



Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliográfico<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Há um vasto acervo de cartografias históricas do Espírito Santo presente no portal História Capixaba (<https://historiacapixaba.com/>), consultado em sua totalidade para essa pesquisa.

A Baía de Vitória, elemento central para o assentamento da cidade colonial e para o desenvolvimento da cidade nos séculos seguintes, é descrita como:

formada pelo mar, não sendo propriamente rio, embora os antigos dessem a toda a sua extensão o nome de rio Santa Maria, nela receba muitos outros rios e sua nascente seja o mesmo rio acima; é esta baía larga e franca, sendo considerada uma das primeiras do mundo por ser manso o mar e poder-se entrar a qualquer hora. (DAEMON, 2010, p. 529)

Afonso Cláudio (2007, p. 42)<sup>9</sup> em seu estudo sobre a história da literatura espírito-santense afirma que a primeira poesia a tematizar aspectos da região foi o Poema Marianno, escrito em 1770 pelo padre baiano Domingos de Caldas:

(...)  
Extende o mar um braço pela terra  
Que porto faz á tal Capitania;  
E com grossas veias nelle encerra,  
Grandes ilhas de tôsca pedraria;  
Desce o rio Jucú de rica serra  
E outro com o santo nome de Maria,  
Que eivado dos mais insanos ritos  
Vem ao mar expurgar-se dos delictos  
(...)  
(CALDAS, 1770 apud CLÁUDIO, 2007, p. 47)

No poema está presente a relação entre os povos indígenas, descrita como gente inumana e infiel, e o rio Santa Maria, que estaria contaminado pelos ritos pagãos. Há, no escrito, o registro da conotação negativa atribuída ao rio pelos colonizadores, como local dos povos indígenas e de seus hábitos.

O porto da Capitania, apontado pelo padre Caldas, é detalhado por Daemon na continuação da sua descrição da baía. Sendo o porto “extenso e largo, muito abrigado dos ventos, podendo conter em si desde a barra até o Lameirão duas a três esquadras, sem receio de garrarem os navios pelos temporais.” (DAEMON, 2010, p. 529). O Lameirão citado, como a própria toponímia indica, é um grande manguezal presente até os dias na cidade de Vitória, sendo uma reserva ambiental na orla noroeste da ilha. Tal descrição reforça a compreensão da orla noroeste como local de ancoragem.

É pelo seu porto, no atual centro histórico da cidade, que a capitania se integra aos mercados mundiais, de forma subordinada à metrópole, devendo respeitar o monopólio comercial (SODRÉ, 1964, p. 87). Nos primeiros anos da capitania é

---

<sup>9</sup> Publicada originalmente em 1912.

estabelecido comércio direto com Portugal e Angola (DAEMON, 2010 p.118) e se destaca no final do século XVI pela quantidade de engenhos<sup>10</sup>, considerada uma das mais prósperas capitanias da colônia (SCHAYDER, 2002, p. 26).

O sistema dependia do trabalho de africanos<sup>11</sup> e da população indígena<sup>12</sup> escravizados, servindo de força para todo tipo de atividade, sustentando materialmente a vida na colônia e produzindo a riqueza acumulada pela metrópole. O escravo, na sociedade colonial, equivale a uma mercadoria, cujo papel é o de produzir até o esgotamento de sua força, como apresenta Marx, o “senhor de escravos compra seu trabalhador como compra seu cavalo. Se perde seu escravo, ele perde um capital que tem de ser repostado por meio de um novo gasto no mercado de escravos” (MARX, 2013, p. 239). Além do trabalho, a escravidão tem no tráfico de escravos um importante componente da economia colonial, estabelecendo uma rota que integra três continentes, sendo importante atividade comercial para a metrópole.

O escravismo colonial é da maior relevância para a FES brasileira, afirmação presente nas obras de Marini (2011b, p. 174) e Prado Júnior (1961), Clovis Moura (2014), determinante para a futura formação étnico-racial e, mais especificamente, da classe trabalhadora brasileira e dos padrões de exploração da força de trabalho. A integração dos três troncos raciais, se estabelece pela violência, distante de qualquer noção de democracia racial, resultando na composição étnico-racial do Brasil de hoje, com incorporações e apagamentos culturais, prevalecendo os elementos da sociedade

---

<sup>10</sup> Quantidade superior a Porto Seguro, São Vicente e São Tomé. Esses engenhos estavam localizados tanto na ilha de Santo Antônio quanto em outras localidades, vizinhas (DAEMON, 2010 p.116). Saletto (2011, p. 94) descreve um intenso comércio com Portugal, em meados do século XVII, recebendo com cinco navios por mês no porto, interessados na atividade açucareira e comercial, dessa forma, “se integrava, embora como um pequeno centro, ao mundo dos grandes negócios coloniais”.

<sup>11</sup> Presente na província ocorre desde a chegada dos fidalgos portugueses, sendo intensificada em 1621, quando a capitania passa a importar escravizados (DAEMON, 2010, p. 163).

<sup>12</sup> A relação entre os colonizadores e os povos indígenas, apesar de pontuais alianças táticas (como na defesa do território diante da invasão francesa, ainda no século XVI, com Arariboia no Rio de Janeiro [DUARTE, 2011, p. 100] e Maracajaguaçu no Espírito Santo [OLIVEIRA, p. 97]), foi marcada apenas pelos inúmeros conflitos que resultavam na escravização dos povos nativos. Há registros de que o próprio Vasco Fernandes Coutinho esteve capturando indígenas como escravos na barra do Rio São Francisco (OLIVEIRA, 2008, p. 73), sendo essa uma prática recorrente. A escravização indígena no Espírito Santo está presente de forma numerosa nas obras de Oliveira (2008), Daemon (2010) e Saletto (2011) e nos permitem compreender como a escravização indígena e o genocídio étnico ocorrem em solo espírito-santense. A escravização ocorria a partir de capturas, de prisões após conflitos, ou ainda, pela aquisição de prisioneiros de guerras entre tribos nativas (OLIVEIRA, 2008, p. 28). Saletto (2011, p. 94) demonstra a importância da mão-de-obra escrava indígena para a expansão açucareira na região, assim como a sua integração com o mercado colonial, dando destaque para o papel dos jesuítas no controle dos povos pré-coloniais.

colonial europeia<sup>13</sup>. A violenta sociabilidade colonial com sua estrutura racial, tem desdobramentos sociais que impactam até os dias atuais, havendo uma marcante diferenciação de base étnico-racial em indicadores sociais como escolaridade, expectativa de vida, trabalho e renda, violência e encarceramento.

Marx (2013) nos ajuda a inserir o período colonial em Vitória na totalidade da sociedade em escala mundial, ao tratar da suposta<sup>14</sup> *acumulação primitiva*. O processo analisado representa a base material que possibilitou o surgimento do modo de produção capitalista na Europa e a sua expansão para o mundo.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 2013, p. 998)

O sistema colonial, para Marx (2013), é baseado na violência mais brutal, sendo ela mesma a potência econômica e “parteira” da sociedade burguesa. O colonialismo amadureceu o comércio e a navegação, alavancando a concentração de capital “potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital” (MARX, 2013, p. 535). Marini, no mesmo sentido, aponta que:

A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2011, p. 134)

As terras auríferas, citadas por Marx, são descobertas em solo brasileiro desde o século XVII, contudo, o ciclo do ouro é um processo do século XVIII (SODRÉ, 1964,

---

<sup>13</sup> Para trazer um exemplo concreto, Saletto (2011, p. 123) apresenta que “Se os índios não renunciavam a suas práticas ‘demoníacas’, era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc... Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E, finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutriná-los e dirigi-los, transformando-os em cristãos.”

<sup>14</sup> Chamamos de “suposta” para resgatar o sentido original da categoria presente em Marx (2013), em que o autor faz um contraponto a ideia idílica de que o nascimento do capitalismo estaria baseado em uma acumulação primitiva de riqueza por uma elite virtuosa. Marx nos mostra que se houve uma acumulação primitiva essa deu pelo saque, escravidão, violência e colonialismo.

p. 133). No Espírito Santo, a principal descoberta foi em Castelo, no ano de 1702, entretanto, no ano de 1710 D. João V proíbe a continuidade das explorações e descobertas das minas de ouro da capitania, assim como a abertura de estradas para Minas Gerais, principal região aurífera da colônia, sob pena de terem bens confiscados e serem presos e exilados (DAEMON, 2010, p. 200). As restrições seguem até o final do século, quando os embargos são suspensos em 1797, pelo então príncipe regente D. João. Esse é um momento chave na historiografia capixaba, sendo apresentado em uma série de livros didáticos e trabalhos acadêmicos como responsável pelo assim chamado *atraso econômico* do ES. A proibição de se estabelecer relação com as Minas, criando uma capitania à parte sob controle da Coroa na região, teria reservado ao ES o papel militar, impedindo a entrada de invasores, a chamada *barreira verde*. O ouro extraído da região de Minas Gerais, que teria rota mais curta para o Atlântico pelo Espírito Santo, passa a ser escoado pelo Rio de Janeiro. Há controvérsias sobre o conceito de *barreira verde* e o impacto desse processo na formação do ES e no seu quadro atual. Em estudos recentes, esse processo é apresentado como uma fantasia persecutória (PEREIRA, 2013) do período republicano, utilizada para a construção de consensos em torno de projetos de desenvolvimento das elites locais. No entanto, a crítica à noção de *barreira verde* e os seus usos políticos, não nega a militarização da cidade no ciclo aurífero, que passa a ter uma série de fortificações na baía, assim como não nega o impedimento da participação do ES no ciclo do ouro e o seu isolamento econômico das redes econômicas e urbanas em formação.

As relações sociais de produção<sup>15</sup> do período colonial e a economia agrícola e mineradora voltada para mercado mundial em formação, terão profundas marcas na sociedade brasileira nos séculos seguintes, se estendendo até a contemporaneidade

---

<sup>15</sup> Nelson Werneck Sodré, ao analisar as relações sociais e as classes que compõem a sociedade colonial vai indicar uma “articulação entre a Coroa lusa, representação da classe dominante de senhores feudais metropolitanos, e os senhores de engenho, classe dominante na colônia escravista” (SODRÉ, 1964, p. 86). Mazzeo (2015, p. 115) resgata uma importante discussão na tradição teórica marxista em torno do tema do feudalismo no Brasil que, como apresenta, tem origem na historiografia ibérica. A compreensão, presente em obras como a de Sodré (1967, p. 25), de que haveria aspectos feudais na colonização do Brasil, seja na organização das capitanias hereditárias, seja na forma de trabalho ou no caráter da economia do sistema colonial, representou um problema teórico e político entre marxistas no século XX, que viam no latifúndio e na elite agrária como resquícios feudais que impediam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Discordamos dessa leitura ao concordar com Mazzeo (2015), que compreende a sociedade colonial como uma formação social pautada por relações de produção, baseada fundamentalmente na escravidão, entre senhores donos de engenho e seus escravos, tem o trabalho voltado para fins comerciais, orientado pelo valor de troca.

(MARINI, 2011; PRADO JUNIOR, 1961; SODRÉ, 1964). O colonial também é um pressuposto da formação do urbano no Brasil, como nos apresenta Francisco de Oliveira (1982) fundamentado na divisão social do trabalho estruturado pela divisão internacional do trabalho, em que o sistema produtivo se encontra principalmente no campo, mas que as cidades exercem o controle político, principalmente pelo caráter agroexportador da economia, concentrando nas cidades litorâneas, os aparelhos de Estado colonial português, sendo as cidades, portanto, sede do capital comercial e do controle da produção agroexportadora, resultando em uma rede urbana polarizada em poucas e grandes cidades e ao mesmo tempo, que concentram esse poder, e de uma rede urbana pobre,

determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. Esse caráter autárquico embotava a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas. (OLIVEIRA, 1982)

Quatro anos após a chegada da Família Real ao Brasil, no ano de 1812 a capitania apresentava “11.900 indivíduos livres e 12.100 escravos, no total 24.000 almas” (DAEMON, 2010, p. 268). O período colonial em Vitória resultou na sua integração subordinada à metrópole ibérica, havendo inicialmente alguma relevância comparativa entre as demais capitanias, sobretudo pela produção de cana e seus derivados, principal atividade econômica em todo o período. Entretanto, não participa ativamente do ciclo do ouro, se isolando e perdendo a vitalidade econômica. Em todo o período colonial o porto assume papel central na ocupação do território, sendo o meio de integração com outras cidades, capitanias e com a metrópole. A necessidade de defender a cidade de outras nações europeias e dos povos originários leva a uma produção militar do espaço, com um conjunto de fortificações ao longo da baía durante o ciclo do ouro que se fazem parcialmente presentes até os dias atuais<sup>16</sup>. Em todo esse período, a relação com a região oeste da ilha, região de interesse para o nosso estudo, se estabelece pela navegação como ponto de ancoragem, havendo reconhecimento da navegabilidade do interior da baía.

---

<sup>16</sup> Entre as edificações militares ainda presentes estão: o Forte de São Francisco Xavier de Piratininga, atual 38º Batalhão da Infantaria do Exército, em Vila Velha e o Forte São João, atual clube Saldanha da Gama nas proximidades do Centro de Vitória.

De costas para continente, com escassas relações com outras capitanias, o ES não constitui rede urbana sólida, sendo reativa e limitada aos impulsos externos. Em toda essa trajetória, até meados do século XIX, a orla noroeste é referenciada apenas como um ponto de atracamento, capaz de abrigar embarcações e de acesso relativamente mais simples em comparação à orla sul. Se as transformações do espaço hoje correspondentes à GSP foram poucas no período analisado, por outro lado, a FSE de Vitória no período analisado são fundamentais para compreender o espaço atual.

## **1.2 - Império: Entreposto comercial, fazenda e produção de cal**

A revolução industrial na Europa, que contou com a contribuição das colônias latino-americanas, corresponde, segundo Marini “na independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir (...) um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra” (MARINI, 2011, p. 134). Marini (2011) afirma que a independência dos países latino-americanos, nos marcos da industrialização europeia viabilizada pelo sistema colonial, representa uma independência política, tendo início, nesse momento, uma articulação com estrutura definida com base na divisão internacional do trabalho (DIT), uma dependência de outra natureza:

Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011, p. 134)

É após essa independência formal, já nos marcos do Brasil Império, em meados do século XIX que se tem notícia da ocupação da orla noroeste, concentradas inicialmente na Ilha das Caieiras. O Imperador Dom Pedro II, em visita ao Espírito Santo nos primeiros meses de 1860, parte de Vitória navegando pelo Rio Santa Maria para conhecer a Colônia de Santa Leopoldina, situada na região serrana no centro do ES. O distinto visitante cita a Ilha das Caieiras em suas anotações de viagem<sup>17</sup>: “5 e 8 m largou o Pirajá<sup>18</sup> – 6 menos 9 m a par da [povoação da] ilha das Caieiras; paramos – 6 e 10 m passei para a galeota – e 36 m boca do Santa Maria – 7 e 5 m Porto da Pedra.” (ROCHA, 2008, p. 123). O imperador chega a citar novamente a localidade

---

<sup>17</sup> O trecho é de autoria do Imperador, porém, transcrito na obra de Rocha (2008) que apresenta a intervenção entre colchetes.

<sup>18</sup> Nome da embarcação à vapor. Galeote, citado em seguida, é um tipo de embarcação comprido e movido a remo.

em outra passagem, sem maiores informações ou descrições do local. No relato é possível notar que em meados do século XIX a Ilha das Caieiras já era habitada e conhecida pela toponímia atual<sup>19</sup>. A influência da água com a oscilação das marés resultava em um aspecto insular da localidade, portanto, “Ilha”. Já “Caieiras” deriva da produção de cal no local, fazendo uso das ostras em abundância na região (PMV, 2013). Dessa forma, a produção de cal na localidade também se fazia presente na época, inserindo a Ilha das Caieiras na estrutura produtiva local, em especial a da construção, escoando a cal produzida pela baía até o porto.

Daemon descreve em 1873 a Baía de Vitória como sendo navegável por “navios e vapores de grande calado até o Lameirão<sup>20</sup>, e daí para cima até o Cachoeiro de Santa Leopoldina por pequenos vapores, lanchas e lanchões de pequeno calado” (DAEMON, 2010, p. 529)<sup>21</sup>. A profundidade das águas faz da região da Ilha das Caieiras um ponto de baldeamento<sup>22</sup>, como relatado pelo imperador, onde se realizava a transição para embarcações de menor porte, capazes de adentrar o rio Santa Maria da Vitória.

Com nascente na região serrana do ES, o Rio Santa Maria percorre os territórios atualmente pertencentes aos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Serra, Cariacica e Vitória. Os municípios listados estão inseridos em sua totalidade territorial ou em sua maior parte, em seus limites atuais, na bacia hidrográfica deste rio (Figura 4). Na metade aproximada do curso d’água encontra-se o último trecho encachoeirado, neste ponto foi estabelecido o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina, núcleo urbano e sede da colônia desde a penúltima década do século XIX. Santa Leopoldina era uma das colônias destinadas à colonização de trabalhadores europeus no ES que são fundadas na segunda metade do século XIX. A vitalidade dessas colônias estava relacionada ao cultivo de café, atividade

---

<sup>19</sup> Basílio Daemon (2010), faz menção ao território em obra publicada em 1873, chamando de Ilha das Caieiras. As menções são usadas para referência geográfica da terra doada à Duarte de Lemos (idem, p. 113), e para situar acontecimentos nos séculos seguintes, como a rota de fuga durante um incêndio em 1796 (idem, p. 251), e o aparecimento de um cetáceo que adentrou a baía até as Caieiras em 1848 (idem, p. 373).

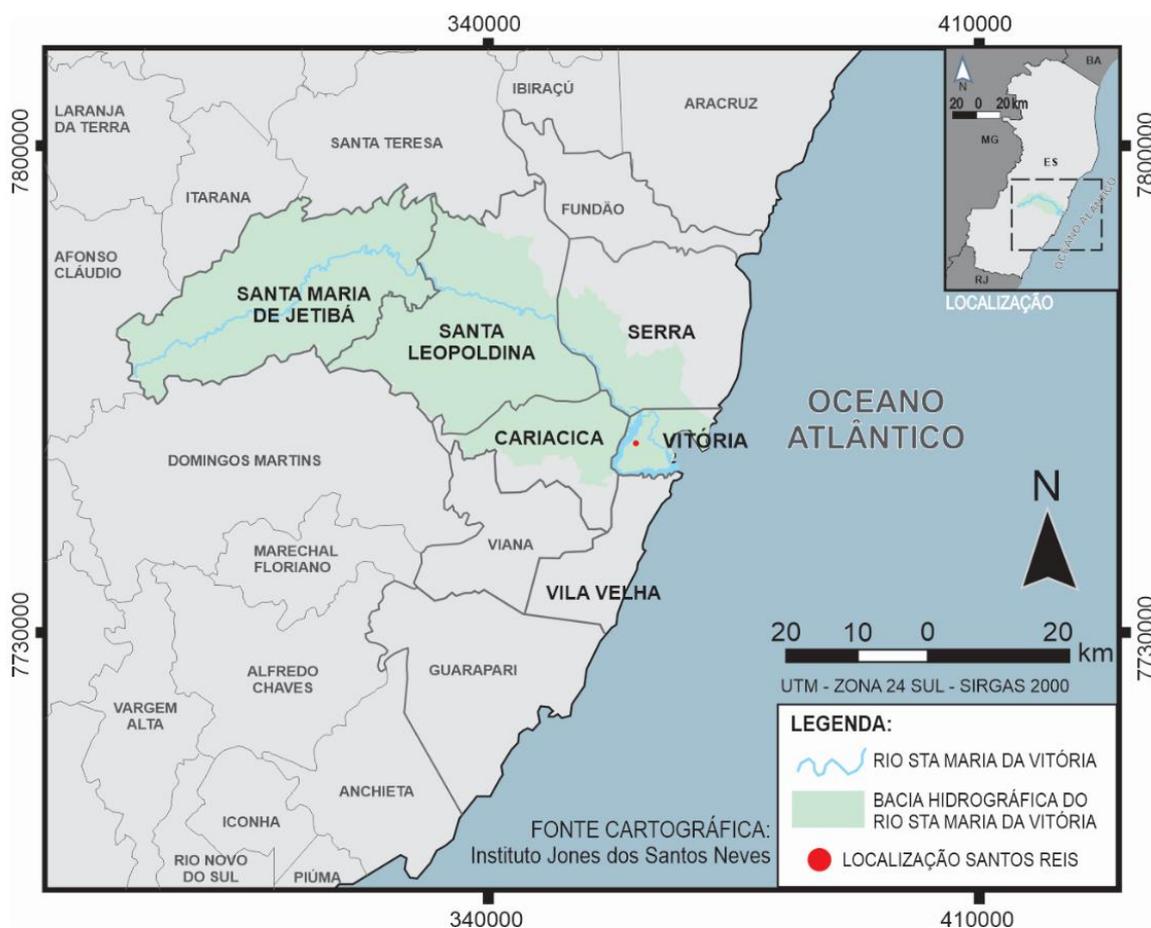
<sup>20</sup> O Lameirão se refere ao manguezal na região da baía noroeste, onde hoje existe atualmente uma reserva ambiental.

<sup>21</sup> Destacamos um aspecto interessante na descrição do autor, a existência de pequenos recifes e calhaus na baía se faziam presentes apenas pela “incúria”. (DAEMON, 2010, p. 529) Nota-se uma visão da natureza como obstáculo a ser vencido e dominada pela ação humana, longe de perspectivas ecológicas contemporâneas.

<sup>22</sup> Transferência de uma embarcação para outra.

econômica de maior relevância para o ES e Brasil na época. No final do século XIX, o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina é o mais importante entreposto comercial do ES, concentrando todo o armazenamento e escoamento da produção cafeeira da região, transportando em embarcações com aproximadamente 16 metros de comprimento pelo rio até Vitória (SECULT, 2009, p.168).

Figura 4: Rio Santa Maria, sua respectiva bacia hidrográfica e limites atuais dos municípios.



Fonte: IJSN (2019) adaptado pelo autor.

O ciclo de maior vitalidade do café no ES, assim como em nível nacional, ocorre a partir da segunda metade do século XIX, coincidindo com um processo de transformações no sistema escravocrata. Primeiramente, pela supressão do tráfico de escravos em 1850, posteriormente a Lei do Ventre Livre em 1871, e por último, a abolição da escravidão no Brasil em 1888.<sup>23</sup> Como impulso para o processo de

<sup>23</sup> É necessário reconhecer o papel ativo dos próprios escravizados enquanto sujeitos políticos, travando batalhas de resistência que, como aponta Clóvis Moura, não podem ser entendidos como eventos isolados (MOURA, 1981, p.89), ou desorganizados, sem objetivos, uma vez que pressionavam pela sua libertação por meio de revoltas, guerrilhas e quilombos. Havendo, portanto, uma *práxis negra* (OLIVEIRA, 2016). Indicamos a obra *Clóvis Moura - Trajetória intelectual, práxis e resistência negra* de Fábio Nogueira de Oliveira (2016) para a compreensão do pensamento e trajetória política do autor.

supressão do trabalho escravo no Brasil, apontam-se questões de ordem econômica, pela universalização do modo de produção capitalista, sendo o trabalho livre um dos seus componentes fundantes. Marcando a história da formação da classe trabalhadora brasileira, os ex-escravizados são inseridos de forma serial na sociedade brasileira, carregando elementos da sua condição pregressa, largados ao

seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 2008, p.35-36)<sup>24</sup>.

Outra importante transformação da metade do século XIX, contemporânea ao ciclo cafeeiro, é a Lei de Terras de 1850, transformando a terra, na forma de sesmarias ou áreas ocupadas para produção ou moradia sem custos (rossio), em mercadoria (FERREIRA, 2005). Fator que está articulado com o fim da escravidão, dificultando a integração da população negra e do seu desenvolvimento socioeconômico. Esse é o período de formação do latifúndio no Brasil e que no ES tem sua expressão nas terras ao sul, fortemente vinculado a economia fluminense, com a compra de boa parte da produção, escoamento e tributação no Estado vizinho, além da compra de grandes porções de terras por proprietários fluminenses, mineiros e de pequenos produtores que vinham até mesmo do nordeste (DARÉ, 2010).

Entretanto, nas décadas seguintes, se observa no ES uma particularidade em relação a outras partes do país ao se formar uma estrutura fundiária baseada da pequena propriedade familiar, sobretudo nas regiões centrais e ao norte do ES, articulado ao processo de transição para o trabalho livre baseado na colonização europeia, alijando os negros recém-libertos e povos indígenas da terra (NETO, 2012, p. 102). A pequena propriedade surge como forma de atualização do sistema de exploração e acumulação, tendo o capital comercial o papel central desse processo e que subordinava a produção, o que incluía uma série de extorsões com base no endividamento dos colonos, que pagavam em café (DARÉ, 2010).<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Muito diferente é a condição da inserção do branco europeu que apesar do pauperismo, abusos e falta de assistência, chega em solo brasileiro como trabalhador livre. Pela forma de ocupação por colônias, esses grupos de imigrantes, principalmente italianos e alemães, que chegam em meados do século XIX preservam elementos da identidade e aspectos culturais até hoje. Como exemplo dos conflitos no processo de imigração europeia, o mais emblemático é a Revolta dos Lombardos em Timbuí. Ver Guariz (2019).

<sup>25</sup> A apropriação da produção agrícola pelos comerciantes se deu de diversas formas, incluindo o endividamento, como a venda de lotes rurais a prestação, com pagamento em café.

Há registros de atividades cafeeiras no ES desde as primeiras décadas do século XIX, (OLIVEIRA, 2008, p. 278; DAEMON, 2010, p. 282)<sup>26</sup>. Em Vitória no início da segunda década do mesmo século, a economia açucareira já não apresentava grande vitalidade, com baixa produtividade.<sup>27</sup> Os demais produtos agrícolas como o próprio café eram produzidos e comercializados em pequena escala e a sua baixa atividade agrícola faz com que a cidade passe por um período de penúria, refletindo no aspecto das edificações e no cotidiano dos habitantes (OLIVEIRA, 2008, p. 272). É apenas na metade do século XIX que o café passa a ter produção aumentada significativamente.<sup>28</sup>

A intensificação da produção cafeeira no ES enfrenta o problema da escassez de trabalhadores rurais, mas é potencializada com a demanda pelo produto como energético, destinado ao aumento da produtividade dos trabalhadores nos EUA e na Europa, centro do sistema capitalista em formação que passava pelo processo de intensa industrialização. Com longas jornadas de trabalho e pauperismo do proletariado urbano que se formava nesses centros, o café era um recurso que permitia manter o vigor do trabalho mesmo com poucas refeições ao dia. O café, antes um signo de luxo, passa a ser pela primeira vez um produto de consumo de massas (LUCE, 2018, p. 95).

É principalmente a partir de meados do século XIX que o Brasil e a América Latina tem um aumento drástico na produção (Tabela 1). Na virada do século, somente os EUA é responsável por 40% do café consumido mundialmente, a Europa setentrional é responsável por quase todo o restante (LUCE, 2018, p. 95). A articulação entre a abundante produção do café na América Latina, cada vez mais barato, e o seu uso para o aumento da produtividade nos países centrais do capitalismo, contribuem não apenas para a acumulação de capital nos EUA e na Europa, como para o aumento da desigualdade entre as nações no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas e do papel assumido no mercado mundial, aprofundando o abismo entre as FES, que

---

<sup>26</sup> Já era presente a produção para exportação no Rio Doce, ao norte.

<sup>27</sup> empregava técnicas rudimentares para a época, além da concorrência com a beterraba, que passa a ser utilizada para a produção do açúcar, transformando países consumidores em produtores, que além do abastecimento interno também exportavam e disputavam o mercado mundial (SIQUEIRA, XXX).

<sup>28</sup> Em 1879 o núcleo de Santa Leopoldina exportava mais de 100.000 arrobas de café, entre outros produtos agrícolas (DAEMON, 2010, p. 399).

agora se configura como a produção e exportação de produtos agrícolas no Brasil e países latino-americanos, enquanto nos EUA e parte da Europa a produção industrial.

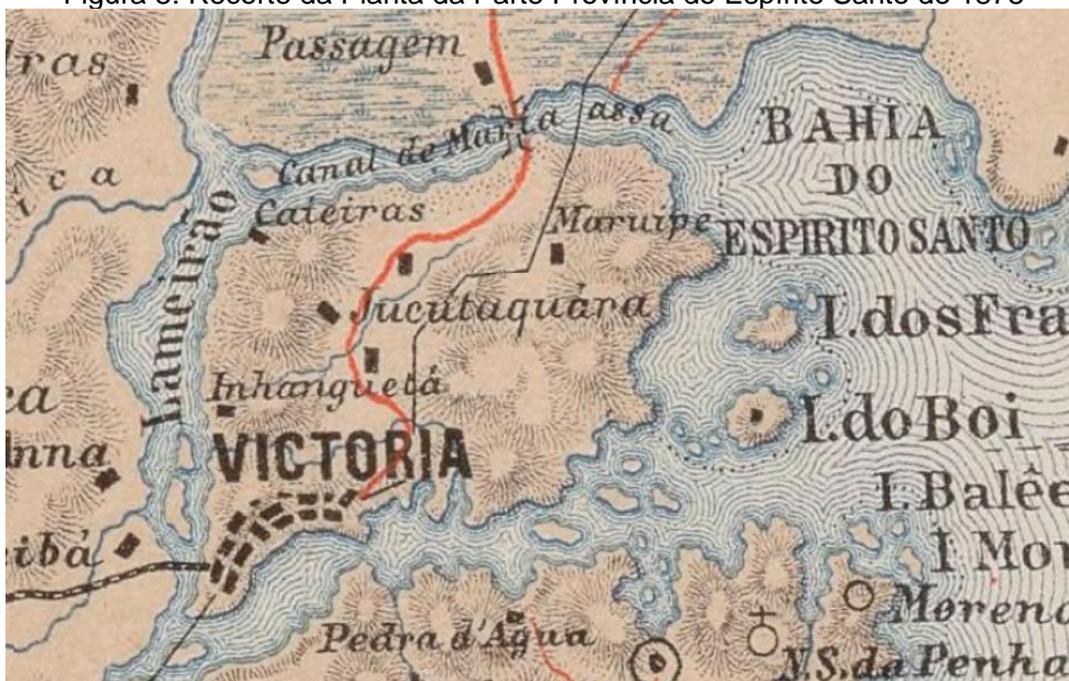
Tabela 1: Participação na produção do café consumido mundialmente

PRODUTOR	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CAFÉ CONSUMIDO MUNDIALMENTE POR ANO (%)		
	1843	1915	1930
AMÉRICA LATINA	70%	94%	89%
BRASIL	40%	60%	82%

Fonte: Luce (2018)

A atividade anteriormente estabelecida de baldeamento nas Caieiras contribuiu para que a localidade se transformasse em um entreposto comercial inserido na rota internacional do café. O plantio pelas mãos dos colonos na região central do ES, é concentrado no porto de Santa Leopoldina, descendo rio abaixo, passando por uma série de fazendas com seus respectivos portos nas margens, até que chegasse na Baía de Vitória realizando uma primeira parada na Ilha das Caieiras, dali partindo para o Porto de Vitória, na orla sul da ilha (MENDONÇA, 2007). A política centralista do Império impedia a exportação direta para o exterior, devendo passar pelo Rio de Janeiro, capital imperial, que tinha o papel de redistribuição do comércio nacional e concentração da exportação e importação com o exterior (SIQUEIRA, 1991).

Figura 5: Recorte da Planta da Parte Província do Espírito Santo de 1878



Bibliothèque Nationale de France (2015)

Além das atividades registradas anteriormente na região das Caieiras, há o registro de uma fazenda, presente na Planta da Província do Espírito Santo de 1878 (Figura 5). A planta, para além da região das Caieiras, registra a permanência do núcleo urbano da cidade restrito à orla sul, sem expansões significativas, assim como a integração de Vitória ao restante da província e para além de seus limites no final do século XIX.<sup>29</sup> Nas últimas décadas do século XIX, pouco antes da Proclamação da República em 1889, a população da cidade de Vitória era de 5.177 habitantes, sendo 965 escravos. Uma proporção de aproximadamente um escravo para cada quatro pessoas livres (ver Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição populacional de Vitória no ano de 1872

Região	Livres				Escravos
	Branços	Pardos	Pretos	Caboclos	
Vitória	1.503	1.781	880	48	965
	4.212				
	5.177				

Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: JESUS, 2009, p. 111.

O café no ES tem importante papel na transição do trabalho escravo para o livre, entretanto, como a tabela acima indica, o primeiro não some completamente até o final do século XIX. Marini (2011) afirma que uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo se baseia no sistema misto de servidão e de trabalho livre, desenvolvendo a “economia de exportação para o mercado mundial”. Tal processo, como vimos, também se verifica no ES. O desenvolvimento do modo de produção capitalista passa a demandar o mercado livre de trabalho, que se estabelece, pela política de imigração de europeus, mas também pela abolição da escravidão, sendo a segunda aquela que “liquidava com as bases da sociedade

<sup>29</sup> O mapa acima permite compreender a integração dos núcleos urbanos no final do século XIX. Por meio da cabotagem, estabelece rota ao sul em direção ao Rio de Janeiro, passando por Itapemirim, e ao norte para Santa Cruz e São Mateus, em direção a Bahia. A linha tracejada, na parte baixa do recorte, partindo de Vitória em direção ao oeste, representa uma ferrovia projetada indo até o Rio Doce, no norte da província. Trata-se da Estrada de Ferro Vitória a Minas, inaugurada somente na primeira década do século XX. A linha vermelha que corta a ilha indica uma estrada, que segundo Botechia (2017, p. 226), se trata da Estrada Geral da Costa, cujo trecho no interior da ilha dará origem ao Eixo Maruípe, presente na cidade até os dias atuais. A Estrada passava pelas fazendas na região central da ilha, podendo tanto abastecer a cidade quanto escoar a produção pelo porto, continuando no continente passando por fazendas e outras cidades como Nova Almeida e Serra ao norte, e ao sul por Vila Velha, Guarapari, Benevente (Anchieta) e Itapemirim. Nota-se assim a constituição de uma incipiente rede de núcleos urbanos.

imperial” (MARINI, 2011, p. 152), tendo a monarquia o seu fim um ano após a Lei Áurea, de 1988.

Luce (2018) destaca que a transição para o modo de produção capitalista na América Latina surge para atender aos interesses e necessidades da economia europeia, fornecendo as bases materiais para a revolução industrial, como alimentos baratos, matéria prima e, no caso do ES, o café. Uma economia voltada para interesses externos representa consequências, como apresenta Siqueira (1991) em relação ao ciclo do café no ES, quando há necessidade de se importar alimentos, em escassez com a diminuição da diversidade produtiva no campo. Luce (2018) vai caracterizar, um divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas. Não se produz o que é necessário para a reprodução material da sociedade local, impulsionando o desenvolvimento externo e a dependência econômica em relação aos países centrais. Um reflexo do processo de acumulação primitiva que *fabricou fabricantes* na Europa, enquanto na América Latina, “as oligarquias vincularam-se ao papel subordinado que coube à economia exportadora, dentro da divisão internacional do trabalho” (LUCE, 2018, p. 87).

### **1.3 - Modernização republicana**

O café que desce a serra, passa pelas Caieiras e chega ao porto de Vitória, alavancando uma série de transformações sociais, políticas, econômicas e, evidentemente, espaciais na cidade. A cadência das metamorfoses atravessadas pela cidade nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século seguinte passam a ser regidas pelas oscilações do preço do produto no mercado mundial.

Esse impulso econômico possibilitou a realização de antigos projetos das lideranças políticas e econômicas locais, assim como agita novas ideias e desejos. O mandato de José de Melo Carvalho Muniz Freire frente ao governo estadual, entre 1892-1896, expressa de forma mais emblemática esse ideal de modernização, com seu projeto que pretendia consolidar Vitória como centro político, administrativo e econômico do Espírito Santo, com pretensões de exercer influência para além dos limites estaduais, chegando ao leste de Minas Gerais. Tal projeto tinha como elemento central a concentração do escoamento da produção agrícola do ES pelo porto de Vitória, visando melhorias em sua estrutura e articulação de uma rede ferroviária, canalizando a produção das áreas produtivas, antes escoadas pelos portos de Itapemirim (sul) e

São Mateus (norte) (CAMPOS JÚNIOR, 1985; MENDONÇA et al., 2009). A atividade portuária da cidade, apesar de histórica, servia principalmente como porto de passagem para outros de maior porte, sem atividades expressivas mesmo em âmbito regional, se limitando ao escoamento da produção agrícola da região central do ES.

A modernização em Vitória, portanto, deve ser compreendida como projeto de preservação do poder político e econômico da parte da elite local, vinculada ao capital comercial, idealizado no processo de transições: da centralidade da acumulação de capital na região do setor produtivo agrícola para o comércio; da transição do trabalho escravo para o livre; da riqueza na forma de escravos para a propriedade da terra; e do início da república (MENDONÇA, 2014; MENDONÇA E CAMPOS JÚNIOR, 2019).

A queda do preço do café nos mercados mundiais prejudica a efetivação do projeto em sua plenitude no tempo desejado por Muniz Freire, o porto então recebe intervenções ao longo da primeira metade do século XX, aumentando a sua importância, mas só centraliza o escoamento da produção estadual com o incremento dos meios rodoviários em meados do mesmo século. Como parte das ações para melhoria do porto, a ponte Florentino Avidos, de 1928 potencializa as atividades portuárias e contribui para a integração da rede urbana, sendo a primeira ponte que liga Vitória ao continente ao sul, para Vila Velha, possibilitando uma integração logística. A ponte metálica fabricada na Alemanha também possibilitou o transporte terrestre e a travessia de um bonde.

A modernização desejada para a capital passa a contrastar com o espaço urbano com características coloniais. Vitória tinha em suas construções seculares e no seu traçado sinuoso a materialização do “atraso”, do passado isolado e alijado dos ciclos econômicos de maior vivacidade no cenário nacional. Como representação de um passado colonial, pré-republicano, Vitória seria marcada pela ação do colonizador português e o seu “mau gosto arquitetônico e a ignorância absoluta das regras mais elementares de construir. Foram pobres demais e ignorantes em grau superlativo” (DERENZI, 1965, p. 91, 137). Sem entrar na espinhosa discussão sobre o que seria o “bom gosto arquitetônico”, destacamos o registro de Derenzi por demonstrar o ideário do “atraso” e da necessidade do desenvolvimento local, apontando desdobramentos para o espaço urbano, como expressão dessa condição. Um

discurso que tinha eco em outras vozes relevantes e precisava encontrar resposta numa transformação urbana estrutural.

Era necessário produzir uma cidade alinhada com o ideal republicano e os novos parâmetros sanitários, sendo assim, projeta-se uma expansão urbana, de autoria do engenheiro sanitário Saturnino de Britto, o Novo Arrabalde (ver Figura 6). O projeto de 1896 previa a expansão da cidade para a orla leste da ilha<sup>30</sup>, em sentido oposto à baía noroeste e às Caieiras, com grandes obras de drenagem e canalização de corpos hídricos, áreas destinadas à habitação social e um traçado ortogonal atravessado por grandes eixos. O projeto é implementado em ritmo mais lento do que o imaginado inicialmente, sendo a implantação de linhas de bondes as primeiras ações no sentido de executar o plano logo nos primeiros anos do século XX (MENDONÇA et al., 2009). Entretanto, enquanto expansão urbana por meio de loteamentos só tem início após a década de 1920 e vai precisar das duas décadas seguintes para se consolidar como área efetivamente ocupada (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

A planta do projeto urbanístico permite compreender melhor a condição do solo e os desafios para a expansão urbana nessa direção. A mancha no centro da ilha, que representa o maciço central, avança até as margens da baía, formadas por manguezais. Entretanto, uma justificativa para a adoção do vetor de crescimento no sentido leste, que apontasse limitações técnicas para urbanizar a região da baía noroeste, cairia em contradição, afinal, o projeto proposto por Saturnino de Britto exigia grandes esforços, urbanizando áreas alagáveis. Apesar de estabelecer maior conexão com o eixo Maruípe, responsável pela produção agrícola, o projeto de Britto, ao mirar para o leste, não buscava integrar núcleos urbanos então existentes, ou acompanhar um eixo de urbanização verificado ao longo dos anos anteriores.

Apontamos como reforço para a tomada de decisão de se urbanizar ao leste a teoria miasmática<sup>31</sup>. A orla noroeste, formada por uma extensa área de manguezal, com sua água parada, entendida como problema para essa teoria, além do maciço central da ilha barrar os ventos predominantes (sul e nordeste) na região, portanto, dificultar a

---

<sup>30</sup> O Novo Arrabalde corresponde a diversos bairros que hoje são conhecidos como Jucutuquara, Horto, Santa Lucia, Praia do Canto, Santa Helena e Itararé, entre outros.

<sup>31</sup> A teoria miasmática, que ganhava força desde o século XVIII, influencia o sanitário e, por consequência, Saturnino de Britto, se baseia na crença de que emanações nocivas geradoras de doenças (os miasmas), seriam produzidas em determinados ambientes com estagnação de pessoas, do ar e da água, como brejos e pântanos. (CASAGRANDE, 2011).

circulação do ar. O sítio ao leste, onde Saturnino desenvolveu seu projeto, propiciaria de forma mais adequada a necessidade de promover a circulação e fluidez do ar, água e pessoas, com uma ocupação plana, com menos obstáculos para o vento que chega do mar, onde a água está em constante movimento. O urbanismo sanitarista de Saturnino de Britto encontraria no litoral<sup>32</sup>, com a fluidez das águas e a brisa constante, território muito mais adequado para a eliminação de focos de miasma do que a baía noroeste.

É importante destacar que, até onde pudemos verificar, Saturnino não desenvolveu estudos para a orla noroeste, e também não queremos desenvolver aqui uma análise contrafactual, apenas compreender os motivos que podem ter influenciado na permanência da ausência de urbanização na região estudada.

Figura 6: Esboço da Planta da Ilha da Victoria - 1896



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo

<sup>32</sup> O padrão de valorização da ocupação das orlas não era uma tendência na época como é nos dias atuais. Não estamos atribuindo ao projeto os ideais de qualidade de vida e padrão de consumo atuais.

A terra transformada em mercadoria em meados do século XIX, passa a influenciar a lógica da produção do espaço urbano de Vitória, sendo o próprio Novo Arrabalde um negócio imobiliário voltado para a venda de lotes pelo Estado e pela Cia. Torrens<sup>33</sup> (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 64). Esse processo inaugural de produção do espaço na forma de mercadoria, é importante explicar, utilizava meios para que a privatização do solo não resultasse na concentração fundiária ou especulação, com distorções pontuais. A modernização em Vitória faz surgir uma dinâmica nova, de construção da cidade como alternativa de valorização do capital (MENDONÇA, 2014), nessa dinâmica, a produção do espaço busca articular elementos que possam potencializar a sua valorização, sendo assim, se distanciar do manguezal e buscar pela orla praiana nos parece uma estratégia lógica para o ideário da época.

Figura 7: Recorte da planta do Novo Arrabalde destacando a região da Grande São Pedro



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo com intervenções do autor.

A orla noroeste, dessa forma, é desconsiderada para a expansão urbana na transição do século XIX para o XX. Entretanto, aproveitamos a planta do projeto de Saturnino de Britto para compreender a ocupação da orla noroeste em 1896 (Figura 7), com a

---

<sup>33</sup> Empresa privada encarregada da construção dos sistemas de fornecimento de água e esgoto em Vitória.

presença de edificações isoladas, segundo identificação da legenda no projeto, sem maiores descrições de uso. No mapa acima, com localização identificada na figura anterior, há quatro círculos tracejados destacando as edificações existentes, uma pequena aglomeração nas caieiras, havendo inclusive a toponímia registrada na parte superior do mapa. No centro da figura está a elevação que hoje dá lugar ao bairro de Santos Reis, com uma edificação já presente.

Apesar das poucas informações relacionadas às atividades realizadas na GSP, ao tipo de edificações e aos seus usos, é possível identificar a permanência das atividades históricas nas caieiras como a produção de cal, com ao menos duas fábricas ativas nas primeiras décadas do século XX (ALVES, 2015, p. 156) e as atividades de entreposto comercial na rota de escoamento da produção agrícola pelo Rio Santa Maria. Sobre esse segundo uso, há até os dias atuais uma antiga casa de secos e molhados, inaugurada na década de 1930 e utilizada hoje como museu comunitário.

Nos anos 1920 já é possível verificar a formação do monopólio do comércio cafeeiro, com 10 das 28 exportadoras concentrando 94% do café exportado pelo porto de Vitória, sendo duas dessas estrangeiras e ao menos uma de fora do ES (DARÉ, 2010). Vemos nesse processo a inserção do capital internacional na economia cafeeira, não somente como destino da produção, mas empenhado no processo de circulação.

#### **1.4 – Início da industrialização e Rodovia do Contorno como indução da ocupação**

Em âmbito nacional, verifica-se o processo de consolidação de relações de produção capitalistas desde o século XIX, formando a classe trabalhadora assalariada e uma fração da classe dominante que usa trabalho assalariado na produção e como forma de acumulação de capital. Essa última chega ao início do século XX com força política disputando a hegemonia e pautando projetos de industrialização. Constituindo, dessa forma, mercado de trabalho e um incipiente mercado consumidor interno, além de um setor industrial pautado pelas relações de trabalho capitalistas (PRADO, 2020, p. 111).

Marini (2017, p. 135) demonstra que o surgimento dessa dinâmica resulta em tensões e disputas entre setores da classe dominante, a nascente burguesia urbano-industrial e os setores da elite mercantil e rural (oligárquica e latifundiária). Com a crise de 1929

(*crash* de Wall Street) a economia brasileira é afetada com a redução de importações e exportações, abrindo caminho para a intensificação da industrialização para substituição de importações. A indústria nascente motiva e move a Revolução de 1930, que se torna vitoriosa e impulsiona a industrialização e profundas transformações da antiga sociedade. Com Vargas, a partir de 1937, firma-se um pacto entre as frações da classe dominante, com a burguesia industrial, agora hegemônica, firmando compromisso com a antiga oligarquia latifundiária e mercantil. Essa aliança se opõe aos setores radicais da pequena-burguesia e as massas trabalhadoras do campo e da cidade, e representa a renúncia da via revolucionária da burguesia no Brasil (MARINI, 2017). Tal compromisso é estabelecido em uma complementaridade, como apresenta Marini (2017), em que se busca superar a crise mantendo a estrutura agrícola e garantindo as receitas das oligarquias, inclusive com a manutenção do preço do café. O setor agrário, por sua vez, transfere capitais para a indústria sem a necessidade de expropriações, aumentando a produção industrial para a substituição de importações afetadas pela crise.

Campos Junior (2002, p. 88) aponta como decisões para a realização do projeto varguista de industrialização: a centralização de decisões; romper barreiras regionais e integrar o território para a circulação da produção; construção de malha terrestre; fim de impostos regionais. A malha terrestre e o impulsionamento do rodoviário atrelado ao desenvolvimento industrial levam ao declínio acentuado dos modais ferroviário e cabotagem. Uma expressão dessa política é a Rodovia do Contorno, construída no governo Américo Monjardim (1938-1944) e conhecida posteriormente como Rodovia Serafim Derenzi<sup>34</sup>, representando a chegada dos impulsos modernizantes a baía noroeste.

Mendonça (2007), ao analisar a urbanização e sua relação com a paisagem na região da Baía Noroeste de Vitória, destaca o impacto da rodovia na transformação imediata da paisagem e apresenta o papel logístico dessa rodovia, como melhoria para escoamento de produtos agrícolas. Nesse aspecto, a Ilha das Caieiras se mantém como porto intermediário para embarcações nas rotas entre a baía e o rio Santa Maria, e passa a servir também de ponto para a transição de modal, para que as mercadorias

---

<sup>34</sup> Uma homenagem póstuma ao engenheiro responsável pela obra. Apenas a título de curiosidade, Serafim Derenzi é avô do ilustre arquiteto capixaba e de projeção internacional Paulo Mendes da Rocha.

seguissem por terra até o porto de Vitória. Entretanto, a intencionalidade de se criar uma nova rota para escoamento da produção agrícola não se realiza de forma plena, como apresenta a autora, por questões estruturais e pela ausência de apoio. Compreendemos que a diminuição do uso do rio para o transporte de mercadorias tenha limitado o papel da Rodovia Serafim Derenzi como via de escoamento da produção.<sup>35</sup>

Em documentário produzido pelo Ministério da Agricultura (1942) destinado ao incentivo de atividades turísticas a rodovia é apresentada ainda em construção. Devido a finalidade do material audiovisual, são destacados aspectos paisagísticos da rodovia, apresentando o apelo turístico desse percurso, sendo possível percorrer os seus 14 km em 2 horas de automóvel, atravessando um percurso com paisagens naturais e bucólicas, com vistas para o manguezal, o Rio Santa Maria, elevações como o Mestre Álvaro, entre outros aspectos relevantes da paisagem (Figura 8).

Figura 8: Quadro do filme “Aspectos turísticos da capital do estado do Espírito Santo”.



Fonte: Ministério da Agricultura, 1942.

O mesmo filme (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1942) registra uma cidade em transformação, buscando por sua modernização em meados dos anos 1940. Estão

---

<sup>35</sup> Cynthia Miranda (2012) identifica que a transição para o rodoviarismo é responsável pela substituição do rio Santa Maria para o escoamento de mercadorias e consequentemente o esvaziamento da dinâmica de Santa Leopoldina como entreposto comercial.

registrados no filme as pontes de ferro, conjuntos habitacionais para operários, bairros industriais e bondes cruzando o centro da cidade, região que recebia um “plano de remodelação”, desapropriando um conjunto significativo de imóveis para romper com os aspectos arquitetônicos e urbanísticos do seu passado colonial. Também sobre trilhos, a cidade se conecta ao Rio de Janeiro com a estação da Companhia Leopoldina, e à Minas Gerais com a Estrada de Ferro Vitória a Minas, escoando a produção de café do leste mineiro até o porto e levando a cal produzida nas Caieiras para regiões do ES para além do Estado (PMV, 2013). Ao Rio de Janeiro também se estabelece uma rota aérea, com um aeroporto para hidroaeroplano nas águas do Rio Santa Maria, com terminal no atual bairro de Santo Antônio, a aproximadamente 4,5km da Ilha das Caieiras.

A Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) é fundada e chega ao ES, levando o minério extraído em Itabira<sup>36</sup> em Minas Gerais ao porto de Vitória, que recebe um novo cais para a finalidade no morro do Atalaia, na margem oposta. A partir do porto, o minério passaria a ser exportado para países já industrializados, como EUA, Inglaterra, França e Alemanha (VALE, 2012). Em 1946 a CVRD já era responsável pela exportação de mais de 60% do minério de ferro no Brasil, chegando a 81,8% em 1950. Toda essa exportação passava pelo porto de Vitória.

Outra importante empresa que surge no cenário capixaba é a Companhia Ferro e Aço de Vitória, a COFAVI, fundada em 1942 pela família Oliveira Santos, atuante no comércio de café para exportação (SINDIMETAL, 2021), demonstrando o papel do capital comercial na industrialização local. Apesar dos anseios modernizantes da elite local e do exemplo da COFAVI, a cafeicultura capixaba:

não foi capaz de gerar uma acumulação de capitais em grandes escalas e muito menos de criar um amplo mercado de bens-salários, sendo os impulsos à industrialização muito reduzidos: em 1939, São Paulo detinha 45,4% da produção industrial nacional, e o Espírito Santo apenas 0,4% indicando que os esforços industriais feitos pelo poder público – notadamente por Jerônimo Monteiro – foram insuficientes para uma transição econômica mais significativa, mesmo sendo de 3,6% a média de crescimento anual da produção industrial entre 1919 e 1939 (FALEIROS, 2010, p. 22)

---

<sup>36</sup> Até 1939 a empresa inglesa Itabira Iron Ore Company extraía o minério de ferro na cidade de Itabira e era acionista majoritária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. O governo de Vargas, nos dois anos seguintes avança com uma política de encampar a empresa estrangeira, suas minas e a ferrovia, criando a CVRD (VALE, 2012).

Os capitalistas locais, comerciantes, não participam do processo de industrialização e intensificam o seu papel na circulação, agora representando comercialmente as grandes indústrias nacionais. Há na década de 1940 o investimento desses comerciantes na construção de edificações verticalizadas para a aluguel na região central, surgindo novas formas de acumulação de capital, não somente no processo produtivo (lucro da produção apropriado pelos construtores), mas também na renda da terra na forma de aluguel, apropriado pelos comerciantes investidores (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

A cidade de Vitória se insere na chamada modernidade com o projeto de se integrar, de forma ainda mais intensa, no mercado global a partir do seu porto, como parte de um ideário de desenvolvimento por parte das elites locais, que buscam atender os seus interesses ao transformar Vitória em um polo político e econômico de relevância regional para além das fronteiras estaduais. Projeto articulado e influenciado a partir de Vargas para o processo de industrialização, que não se desenvolve para além da CVRD e da COFAVI. Nesse processo, Vitória passa por um intenso crescimento populacional nas quatro primeiras décadas do século XX, com um incremento de 100% entre 1920 e 1940 (ver Tabela 3).

Tabela 3: Evolução demográfica de Vitória (1872-1940)

ANO	1872	1890	1900	1920	1940
POPULAÇÃO	16.157	16.887	11.850	21.886	42.098

Fonte: Santos, 1993, p. 24

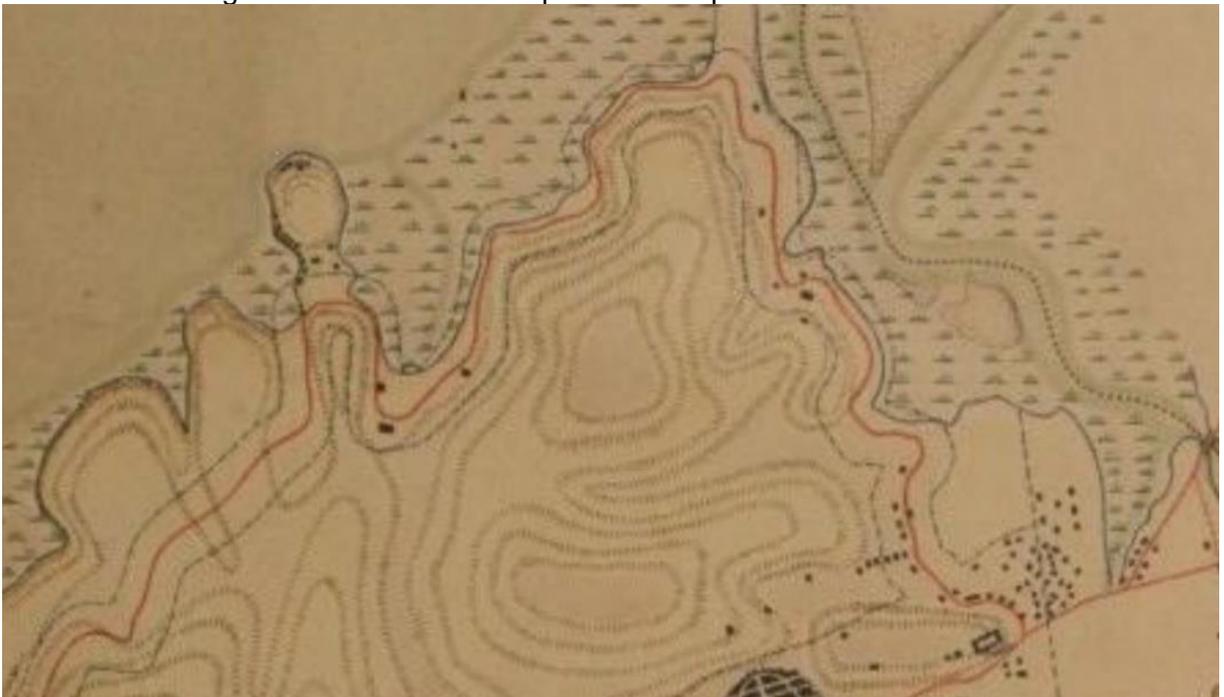
No início da década de 1940, a partir do Mapa do município de Vitória em 1943 (Figura 9), é possível verificar que o projeto do Novo Arrabalde havia sido executado em sua maior parte, recebendo novos moradores e outras áreas passam a ser ocupadas de forma mais densa, como em Maruípe e Santo Antônio. Nota-se também uma ocupação de morros e áreas alagadas, como os morros próximos ao Centro Histórico (Moscoso, Piedade, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Forte São João, entre outros) em aglomerados sem loteamento e ordenamento prévio, onde residiam moradores pobres. É nesse momento, dos impulsos industrializantes em Vitória e do surgimento do mercado imobiliário que se inicia a segregação socioespacial em Vitória, que até então era pouco diferenciada entre áreas de ricos e de pobres, como aponta Campos Júnior (2002).

Figura 9: Mapa do município de Vitória em 1943



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Figura 10: Recorte de "Mapa do município de Vitória em 1943".



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

É possível identificar o impacto da Rodovia do Contorno, representado por uma linha vermelha na ocupação da face norte da Ilha (ver Figura 10). Uma série de edificações acompanham o seu percurso logo nos primeiros anos de sua formação, destacando

o aglomerado na região hoje pertencente ao bairro de Santa Marta (canto inferior e à direita na imagem). Partindo desse ponto em direção à orla noroeste, nota-se uma série de edificações isoladas na maior parte da via e em outros, como na Ilha das Caieiras, onde já é possível identificar um conjunto construído. Destacamos a permanência das edificações identificadas no projeto do Novo Arrabalde, nas proximidades de Santos Reis. A Rod. Serafim Derenzi se torna um indutor para a ocupação difusa e rarefeita desde seus primeiros anos mesmo sem projetos de urbanização, abrindo caminho e possibilitando conexões com áreas não exploradas pelo capital imobiliário, restrito ao Centro (construção para aluguel) e ao Novo Arrabalde (venda de lotes). Há de se levantar mais informações a respeito do caráter da regularidade fundiária dessas edificações e seu uso para compreender se essa expansão representa, entre tantos outros tipos de ocupação possíveis, a continuidade da dinâmica da produção agrícola, ou se já se trata de uma ocupação informal do solo por trabalhadores pobres.

Nesse processo, apesar da implantação de uma infraestrutura moderna para integração com áreas produtivas ao norte e ao sul e ampliação da área urbanizada, a modernização não representa uma expressiva industrialização na região, processo que nacionalmente é concentrado em São Paulo. Mendonça (2014) caracteriza, esse processo como uma “modernização do atraso”, com a transformação da infraestrutura logística, da arquitetura e da cidade como projeto de uma fração da burguesia local associada ao capital comercial, que produziu uma cidade voltada para suas funções comerciais sem que revolucionasse a forma de produção (industrialização). A respeito desta leitura, temos concordância quando se compreende o processo de modernização como processo de atualização das condições de inserção subalterna da região em relação aos polos decisórios e de acumulação, entretanto, a noção de *atraso* é uma armadilha ideológica que pretendemos tratar no próximo capítulo.

### **Síntese da formação socioespacial da orla noroeste até o início do século XX:**

Andrew Gunder Frank (1969)<sup>37</sup>, ao estudar o desenvolvimento capitalista na América Latina, analisa que há uma relação desigual e articulada entre metrópoles e satélites, que além do plano internacional se estabelece no interior dos territórios nacionais,

---

<sup>37</sup> Publicado originalmente em 1966, em inglês, na *Monthly Review*, vol. 18, no 5

podendo determinado território cumprir, ao mesmo tempo, o papel de metrópole e satélite, formando uma

cadeia de constelações de metrópoles e satélites relaciona todas as partes do conjunto do sistema, desde seu centro metropolitano na Europa ou nos Estados Unidos até o ponto mais distante do campo ou selva latinoamericana. (FRANK, 1969, p. 28)

Nesse sentido, no longo movimento analisado, Vitória realiza uma transição da relação colônia-metrópole, subordinada à metrópole ibérica e com baixa participação na economia colonial, para uma dupla condição de satélite nos marcos de uma economia capitalista dependente: em relação às metrópoles nacionais, em especial São Paulo, que passa a polarizar a economia nacional, graças a industrialização, assumindo o protagonismo na produção e na acumulação capitalista; e no plano internacional atualiza o seu papel na DIT, sob a égide do imperialismo, iniciado na transição para o século XX como novo estágio do capitalismo em escala mundial, teorizado entre outros por Lênin (1982), que representa o predomínio do capital monopólico e, sobretudo, do financeiro, recriando formas de subordinação de territórios à esses capitais em uma partilha do mundo. A integração de Vitória aos mercados globais nessa DIT é como porto para exportação de produtos primários para países industrializados, do chamado centro capitalista (produtor e exportador de café a partir de meados do século XIX e exportador de minério de ferro a partir da década de 1940).

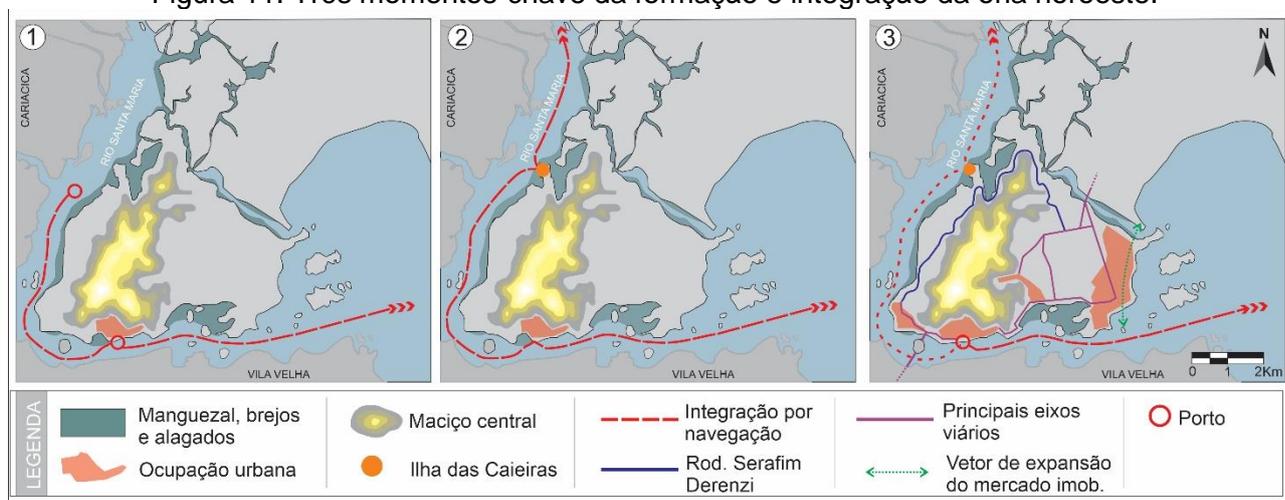
Por outro lado, Vitória se torna metrópole regional devido a concentração de infraestrutura de transporte para integração com demais regiões do estado, concentrando o escoamento da produção agrícola pelo seu porto. Territórios adjacentes, como em Cariacica, passam a receber infraestrutura para viabilizar tal atividade e orbitam em torno disso. Sua importância, dessa forma, se dá no âmbito da circulação, não da produção. Passa a ter, nas primeiras décadas de 1940 maior dinâmica interna de atividades comerciais e de serviços.

A modernização de Vitória para sua consolidação enquanto metrópole em um nível regional, ainda nos termos Frank (1969), foi um projeto da elite local vinculado ao capital comercial fazendo uso do Estado para tal objetivo. Apesar dos impulsos varguistas, essa elite não consegue encontrar no café, principal *commodity*, o acúmulo de capital capaz de promover a industrialização.

A terra, que já havia se transformado em mercadoria desde meados do século XIX, passa a ter no espaço urbano na virada para o século XX uma forma de valorização do capital, pela produção do espaço orientado para o mercado de lotes com o Novo Arrabalde. Com a impossibilidade de se industrializar a região na primeira metade do século XX, a renda da terra passa a se tornar uma alternativa para a acumulação dos capitalistas locais vinculados ao capital comercial, que passam a construir edificações no Centro para aluguel de suas unidades. Esse processo dá início à segregação socioespacial, que chega passa a concentrar a área de valorização e de concentração de camadas médias da sociedade na região central e no Novo Arrabalde, enquanto aumentam as ocupações em morros e manguezais pela população pobre.

A orla noroeste, que cumpria papel desde meados do século XIX de baldeação e entreposto comercial para acesso pelo rio Santa Maria até a região serrana produtora de café, além de produtora de cal, é preterida como área de expansão urbana. A Rodovia do Contorno (Rod. Serafim Derenzi) inaugurada na década de 1940, impulsionado pelo rodoviarismo, serve de indutor desde os seus primeiros anos para a da baía noroeste. Essa região da ilha orbita, ao longo de todo o período, em torno das atividades portuárias do Centro de Vitória, sem pesar enquanto região economicamente destacada, com ocupação rarefeita e no sentido oposto do vetor de urbanização da cidade. De forma sintética, compreendemos a formação socioespacial da região estudada em três momentos (ver Figura 8); o porto na cidade colonial; o entreposto comercial e produtor de cal; e a integração rodoviária como indução à ocupação.

Figura 11: Três momentos-chave da formação e integração da orla noroeste.



Fonte: Elaborado pelo autor.

No primeiro quadro, no período colonial, a orla oeste assume papel de porto para abrigar embarcações portuguesas e maior facilidade para o acesso à terra. As relações sociais de produção baseadas no trabalho escravo e a relação de intercâmbio restrito à metrópole marcam profundamente o desenvolvimento socioeconômico, com o núcleo urbano pouco alterado ao longo dos primeiros séculos. No segundo quadro, a região das caieiras se estabelece como entreposto comercial do período imperial, servindo de ponto de baldeação para incursões no rio Santa Maria rumo ao centro-sul do Estado e como primeira parada para as embarcações carregadas de produtos agrícolas, incluindo o café. No terceiro momento, nos marcos da modernização da cidade, a região mantém inicialmente o seu papel de produtor de cal e de entreposto comercial para as embarcações, agora carregadas principalmente de café. Vitória passa a se integrar de forma mais articulada com regiões produtivas ao norte e ao sul, amplia a sua área urbanizada, sobretudo com o Novo Arrabalde.

A orla noroeste se integra ao restante da cidade com a rodovia Serafim Derenzi que contorna o maciço central da ilha, conectando principalmente a Ilha das Caieiras ao Porto de Vitória para fins de escoamento da produção. A Rodovia induz uma ocupação rarefeita em sua extensão e intensifica a ocupação na região das Caieiras. Segue sendo até meados do século XX uma região pouco integrada, ainda com ocupação tipicamente rural (como sítios e fazendas), no sentido oposto da expansão urbana das áreas em valorização e de interesse do mercado imobiliário. Destacamos ainda a ausência de projeto para a urbanização da região.

## 2 – CHAMINÉS, CANTEIROS E BARRACOS

De nada valeram as altas chaminés, equipamentos de enormidade fantástica e os fabulosos investimentos. Tudo se reverteu interna e externamente num redemoinho de proporções gigantescas, que ainda captura para si o frágil, o inconsistente. (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 2)

Começamos com uma imagem (Figura 12): Uma família sentada sobre um afloramento rochoso. Iracy da Silva e sua família, sentados na rocha íngreme protegidos da oscilação da maré no manguezal, ao lado de sua casa feita de madeira com uma placa com a frase “Obra financiada pela Caixa Econômica Federal” utilizada como elemento de vedação. Ao fundo, um conjunto de barracos segue morro acima.

Figura 12: Quadro do documentário “Lugar de Toda Pobreza”



Fonte: ALMEIDA (1981)

Esse era o aspecto de Santos Reis nos primeiros meses da existência, quando era apenas conhecido como São Pedro IV, nome que carrega até os dias atuais para alguns dos moradores da região. O registro ilustra a precariedade das soluções construtivas, entre outras vulnerabilidades, que os primeiros moradores tinham ao seu dispor para habitar no início da década de 1980, mas é também um importante

indicador dos processos sociais, espaciais e econômicos em curso na cidade e, principalmente, das contradições do processo de desenvolvimento em curso: a reestruturação fundiária e produtiva do campo no norte do ES, o êxodo rural e a implantação de projetos industriais, portuários e de grandes obras.

A orla noroeste, que permanecia praticamente intocada ao longo dos séculos, passa a receber, em menos de cinco anos a quarta ocupação irregular, com milhares de famílias se abrigando em barracos sobre mangue e rocha. Antes de analisar a ocupação e o desenvolvimento dos primeiros momentos da ocupação de Santos Reis, é necessário compreender os processos que fizeram com que a família de Iracy e tantas outras ocupassem essa região.

Na segunda metade do século XX, a capital do ES teve um crescimento populacional expressivo, saindo de aproximadamente cinquenta mil habitantes em 1950, para chegar no ano de 2000 com mais de duzentos e noventa mil habitantes, registrando taxas de crescimento próximas a 60% entre os anos 1950-1960, 1960-1970 e 1970-1980 (ver Tabela 4).

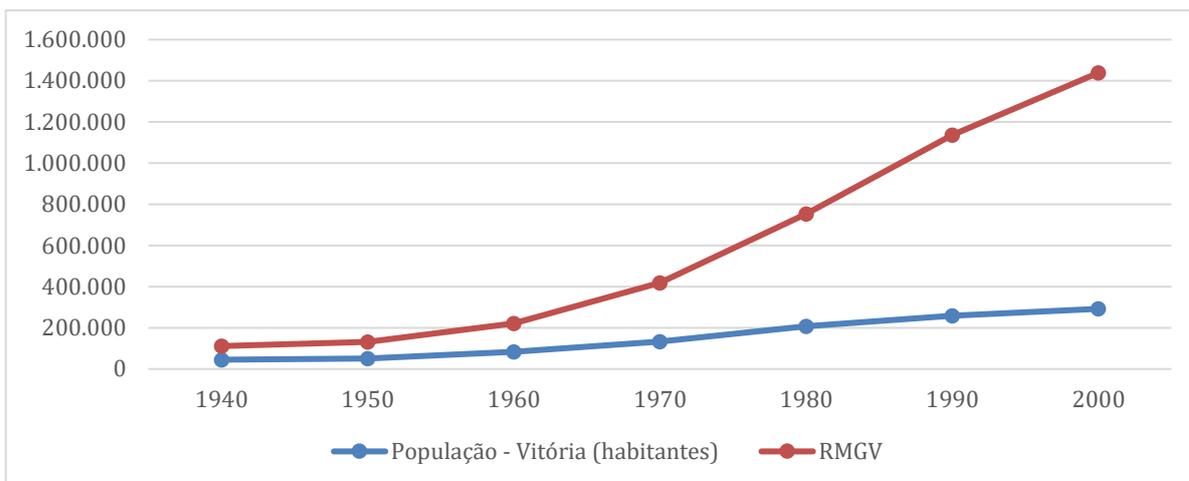
Crescimento ainda maior foi verificado na RMGV, que passava a receber migrantes de regiões rurais do interior do ES e dos estados adjacentes. Tal dinâmica pode ser melhor compreendida quando se observa os gráficos de evolução demográfica (Figura 13) e da taxa de crescimento (Figura 14) da segunda metade do século XX.

Tabela 4: Evolução demográfica de Vitória, RMGV e ES (1940-2000)

Ano	Vitória		RMGV		ES	
	População	Crescimento	População	Crescimento	População	Crescimento
1940	45.212	-	111.456	-	750.107	-
1950	50.922	12,63%	131.447	17,94%	861.562	14,86%
1960	83.351	63,68%	221.104	68,21%	1.170.858	35,90%
1970	133.019	59,59%	418.273	89,17%	1.599.333	36,59%
1980	207.736	56,17%	753.959	80,26%	2.023.340	26,51%
1990	258.777	24,57%	1.136.842	50,78%	2.600.618	28,53%
2000	292.304	12,96%	1.438.596	26,54%	3.097.232	19,10%

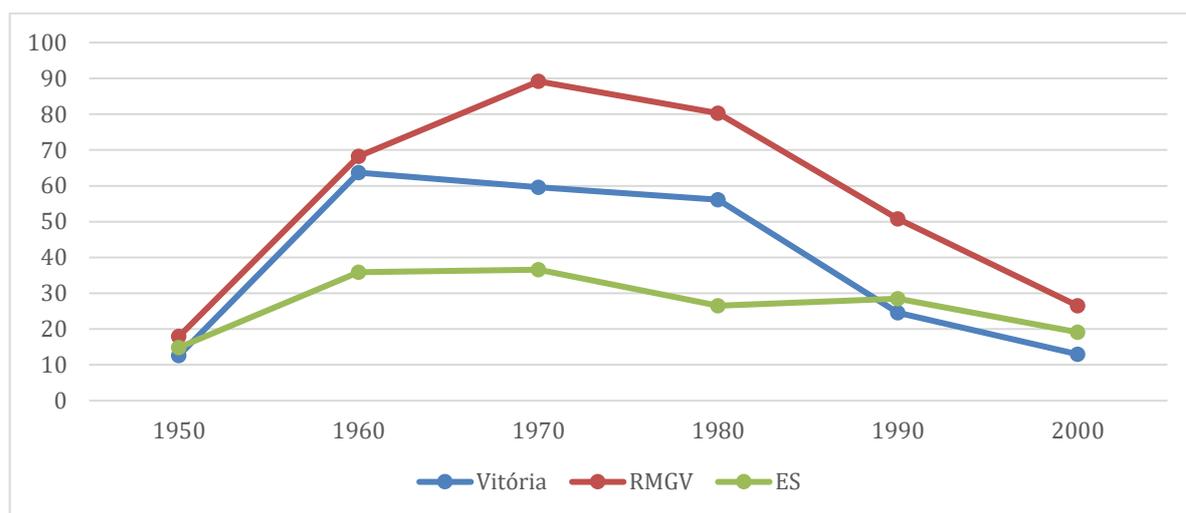
Fonte: IBGE, 2021 (Adaptado pelo autor)

Figura 13: Gráfico de evolução demográfica de Vitória e RMGV (1940 – 2000)



Fonte: IBGE, 2021 (Adaptado pelo autor)

Figura 14: Evolução da taxa de crescimento populacional (%) de Vitória, RMGV e ES (1950 – 2000)



Fonte: IBGE, 2021 (Adaptado pelo autor)

Esse processo é apresentado de forma ampla na literatura sobre a urbanização de Vitória e da dinâmica demográfica da RMGV e do ES como resultado do processo da reestruturação produtiva e fundiária do campo (CAMPOS JÚNIOR, 2002; CASTIGLIONI, 2019), em especial a política de erradicação dos cafezais, e de uma política de desenvolvimento econômico baseada em grandes projetos de infraestrutura e industrialização. Essas eram respostas locais para o dito “atraso” econômico do ES em relação aos centros nacionais desenvolvidos, que precisava se modernizar, industrializar e romper com a dependência do café. Essa foi a forma específica assumida no ES de um ideário em torno do *desenvolvimento* que influenciou o cenário internacional.

## 2.1 - Desenvolvimentismo como projeto

Compreendemos aqui o desenvolvimento como um horizonte utópico historicamente determinado, que tem origem na estratégia imperialista para os países da periferia do capitalismo. Tais ideias, que datam da metade do século XX, tem grande vigência até os dias atuais, orientando programas e políticas no Brasil e em diversas partes do mundo. Faremos uma breve apresentação do processo histórico concreto que originou essa ideologia, sua inserção no Brasil e a forma assumida no ES.

Os termos *desenvolvimento/subdesenvolvimento* e *desenvolvido/subdesenvolvido* são ressignificados e ganham força após a Segunda Guerra Mundial, passando a ser conceitos centrais para a compreensão da condição desigual dos países e regiões, além de orientar políticas econômicas e de relações internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, logo após a Guerra, cumpriu um papel importante na difusão da ideologia do desenvolvimento pelo mundo, fazendo com que países de África, Ásia e da América Latina adotassem o horizonte do desenvolvimento como forma de superação de problemas econômicos e sociais.

A ideia de desenvolvimento é anterior a esse período, sendo “parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista”, (PRADO, 2020, p. 83), entretanto, a forma específica da *ideologia do desenvolvimento* a qual nos referimos é derivada da disputa dos Estados Unidos da América (EUA) pela hegemonia no mundo, na defesa do capitalismo em contraposição à União Soviética e ao socialismo. Harry Truman, ex-presidente dos EUA, que dá nome a Doutrina Truman<sup>38</sup>, inaugura o termo *subdesenvolvido* na cena política mundial em seu discurso de posse, anunciando a suposta superação da política imperialista e um futuro de desenvolvimento para as áreas subdesenvolvidas. Essa era uma forma de disputar os países da periferia do sistema capitalista (países com baixa industrialização e em alguns casos, ex-colônias). A ideia do desenvolvimento, para atingir esse objetivo, era acompanhado de *democracia* e *liberdade*, em oposição ao *autoritarismo* e *totalitarismo* atribuídos ao socialismo (PRADO, 2020).

---

<sup>38</sup> Política externa estadunidense de disputa geopolítica contra o avanço da influência da URSS e do socialismo.

Para essa finalidade, o subdesenvolvimento

começou a cumprir papel semelhante ao que antes era representado pela “barbárie” e pelo “atraso”. E mais: a nova dualidade “desenvolvimento” versus “subdesenvolvimento” representava um processo de redefinição, sob hegemonia estadunidense, de alguns elementos ideológicos fundamentais próprios da modernidade capitalista: o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo.

Neste sentido, no contexto do pós Segunda Guerra teria se reconfigurado o humanismo ou o “universalismo europeu” (na verdade, eurocêntrico), entendidos como a pretensão de universalizar os próprios interesses e subordinar a realidade do “outro” à sua própria; assim entendido, o humanismo teria como essência a afirmação de uma determinada ordem de civilização (desenvolvimento) sobre aquilo que é moldado como caótico e bárbaro (as áreas subdesenvolvidas). (PRADO, 2020, p. 93)

Na medida em que se reconfigura o moderno e o atrasado no novo dualismo do moderno-atrasado, os países ditos desenvolvidos se tornam a meta a ser alcançada e o caminho a ser seguido, uma nova universalidade de civilização que deveria ser alcançada pelo restante do mundo.

Na América Latina o papel de produção e difusão das ideias desenvolvimentistas para a realidade local coube à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), vinculada à ONU e fundada em 1948, que tinha entre tantos outros pesquisadores relevantes da região o brasileiro Celso Furtado. As teorias *cepalinas*, como ficaram conhecidas, buscava entender a razão da desigualdade entre os países latino-americanos, tidos como periféricos, e os países centrais do capitalismo mundial (desenvolvidos) e formulavam programas para o desenvolvimento da região.

A teoria do subdesenvolvimento cepalina compreende a partir do conceito de desenvolvimento desigual:

a relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores- heterogênea e especializada).” (TRASPADINI E STEDILE, 2011, p. 22)

A técnica, como visto, assume papel central nessa análise. Dessa condição inicial, haveria para os cepalinos, o agravamento desse desenvolvimento desigual e do subdesenvolvimento com a *deterioração dos termos de troca* no comércio

internacional.<sup>39</sup> Como resultado, as trocas seriam desiguais, transferindo valor da periferia para o centro, financiando o progresso tecnológico do polo desenvolvido. A especialização da periferia em produtos primários reproduziria essa dinâmica.

A resposta desenvolvida pela CEPAL era o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente pela industrialização para a substituição de importações, incorporando na economia da região setores produtivos de maior nível tecnológico, articulando com a ampliação do mercado interno. Nesse projeto, caberia ao Estado o papel central, com políticas públicas de implementação de indústrias de base, necessárias para a industrialização na região, e uma política de distribuição de renda capaz de gerar mercado interno e diminuir desigualdades, adotando a forma de um Estado do bem-estar social. Sugeriam a interiorização das indústrias como forma de se diversificar a produção e industrializar a agricultura, além de impedir o processo de êxodo rural e promover o desenvolvimento em diversas partes do país. A reforma agrária era vista como fundamental para essas tarefas (TRASPADINI e STEDILE, 2011). Havia também nesse projeto a perspectiva de se “internalizar os centros de decisão” (PRADO, 2020, p. 109).

A inserção dessas ideias na região não pode ser compreendida apenas como resultado da política externa estadunidense, apresentando diferenças em relação aos países recém descolonizados na época, mas resulta de características própria e “contradições internas da região” (PRADO, 2020, p. 104). Essas especificidades contribuíram para o surgimento de uma estrutura teórica distinta e inovadora, uma “controvérsia do subdesenvolvimento” (PRADO, 2020) em que se considera desenvolvimento econômico da periferia ainda como progresso técnico para patamares mundiais.

Traspadini e Stedile (2011) consideram que não haveria nessa análise do subdesenvolvimento qualquer crítica ao capitalismo, ou ainda, proposta de superação dos problemas derivados desse modo de produção, mas uma proposta de desenvolver o capitalismo desses países de forma mais eficiente, diminuindo as desigualdades nacionais e regionais.

---

<sup>39</sup> De forma bastante reduzida, a dinâmica seria caracterizada pela produção nos países centrais produtos com alto grau de tecnologia e mais caros, que seriam comprados pelos países periféricos que exportariam principalmente commodities.

A inserção dessa ideologia e de seu projeto no Brasil tem como precedente, e base material para o seu enraizamento, a condição apresentada na última seção do capítulo anterior: a consolidação de relações de trabalho capitalistas desde o século XIX; a formação da classe trabalhadora assalariada e um setor da classe dominante voltada para o capital industrial com forte inserção desde o início do século XX, chegando a hegemonia na década de 1930. Com a burguesia industrial no poder e conduzindo seu projeto de industrialização, o desenvolvimentismo enquanto ideário encontra terreno fértil. Tal conjunto de medidas foi implementado parcialmente no Brasil de João Goulart sob direcionamento de Celso Furtado, com forte caráter nacionalista, porém sem sucesso na “implementação de um Estado do bem-estar-social que conjugasse as reformas estruturais com as políticas econômicas essenciais” (TRASPADINI E STEDILE, op. cit., p. 26). O “atraso” estaria representado pela antiga estrutura econômica, política de base agrária, representada pelo latifúndio, elites oligárquicas e a produção agroexportadora, enquanto a industrialização e o urbano são incorporados ao ideário de progresso e desenvolvimento.

No ES, como visto no capítulo anterior, o ideal de modernização já estava presente na transição do século XIX para o século XX, expressando os interesses econômicos e políticos de uma burguesia local baseada no capital comercial que buscava se industrializar na década de 1940. Esse cenário serve de base para a recepção e desenvolvimento da ideologia do desenvolvimento no ES.

No início da década de 1960 havia um setor da elite local com fortes pretensões de industrializar a região, organizando a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) que vai desenvolver uma série de atividades no início da década para compreender a situação econômica local e os motivos do atraso relativo do estado<sup>40</sup> que, em linhas gerais, seria caracterizado pelos vazios demográficos; pela economia extrativa; ruralidade; subdesenvolvimento social verificado pelas altas taxas de natalidade e mortalidade infantil; e uma economia com relativo atraso, dependente do café que passava por crises de preços e com técnicas “atrasadas” (DARÉ, 2010).

---

<sup>40</sup> Se destacando o Seminário Pró-desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, de 1960, apoiado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) resultando em um relatório que caracteriza o subdesenvolvimento do ES e apresenta diretrizes para a sua superação.

Para o desenvolvimento e superação do atraso é indicado que os centros urbanos deveriam ser potencializados para polarizar as regiões rurais, enquanto para o desenvolvimento econômico, a arrecadação do estado dependeria da melhoria do café, considerado de baixa qualidade. A melhoria proposta encontraria dificuldades devido a estrutura fundiária dividida em pequenas unidades<sup>41</sup>. Indicava-se a necessidade de substituir as atividades decadentes por novas e diversificadas, capazes de dinamizar a economia, voltadas para mercados nacionais e internacionais, como a siderurgia e industrialização nos centros urbanos, e de outros produtos agrícolas como fruticultura, pimenta-do-reino. Surge aqui uma particularidade no ES. A estrutura fundiária baseada no latifúndio, apontada como um dos mais importantes elementos que ocasionariam o atraso econômico brasileiro, levando inclusive à ruptura da burguesia industrial com as oligarquias rurais, tem no ES processo inverso, a pequena propriedade familiar é apontada como responsável pelo atraso, principalmente pelas relações de trabalho familiar, com pouco trabalho assalariado, com autonomia de produção e consumo, sem formar mercado consumidor. O latifúndio é formado por meio da reestruturação produtiva e fundiária do campo como parte do projeto de industrialização.

#### Erradicação dos cafezais e formação do exército industrial de reserva:

O café estava passando desde meados da década de 1950 por uma crise de preços, como resposta o Governo Federal iniciava políticas de limitar a exportação de cafés de baixa qualidade. Como boa parte da produção no ES se encaixava na classificação, preocupava gestores do Estado e os grandes comerciantes locais, uma vez que era a principal atividade econômica e fonte de arrecadação do ES. Apesar de não contribuir para a superprodução e ter mercado certo para a sua produção cafeeira (DARÉ, 2010), o ES é inserido na política de erradicação de cafezais, projeto iniciado no governo de Jânio Quadros e conduzido durante o mandato de João Goulart. Tanto a política de limitação de exportação quanto a de erradicação de cafezais eram conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC).

As políticas de controle do preço do café passam a gerar um processo de êxodo rural no ES, afetando a população do campo da região norte do Estado, que migrou para

---

<sup>41</sup> O particular processo de formação das pequenas unidades familiares no norte, atrelado à políticas de imigração e inserção do trabalho livre no ES foi analisado no ponto 1.2 do capítulo anterior.

os centros urbanos, em especial, Vitória e municípios adjacentes. Um relato bastante rico desse processo está na revista *O Cruzeiro* de 1966, que registrou a migração de trabalhadores rurais de Colatina (Figura 15), que estariam “condenados à fome ou à fatal marginalização” afirma que o ES “repetia o nordeste em 1966”, registra a fala de preocupação de autoridades municipais e estaduais e afirmava que o ES agonizava golpeado pelo IBC.

Figura 15: Família do interior de Colatina (norte do ES) em êxodo para a capital



(O CRUZEIRO, 1966)

Daré (2010) vai ao centro da questão e apresenta a crise do café como um produto da ideologia desenvolvimentista, que guardava uma intencionalidade, a de

desterritorializar a agricultura camponesa. Ao fazer isso, liberava terras para a introdução das monoculturas de exportação, como a silvicultura e a pecuária e, ao mesmo tempo, liberava mão-de-obra para os projetos industriais e as obras públicas de infra-estrutura e imobiliária na Grande Vitória. (DARÉ, 2020, p. 197)

Entendemos esse processo como uma forma específica da já discutida “acumulação primitiva”, isso é, um dos episódios históricos em que

grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como

proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2013, p. 516)

Sendo esse processo, mais uma alavanca de acumulação capitalista, que, como demonstra Virgínia Fontes (2010), não é um evento pontual na história, mas um processo constante de expropriação como forma de expansão da base social capitalista. No caso específico, um processo de expansão que banha longas extensões de terra pelo éter do modo de produção capitalista <sup>42</sup>, colocando o solo e os recursos hídricos à serviço da acumulação do capital internacional, que se inseria de forma mais intensa desde a década de 1950 (MARINI, 2017), e os trabalhadores, que apesar de contribuírem para a acumulação que possibilitou a incipiente industrialização nas primeiras décadas do século XX, organizavam a produção de forma familiar, comercializando apenas o excedente, em uma forma de vida que a iluminação do modo de produção capitalista ainda não havia tomado todas as suas cores. Território e população são arrastados para uma nova dinâmica de forma brutal.

Os pequenos proprietários, impossibilitados de se manterem no campo, deixam suas terras para servir de mão de obra superexplorada nas cidades, enquanto suas terras são incorporadas em novas dinâmicas produtivas. Esse processo de migração gerado pela política de erradicação de cafezais vai inverter de forma radical a composição demográfica do ES, saindo de uma população 77,38% rural em 1950, praticamente igualando população rural e urbana em 1970, e chegando em 2000 com aproximadamente 80% da população urbana (ver Tabela 5 e Figura 16).

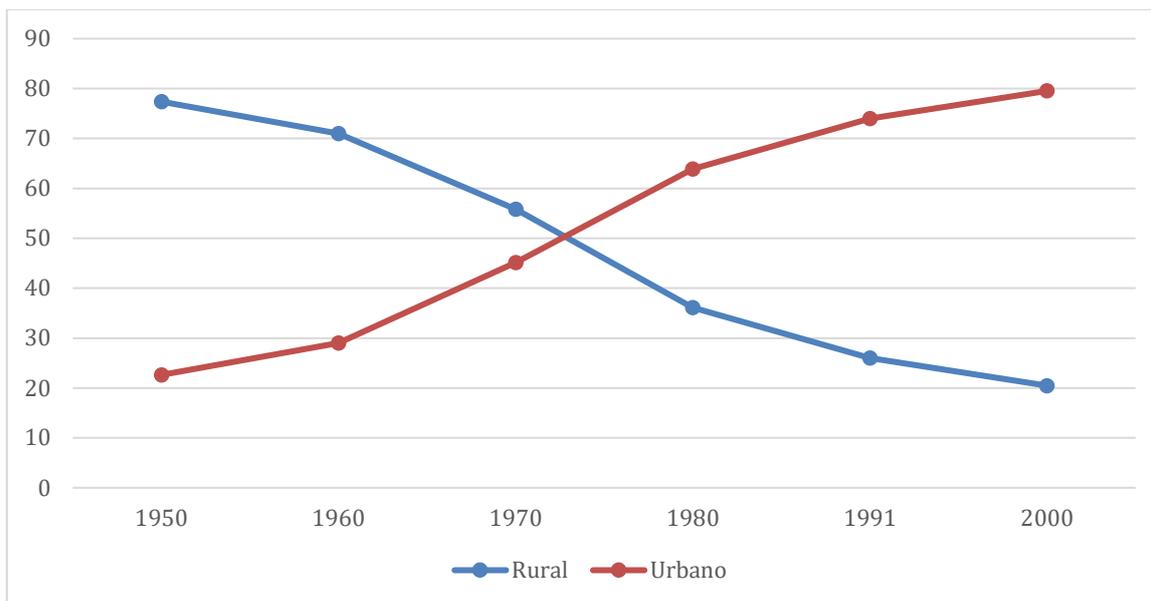
Tabela 5: Evolução demográfica da população urbana e rural no Espírito Santo.

	1950		1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
<b>Rural</b>	666.627	77,38	919.498	71	877.110	55,84	729.962	36,14	676.030	26	634.183	20,47
<b>Urbana</b>	194.935	22,62	378.744	29	722.214	45,16	1.293.378	63,85	1.924.588	74	2.463.049	79,53
<b>Total</b>	861.562	100	1.298.242	100	1.599.324	100	2.019.753	100	2.600.618	100	3.097.232	100

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000).

<sup>42</sup> Sobre as relações sociais de produção, e nesse caso específico, o modo de produção capitalista, Marx afirma que “É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, 2011, p. 86)

Figura 16: Evolução da população urbana e rural (%) no Espírito Santo (1950- 2000)



Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000)

O urbano representa uma profunda transição espacial e demográfica, mas é, sobretudo, uma reestruturação da divisão social do trabalho criada pelo Estado, como nos mostra Oliveira (1982) e Singer (1973). No processo específico do ES, o papel do Estado está na desarticulação da antiga estrutura fundiária e econômica, impossibilitando a permanência da população camponesa, enquanto polariza todo o território regional, em escala estadual e das fronteiras dos estados vizinhos com projetos de industrialização e obras.

A “liberação” a mão-de-obra que antes estava no campo, produz uma superpopulação relativa, um exército industrial de reserva (MARX, 2013, p. 463), necessário para a acumulação capitalista. Trabalhadores em abundância, em número muito maior que as vagas disponíveis no mercado de trabalho, são necessários para atender a necessidade de produção, ampliação, relocação, entre tantas outras operações sem que o processo produtivo seja prejudicado. É premissa da formação de tal reserva, portanto, a existência de uma massa significativa de trabalhadores desempregados, disponíveis para as demandas produtivas.

Essa população que não se limita à baía noroeste e ao território de Vitória, se espalha pelos municípios adjacentes, em uma dinâmica regional de trabalho, moradia, transporte, serviços, comércio entre outros, que fortalece o papel de Vitória enquanto

metrópole regional, já sendo frequente em estudos técnicos e institucionais no final da década de 1960 o termo Grande Vitória<sup>43</sup>.

A formação dessa superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva, tem não só a função de disponibilizar para os diversos capitais, em especial o capital industrial, força de trabalho em abundância, mas serve também para pressionar o salário, reduzindo-o à porções cada vez menores da riqueza produzida, aumentando a exploração e a taxa de lucro (MARX, 2013, p. 466). Não à toa, no Brasil tivemos uma industrialização de baixos salários, e a sua conseqüente urbanização de baixos salários (MARICATO, 2013, p. 25).

Em sua poesia de cordel, rememorando os quarenta anos de São Pedro, Graça Andreatta escreve:

Vieram do campo sozinhos  
Não tinham onde morar  
Expulsos pelo pé do boi  
Cana de álcool e eucalipto,  
Deixaram suas casinhas  
E vieram para a cidade  
Sonhando com dias melhores  
Encontraram crueldade  
(ANDREATTA, 2017)

As linhas acima registram a trajetória dessas famílias e apontam os motivos da migração do campo para a cidade: o latifúndio, a silvicultura e a agropecuária. Esses eram os motivos da expulsão da terra, em seguida trataremos dos elementos que atraíam essas massas de despossuídos para as cidades e das condições de vida nesse ambiente.

### Grandes projetos

Toda essa transformação demográfica, reforçamos, tem como justificativa a liberação das terras do norte do ES para a silvicultura, e força de trabalho em Vitória e região

---

<sup>43</sup> O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem em sua biblioteca uma série de estudos e documentos que já apresentam o nome *Grande Vitória* para tratar da região metropolitana, como *Siderurgia: implantação de uma usina siderúrgica na região da Grande Vitória* e *Fusão da Grande Vitória*, ambos de 1970 e de autoria da Associação dos Diplomados da Escola Superior De Guerra - Delegacia do Espírito Santo. Outro estudo é o *Grande Vitória: plano de desenvolvimento integrado- termos de referência*, de autoria dos Irmãos Roberto, que já demonstra o planejamento para a região que será instituída em 1995 pela Lei Complementar Nº 58 do Estado do Espírito Santo. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) inicialmente era formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Posteriormente, passa a integrar a Região os municípios de Guarapari e Fundão, após alterações por Leis Complementares, sendo a última a de Nº 318, do ano de 2005.

para o que os órgãos oficiais e um conjunto de produções acadêmicas, entre elas a de Rocha e Morandi (2012)<sup>44</sup> chamam de *grandes projetos*<sup>45</sup>, que consistiam na implantação de um conjunto de indústrias, vinculadas ao setor primário, sobretudo siderúrgico, e obras de infraestrutura de logística, para transporte de matéria prima e sua exportação para os países industrializados do centro do sistema mundial.

Nos anos 1960, o Brasil passava por um processo de aprofundamento da internacionalização da sua economia, com grandes empresas multinacionais se inserindo no país, assumindo protagonismo na indústria de bens duráveis de maior tecnologia. Nesse processo, as empresas nacionais assumiam um papel secundário e complementar. O Estado assume o protagonismo no desenvolvimento da industrialização, seguindo os preceitos desenvolvidos pela CEPAL apresentados anteriormente, no planejamento e política econômica, assim como na implantação de indústrias de base e grandes obras de infraestrutura.

Já no contexto de capitalismo monopolista, essa nova fase de expansão capitalista no Brasil, como sintetiza Siqueira, o país “foi incorporado, em posição periférica, foi caracterizado como associada, desigual, dependente e centralizadora. Esse desenvolvimento dependente apoiou-se na trilogia multinacionais, empresas nacionais e capital estatal” (SIQUEIRA, 2001, p.30). A entrada de capital estrangeiro no Brasil enquanto uma fração da burguesia urbana propõe reformas de base, sobretudo reforma agrária e industrialização de caráter nacionalista, gera uma tensão intra-burguesa que é resolvida com o golpe civil-militar, com o suporte de grandes empresas e do imperialismo estadunidense em 1964, mantendo o latifúndio e atualizando a dependência política e econômica com a repressão das liberdades democráticas.

É nesse contexto que são pensados e implantados os *grandes projetos* para a RMGV. O então governador do ES, Christiano Dias Lopes (1967-1971), expressa de forma sintética a realidade do ES na época ao afirmar em conhecida frase de que o ES era

---

<sup>44</sup> Estudo publicado por Rocha em 1991 pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida e republicado em 2012 pela Espírito Santo em Ação, uma organização não-governamental formada por empresários do ES, que tem atuado na elaboração de projetos e programas de desenvolvimento regional e econômico, e de políticas públicas.

<sup>45</sup> Presente na literatura como “grandes projetos industriais”, ou “grandes projetos de impactos”, ou simplesmente “grandes projetos”.

o Nordeste sem a SUDENE<sup>46</sup>. Isso se justificava pela localização geográfica do Estado no sudeste, entre os estados mais desenvolvidos do país, com concentração industrial e renda três vezes superior ao do ES e, mesmo com uma renda média 35% abaixo da média nacional, não se encaixava nas políticas destinadas aos estados tidos como subdesenvolvidos (LOPES FILHO, 1969). A industrialização era abaixo de 10% da economia estadual e ligada à transformação de produtos primários, enquanto dependia do café e passava por um processo de transferência de riqueza para fora do ES.

As tensões entre elite agrária contra uma elite urbana industrializante também se expressavam em território espírito-santense, com Jones dos Santos Neves sendo na década de 1950 um representante do segundo grupo, que vai tentar impulsionar a industrialização no ES e mudar a base econômica. Entretanto, permanece a base agrária e a hegemonia da elite atrelada à essa economia, não se inserindo no processo de substituições de importações, até ser abalada no final da década de 1960 na já discutida crise (ou suposta crise) do café e a política de erradicação de cafezais, quando se discute a necessidade de industrializar o ES e colocá-lo nos trilhos do desenvolvimento brasileiro. Nesse período, a CVRD amplia a sua infraestrutura e na Grande Vitória, com destaque para o Porto de Tubarão.

Com o regime militar, Christiano Dias Lopes Filho foi indicado para o Governo do Estado do ES, em um contexto de fortalecimento do ideário desenvolvimentista e industrializante. O FINDES passa a desempenhar um papel maior na política estadual, desenvolvendo projetos e estudos, além de influir em órgãos estratégicos do governo (DARÉ, 2010, p. 45). O Governo Estadual consegue apoio para montar uma infraestrutura necessária, contando com capital estrangeiro e implanta de forma acelerada um conjunto de projetos agrupados nos complexos siderúrgico, naval, paraquímico e portuário (SIQUEIRA, 2001).

Desses complexos, o paraquímico atua basicamente na região norte do ES, na produção de celulose, de forma associada à silvicultura que transformará a região no *deserto verde*. Na Grande Vitória, se destacam as obras portuárias de Tubarão e melhorias do Porto de Vitória e o complexo siderúrgico, com a Companhia Siderúrgica

---

<sup>46</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, órgão governamental destinado ao desenvolvimento econômico dos estados do nordeste do Brasil.

de Tubarão e a Usina de pelotização da CVRD, ambas na ponta de Tubarão. Vale ressaltar que a internacionalização da economia se mostra de forma bastante presente, com 49% de praticamente todas as indústrias pertencentes à grandes empresas estrangeiras.<sup>47</sup> O papel ativo do Estado na promoção da industrialização também se expressa nos grandes projetos, com o financiamento e participação de bancos públicos como o BNDE na COFAVI, assim como na participação de empresas estatais, com destaque para a CVRD, que além do complexo siderúrgico, atuou nas atividades portuárias e no paraquímico (SIQUEIRA, 2001). Os projetos começam a operar no final da década de 1970, sendo que o complexo naval, que representaria um grau mais elevado de complexidade produtiva e tecnológica, não é executado e uma das empresas do paraquímico, a Flonibra, se limita à silvicultura.

Nesse processo, 80% do investimento se concentrou na Grande Vitória, acentuando a polarização da região no ES, com desequilíbrio entre regiões. A região passa a concentrar infraestrutura, tecnologia e maior complexidade da divisão social do trabalho que outras regiões, uma tendência de urbanização polarizada no Brasil o urbano como locus privilegiado da produção no modo de produção capitalista.

### Grandes canteiros

O processo de industrialização veio acompanhado de grandes obras de infraestrutura, como a construção das próprias indústrias, portos e obras viárias, sendo a mais icônica a Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, a 3ª Ponte, iniciada nos últimos anos da década de 1970 e finalizada em 1989, sendo, para o porte de Vitória e região daqueles tempos, uma obra de proporções faraônicas, típica dos anos do “milagre econômico” apesar de ser implantada poucos anos depois do ciclo, com dimensões que colocam a obra até os dias atuais entre as maiores pontes do Brasil, com 3.339 metros de extensão, vão principal de navegação de 260 metros e construção em concreto armado e caixão metálico.

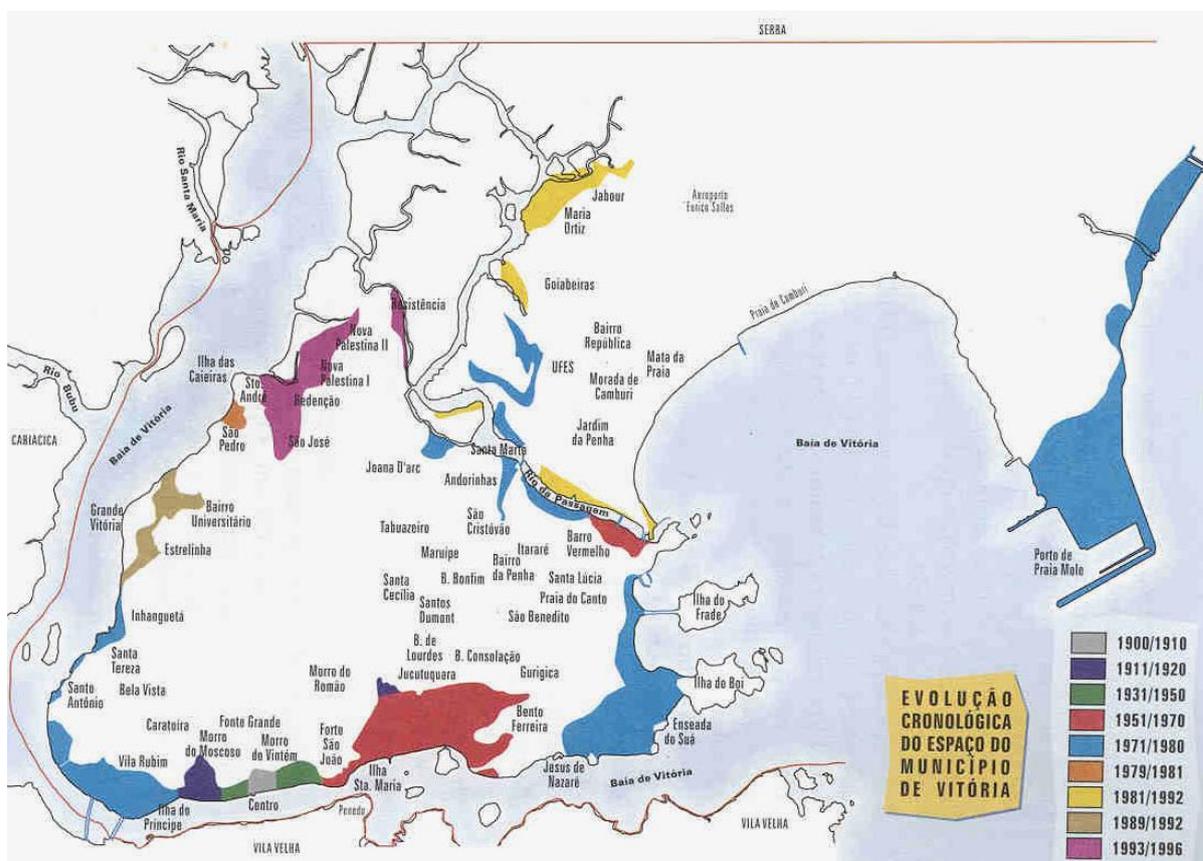
Também se inserem obras de urbanização, que representaram os aterros para expansão das escassas terras da ilha de Vitória, ampliando de forma significativa a área disponível para a expansão urbana. No mapa abaixo (Figura 17) é possível verificar a evolução da expansão do espaço do município de Vitória, evidenciando a

---

<sup>47</sup> Como a Kawasaki (Japão) e Finisider (Itália) na CST, e empresas espanholas, italianas e japonesas na usina de pelotização da Vale

concentração dos aterros no período da industrialização (1951-1970 em vermelho e 1971-1980 em azul), expandindo justamente as áreas contíguas ao Novo Arrabalde, que se constituiu como área de valorização e interesse do mercado imobiliário nascente nas primeiras décadas do século XX e que vai se consolidar como centro de atividades econômicas de comércio e serviços.

Figura 17: Evolução cronológica do espaço do município de Vitória – Aterros.



Fonte: De olho na Ilha (2010)

A produção do espaço como forma de valorização do capital, já presente na dinâmica urbana desde a virada do século como visto no capítulo anterior, passa a se expandir de forma intensa, com a ampliação de áreas contíguas à orla e aos centros de atividades econômicas. A produção do espaço por meio dos aterros, tendo como ator principal do processo o próprio Estado, é uma forma de valorização imobiliária, de forma a potencializar a rentabilidade da terra, ampliando as escassas áreas planas e edificáveis da ilha.

Sobre a renda da terra, categoria que na crítica da economia política tem em Marx seu ponto de partida no terceiro volume d'O Capital (MARX, 2017, p. 675), entretanto tratando do tema da renda da terra no meio rural. O debate sobre essa temática e a

aplicação da categoria no meio urbano está principalmente nos autores como Lojkin (1981), Topalov (1984), Lefebvre (2001; 2001a; 2006), Harvey (1980; 2005) e no Brasil, entre outros, com Lefèvre (1979), se articulando com a temática da produção social do espaço urbano. Cada um desses autores trata a categoria e tira conclusões com particularidades em um debate que tem suas polêmicas e divergência, com destaque para as intervenções de Ana Fani Carlos (2011) no debate, entretanto, apresentam uma linha geral que pode ser apresentada como a relação entre lucros e a rentabilidade dos empreendimentos imobiliários em relação à sua localização no espaço urbano, sendo esse, por sua vez, produto da atividade humana que tem o Estado como ator principal para a sua realização.

Aspectos externos ao lote são incorporados ao mesmo e o valorizam, uma característica particular da propriedade imobiliária, como a presença de infraestrutura urbana, serviços públicos, complexidade de comércios e serviços, parques públicos e, como no caso de Vitória e de diversas outras cidades brasileiras, a orla com suas praias, produzem rendas diferenciais, induzindo dinâmicas imobiliárias próprias, como a tendência de verticalização e a especulação imobiliária, que por sua vez são condicionadas pela regulação do Estado, que expressam a luta de classes em âmbito local. Dessa forma, entendemos o espaço urbano não somente enquanto o meio da vida social, mas objeto de valorização do capital e de disputa entre os que necessitam do valor de uso do espaço para e aqueles que encontram na cidade uma forma de ampliação da valorização de capitais devido a sua forma mercadoria.

Retornando ao canteiro, Daré (2010) articula o projeto de reestruturação produtiva do campo e liberação da mão de obra, que nós analisamos como processo de formação de um exército industrial de reserva para rebaixamento dos salários, com a realização das obras de urbanização e infraestrutura. Uma segunda articulação nos parece indissociável: a existência desses grandes canteiros com a industrialização. Sérgio Ferro, em uma fecunda polêmica com Francisco de Oliveira nos ajuda a entender essa articulação, em que

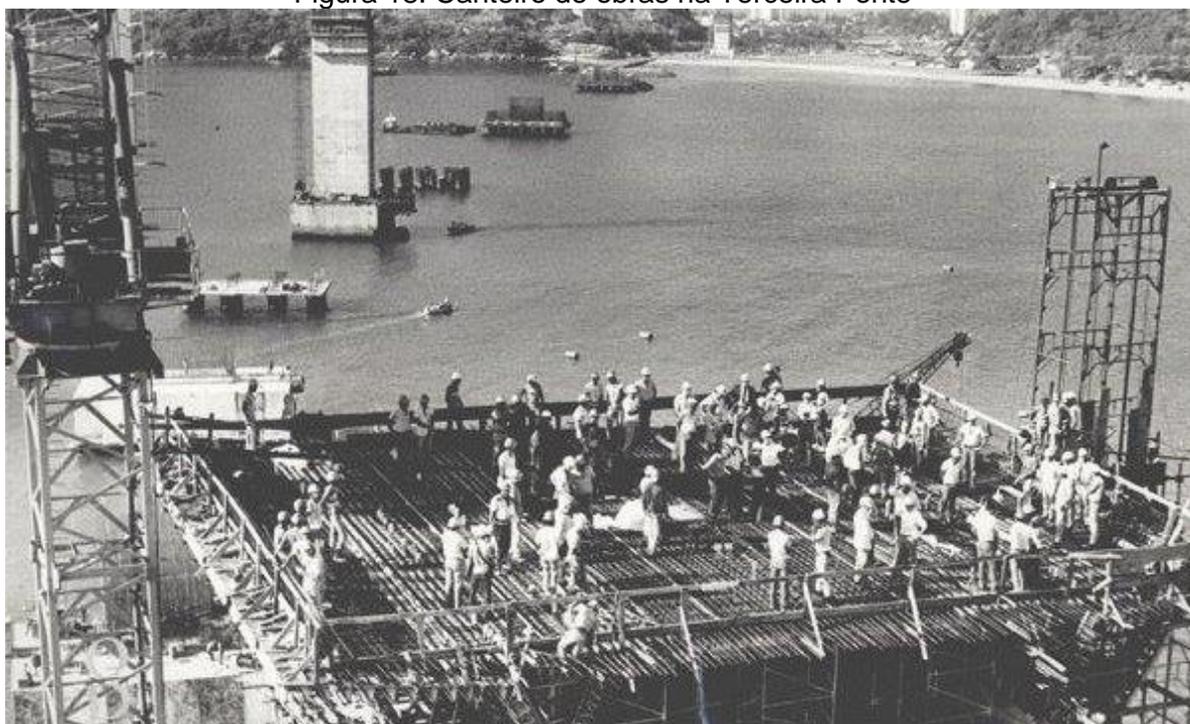
a exploração de setores “atrasados” de produção, fornecedores generosos de mais-valia por causa da composição orgânica de seu capital, que sempre acompanha a acumulação primitiva e levanta a taxa média de lucros, socorrendo assim, via perequação, a baixa taxa setorial na indústria. A construção é um desses setores. Não penso que Brasília tenha sido construída ao mesmo tempo em que JK implantava sua industrialização por acaso; assim como a

Transamazônica, as barragens e o BNH não são contemporâneos do “milagre” da ditadura por mera coincidência.” (FERRO, 2006a, p. 231)

No mesmo sentido, a realização simultânea das grandes obras e a industrialização da região não são coincidência ou meramente uma consequência do processo de desenvolvimento em curso, mas um importante mecanismo de extração de mais-valia em setores “atrasados” de produção, que assumem a forma de manufatura, como o mesmo autor já havia apresentado em obra anterior (FERRO, 2006c), que independentemente do grau de materiais industrializados, se caracteriza pela baixa composição orgânica de capital, isso é, o trabalho humano no canteiro assume a centralidade da produção.

Para se ter a dimensão do canteiro da Terceira Ponte (ver figura 18), que chegou a ter, segundo dados informados pela Companhia de Exploração da Terceira Ponte (CETERPO, 1989) mais de 4.000 trabalhadores atuando ao mesmo tempo, e 7.600 ao longo do processo, marcado pela violência do trabalho que matou onze trabalhadores e com o número de acidentes que apesar de não terem sido calculados, foram declarados como “elevados” e ao mesmo tempo “aceitáveis” devido ao porte da obra. A obra, vale ressaltar, foi executada pela Odebrecht, que se tornaria uma das maiores empresas no ramo da construção civil da América Latina e do mundo.

Figura 18: Canteiro de obras na Terceira Ponte



Fonte: Morro do Moreno (s.d.)

Entendemos que esses grandes canteiros eram grandes produtores de valor, que era transferido para outros setores de tal forma que “a construção civil vai sustentar as indústrias de ponta e não o contrário” (FERRO, 2002, p.17). E ao mesmo tempo que utilizavam a força de trabalho já disponível e achatada pela dinâmica populacional e suas implicações no salário, atraíam novos migrantes para a região, ampliando os mecanismos de exploração e extração de mais-valia e formando uma massa populacional ainda maior de desempregados e superexplorados<sup>48</sup> que buscavam um pedaço de terra para morar.

Além dos canteiros de infraestrutura urbana, é o período de grande crescimento do mercado imobiliário, em bairros como a Praia do Canto e Jardim da Penha, além da produção massiva de moradia por meio dos programas estatais de moradia, vinculados ao Banco Nacional de Habitação (BNH). O que amplia a exploração nos canteiros no período.

## **2.2 - Desenvolvimento do subdesenvolvimento**

Os processos apresentados, que se articulavam em torno de um projeto de desenvolvimento econômico para a região baseado na industrialização e na reestruturação produtiva do campo, era uma forma de superação do dito *atraso* e do subdesenvolvimento do Espírito Santo. A forma adotada para a superação dessa condição abriu espaço para novos problemas. A modernização dos grandes projetos atualiza a sua condição periférica, ao especializar-se em produtos de baixa complexidade e tecnologia, como celulose e siderurgia, voltados para o mercado internacional, mantendo inclusive a dependência das atividades portuárias. As relações centro-periferia são mantidas. Lucros das grandes empresas não são reinvestidos no ES, com o agravante dos impostos subsidiados (SIQUEIRA, 2001, p. 47). Assim como no processo em escala nacional, a industrialização resultou em uma maior concentração de riqueza e distanciamento entre ricos e pobres. Houve uma

modificação nas pautas da exportação, mas isso não significou uma diminuição da transferência de valor da periferia para o centro, nem uma ampliação do consumo interno e da melhoria das condições de trabalho para a maior parte das pessoas que compõem a sociedade brasileira. (TRASPADINI E STEDILE, 2011, p. 27)

---

<sup>48</sup> Categoria que apresentaremos de forma mais detalhada logo adiante neste capítulo

Essa modernização conservadora, realizada durante a ditadura civil-militar, não rompe com a dependência, sendo uma atualização da inserção subalterna do território aos centros decisórios e de acumulação. O chamado *desenvolvimento* aprofunda as relações da dependência, diminui a diversidade produtiva do campo, abre espaço para o capital internacional, cria o latifúndio em áreas que não se caracterizavam por esse tipo de estrutura fundiária, aumenta desigualdades espaciais e desencadeia um intenso processo de empobrecimento urbano. Um processo que se centrava no aspecto quantitativo do desenvolvimento, não em aspectos qualitativos desse desenvolvimento, de forma que priorizasse as necessidades da população.

Os impactos desse processo, por mais que o discurso oficial fosse otimista, não são possíveis de ser ignorados, como nos descrevem Almeida e Gobbi:

O milagre não foi de santo forte e, com os anos, mais e mais homens, e mulheres e seus filhos chegaram para viver, trabalhar, morar e sobreviver. Os grandes projetos anunciados com tanto fulgor pelos homens que presidem, se renderam à tamanha procura e os simplesmente homens, que agora aliados a muitos mais outros, vindos de pequenas lavouras mantinham em meio a maior tragédia econômica da história, a esperança de um dia melhorar a crescer. (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 83)

O “milagre econômico” e o seu desenvolvimento na RMGV veio acompanhando dessas milhares de famílias em situação de pobreza. Muitas dessas passaram a morar na GSP, ocupando o manguezal. Gente atraída pelos grandes projetos, como a CST, saíam

do interior e ficava encostada nas casas de parentes, morando dez, quinze pessoas num pequeno barraco. Eram pequenos proprietários que tiveram suas terrinhas ocupadas pelos eucaliptos; ou meeiros que já não aguentavam mais viver sem condições, na roça. Era o êxodo rural. (ANDREATTA, 1987, p. 25)

Vamos estudar agora aspectos contraditórios desses processo que se apresenta enquanto progresso e desenvolvimento, que trouxe consigo a pobreza urbana em escala inédita na RMGV, escassez e formas precárias de moradia e de habitat. Por último levantamos elementos para a compreensão dialética desses fenômenos, se opondo à razão dualista.

### Empobrecimento urbano

Junto com os grandes canteiros, chaminés das indústrias e o crescimento econômico, veio também o crescimento da pobreza. A concentração da riqueza gerada pelo

processo de crescimento econômico ficou com uma ínfima fração da sociedade, sendo parte significativa formada por empresas internacionais, pela burguesia nacional e, em menor medida, uma estreita camada média da sociedade. A classe trabalhadora, no entanto, enfrentava os baixos salários e o desemprego. O discurso do regime afirmava ser necessário crescer o bolo para dividi-lo, entretanto, nem mesmo com o dito “milagre econômico” se verificou uma política de distribuição da riqueza gerada.

Na Grande Vitória em 1980 a população com rendimento familiar inferior a 3 salários-mínimos chegou a 47,9% do total (ver tabela 6). Em relação ao rendimento mensal da população economicamente ativa (ver Tabela 7), no mesmo ano 15,8% da população da Grande Vitória tinha rendimento de até 1 salário-mínimo e 17,5% de 1 a 2 salários mínimos, ao todo, a população que tinha rendimento até 3 salários era de 41,1% e 44,7% não tinha rendimento.

Tabela 6: População com rendimento familiar inferior a 3 salários-mínimos por município da Grande Vitória em 1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO CARENTE	%
Vitória	207.747	103.080	49,6
Vila Velha	203.406	119.200	58,6
Cariacica	189.089	83.537	44,2
Serra	82.591	33.603	27,3
Viana	23.440	10.087	43,0
TOTAL	706.263	338.507	47,9

Fonte: IBGE (1980)

Tabela 7: Pessoas economicamente ativas por rendimento mensal e sexo na Grande Vitória – 1980

Classes de rendimento mensal (salário-mínimo)	Pessoas economicamente ativas			
	Total	%	Homens	Mulheres
Sem rendimentos	238.385	44,7	67.968	170.417
Até 1 salário mínimo	84.199	15,8	35.359	48.840
+ de 1 a 2	93.027	17,5	64.525	28.502
+ de 2 a 3	41.339	7,8	31.962	9.377
+ de 3 a 5	33.269	6,3	25.752	7.507
+ de 5 a 10	24.988	4,7	20.162	4.826
+ de 10 a 20	10.528	2,0	9.084	1.444
+20	4.649	0,9	4.404	245
Sem declaração	1.695	0,3	743	952
<b>Total</b>	<b>532.079</b>	<b>100,0</b>	<b>259.969</b>	<b>272.110</b>

Fonte: IBGE (1980)

Praticamente metade da população no auge do processo de industrialização se encontrava em situação de pobreza. As mulheres se destacam entre aqueles com menores rendimentos e entre os sem rendimentos. O que se estabelece como norma é o subemprego, desemprego e a informalidade do trabalho, sobretudo no setor de comércio e serviços, o chamado “inchaço” do setor terciário. Siqueira (2001) analisa

o fenômeno tratado como empobrecimento urbano, atrelado à industrialização, entendendo-o como fruto da

incapacidade de os setores urbanos dinâmicos absorverem todo o contingente de pessoas que saíram do interior, transformara a região da capital em centro concentrador das camadas mais desfavorecidas, caracterizando um sério processo de empobrecimento social, sem alternativas a curto prazo. (SIQUEIRA, 2001, p. 47)

E em outro momento, apresenta que

a economia urbana, embora se tenha expandido, não conseguiu amparar o êxodo rural, que se intensificou com as modificações ocorridas na estrutura agrária, colocando em evidência o problema da miséria e do desemprego rural. Esse processo, apoiado na expansão industrial, transmutou-se na miséria e no desemprego urbano, ampliando ainda mais o chamado “caos urbano” verificado na Grande Vitória, a partir da década de 70. (SIQUEIRA, 2001, p. 95)

A autora aponta haveria um descompasso entre a urbanização e a economia urbana, sobretudo a industrialização, que não conseguiria naquele momento incluir toda a população, gerando a pobreza urbana. As transformações em curso, não teriam se desenvolvido a ponto de absorver a oferta de força de trabalho e aponta que não havia planejamento para receber essa população. Essa análise não é incomum, reproduz, em nosso entendimento, um tipo de leitura da urbanização e da sociedade brasileira que compreende a pobreza urbana pelas “insuficiências” do desenvolvimento das forças produtivas e do planejamento. Faremos na última parte deste capítulo uma crítica a tal tradição, demonstrando a funcionalidade para o capitalismo dependente da marginalidade, do desemprego e da formação de favelas.

#### Onde e como mora o trabalhador?

Esses novos moradores da RMGV passam a procurar moradia, entretanto, há um conjunto de limitações para o acesso à esse elemento fundamental para a vida. Para entender esse problema é necessário partir da forma específica que a casa assume na sociedade capitalista.

Junto ao processo de mercantilização da terra, a casa passa a assumir a forma de mercadoria, sendo mais um elemento no conjunto de meios necessários para satisfazer as necessidades humanas que se converte na enorme coleção de mercadorias que compõem a sociedade capitalista. Desde o processo da revolução industrial o problema da moradia é colocado para os trabalhadores, seja pela falta de

oferta, pelas condições construtivas e de salubridade, seja pelo alto custo aluguel comparado ao salário, a moradia se apresenta enquanto um problema indissociável do modo de produção capitalista, como apresenta Engels (2015; 2017) em seus estudos sobre a moradia e a condição da classe trabalhadora inglesa no século XIX.

A moradia, enquanto mercadoria, carrega o valor para além daquele oriundo do seu processo de produção, isso é, do trabalho socialmente necessário para produzir a unidade habitacional. É um tipo de mercadoria que, diferente de tantas outras, tem em sua constituição a relação com o espaço de forma umbilical, é também uma propriedade imobiliária e seu valor é influenciado pelo solo urbano socialmente produzido ao seu redor. Por esse motivo, ao produzir o solo urbanizado, produz-se também uma valorização diferencial da terra, com a aplicação de trabalho e capital na promoção de infraestrutura e de serviços, ações que competem ao Estado convencionalmente. Essa valorização da terra, capaz de gerar lucros e rendas a partir de atividades comerciais imobiliárias, como incorporação, venda e aluguel, induz a uma disputa pela produção e apropriação do solo urbano. Uma lógica que resulta, como nos mostra Kowarick (2017, p. 23), em especulação imobiliária e na segregação socioespacial, o que repete aquele fenômeno observado por Engels (2017) nas cidades industriais inglesas do século XIX, a compartimentação da cidade de acordo com as classes sociais onde a classe trabalhadora em condições de pobreza residia de forma segregada, longe dos olhos da burguesia e camadas médias.

As formas específicas de produção e de acesso à moradia são historicamente determinadas em cada formação social, trataremos aqui de alguns elementos da promoção da moradia para a classe trabalhadora na RMGV durante o ciclo de industrialização. Duarte (2010) apresenta o estudo da baixa promoção da habitação social entre os anos de 1970-1980, quando foram construídas 2.855 unidades habitacionais em Vitória pela COHAB e INOCOOP, e 16.155 na RMGV. Quanto à localização dos conjuntos, é necessário ressaltar, eram localizados em terrenos de baixo custo, distantes dos núcleos de trabalho e moradia existentes, impulsionando a formação das periferias da RMGV. Gabriel Bolaffi (1978) apresenta uma dura crítica à produção habitacional do regime militar, que transfere para a iniciativa privada as decisões centrais, sobretudo a localização do terreno, além de apontar a baixa qualidade das construções que se multiplicavam nas periferias e que não eram compatíveis com o salário do trabalhador.

Com relação à habitação popular, já faz algum tempo que o BNH admite publicamente que não se pode construí-la porque, em que pese o caráter de subsídio que os seus empréstimos vêm assumindo de alguns anos para cá, ainda assim é mínima a parcela da população que dispõe de renda para comprá-la. (BOLAFFI, 1978, p. 40)

A falta de promoção de moradia e políticas compatíveis com a renda dos trabalhadores pobres e desempregados, a impossibilidade desses trabalhadores pagarem aluguel, a distância dos conjuntos habitacionais de interesse social em relação aos centros de concentração de trabalho e serviços, entre outros motivos, levam essa população de migrantes recém chegados na RMGV a procurarem por favelas históricas de Vitória, como o Forte São João e o Morro da Fonte Grande, e a formar novas favelas como é o caso de São Pedro.

Na literatura sobre a urbanização desse ciclo, assim como em relatórios e trabalhos técnicos os termos assentamentos e aglomerados subnormais se fazem presentes, como forma de caracterizar as ocupações para moradia de forma irregular em relação a parâmetros da legislação urbana, conflitos fundiários, parâmetros urbanísticos e construtivos, infraestrutura e adensamento. Esse termo engloba o que se chama de favela, morros, ocupações, invasões, entre outros.<sup>49</sup> Para se ter uma ideia do quanto de Vitória e das cidades da RMGV foi formado dessa forma, apresentamos a quantidade de assentamentos e número de habitantes nessa condição existentes em 1980 (ver tabela 8).

Tabela 8: Assentamentos subnormais em Vitória e Região Metropolitana em 1980

	LOCALIZAÇ.	QUANTID.		HABITANTES		% EM RELAÇÃO A POP. TOTAL	
VITÓRIA	Baixadas e mangues	07	32	15.930	97.221	7,5%	46,6%
	Morros	25		81.291		39,1%	
RMGV	Baixadas e mangues	39	83	132.550	281.391	17,5%	37,2%
	Morros	44		148.841		19,7%	

Fonte: IJSN (1987) e IBGE (1980)

Em um total de oitenta e três assentamentos subnormais na RMGV, concentrando 37,2% da população da região, os assentamentos subnormais devem ser

<sup>49</sup> Em estudo publicado em 2020 pelo IBGE, voltado para o enfrentamento da COVID-19 e o mais recente sobre a temática, o termo utilizado é *aglomerados subnormais*, caracterizado como: “formas de ocupação irregular em áreas urbanas, para fins de habitação, de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados). Em geral, são caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição a ocupação. Em alguns Municípios, são conhecidos como favelas, comunidades, grotas, palafitas, invasões, ressacas e outras nomenclaturas.” (IBGE, 2020, p. 3).

compreendidos como parte fundante da urbanização da RMGV, não sendo uma exceção. Vitória concentra a vinte e cinco dos quarenta e quatro morros ocupados, que somados às sete baixadas e mangues, totaliza 32 assentamentos subnormais, correspondente a 46,6% da população total do município. Em 1980, Vitória tem quase metade da sua população morando no que se costuma chamar de favela, sendo 40% da população total, aproximadamente, vivendo em morros.

A favela é, segundo Kowarick (1979, p. 60), a solução mais drástica para a moradia, o recurso dos habitantes mais pobres das cidades, aqueles que não encontraram lugar no mercado formal, nem nas políticas habitacionais e que também não são capazes de pagar aluguel. Esses que recorrem aos morros, baixadas e manguezais, como formas de sobrevivência, construindo bairros sem planejamento e infraestrutura, estão submetidos à moradia sem água, esgoto, acessibilidade, longe do trabalho e de serviços públicos. Casas que em um primeiro momento carecem de tudo, muitas vezes em tamanho insuficiente para abrigar a família e construída com materiais não duráveis, levando anos em construção.

Esse tipo de assentamento se difere de outras formas de urbanização e ocupação do solo não apenas em sua relação com a legalidade e institucionalidade, no respeito à legislação urbanística e parâmetros construtivos, mas também em relação à própria produção do território, que não é construído pelo Estado ou pela iniciativa privada, como nas habitações para os operários comuns na industrialização inglesa e menos frequente no caso brasileiro. A moradia e o espaço urbano são produzidos pelos próprios moradores, a chamada autoconstrução da moradia, que por extensão consideramos os territórios também autoconstruídos.

Sendo assim, no caso de Vitória, aproximadamente metade das moradias e parte significativa do tecido urbano foi produzida pelos próprios moradores, em condições de precariedade, inicialmente sem esgoto, água e energia, e em condições de risco e instabilidade em morros e manguezais. Deve-se levar em consideração um ensinamento da crítica da economia política, a de que o salário é a quantia necessária para a reprodução da força de trabalho, incluindo alimentação, saúde, vestimenta e, entre outros, a moradia. Nas condições salariais e de trabalho verificadas, o salário está abaixo do mínimo necessário para a reprodução da sua força de trabalho, não sendo possível acessar a moradia enquanto mercadoria, sendo

assim a classe trabalhadora é obrigada a produzir a própria casa. Quando isso ocorre como uma tendência geral da sociedade, como é o caso de Vitória, em que aproximadamente 50% da capital e 40% da região metropolitana estão nessa condição, há uma tendência a se reduzir o salário, uma vez que o componente moradia que deveria estar embutido no salário já é realizado de outra forma.<sup>50</sup>

A reposição realizada por parte do próprio trabalhador dos meios necessários para a reprodução da sua própria força de trabalho, como uma forma de ampliação da exploração por parte do capitalista, é um processo que Engels (2015) já identificava na Alemanha do século XIX. Autores como Francisco de Oliveira (2019) e Lúcio Kowarick (1979) tratam do fenômeno na urbanização brasileira, indicando o papel que a autoconstrução da moradia tinha para o achatamento do já reduzido salário dos trabalhadores. Uma “alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital” (KOWARICK, 1979, p. 62). Trataremos desse processo logo adiante.

Em linhas gerais, os trabalhadores da RMGV durante o processo analisado tiveram poucas opções, quando o salário permitia viviam de aluguel ou se inseriram em políticas habitacionais que os colocavam distantes do trabalho e serviços públicos, ou então, de forma massiva, ocupavam terrenos e construía suas próprias casas para morar, desprovidos de infraestrutura e em situações de risco, em um processo que contribuía para intensificar a sua condição de trabalhador superexplorado ao tensionar pela redução do salário. Um processo simultâneo de produção de moradia utilizando fundo público incapaz de atender às necessidades das amplas maiorias, produzindo uma malha urbana espraiada, enquanto se formam favelas nos manguezais e morros da RMGV.

#### Por uma interpretação dialética do desenvolvimento capitalista dependente e da urbanização brasileira:

Sem nos descolarmos do território analisado que desejamos compreender, isso é, o bairro de Santos Reis, realizaremos um esforço de análise em maior nível de abstração. Estamos aqui olhando para a realidade concreta: o surgimento simultâneo e articulado entre a industrialização e a multiplicação vertiginosa de assentamentos

---

<sup>50</sup> Desenvolveremos melhor esse ponto logo adiante, ainda neste capítulo.

subnormais, ou em outros termos, territórios ocupados de maneira informal e centrados na autoconstrução, entre eles, o bairro de Santos Reis. Procuraremos agora estabelecer com base em literatura teórica acerca do urbano e do modo de produção capitalista, que toma como premissa a condição dependente da economia brasileira para compreender a articulação entre esses fenômenos que impulsionam a formação de Santos Reis.

As noções de *desenvolvimento e atraso* que conduzem os projetos de modernização, como vimos, são historicamente e socialmente construídos, como instrumentos ideológicos que correspondem a interesses políticos e econômicos particulares, porém, apresentados como universais, como forma de indução de transformações e adequações correspondentes à tais interesses. Sobre o conceito de desenvolvimento, Castells (1983, p. 28) faz uma crítica apontando que este opera uma

confusão remetendo ao mesmo tempo a um nível (técnico econômico) e a um processo (transformação qualitativa das estruturas sociais, permitindo um aumento do potencial das forças produtivas). Esta confusão responde a uma função ideológica: a que apresenta as transformações estruturais como simples movimento acumulativo dos recursos técnicos e materiais de uma sociedade (CASTELLS, 1983, p. 28).

O *desenvolvimento*, tem o suposto papel de superar o *atraso*, sendo um instrumento ideológico, já discutido neste capítulo, que se apresenta como a superação de determinada condição pelo avanço da técnica, ignorando aspectos políticos e sociais desse processo, como se fosse possível resolver todo o resto a partir desse movimento. A noção do *atraso*, o polo oposto do “progresso”, do “avançado”, do “futuro”, vinculado ao subdesenvolvimento é uma armadilha que opera por meio da ilusão de que haveria uma via única de desenvolvimento dentro do capitalismo, em que é alcançada pela superação de etapas pré-estabelecidas, tomando como modelo os países centrais do capitalismo, como se estivessem em uma mesma “linha do tempo”, porém, em pontos distintos. Essa interpretação da realidade não é apenas um problema teórico, mas dá base conceitual para a práxis alinhada aos interesses das classes dominantes, que indicam a rota iluminada do desenvolvimento.

Essa oposição entre o *moderno* e o *atrasado*, além de serem utilizadas para caracterizar as diferenças entre formações econômico-sociais distintas, também foram utilizadas para estudar o subdesenvolvimento em si, ou seja, a própria dinâmica

interna do subdesenvolvimento enquanto formação social marcada por essa dualidade. A dualidade estrutural assume papel central em meados do século XX nas ciências sociais e econômicas, derivando para diversas outras e influenciando a política nacional, em teorias que derivam do pensamento da CEPAL, de que se encontravam no Brasil a existência paralela, independente e conflituosa entre dois sistemas distintos. Um arcaico, rural e informal, que seria independente e hostil ao outro, moderno e industrial capitalista.

Havia uma hegemonia do pensamento dualista, na compreensão da imensidão de trabalhadores desempregados e alijados de um regime de trabalho formal, além da ocupação do solo na forma de favelas, como insuficiência de relações capitalistas, um estado a ser superado com o desenvolvimento das forças produtivas, em alguns casos, como excluídos da estrutura social e econômica em desenvolvimento no país. Tal pensamento dualista acaba por dissociar, ou não enxergar com clareza a relação entre a industrialização e a multiplicação de favelas, compreendendo que na medida em que o sistema moderno se desenvolvesse absorveria o sistema atrasado e marginalizado.

O pensamento cepalino é aplicado ao estudo do urbano de forma mais emblemática na obra de Luiz Pereira (1969). Reproduzindo o dualismo característico, o pesquisador segue a compreensão de que haveria um desequilíbrio entre a produção, limitada pelo subdesenvolvimento, e o consumo que a urbanização demandava. A urbanização maior que a industrialização teria como consequência a marginalidade, entendida enquanto exclusão do sistema, e a autoconstrução como expressão desse desequilíbrio. Tais desequilíbrios e suas consequências seriam superadas com o avanço do desenvolvimento econômico.

Retomemos a noção já desenvolvida de que a formação socioespacial (FSE) brasileira e latino-americana é dependente, isso é, formalmente independente, porém, inserida em relações econômicas e políticas de subordinação às economias centrais. Articulando a nossa realidade à totalidade mundial, para entender a relação desigual e combinada da nossa sociedade, e em particular, para compreender melhor tal condição e analisar o processo concreto de urbanização de Vitória, vamos retomar

um conjunto de autores<sup>51</sup> que vão buscar compreender esses elementos aparentemente opostos, incompatíveis e avessos entre si, empregando a dialética, no sentido de que não haveria essa separação de sistemas opostos, mas a partir da noção de totalidade entende-se como um todo constituído por opostos complementares, cuja articulação resulta em dinâmicas próprias.

Nos referimos à Andrew Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira, Ermínia Maricato e Sérgio Ferro. Os autores não constroem um bloco monolítico do pensamento teórico sobre o subdesenvolvimento, a dependência e sobre o urbano, trabalhando categorias próprias, partindo de perspectivas políticas distintas e tratam de objetos diferentes. Em um nível maior de abstração, tratando da escala continental e nacional no caso dos dois primeiros autores, enquanto o restante destes teóricos faz do urbano o elemento central de estudo. Apesar das suas diferenças, estão assentados sobre a teoria marxista e partem do debate acerca da dependência e do subdesenvolvimento de forma crítica. Há inclusive uma interação entre algumas das obras, tanto em convergência quanto em crítica.

Trataremos primeiramente de André Gunder Frank (1969)<sup>52</sup>, que apresenta uma crítica fundamental ao debate permeado por estas chaves. O pensador ao analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina demonstra que não haveria como entender a condição das diversas FES utilizando as noções de “atraso”, uma vez que os termos se referenciam nos países centrais como parâmetro de “desenvolvido”. O autor demonstra a inadequação dos conceitos ao demonstrar que cada nação passou por um processo histórico particular e irreproduzível, dessa forma, não seria coerente acreditar que haveria uma rota “natural” do desenvolvimento e que acelerando o processo, para diminuir o suposto atraso, seria possível alcançá-los.

---

<sup>51</sup> O tema da urbanização nas economias dependentes tem sido retomado por um conjunto de trabalhos recentes, fazendo uma revisão crítica e trazendo novos ares para o tema. Destacamos e recomendamos a leitura das dissertações de Tonin (2015) e Aruto (2015), e artigos e a tese de doutorado de Guerreiro (2016; 2017; 2018), de onde partimos para a elaboração de um projeto de pesquisa sobre o tema, nos referenciando em algumas de suas considerações e análises.

<sup>52</sup> Economista e sociólogo alemão, orientado por Milton Friedman em seu doutorado, lecionou na UnB pouco tempo antes do Golpe de 1964 e deixa para a teoria social brasileira e latino-americana um grande legado ao apresentar as bases do que viria a se tornar a Teoria Marxista da Dependência, exercendo grande influência nos seus principais autores, como na obra de Ruy Mauro Marini. A sua obra aqui citada, *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* foi publicado originalmente como artigo na *Monthly Review* em 1966.

Diferente da compreensão vulgar de *desenvolvido e subdesenvolvido*, e das noções de *atraso*, Frank afirma que na realidade há uma articulação entre sistemas de satélites e metrópoles em escala mundial, integrando os centros mais dinâmicos e vitais das economias desenvolvidas ao interior mais remoto das selvas latino-americanas, sendo os dois polos partes de um mesmo processo indissociável, que produz e reproduz de forma simultânea e interdependente economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Dessa análise, Frank extrai a compreensão de que o desenvolvimento, entendido como o aprofundamento da lógica de funcionamento desse sistema, no capitalismo dependente aprofundaria o subdesenvolvimento e a dependência, isso é, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*.

O potente trabalho de Frank, que critica toda uma tradição das ciências sociais e econômicas brasileiras e latino-americanas vinculada às ideias da CEPAL vai influenciar quase todos os autores que citamos aqui de forma direta ou indireta. Sua principal influência está no surgimento de uma corrente marxista no interior da controvérsia do capitalismo dependente latino-americano, dando origem à Teoria Marxista da Dependência (TMD), que entre autores como Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, tem em Ruy Mauro Marini a sua principal referência. Em seu trabalho *A Dialética da Dependência*<sup>53</sup>, Marini apresenta de forma sistematizada os elementos centrais da dinâmica das economias dependentes e apresenta um conjunto de categorias e formulações para a compreensão dessa FES. No mesmo sentido apresentado por Frank, Marini conclui que a “consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, 2011, p. 134).

Dessa forma, o autor compreende que o desenvolvimento capitalista na América Latina não pode seguir um modelo baseado nas economias centrais, pelo contrário, haveria aqui um capitalismo *suis generis*, que na medida em que desenvolve suas forças produtivas nos marcos de relações de dependência apenas pode aprofundar a relação assimétrica e subordinada às economias desenvolvidas, com o efeito de elevar as consequências de tal condição à novos patamares. A consequência interna

---

<sup>53</sup> Publicado pela primeira vez em 1973 no México durante seu duplo exílio das ditaduras brasileiras e chilenas, onde teve papel político ativo como parte da Política Operária (POLOP) no primeiro país e no Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) no segundo.

e estrutural da dependência, que tem papel central na TMD é a categoria *superexploração da força de trabalho*, entendido como forma que os capitais nas FES dependentes compensam a transferência de valor para as economias centrais devido à diferença de níveis de produtividade, tornando possível a acumulação nas economias dependentes. Apresenta, portanto, essa uma nova leitura do fenômeno que a tradição cepalina entendia pelas já discutidas trocas desiguais / deterioração dos termos de troca. Uma consequência da vinculação da economia latino-americana ao sistema mundial, que está localizada no campo da produção e da extração de mais-valia.

A *superexploração*<sup>54</sup> tem como formas específicas: o aumento da intensidade do trabalho, sendo uma forma de aumentar a mais-valia por uma maior exploração; a extensão do trabalho, ou seja, uma maior jornada de trabalho e um aumento da mais-valia absoluta; e a redução do consumo do trabalhador para além do mínimo necessário para a reprodução da sua força de trabalho, sendo uma forma de aumentar o tempo de trabalho excedente.

os três mecanismos identificados (...) configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. (...)

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2011, p. XX)

Há em Marini uma relação clara entre a condição dependente, subordinada às economias centrais, de forma desigual e combinada, como em Frank, porém dá um passo além ao sistematizar o funcionamento das economias dependentes em sua

---

<sup>54</sup> Apresentada a particularidade da categoria em Marini e na TMD usaremos apenas o termo *superexploração* para facilitar a leitura, atenção para não confundir com o uso da palavra como expressão superlativa presente em obras de outros autores.

relação com o sistema mundial, assim como os desdobramentos internos que derivam dessa condição, sendo a superexploração da força de trabalho uma de suas categorias centrais.

Marini, Frank e os autores da TMD ao verificarem a impossibilidade estrutural do desenvolvimento das forças produtivas e da superação do subdesenvolvimento por meio do capitalismo, apontam a necessidade de uma ruptura com o modo de produção capitalista e apontam a necessidade do caráter socialista da revolução brasileira<sup>55</sup>. Dessa forma divergem de outras leituras da dependência, como aquela defendida por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra (SERRA E CARDOSO, 1978; CARDOSO E FALETTO, 1984) que como caracteriza Traspadini (2014), trata-se de uma teoria da interdependência, que vai encontrar a saída para o desenvolvimento das economias dependentes na própria relação com as economias desenvolvidas e no aprofundamento das relações capitalistas no Brasil.

Não pertencente ao grupo da TMD, Francisco de Oliveira (2019) provavelmente desenvolveu uma das críticas ao pensamento dualista mais conhecidas entre arquitetos urbanistas e pesquisadores do urbano. Chico de Oliveira, como é chamado, permaneceu no Brasil durante a ditadura, publicando seus artigos no CEBRAP, dialogando e influenciando pesquisadores durante o processo de urbanização intensa no Brasil. A sua *Crítica à Razão Dualista*<sup>56</sup> vai apresentar uma leitura que divergia das análises de seu tempo, desenvolvidas pela CEPAL a respeito do entrave do desenvolvimento brasileiro resultar de aspectos arcaicos da economia e do que a OIT e parte da sociologia, no que se refere ao chamado trabalho informal, à marginalidade e ao inchaço das cidades. Oliveira vai encontrar nesses elementos uma funcionalidade para o sistema, não deformações, insuficiências ou aspectos externos ao sistema de produção e acumulação. Uma análise dialética da acumulação e expansão do capitalismo na periferia que se utiliza de uma nova forma de acumulação primitiva nas cidades, que tem o papel de reunir e explorar o principal recurso dos

---

<sup>55</sup> Hoje distante do debate público, das formulações de organizações políticas de relevância nacional e da produção científica dentro e fora das universidades, a discussão acerca da revolução brasileira, seu caráter e condições permearam parte significativa do século XX. Estratégias distintas que correspondiam a leituras específicas da realidade brasileira estavam em disputa, entre elas o socialismo.

<sup>56</sup> Publicado originalmente em 1972 como ensaio e em livro em 1973.

países periféricos: o trabalho mal remunerado. Em obra posterior, Oliveira retoma a temática e apresenta de forma sintética:

retomando uma de nossas primeiras observações, vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e a toda teorização sobre o “inchaço” e a marginalidade social nas cidades. Não se quer dizer que não haja marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exércitos industriais de reserva. Não significa, tal como a teorização da marginalidade social tenta dizer, exclusão do mercado de trabalho, nem exclusão da economia urbana. Significa a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades. (OLIVEIRA, 1982, p. 42)

Francisco de Oliveira analisa os trabalhadores informais, que em um primeiro olhar poderiam ser interpretados como alijados das dinâmicas econômicas e sociais, como os vendedores dos mais diversos produtos nos semáforos das cidades brasileiras, e reconhece a marginalidade como uma condição bastante frágil no sentido da realização dos seus direitos e do exercício de cidadania, em relações de trabalho que são marcadas por todo tipo de precarização, distante do trabalho assalariado tipicamente capitalista, na relação trabalhador-empregador com a regulação do Estado, entretanto, entende que há nas formas específicas de trabalho e marginalidade uma lógica própria, que contribui para a exploração e acumulação de forma acentuada. Nesse mesmo sentido, critica as ideias de que as condições de trabalho, marginalidade e exploração nas cidades seriam resultantes de uma insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que cumprem seu papel na estrutura das relações capitalistas.

Nesse sentido, em suas discussões sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil e a articulação das formas “atrasadas” e “modernas” para o desenvolvimento de um sistema único, marcado por aspectos aparentemente incompatíveis e contraditórios, tal como um ornitorrinco<sup>57</sup>, Oliveira influencia o debate sobre o urbano, apontando o papel da autoconstrução para o rebaixamento do valor da força de trabalho, o que teria um papel relevante para a *industrialização de baixos salários*.

Fui em busca dos outros dados e, como a pesquisa havia sido feita por arquitetos, interessados em habitação popular, com mania pela preservação das aptidões culturais e produtivas dos trabalhadores, havia um quesito bastante interessante sobre a forma como as casas tinham sido construídas. Eram construídas em mutirões, ou

---

<sup>57</sup> Alegoria utilizada pelo autor para explicar as singularidades da economia brasileira.

autoconstrução de forma mais geral. Não como esses de hoje, mas os mutirões da tradição: você chama o compadre no fim de semana, toma uma cerveja, come uma linguiça frita e vai fazendo a casa aos pouquinhos. Caiu a ficha. *Crítica à razão dualista* partiu dessa constatação. Quer dizer, a primeira pergunta ficava sem resposta, mas a segunda resposta fechava o quadro: a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2006, p. 68)

Estabelecendo um diálogo com os demais autores apresentados<sup>58</sup>, Lúcio Kowarick (1975; 1979; 2017), entre outros teóricos da dependência, vai desenvolver na década de 1970 um conjunto de estudos sobre a urbanização brasileira, mais especificamente a paulistana. Faz parte dos seus estudos a crítica à marginalidade como fenômeno de alijamento de parte da população de estrutura social, portanto, a crítica ao pensamento dualista e se propõe a realizar uma análise dialética da urbanização brasileira partindo da noção de dependência e do imperialismo para compreender os aspectos internos, em especial, a urbanização. Seus estudos vão cunhar o que chamou de *espoliação urbana*, categoria utilizada para expressar a:

somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. (KOWARICK, 2017, P.22)

Kowarick ao estudar a urbanização brasileira durante da segunda metade do século XX analisa a formação da classe trabalhadora nos marcos da superexploração<sup>59</sup>, em uma dinâmica que tem no espaço urbano a continuidade da exploração do trabalhador, não se limitando aos locais de trabalho, uma vez que as condições objetivas para a reprodução da vida não são garantidas e nem mesmo bens de consumo coletivo, portanto, se faz necessário o sobretrabalho para a produção dos meios necessários para a sua própria existência. Se insere no debate marxista sobre a questão da moradia e argumenta no mesmo sentido de Oliveira sobre a autoconstrução o rebaixamento do valor da força de trabalho.

---

<sup>58</sup> Para que fique claro aos leitores ainda não familiarizados com os autores que estamos discutindo, Kowarick, assim como Oliveira, não faz parte da TMD apesar de serem marxistas, pois não utiliza as categorias e chega às mesmas conclusões do grupo de Marini.

<sup>59</sup> Em sua obra não apresenta superexploração no sentido presente em Marini e na TMD. Há nesse caso, assim como outros autores da tradição marxista, o uso do termo de forma a caracterizar a exploração de maneira superlativa.

Os pensamentos destes autores, reforçamos, não constituem um bloco monolítico e homogêneo, ao contrário, como ilustra a diferença entre a proposta de uma ruptura revolucionária apresentada por Frank e Marini em contraposição à aposta de Oliveira na disputa do fundo público e do Estado. Apenas extraímos e cotejamos elementos pertinentes à nossa pesquisa e que são possíveis de se estabelecer paralelos para analisar melhor o processo da urbanização da RMGV e suas contradições.

Já Sérgio Ferro, Arquiteto urbanista e professor da USP durante a ditadura empresarial-militar, realizou estudos que, segundo o próprio autor, foi uma visita aos canteiros de construção com *O Capital* de Marx na mão, resultando nas publicações de “A produção da casa no Brasil” de 1967 (FERRO, 2006b) e “O canteiro e o desenho” de 1976 (FERRO, 2006c), analisando a produção da casa enquanto mercadoria, articulando técnica e política para o estudo da construção de forma original. O autor demonstra ter tido contato com a obra de Gunder Frank em publicações futuras, servindo para sua crítica ao desenvolvimentismo (2006d, p. 280) e formulação para uma arquitetura política (2006d, 206).

Em seu primeiro estudo publicado como parte desse esforço, analisa de forma minuciosa a produção da *casa popular* e da *mansão*, partindo da premissa de que essa estaria inserida no modo de produção capitalista e em um país subdesenvolvido. Descreve minuciosamente a produção da casa autoconstruída, entendida e chega à conclusão:

as consequências são imediatas: o barateamento da moradia que obteve recorrendo a todas as suas mínimas habilidades e disponibilidades, o seu sacrifício, terá como recompensa automática o abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção. Seguramente, a economia feita na obtenção da casa seguirá a redução de seu salário real. (FERRO, 2006, p. 66)

Partindo da aparente exceção e marginalidade ao sistema capitalista, Sérgio Ferro encontra na construção da casa operária autoconstruída a sua inclusão nesse sistema.

Kowarick, Oliveira e Ferro vão exercer influência em um conjunto de pensadores do urbano, incluindo arquitetos urbanistas. Entre outros nomes de relevância para a área, destacamos a obra de Ermínia Maricato, que já tratava do tema da autoconstrução desde a década de 1970 (MARICATO E TAPAJÓS 1975; MARICATO, 1979), e que

apresenta no seu conjunto de trabalhos teóricos a influência de Oliveira, até em seus escritos recentes (MARICATO, 2015). A autora também apresenta a condição do capitalismo periférico como premissa para entender a urbanização brasileira, dialoga com Oliveira sobre a autoconstrução, que é tratada forma possível de produção da moradia em uma industrialização de baixos salários ao mesmo tempo em que contribui para o seu rebaixamento. Ermínia desdobra a temática da *industrialização dos baixos salários* para a *urbanização dos baixos salários*, investigando as formas de produção da moradia e do espaço nas cidades brasileiras.

Durante a produção destes autores, Maricato organiza um livro chamado *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (MARICATO, 1982), com textos sobre a questão urbana que incorporam muito das contribuições apresentadas, além de ser uma referência da mudança de direção dos estudos urbanos no Brasil, como apresentado por Arantes (2009), deixando de tratar o *urbano* apenas como lócus para a produção, circulação e consumo, passando a assumir, nas palavras de Francisco de Oliveira em seu prefácio para o livro, “uma ciência do urbano, com estatuto teórico próprio”, em que o urbano passa a ser entendido como “forma da expansão capitalista” (OLIVEIRA, 1982, p. 14). Guerreiro (2018) entende que essa perspectiva que eleva o urbano ao status de categoria própria, em sintonia com o crescimento dos estudos urbanos influenciados pelo marxismo em âmbito internacional e apresenta a partir dessa perspectiva teórica uma importante reflexão sobre a urbanização brasileira da segunda metade do século XX, relevante para compreender as contradições do processo de desenvolvimento da RMGV e o surgimento de ocupações em Vitória durante a industrialização:

Ficava patente que o enorme desenvolvimento das forças produtivas promovido pelo capital – acelerada pelo desenvolvimentismo militar, que tinha outro tipo de relação com o capital produtivo internacional em relação ao período anterior – produzia também *subdesenvolvimento*, pois a forma mesma do capital é contraditória internamente. A periferia autoconstruída, assim, não era encarada mais como *marginalidade*, mas como parte do movimento interno do capital. Mais: a radicalidade das contradições do espaço nos países latino-americanos expressava uma especificidade desses territórios e, portanto, determinada posição relativa ao capitalismo mundial. Desta maneira, o *urbano* – agora enquanto categoria, unidade espacial dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção -, deve necessariamente articular o *trabalho da produção da cidade* com sua *dinâmica espacial*. (GUERREIRO, 2018, p. 136)

Extraímos desse conjunto teórico uma interpretação dialética do processo de urbanização da RMGV partindo da premissa da condição dependente da economia brasileira, portanto, de posicionamento subalterno na divisão internacional do trabalho, entendendo a impossibilidade estrutural de desenvolvimento do capitalismo em moldes similares aos dos países centrais. Portanto, não faz sentido esperar que o desenvolvimento das forças produtivas, apenas, resolva o problema da pobreza urbana, pelo contrário, como nos demonstram Frank e Marini, é justamente no processo de industrialização que se produz a miséria de forma extensa, o aprofundamento da dependência, noção já incorporada por pesquisadores do urbano em análises do empírico, como Bolaffi (1978) ao demonstrar que entre 1965 a 1978 o índice de produtividade industrial cresceu em 100%, enquanto os salários reais caíram de 20%. É evidente que se faz necessário transformar a estrutura produtiva brasileira, orientando a produção para a necessidade das massas, aumentando produtividade e garantindo a autonomia produtiva e de atendimento à demanda em determinados setores, de forma a combater as transferências de valor para economias centrais. O que concluímos, a partir de uma síntese desses autores, é que há uma impossibilidade estrutural do desenvolvimento das forças produtivas pelo papel que assume nas cadeias globais de valor, pela transferência de valor e, como desdobramento interno no campo político e social, não há uma burguesia com projeto nacional de ruptura da dependência, sendo na realidade, “classes dominantes-dominadas” (BAMBIRRA, 2019), subordinadas ao capital internacional.

Entendemos, a partir desta crítica imanente do capitalismo dependente latino-americano, a pobreza urbana não como resultante de um descompasso entre a urbanização e o desenvolvimento das forças produtivas e da economia urbana, mas um reflexo das condições do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que apresenta uma exploração da força de trabalho de formas ainda mais intensas e extensas, além da redução do fundo de consumo do trabalhador abaixo do necessário para a reposição das condições necessárias para o trabalho. Não seria a ausência das relações capitalistas e do avanço de forças produtivas, mas a forma específica e estrutural do desenvolvimento do capitalismo no Brasil com consequências no trabalho e nas condições de vida da classe trabalhadora, que passa a ser cada vez mais urbana. Essa pobreza se especializa na forma dos territórios autoconstruídos, chamados de aglomerados subnormais ou favelas, que cumprem um papel

fundamental para a reprodução da força de trabalho de forma a rebaixar o seu valor, como já discutido.

Entendemos, portanto, a produção social do espaço nesses termos como um mecanismo de reprodução da superexploração da força de trabalho, nos aproximando da compreensão presente em recentes trabalhos, como o de Aruto (2015) e Tonin (2015), que retomam a discussão entre capitalismo dependente e urbanização e apontando a centralidade da categoria *superexploração*. De forma sucinta, Aruto faz uma síntese da discussão:

Com isso, a relação entre espaço e relação de produção adquire outro sentido nas regiões periféricas uma vez que o espaço é estruturado e transformado para garantir (com toda a sua complexidade e conflito) a reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor. É assim que se devem interpretar características secularmente presentes na sociedade latino-americana, e reproduzidas no seio do desenvolvimento capitalista dependente, tais como: forte presença de trabalhadores domésticos na sociedade; baixos salários; reduzida produtividade; presença de vários tipos (não-capitalistas) de relação de produção, principalmente nas faixas de fronteira agrícola; o uso de mutirão e outros tipos de autoconstrução, tanto nas áreas rurais como nas urbanas; reduzidos e precários serviços públicos destinados aos trabalhadores; setor terciário “inchado, com baixos salários e crescimento horizontal”; a persistência histórica da exportação de produtos primários; desigualdade regional e segregação urbana. Todas essas características e seus desdobramentos concretoespaciais (rural e urbano) persistem e se transformam dialeticamente à medida que o processo de acumulação com base na superexploração se desenvolve.(...)

A superexploração, ao dar o sentido geral da produção material no continente, constitui a categoria totalizante da organização espacial nas FSP dependentes. Forma, função, processo e estrutura só adquirem objetividade se relacionadas à superexploração, pois é para garantir a permanência (conflituosa) da superexploração que as relações de produção são reproduzidas e, nesse processo, transformam o espaço social. (ARUTO, 2015, p. 65)

Essa massiva pobreza urbana tem sua necessidade de moradia resolvida, como vimos, por meio da produção de favelas, inevitavelmente pela autoconstrução dos territórios e outras dinâmicas que passam distantes do mercado imobiliário formal, como possibilidades para as amplas maiorias das massas trabalhadores. A condição de superexploração leva a formas específicas de produção do espaço e reprodução da vida que agudizam reforçam a superexploração. Em uma relação dialética que faz girar uma espiral caótica e altamente lucrativa, os trabalhadores superexplorados e desempregados são levados a produzir a sua parte da cidade ao mesmo tempo que aprofundam mecanismos da superexploração. O caos aparente tem sua lógica e

funcionalidade, portanto, segue constantemente a se reproduzir não por, supostamente, ainda não ter sido absorvido pela ordem do desenvolvimento, mas justamente por ser a força motriz que move suas engrenagens ontem e hoje. Dessa forma, entendemos que os barracos de Vitória não foram fenômenos descolados do surgimento dos grandes canteiros e das chaminés das indústrias, nem mesmo resultantes da sua insuficiência, mas consequências necessárias para mobilizar tal processo. Apresentaremos no capítulo seguinte o caso de uma dessas tantas favelas de Vitória, como se deu o processo de ocupação e produção do espaço de São Pedro IV, hoje conhecido como Santos Reis.

### 3 – A OCUPAÇÃO E A (AUTO)CONSTRUÇÃO DE SANTOS REIS

Toda urbanização aqui começa sempre com violência.  
(ANDREATA, 1987 p. 182)

#### 3.1 São Pedro antes de Santos Reis

O bairro de Santos Reis, ou São Pedro IV, como foi batizado inicialmente e ainda é conhecido por muitos, tem início no dia 26 de Dezembro de 1980, ainda nos marcos da ditadura civil-empresarial-militar brasileira, registrado no jornal do movimento comunitário local *O Grito do Povo*<sup>60</sup> como uma ocupação na “pedra” que não passou por perturbações (O GRITO DO POVO, 1987). Tais incômodos esperados seriam as ações da polícia e de supostos proprietários com seus jagunços, que agiram com violência em diversas ocupações anteriores e posteriores na região, com despejos, prisões e agressões.

Parte significativa do material utilizado neste capítulo para a reconstituição do processo inicial da formação da Grande São Pedro e de Santos Reis é composto por matérias jornalísticas, parte produzida pelos grandes veículos locais e outra parte pelos movimentos comunitários, populares e eclesiais de base. Um elemento nos chama atenção, estabelecendo um contraste entre os dois tipos de veículos. Enquanto comumente os grandes jornais locais tratavam o processo e os moradores pelos termos “invasão” e “invasores” respectivamente<sup>61</sup>, os materiais produzidos pelos movimentos de base, incluindo os jornais produzidos pelos próprios moradores entendiam a formação do bairro como uma “ocupação”. Thiago Castelo Branco Lourenço delimita os dois termos:

Invasão se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano. Já ocupação significa dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social. (...) O termo ocupação remete à legitimidade que o ato de ocupar uma terra urbana proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes, sendo assim o conceito mais

---

<sup>60</sup> Com dezenas de edições ao longo de mais de uma década, o Movimento Comunitário de São Pedro produziu o jornal *O Grito do Povo* que cumpria o papel de fazer informes sobre o movimento, comunicar sobre eventos de importância para a comunidade e desenvolver o trabalho de base com conscientização e politização sobre problemas cotidianos.

<sup>61</sup> Para ilustrar, tratamos as matérias jornalísticas dos dias 24/12/1980 em *A Gazeta* (INVASORES ..., 1980) e de 30/12/1980 em *A Tribuna* (NOVAS INVASÕES..., 1980), que tratam justamente do ciclo de invasões que deu origem à Santos Reis, onde os termos “invasão” e “invasores” estão nos títulos das matérias.

adequado para designar essas ações e lugares. (LOURENÇO, 2014, p. 32)

Sendo assim, utilizamos o termo ocupação junto aos próprios moradores, por entender que o processo é na realidade a alternativa possível para que milhares de famílias tiveram para acessar o direito humano universal à habitação (ONU, 1948)<sup>62</sup>, tendo sua legitimidade diante do papel reivindicatório do direito à moradia e do cumprimento da função social da propriedade, prevista no artigo 157 da Constituição Federal de 1967 (BRASIL,1967), vigente durante o processo inicial da ocupação do bairro, e reforçada na Constituição de 1988 (BRASIL,1988).

As ocupações são processos conhecidos e verificados em número expressivo de cidades brasileiras, principalmente nas maiores, que ocorre quando um grupo de pessoas se assenta em determinado terreno, público ou privado, sem ter a propriedade da terra. Se constitui como parte da produção da cidade e da habitação no Brasil, marcado pelo conflito fundiário, pela irregularidade, pelo não cumprimento da legislação urbana e pela informalidade jurídica. Nesse sentido é importante diferenciar ainda que existem diferentes formas de ocupação, sendo mais organizadas e coordenadas por movimentos populares, ou de forma mais espontânea, com menor articulação entre os ocupantes e sem a ação política consciente.

Quando os moradores de São Pedro IV chegaram para construir suas casas, como a dona Iracy que abre o capítulo anterior, já havia na região outras três ocupações homônimas. Que, como os nomes indicam, se sucedem como continuidade da primeira ocupação que ocorre em 1977 e precisam ser entendidas como tal.

Em um mapa (Figura 19) elaborado pelo IJSN em 1979 para o Plano Diretor Urbano de Vitória é registrada a evolução da ocupação de Vitória e dos municípios adjacentes até o ano de 1977, ano da ocupação de São Pedro I. Esse mapa ilustra a tendência de ocupação litorânea de Vitória, com a consolidação do Novo Arrabalde e a ampliação com os novos aterros, além do crescimento na porção continental em Jardim da Penha e adjacências. Em Vila Velha já se registra a expansão pelo litoral ao sul, que será o vetor de crescimento do mercado imobiliário nas décadas seguintes. Na Rodovia Serafim Derenzi, vemos um estreito trecho de ocupação na região de

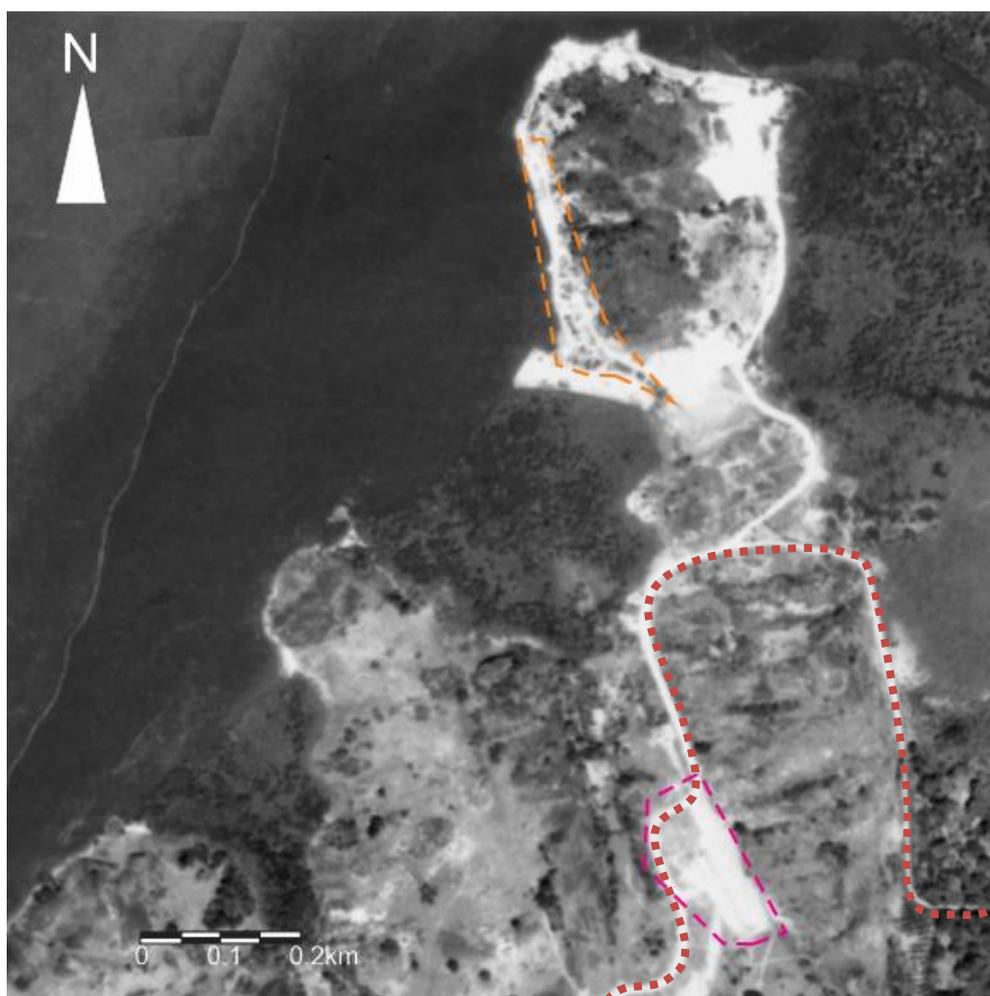
---

<sup>62</sup> Citamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU porque no processo em curso o direito à moradia não estava presente na Constituição Federal vigente (1967), da mesma forma que na atual (1988).



Já se faziam presentes também os moradores do bairro Comdusa, adjacentes ao morro que deu lugar à Santos Reis, que estavam entre as 72 famílias reassentadas em política habitacional removidas do antigo bairro Miramar, onde se instalou a rodoviária de Vitória. Comdusa é o nome da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Vitória, responsável pela operação (PMV, 2013).

Figura 20: Mapa de 1970 indicando ocupação na Ilha das Caieiras (laranja) e terreno em preparação para o bairro Comdusa (magenta) margeando a Av. Serafim Derenzi (vermelho).

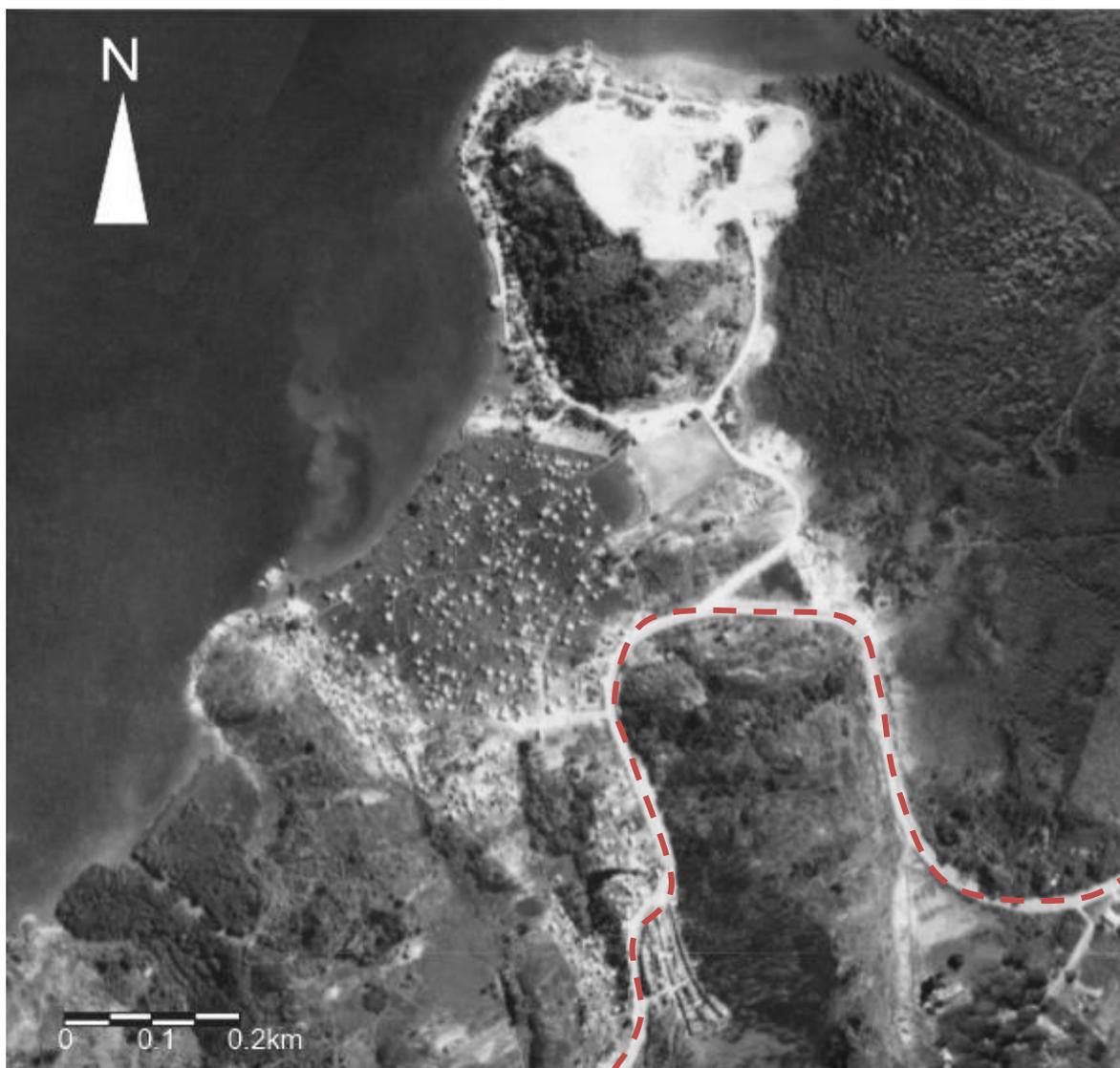


Fonte: PMV/Geoweb - Com intervenções do autor.

Como o próprio bairro Comdusa demonstra, na década de 1970, já existia em Vitória uma série de ocupações em áreas de morros e manguezais, como o lixão de Maria Ortiz e os bairros da região onde hoje se conhece como Complexo da Penha, ou por Território do Bem (São Benedito, Jaburu, Itararé, entre outros). São Pedro é mais um episódio dessa história.

Em 1977 centenas de famílias ocupam terreno de mangue e áreas próximas à Rodovia Serafim Derenzi (ver Figura 20). Inicialmente, a ocupação recebeu o nome de Guadalajara, assim como demais áreas de ocupação, ou invasão, como era tratada. Depois foi chamada de Jaqueira, até que ganhou o nome do santo pescador: São Pedro (ANDREATTA, 1987, p. 21).

Figura 21: Mapa de 1978 - Ocupação de São Pedro (Rodovia Serafim Derenzi em vermelho)



Fonte: PMV/Geoweb – Com intervenções do autor.

A imagem acima, do ano de 1978 registra o primeiro ano de ocupação de São Pedro, destacamos o conjunto das Caieiras, o bairro Comdusa ocupado com seu traçado com linhas tendendo ao paralelismo, em contraste com o padrão de ocupação de traçado irregular do entorno. O campo do Racing também já se faz presente logo abaixo das Caieiras. É possível verificar o papel que a Rodovia tem na indução da

ocupação e na estruturação do espaço, com um conjunto de terrenos ocupados ao longo da via, partindo para o manguezal em passarelas elevadas e para as elevações rochosas em seu entorno.

Segundo relatos de Graça Andreatta (1987, p. 17 e 25), a ocupação do terreno de São Pedro teve apoio do prefeito da época Setembrino Pelissari, alegação corroborada por moradores (MORADORES..., 1978) que indicavam interesses político-eleitoreiros, visando sua candidatura ao Senado Federal, e relatam ameaças de despejo caso não fosse eleito. Os interesses para a ocupação aparecem também na articulação da ocupação por técnicos da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que cobravam pela ocupação e tinham envolvimento com os políticos (ANDREATTA, 1987, p. 13).

O perfil dos ocupantes de São Pedro era dos migrantes, vindos do interior, em busca de trabalho, na cidade movimentada pelos *grandes projetos*. Muitos migrantes do norte do ES, região sul da Bahia, Zona da Mata de Minas Gerais e norte do Rio de Janeiro, expulsos do campo. Outros que pagavam aluguel e não tinham mais condições de se manter dessa forma, ou ainda, vinham de outras ocupações e buscavam melhores condições de moradia (ANDREATTA, 1987, p. 18). Ter uma casa pelo mercado imobiliário era impossível e a política habitacional do BNH, incompatível com a massa de trabalhadores pobres e desempregados, também não tornava possível. Ocupar era a solução.<sup>64</sup>

### Promorar

A situação precária vivida pelos moradores de São Pedro serviu de motivação para a implementação do PROMORAR na região durante o governo de Carlito von Schilgen na prefeitura de Vitória. O programa, vinculado ao Banco Nacional de Habitação (BNH), destinado a erradicar os assentamentos precários, com obras de infraestrutura urbana, equipamentos comunitários e financiamento para melhorias habitacionais. O projeto foi inaugurado em 29 de junho de 1980 pelo governador Eurico Rezende, em discurso repleto de homenagens ao presidente Figueiredo, a quem atribuiu o crédito pelo projeto e inclusão de Vitória na lista de municípios beneficiados, que não continha inicialmente a capital, também declarando que São Pedro foi escolhido por não

---

<sup>64</sup> A consciência dos impactos ambientais de tal ação e a falta de opção são registrados pela liderança: "Não nos culpe, tentamos terra firme, não nos deram, então plantamos nosso barco no mangue, criamos nossos filhos, fizemos uma cidade... nenhum bicho, apenas o "homem" é capaz de fazer...." (ANDREATTA, 1987, pg. 166).

realizar manifestações nem ter sido influenciado por agitadores, em clara tentativa de desmobilizar o nascente movimento comunitário e de luta por moradia. Naturalmente, o prefeito também participou da inauguração, prometendo que a lama não seria mais colchão de pobre (ANDREATTA, 1987; EURICO..., 1980; PROMORAR..., 1980).

Entre as intervenções do PROMORAR estavam os aterros, fornecimento de água e rede de esgoto, energia elétrica, centros comunitários, creche, escola e financiamento para compra de materiais de construção duráveis (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 15; PROMORAR..., 1980). A área de intervenção se concentrou na área de São Pedro I, única ocupação até então. Para a realização dos projetos, o Governo Federal passou para o município a propriedade do manguezal, tornando possível a titulação dos moradores.

Apesar dos benefícios prometidos, as intervenções foram acompanhadas por muita desconfiança por parte dos moradores, que afirmavam não ter a abertura para participação nas decisões, assim como além de temerem remoções e a venda de lotes. As críticas também foram direcionadas ao projeto da MAPLAN, que não respeitava a divisão dos lotes, fazendo com que famílias perdessem espaço (PMV PROMETE..., 1981). O Movimento Comunitário, passa a fazer campanhas de conscientização para que os moradores não saiam de suas casas e não vendam seus lotes, para que não tenham que voltar para a condição anterior, de ocupar terrenos sem urbanização ou voltar a pagar aluguel (ANDREATTA, 1987; GRITO DO POVO, 1987). A preocupação com a venda de lotes era redobrada uma vez que o projeto tinha como etapa final a entrega das escrituras dos lotes para as famílias, iniciando com 100 escrituras em março de 1981 (MORADORES DE..., 1981). Em seminário realizado pelo movimento comunitário no início de 1981 sobre o PROMORAR essa preocupação foi apresentada novamente: "Até que ponto os invasores serão beneficiados, já que a valorização dos lotes e principalmente dos impostos se dará, na certa, com a urbanização? Será que o bairro ainda ficará com os invasores?" (OS MORADORES..., 1981).

O projeto apresentou diversos problemas como o atraso e a incompatibilidade com o perfil dos moradores, que não tinham condições de financiar as próprias moradias pelo modelo proposto. Como apresenta Almeida e Gobbi (1983, p. 15), "os moradores reclamam do projeto, que só lhes permitiu o empobrecimento, já que pagam os

benefícios recebidos através do Sistema do Banco Nacional da Habitação, com reajustes superiores aos suportáveis". Graça Andreatta (em entrevista para esta pesquisa) afirma que não teve notícia de morador que fez uso do crédito para compra de materiais duráveis, atribuindo às condições desproporcionais ao padrão de vida dos trabalhadores pobres e desempregados. Uma moradora de São Pedro, Lourdes Cândida, em entrevista para uma matéria jornalística argumenta no mesmo sentido: "O necessário aqui é ter aterro e esgoto. O que adianta tirar o pobre do barraco e botar numa casa. Ele não pode pagar prestação e ainda por cima vai comer o que? Acho a ideia absurda" (NO BAIRRO..., 1980).

Moradores passaram a vender imóveis, aproveitando a valorização com as intervenções com obras milionárias<sup>65</sup>, e a ocupar novamente terrenos na região, e devido ao projeto atender parte da ocupação, principalmente a parte do manguezal, tem início uma diferenciação entre os contemplados e não contemplados pelo programa (ALMEIDA E GOBBI, op. cit.). O PROMORAR, na medida em que iniciava a promoção de infraestrutura e aterrava o mangue, tornando a vida dos moradores menos árdua, passava a induzir novas ocupações e novas dinâmicas da produção e interesses pelo espaço.

### Novas ocupações

No final do ano de 1980, precisamente nos últimos dez dias do ano, novas ocupações surgem na região (Figura 22). Em 22 de dezembro, mais de duzentos barracos foram erguidos, em uma ocupação de mais de mil pessoas próximo à área de atuação do PROMORAR, entre o bairro de São Pedro e a Ilha das Caieiras. Os moradores de São Pedro alegaram que o prefeito Carlito von Schilgen havia prometido destinar a área de 9 mil metros quadrados caso os moradores dessem apoio durante a visita do presidente do BNH ao município. O apoio ocorreu, entretanto, cansados de esperar, ocuparam o terreno<sup>66</sup> (NOVA INVASÃO..., 1980).

---

<sup>65</sup> Apenas em um contrato adicional em 1981 para a empresa de engenharia Arariboia foi feito um pagamento de Cr\$135 milhões para as obras de drenagem, esgoto e pavimentação (PMV PROMETE..., 1981).

<sup>66</sup> O terreno, segundo os relatos em matérias jornalísticas, pertencia a um comerciante chamado Lucas Colodetti que estava em negociação com a PMV (NOVA INVASÃO ..., 1980; NOVAS INVASÕES..., 1980; ANDREATTA, 1987).

Figura 22: Mapa com a área aproximada das ocupações da Grande São Pedro (1981).



Fonte: IJSN, com intervenções do autor.<sup>67</sup>

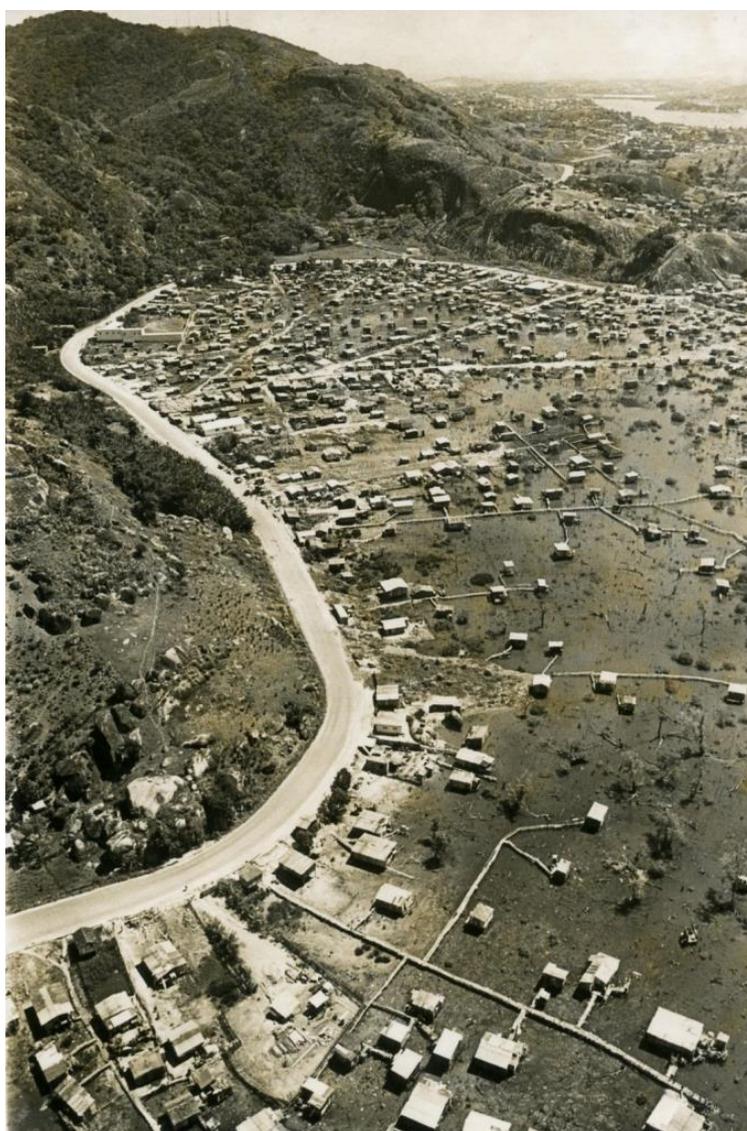
O prefeito intercedeu para que não houvesse reintegração de posse em terra pertencente ao município, decisão comemorada pelos moradores. Muitos desses já estavam morando em casas de parentes em São Pedro, outros já ocupavam outro terreno e havia também quem estava alugando casas e aproveitou a oportunidade (INVASORES..., 1980; NOVA INVASÃO ..., 1980).

Nas matérias jornalísticas citadas é possível traçar um perfil dos moradores, em sua maioria eram desempregados, vindos de áreas rurais do norte do ES, leste de Minas Gerais e de outros estados, como o sul da Bahia e o norte do Rio de Janeiro. Muitos

<sup>67</sup> Mapa elaborado a partir de fotos aéreas, relatos dos moradores e lideranças históricas entrevistadas, bibliografia consultada incluindo matérias jornalísticas,

trabalhavam como biscateiros, ou seja, trabalhos pontuais e de baixa remuneração, sem vínculo empregatício e regularidade. Em casos de trabalho regular, não passava de um salário-mínimo<sup>68</sup> (CONSTRUÍDOS..., 1980). Outro traço comum entre muitos dos novos moradores da região era o tamanho das famílias, como Pedro Martins, mineiro de Mutum, carpinteiro trabalhador da construção civil, Lauro, desempregado, e Laurita, cada um com seis filhos (NOVAS INVASÕES..., 1980; CONSTRUÍDOS... , 1980).

Figura 23: Vista aérea de São Pedro III em Fevereiro de 1981, dois meses depois do início da ocupação.



Fonte: A Gazeta; Nestor Muller (1981).

<sup>68</sup> O salário-mínimo estabelecido pelo Decreto nº 85310, de Novembro de 1980 era de Cr\$ 5.788,80. Para se ter referência, a mesma matéria indica que um biscateiro vindo de Ecoporanga, no norte do ES ganhava em torno de Cr\$ 6.000, outra ganhava em torno de Cr\$ 8.000,00.

A ocupação foi recebendo novos moradores que vinham aos montes, ocupando o entorno do bairro de São Pedro, sendo chamadas posteriormente de São Pedro II e III (ver Figura 23), uma forma de reconhecer as ocupações como parte do mesmo processo, sendo uma continuidade da primeira, mas ao mesmo tempo, com particularidades na formação e reivindicações. Logo em seguida, em 26 de dezembro do mesmo ano, o braço de rocha que se estende do maciço central em direção ao mangue é ocupado, dando início à São Pedro IV, chamado futuramente de Santos Reis (já visível na mesma imagem). Graça Andreatta (2019, p. 149) esclarece que se tratava de uma estratégia do movimento de moradores, pois “tudo ali virava ‘processo jurídico’ e se déssemos outro nome, seria um a mais. Então tínhamos apenas um, que crescia a cada ocupação que alguém se dissesse dono.”

Não foi possível identificar qualquer participação de movimentos populares ou organizações políticas para a realização das ocupações, entretanto, nota-se uma clara articulação entre as três primeiras ocupações. Entendemos as novas ocupações como desdobramento da primeira, tanto pelo fato de que as novas ocupações tem relação direta com o Promorar, intervenção estatal no reconhecimento e promoção de infraestrutura passa a induzir novas ocupações, fenômeno que se repetirá em outros momentos em São Pedro<sup>69</sup>, mas, principalmente, pela relação entre os moradores. Muitos dos moradores das novas ocupações serem parentes e conhecidos da primeira, muitos inclusive já viviam no bairro. O nome dos bairros, como vimos, trata-se de uma tática de autodefesa contra processos jurídicos. Verificamos também ações de solidariedade, da construção dos barracos ao apoio contra repressão. Comissões foram formadas, com representantes dos moradores, elegendo responsáveis por cada uma das ruas abertas. Tal organização é resultado do acúmulo da experiência primeira ocupação em São Pedro e contou com a ajuda das suas lideranças (CONSTRUÍDOS..., 1980; ANDREATTA, 1987).

### **3.2 - A ocupação de São Pedro IV**

No dia 26 de dezembro de 1980, como parte das ocupações na região de São Pedro que chegou a triplicar o tamanho da área ocupada inicialmente em 1977 (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 13), um dos braços do maciço central da ilha de Vitória de frente para

---

<sup>69</sup> Trataremos de indução à novas ocupações e mudança no perfil dos moradores como consequências de processos de urbanização por parte do Estado ainda neste capítulo.

a Ilha das Caieiras e Rodovia Serafim Derenzi foi ocupado por centenas de famílias. Esse é o início de São Pedro IV<sup>70</sup>. A ocupação foi noticiada no jornal local, descrevendo a extensão da ocupação que vinha se multiplicando nos últimos dias, chegando a subir as “pedras”:

Nem mesmo as pedras deixaram de ser demarcadas. Uma delas, em frente ao bairro São Pedro, tem cerca de 50 metros de altura, e é possível ver a tinta delimitando os lotes. O acesso a muitos dos "lotes" é praticamente impossível em condições normais. Mesmo assim, os posseiros ficam satisfeitos, como afirmam, de ter os seus lotes. (NOVAS INVASÕES..., 1980)

Notamos no relato, em primeiro lugar o reconhecimento de São Pedro enquanto bairro, além da descrição do sítio onde São Pedro IV foi erguido, formas de demarcação e divisão do espaço, feitas com tinta sobre a rocha exposta. Uma forma de demarcação bastante distinta da utilizada da ocupação no manguezal, onde se utilizava tábuas fincadas na lama, pelo fato de que a rocha íngreme exigia muito mais esforço para fixação, como entre outras formas, a perfuração, se faz necessário uma outra forma de delimitação do espaço. Destaca-se também a falta de acessibilidade aos lotes demarcados devido à inclinação acentuada da rocha.

O padrão de ocupação em terra firme, como apresenta Almeida e Gobbi (1983, p. 15), é uma opção para evitar os problemas do assentamento sobre o mangue, se protegendo das marés, que chegavam a entrar nos barracos dependendo da época do ano, além de não terem que lidar com o processo de aterramento, que nos próximos anos passou a ser feito com lixo. Rapidamente os barracos foram sendo erguidos de tal forma que no primeiro dia de ocupação já era possível verificar um conjunto edificado com materiais não duráveis, como telhas e tapume.

### Tudo começa no Fruta-pão

Em nossa pesquisa não foi possível identificar nenhum morador que participou da ocupação que deu início a São Pedro IV, entretanto, é de conhecimento dos moradores mais antigos que a rocha já estava ocupada quando os primeiros ocupantes chegaram em 26 de dezembro de 1980.

---

<sup>70</sup> Como se sabe, São Pedro IV é o primeiro nome de Santos Reis e nesse momento utilizaremos o nome antigo para acompanhar o desenvolvimento do território, que é citado dessa forma na bibliografia e documentação consultada.

Há em Santos Reis atualmente uma praça chamada de Praça do Fruta-Pão, nomeada em nome da grande árvore frutífera na localidade que é referência para os moradores e visitantes. Os moradores históricos do bairro afirmam que uma das casas adjacentes à praça seria centenária, sendo construída originalmente em tijolo maciço, já bastante modificada hoje (ver Figura 24). Em nossos trabalhos de campo foi possível identificar a família mais antiga do bairro e entrevistar a Sra. A. C.<sup>71</sup>, de 77 anos, que nos relatou que morou na casa com seu pai, Sr. João Vitor, chegando em 1962 com sua família após se mudarem do bairro de Inhanguetá<sup>72</sup>, quando foram despejados e se mudaram para a “pedra”, carregando a pé seus poucos pertences. A casa que já estava construída e era a única do morro. O pé de fruta-pão, distante não mais que trinta metros da casa, já estava crescendo e dava frutos. A moradora também relata que quando chegaram na casa havia muitas conchas de ostra espalhada pelo chão. Moradores que chegaram na ocupação de São Pedro IV, quase duas décadas depois, relatam que ainda havia conchas espalhadas por toda a localidade<sup>73</sup>.

Pelos relatos de moradora, seu pai trabalhava em fazendas na região, principalmente em uma propriedade da igreja. O próprio morro de São Pedro IV, pelo que os moradores mais antigos relatam, era parte de uma fazenda, sendo a casa construída em função da propriedade. Não foi possível identificar os termos para a permanência da família, nem se João trabalhava na propriedade. Sobre o proprietário das terras e as atividades ali realizadas não é possível ter certeza, sendo necessário uma investigação documental para isso, entretanto, registramos a versão dos fatos que se mantem viva oralmente entre os moradores. Há uma controvérsia entre os relatos de Graça em seu livro, que aponta que "uns diziam que a pedra era de um tal Camargo. O que sei é que continuam lá, e que existe um beco chamado 'Beco do Camargo'" (ANDREATA, 1987, p. 53). Uma das moradoras mais antigas do bairro dá outra versão sobre o tal Camargo, dizendo que era o sobrenome de um morador antigo que morava no beco, não sendo o proprietário.

---

<sup>71</sup> Utilizamos apenas as iniciais das pessoas entrevistadas para atender aos parâmetros de ética em pesquisa. Apenas os entrevistados na condição de figuras públicas e que registraram a autorização para utilização do nome serão identificados.

<sup>72</sup> Localidade próxima, também ocupada de forma irregular, a 2 km de distância de São Pedro IV em direção a Santo Antônio, margeando a Rodovia Serafim Derenzi.

<sup>73</sup> Não foi possível encontrar mais informações sobre as conchas, entretanto, pela proximidade com a casa nos parece que os moradores mantinham o hábito da coleta de molusco no manguezal para atividades comerciais ou para alimentação. Entretanto, são necessárias outras pesquisas para se averiguar ou descartar a relação com a produção de cal na região ou com a ação de povos tradicionais.

Figura 24: Antiga casa (canto inferior esquerdo) e o pé de fruta-pão.



Fonte: Do autor (2021)

O que se pode afirmar a partir dos trabalhos de campo e entrevistas com os primeiros moradores é que a localidade da Praça do Fruta-pão é o marco do início do bairro, onde foi possível identificar não somente a primeira casa edificada, construída antes da década de 1960, como também há até os dias atuais diversos descendentes do Sr. João Vitor nas proximidades que constituíram um núcleo inicial de ocupação do território. Uma das primeiras moradoras do bairro relatou em entrevista que no início da ocupação a localidade do fruta-pão “era uma vila, era tudo amontoado, tudo junto, mas era tudo família mesmo. Tinha casa de estuque<sup>74</sup>, de barro, bota o bambu e faz.” (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista). Outro morador também relata que quando chegou no bairro, aquela parte do morro era uma “capoeira só, e eles moravam aqui, era um bananeiral isso aqui abaixo, onde tinha terra era bananeiral puro aqui, era um bananeiral só, bananeira velha, uma capoeira, e eles moravam aqui” (Sr. J. M., 68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista). Há

---

<sup>74</sup> Apesar do termo ser utilizado na arquitetura em geral como uma técnica de modelagem em argamassa para ornamentação, na arquitetura rural do ES o termo estuque é utilizado para caracterizar uma técnica similar à taipa de mão.

nas proximidades uma Escadaria do Banana, que segundo o morador, leva o nome devido às bananeiras que ali se encontravam, demonstrando a atividade de cultivo de produtos agrícolas no local, sem maiores informações a respeito da finalidade do cultivo.

O pé de fruta-pão além de ser um marco espacial da formação do bairro, é também um importante elemento de identidade, seja para referência de localização, ou principalmente pela relação da população com os seus frutos. A Sra. L. M., moradora histórica do bairro, presta um relato a respeito da árvore:

Essa árvore aí é patrimônio histórico, essa árvore aí matou muita fome de gente há muitos anos. (...) Mas essa árvore aí alimentou muita família, muita, muita família. E ela virou um patrimônio histórico, porque até hoje vem gente de fora pegar fruta, os daqui também pegam, eu faço muita coisa com a fruta-pão, eu faço bolinho de carne, que eu aprendi a fazer, faço ela cozida com carne de boi, faço ela cozidinha, ela fica igual pastel. Então a gente usa ela para muita coisa. E a folha também é chá. (Quando cheguei) já estava grande. E eles já podaram, ela já apodreceu galho, os bombeiros vieram e já tiraram, corta. Ela era sombrosa, aquela coisa mais linda, sombrosa, aí o povo começou a construir, que ali era tudo barraco e lógico que vai prejudicando a estrutura da planta. Aí a planta começou a dar... uns galhos apodreceram aí teve que podar. Teve uma época que eles queriam cortar (...) e nós juntamos os moradores e não autorizamos, porque aquilo ali virou um patrimônio histórico. (Sra. L. M., 57 anos, moradora do bairro desde 1988 - Entrevista)

O reconhecimento da importância da árvore para o bairro, compartilhado por outros moradores entrevistados, é expresso pela moradora ao considera-la patrimônio histórico, atrelado não à idade da árvore, que precede a ocupação, mas ao fato da população utilizar os seus frutos para alimentação ao longo dos anos, sendo essa uma prática ainda atual. Apesar do reconhecimento da importância da árvore para a alimentação da população local, nem todos os moradores se sentem confortáveis com esse fato, gerando incômodo quando se trata do assunto de forma pública, como se fosse uma “humilhação para o bairro”, comenta o Sr. J. M.

#### Por que não houve despejo?

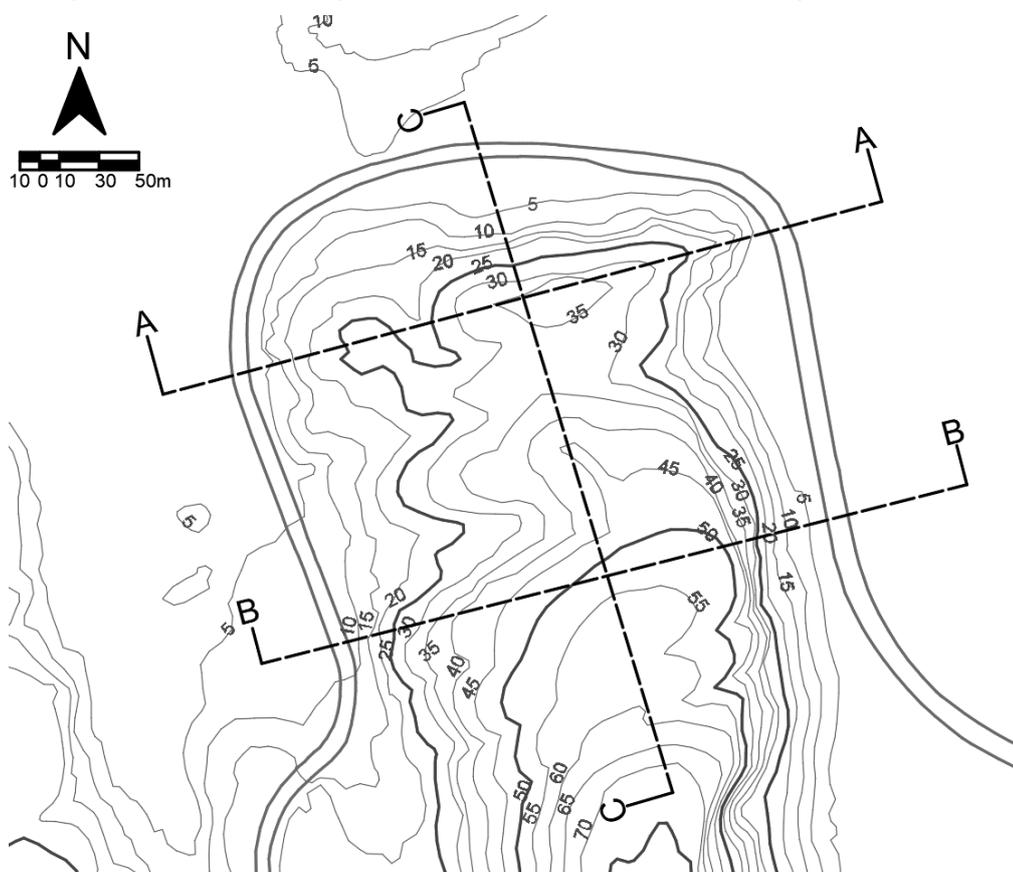
Em toda a GSP o processo de formação dos bairros foi marcado por conflitos entre posseiros, supostos proprietários e a polícia, entretanto, em São Pedro IV não se teve notícias de despejo. O que explicaria tal particularidade?

Um dos moradores mais antigos do bairro, que esteve desde seus primeiros anos de ocupação e que comprou seu terreno de um dos familiares do senhor João Vitor, nos relatou, e teve sua história confirmada por A.C. e familiares, que

Quando a invasão entrou, dizem que o dono falou para ele [João Vitor]: "Tira o que você puder para você e o resto pode deixar invadir". Diz que o dono falou para ele: "Pode tirar uma boa parte para você, para a sua família e o resto pode deixar" (Sr. J.M., 68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista)

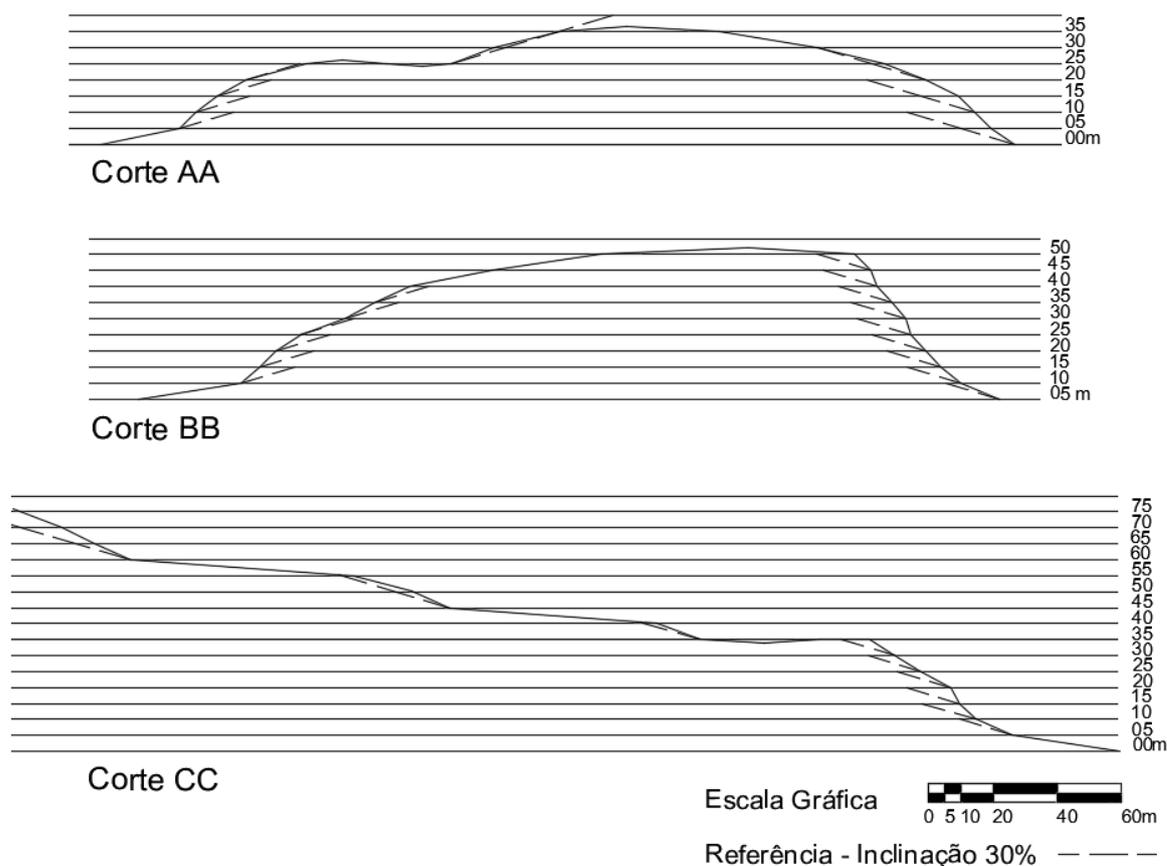
A ocupação, segundo esse relato, teria permanecido sem despejo porque o proprietário teria permitido a ocupação. O que não fica claro aqui é o motivo de tal permissão. Levantamos a possibilidade de que a autorização seria justificada pela falta de interesse econômico no terreno devido a impossibilidade de se realizar as atividades que tradicionalmente se realizavam na região, como o plantio e a criação de animais, uma vez que se tratava de rocha sem qualquer camada de terra para servir de substrato e sem vegetação quase em sua totalidade.

Figura 25: Planta topográfica de São Pedro IV com indicações dos perfis



Fonte: PMV com intervenções do autor.

Figura 26: Perfis topográficos de São Pedro IV



Fonte: PMV com intervenções do Autor.

Ainda sobre o interesse econômico no terreno, há de se levar em conta a vigência, desde o ano anterior à ocupação, da Lei No 6.766 (BRASIL, 1979) que estabelece os parâmetros para parcelamento do solo urbano, que entre outros elementos, limita o parcelamento em terrenos com declividade acentuada com inclinação igual ou superior a 30%. Para verificar a área parcelável apresentamos a planta topográfica (Figura 23) e perfis (Figura 24), que demonstram que boa parte do terreno tem inclinação igual ou superior a 30%, sobretudo nas extremidades do sentido Leste-Oeste, o que reduz de forma significativa a área viável para parcelamento, isso é a transformação da gleba em lotes menores, uma mercadoria regularizada para sua inserção nas dinâmicas do mercado imobiliário.

Um último elemento é a localização no sentido oposto da valorização e produção imobiliária e em um entorno marcado pela ocupação informal por moradores pobres e em expansão, o que incidiria no preço de venda do terreno.

### Perfil dos primeiros moradores

Não foi possível encontrar dados demográficos sobre os primeiros anos de São Pedro IV<sup>75</sup>, entretanto, por meio das matérias jornalísticas e obras literárias que tratam da região foi possível caracterizar um processo migratório que vinha de regiões rurais do ES e de estados adjacentes, assim como de municípios vizinhos da RMGV, chegando em São Pedro IV trabalhadores pobres e desempregados que buscavam uma porção de terra nas novas ocupações de São Pedro.

Registramos abaixo um pouco da história de algumas das primeiras famílias que chegaram em São Pedro IV e que ainda hoje moram no bairro, focando principalmente na origem e composição das famílias, além de aspectos como emprego e renda.

O motivo de escolherem a região de São Pedro era a oferta de terra, diferentemente dos locais de origem que eram mais densos, o que não possibilitaria o crescimento da casa acompanhando o aumento da família, como relata a Sra. J. C., que tinha um “pequeno barraco” para ela e o marido no bairro da Penha “que era terreno da família, falei ‘Isso não vai dar certo’, depois tem um casal de filho, e vai deixar o que para eles? Nada, é melhor sair fora e procurar outra coisa para nós”.

A família de J. C. já estava em Vitória desde 1958 e tem origens no norte do ES, seu pai trabalhava para o DER e sua mãe trabalhou com serviços de limpeza em diferentes empresas. Seu marido era pedreiro, com trabalho muitas vezes informal e pontual, estava desempregado quando chegaram no bairro. J. C. trabalhou em diversas atividades: catando sururu com seus filhos na Ilha do Crisógono, servindo para consumo da família e para a venda; lavando roupas para estudantes e para bairros de classe média em um volume exaustivo; posteriormente trabalhou em escolas públicas do município de Vitória como merendeira e para uma terceirizada no restaurante universitário da UFES. Quando chegaram no bairro em 83 disseram ter

---

<sup>75</sup> José Carlos Loureiro, arquiteto urbanista da PMV que atuou na urbanização da GSP, relata em entrevista concedida para esta pesquisa que as informações além de escassas ainda eram de difícil manuseio, uma vez que os limites espaciais entre os bairros não eram claros. Também relata a discrepância entre os censos da PMV e os do IBGE eram consideráveis, sendo resolvidos somente com a adoção dos limites geográficos dos setores censitários do IBGE para a delimitação dos bairros de Vitória.

apenas uma casa vizinha nas proximidades, eram também do norte do ES, de Ecoporanga.

Já outro morador vem do lado oposto do estado, da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do ES. O senhor J. M. que era trabalhador rural, trabalhando em plantações de café e banana pertencentes à descendentes de imigrantes italianos na região de Burarama, se muda para Cachoeiro devido as dificuldades da vida no campo apesar de ouvir constantemente de seus amigos e familiares de que a cidade era ruim de se viver. Lá trabalhou em marmorarias, atividade tradicional da região, quando sofre acidente de trabalho que o afastou por dois meses e em seguida foi demitido. Com as complicações financeiras do afastamento e da demissão<sup>76</sup>, tendo que pagar aluguel, se muda para Vitória no final dos anos 1970 para viver com familiares no Morro do Quadro e inicia seus trabalhos na construção civil, aprendendo o ofício primeiro como ajudante de pedreiro, trabalhando nas obras de três dos prédios mais antigos da Mata da Praia. Chega no bairro em 1981, logo no início da formação do bairro.

Em outros casos, São Pedro IV era a possibilidade de sair do aluguel por um baixo custo, como nos conta S. N.:

Foi nos anos 80, 81 para 82. Morava na Comdusa, um barraco alugado, surgiu Santos Reis, aí pessoal estava invadindo os lotes, eu não consegui invadir não mas comprei um lote, saí do aluguel da Comdusa e vim morar em Santos Reis. (...) Consegui esse barraco, o lote e o barraco, e vim embora para cá. Saí do aluguel. Era eu sozinha, os meninos pequenos, não tinha tempo de correr atrás de lugar melhor. Onde consegui, caí para dentro. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista).

Antes da Comdusa, S. N. e sua família moravam no tradicional morro da Fonte Grande, no lado oposto do maciço central da Ilha de Vitória, próximo ao Centro Histórico. A moradora trabalhou no departamento de administração da UFES por mais de 30 anos até a aposentadoria e lembra que seus vizinhos eram em sua maioria “catadores de lixo<sup>77</sup>, tiravam alimento daquele lixo. Não tinha emprego não, que eu

---

<sup>76</sup> Jair relatou que a empresa pagou apenas os primeiros 15 dias enquanto estava afastado, depois disso, seria responsabilidade do INSS, entretanto não recebeu o dinheiro. Quando retornou ao trabalho foi demitido de forma imediata, sendo responsabilizado pelo acidente.

<sup>77</sup> A moradora se refere aos aterros sanitários realizados em São Pedro VI, hoje conhecido como Resistência, e que serviam de recursos para sobrevivência de um número significativo de moradores da Grande São Pedro. Trataremos desse evento mais adiante, no capítulo 3.4.

sabia, não tinha. Tinham pessoas que eram empregados domésticos, outros catadores de caranguejo, pescador, sururu, e a maioria trabalhava no lixo, catando lixo, ali do lixo, tiravam o alimento”. Destacamos aqui a reincidência de atividades econômicas vinculadas ao estuário, como a pesca e coleta de sururu e de caranguejo, como possibilidade de venda do alimento enquanto mercadoria, mas também para a própria alimentação.

Identificamos também moradores que se mudaram de outros estados ainda nos primeiros anos do bairro. A Sra. L. M. e diversos familiares que moram ainda hoje em Santos Reis chegaram de Conselheiro Pena - MG, morando primeiramente no bairro Comdusa, posteriormente em São Pedro I, até que se mudaram para São Pedro IV. Em Minas Gerais viviam em meio rural, com a família criando animais como porco e cabrito, e plantando alimentos como arroz, feijão e mandioca. Como disse: “a gente tinha de tudo!”. Parte da produção era para consumo da própria família e outra parte era para comercializar e possibilitar a compra de mercadorias industrializadas e manufaturadas, como roupas e celas. A vinda da família para Vitória era baseada no ideário de uma cidade que se desenvolvia e gerava um certo encantamento para aquelas pessoas do campo, como relembra a moradora:

Eu era apaixonada, Vitória para mim era a cidade dos sonhos, sabe como? Que eu nunca tinha ido para lugar nenhum. Para mim aqui era o paraíso igual aquelas novelas de revistas que eu lia muito, então aquilo para mim, Vitória era um paraíso. (Sra. L. M., 57 anos, moradora desde 1988. - Entrevista)

Para além do encantamento com a cidade, o que atraiu a família de Letícia foi a busca por empregos. Seu marido, que já havia trabalhado na Usiminas<sup>78</sup>, se mudou para Vitória procurando por emprego no mesmo ramo em 1985, entretanto, sem sucesso. Posteriormente foi trabalhar com segurança patrimonial e trocador em transporte público. Letícia se muda em seguida e começa a trabalhar em uma fábrica de Jeans, a Gedeia.

Em 1983, o repórter Gobbi relatou ter visitado a Sra. Iracy em seu pequeno barraco de 6m<sup>2</sup> no alto de São Pedro IV, descrito por ele como uma grande rocha que margeia o bairro e que se integra ao maciço central. A moradora guardava em uma gaveta “linguiça e carne seca na salmoura, para o almoço da semana” que pela ausência de

---

<sup>78</sup> Siderúrgica do Vale do Aço em Minas Gerais.

armazenamento adequado já não estava em plenas condições para consumo (idem, 1983, P. 4-5). Nesse pequeno barraco, morava com seus seis filhos e, narrava que apesar de ser trabalhadora doméstica, não gostaria de continuar exercendo a atividade devido ao sofrimento no trabalho e por não ter acesso ao trabalho formal. Conta a moradora: “Eu queria mesmo era arranjar um emprego em firma ou restaurante. Quero carteira assinada e essas coisas todas que em casa de família a gente não tem. Lá a gente só tem ordem.” (idem, 1983, P. 4-5). Enquanto não realizava o sonho de ter a sua carteira assinada, catava papel para vender, fazendo 300 cruzeiros por dia, e coletava comida no lixo para alimentar a família. As condições de sobrevivência da família eram tão escassas que ela teve que se separar, entregando uma filha de nove anos para ser criada por outra família, enquanto o filho adolescente era criado pela avó.

Temos dois processos identificados na trajetória dessas famílias, a primeira é a migração do campo para a cidade, do próprio ES e de regiões adjacentes, representando uma transformação profunda na forma de vida, trabalho e relação com o território. Do trabalho familiar no campo com quase todos os meios necessários para a sobrevivência produzidos pela própria família, ou trabalhando de forma assalariada em propriedades destinadas ao plantio de café e outros produtos agrícolas. Os locais de partida e as condições desses migrantes eram distintas, mas foram igualmente seduzidas pela ideia de que Vitória seria uma cidade que proporcionaria oportunidades de trabalho e de melhoria das condições de vida.

Dessa origem da vida no campo e em pequenas cidades do interior, trouxeram hábitos que se mantêm até os dias atuais, como o cultivo de plantas e criação de animais, e manifestações culturais que não resistiram ao tempo<sup>79</sup>. Sobre essas tradições Graça Andreatta relata que:

"O pessoal do São Pedro IV mantém viva a vida do interior, as tradições folclóricas. Lutam sem muita confusão. Fazem suas escadas rústicas e, no dia de Natal, iniciam a Folia de Reis com toda a devoção. Passam nas casas cantando à Virgem Maria, deixando uma alegria muito grande. (ANDREATTA, 1987, p. 53).

---

<sup>79</sup> Durante as entrevistas e trabalhos de campo os entrevistados informaram que não havia festas, eventos tradicionais ou atividades culturais no bairro, com exceção de celebrações do calendário litúrgico da Igreja Católica.

O outro processo, é a migração de outras ocupações e favelas para São Pedro IV, uma constante que se mantém até a atualidade, o que se torna uma das características do atual bairro de Santos Reis. Essa é uma dinâmica que se faz presente desde a gênese do bairro, com a fixação da família do senhor João Vitor após despejo em Inhanguetá, e depois com o processo de expansão da GSP, com moradores que já estavam no bairro morando em São Pedro e buscavam um pedaço de terra para morar. Entre os bairros de origem desses moradores estão principalmente os vizinhos Comdusa e São Pedro, mas também os históricos Morro do Quadro, Bairro da Penha e Fonte Grande, entre outros.

Esses moradores tinham em comum a condição de serem trabalhadores pobres, desempenhando principalmente trabalhos braçais e de baixa remuneração, como limpeza e cozinha, construção civil e operários em indústrias. Muitos relataram frequentemente o desemprego e trabalhos intermitentes, conseguindo trabalhos pontuais e de curta duração. Em alguns casos, seja pelo desemprego ou pelos mínimos rendimentos nas atividades laborais desenvolvidas, assalariadas ou não, era necessário encontrar no lixo o meio necessário para sobrevivência. Quanto à formalização do trabalho, há casos de informalidade, ou “biscate” como chamaram, e de trabalhos mais formalizados, com carteira assinada e por longos períodos.

Nesse sentido, retomamos a já discutida relação entre a produção informal do espaço e a temática da marginalidade e exclusão social<sup>80</sup>. Nota-se que em diversos casos, esses trabalhadores estavam inseridos no mercado de trabalho, assumindo tarefas produtivas tanto nos setores industriais em crescimento e na construção civil, necessária para o processo de industrialização, quanto em setores de serviço. Essa inserção, quando informal também cumpre a sua funcionalidade para o complexo capitalismo brasileiro, realizando o trabalho a baixos custos, intensificando a exploração. Como argumenta Oliveira (2003), o trabalho informal no subdesenvolvimento é um tipo de acumulação primitiva, sendo forma de substituir o capital não existente. Para o trabalhador, saída possível e necessária para a sobrevivência diante da impossibilidade estrutural do desenvolvimento de um sistema de pleno emprego no capitalismo dependente, para o sistema como um todo é a

---

<sup>80</sup> Consultar capítulo 2.2.

válvula de escape para a locação desses indivíduos e forma de ampliar a exploração do trabalhador.

Já o desemprego constante faz do bairro um reservatório de mão-de-obra disponível, ao mesmo tempo em que pressiona o custo da força de trabalho para baixo. Dessa maneira, reforçamos a compreensão apresentada no segundo capítulo de que a população residente de ocupações, entendida como excluída e/ou marginalizada, é na realidade parte constituinte da sociedade e da economia urbana, uma vez que os moradores estavam inseridos de formas distintas nas estruturas produtivas e setores de serviços em maior ou menor grau de formalidade. Tais relações de trabalho e o frequente desemprego, insistimos, estão inseridas no regime da superexploração da força de trabalho, tendência específica das economias dependentes.

Esse sistema baseado superexploração da força de trabalho, com a intensa e extensa exploração, baixos salários e o alto nível de desemprego resulta em uma aparente generalização da pobreza no bairro, apesar da clivagem demonstrada entre os estratos mais diversos da classe trabalhadora entre seus residentes. O operário industrial, a empregada doméstica, a catadora de lixo, o construtor, o biscateiro, vivendo juntos em meio à precariedade.

Há uma outra característica importante de ser registrada, entre os moradores mais antigos do bairro, todos com quem conversamos e que chegaram nos cinco primeiros anos de ocupação são negros, e isso não é um detalhe menor devido ao discutido processo de formação da classe trabalhadora brasileira, principalmente suas camadas mais pauperizadas.

Das condições de vida desses moradores, devido ao tipo de inserção no mercado de trabalho, gerando escassez de recursos financeiros familiares, e a ausência de uma rede de equipamentos e infraestrutura pública, registra-se um conjunto de fragilidades sociais como a falta de alimentos e problemas de saúde. Para ilustrar, uma das moradores entrevistadas teve uma gravidez com complicações e um parto prematuro que quase levou à óbito os gêmeos. Graça Andreatta relata em seus escritos que no verão acontecia um número elevado de casos de desidratação (ANDREATTA, 2019, p. 149), devido ao calor da pedra exposta ao Sol nos dias de alta temperatura e a

ausência de saneamento básico.<sup>81</sup> Sobre a escassez de alimentos, uma moradora relata que:

Nossa senhora, passamos muita falta das coisas, fome não vou falar para você que não, mas não tinha uma comida decente, não tinha uma roupa decente para as crianças, éramos muito pobres, dificultoso mesmo. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista).

Santos Reis era destino para trabalhadores entre os mais pauperizados e desempregados, vindos de distintos lugares que buscavam uma forma de viver com custos compatíveis aos seus rendimentos, sendo o local que ainda estava em processo de ocupação e ofertava ainda a possibilidade de ocupar uma porção de terra ou comprar um lote a um custo baixo. É difícil realizar uma comparação entre São Pedro IV e o restante da região nos aspectos aqui tratados pela já relatada escassez de informações desses primeiros anos de ocupação, entretanto, há algo de comum entre os moradores, foi para Santos Reis quem não conseguiu se estabelecer em nenhum outro lugar, incluindo favelas e ocupações.

#### Organização comunitária e mobilização popular

Logo, desde o primeiro ano da ocupação de São Pedro I, surge o movimento de organização e mobilização dos moradores pela permanência e melhoria da condição de vida. Também no primeiro ano se organizam as Comunidades Eclesiais de Base (CEB). A organização tripla do Movimento Comunitário, das CEBs e posteriormente, partidário, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) fez parte da vida de algumas das principais lideranças da região (ANDREATTA, 1987).

Nessas diversas formas de organização, é importante dizer, há um protagonismo das mulheres, que estão em maioria entre os diversos nomes citados nos registros jornalísticos e bibliografia sobre a formação do bairro. As mulheres organizadas criaram a organização Mulheres Unidas de São Pedro (MUSP), que existe até os dias atuais.

Essas diversas formas de organização locais se articulavam com outras lutas que reinauguram as mobilizações de rua e que se aprofunda até a luta pela

---

<sup>81</sup> Graça registra em seu último livro de memórias sobre a GSP: “Nunca me esquecerei do menininho cujo pai me pediu para batizar. O pequenino já estava mortinho e aquele caixão “azul solitário” no meio daquele barraco limpinho e pobre só me fez redobrar a vontade de lutar” (2019, p. 150)

redemocratização, como o movimento da luta pela água de 1978 e que abriu caminho para o movimento pelo saneamento; organização de desempregados e luta por emprego em 1983; mobilizações sindicais e movimentos grevistas em 1984; movimento de mulheres para participação política durante a constituinte. Nessa mobilização por empregos em 1983, a população da Grande São Pedro acampou em frente à Catedral Metropolitana de Vitória, entre os manifestantes, estavam moradores de São Pedro IV (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista). Havia um movimento comunitário forte e bem articulado, chegando a ter em 1983 mais de mil sócios, mais de duas dezenas de comissões, além de inserções e diálogos com Comissões de Direitos Humanos, OAB, Defensoria Pública, Arquidiocese de Vitória, entre outros. Essas mobilizações e articulações com outras entidades e demonstram grande capacidade organizativa dos moradores da Grande São Pedro.

A importância da mobilização do movimento comunitário na GSP, em articulação com os demais, tem a sua importância para o enfrentamento dos inúmeros problemas existentes no bairro, sendo fundamental para a diminuição da *espoliação urbana*, como argumenta Kowarick:

Pode-se dizer, em suma, que a espoliação urbana não é apenas outra faceta do trabalhador pauperizado. Ela decorre, convém insistir, do processo de acumulação do capital mas também da dinâmica das lutas e reivindicações em relação ao uso da terra, habitação e bens de consumo. (KOWARICK, 2017, p. 23).

O papel do movimento comunitário, dessa forma, tinha como ações principais a mobilização popular, articulação política, tensionamento com o Estado debatendo políticas públicas e melhorias para o bairro, enquanto organizava os moradores para a produção dos elementos necessários para a sobrevivência e melhoria das condições de vida. Havia no momento uma forte consciência de classe, que perpassava a necessidade da articulação sindical combativa, indo até a luta pela redemocratização e ampliação dos direitos para atender necessidades da vida nas cidades. A intensa exploração dos trabalhadores durante o regime militar, segundo Kowarick:

só se tornou possível na medida em que foi forjado um poderoso esquema de controle, contenção e repressão sobre as organizações de defesa e reivindicação das classes trabalhadoras” (KOWARICK, 1979, p. 13)

A articulação do movimento comunitário de São Pedro, segundo Andreatta (1987), atraía essas ações de controle que visavam diminuir a força do movimento

comunitário, indo desde a cooptação e ataque à reputação de lideranças, ameaças e doações despolitizadas que enfraqueciam a luta popular. Casas eram “sorteadas” para lideranças distantes de São Pedro, enquanto outras lideranças eram demitidas<sup>82</sup>.

Os moradores de São Pedro IV participavam das atividades do movimento comunitário, entretanto, sem assumir o protagonismo das ações. Graça registrava em 1987 a expectativa de que a associação de moradores de Santos Reis estaria prestes a ser formada (ANDREATA, 1987, P. 53), porém, só foi formada pouco mais de três décadas depois. Os moradores entrevistados relatavam que o movimento comunitário tinha na associação de moradores uma única organização que representava toda a região e que frequentemente as reuniões e os principais esforços se concentravam em torno dos problemas dos outros bairros da região, áreas de palafitas, de aterros e suas adjacências. Conseqüentemente, as conquistas do movimento comunitário também se concentravam nessas áreas. Essa diferença de tratamento, pelo que pudemos identificar, vai desde a capacidade organizativa dos moradores, o número reduzido de moradores de São Pedro IV em comparação ao restante da GSP e pelos problemas do bairro serem distintos dos demais, principalmente pela ocupação em morro, o que gerava demandas também distintas e minoritárias.

A principal forma organizativa de São Pedro IV identificada é a Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica, chamada de CEB Santos Reis, funcionando desde ao menos 1983. É devido ao papel da CEB que o bairro foi renomeado Santos Reis.

Em 1983 havia ali 163 barracos; hoje não sei quantos são, mas há uma CEB que Penha, Lurdes, Zulmarino, Arlete, Graciete e Eliete levam muito bem. A cruz preta de madeira no alto da pedra dá um aspecto de proteção. Custou a engrenar a CEB: ninguém tinha coragem de subir a pedra. (ANDREATA, 1987, p. 53)

Os moradores logo encontraram na CEB Santos Reis uma forma de integração com os vizinhos, participação em projetos sociais e protagonismo em atividades religiosas e de organização comunitária. J. C. na época frequentava a Igreja Santa Rita na Praia do Canto<sup>83</sup>, sentia falta de trabalhos sociais e de integração com a comunidade. Conta que lembra ter visto

---

<sup>82</sup> O Arquivo Público Estadual do Espírito Santo apresenta uma vasta documentação sobre a perseguição política aos trabalhadores, desde suas vanguardas mais radicalizadas, aos mais simples e banais protestos pela falta de serviços públicos, assim como o movimento sindical e mobilizações grevistas.

<sup>83</sup> Bairro de classe média de Vitória.

um grupinho de 10 pessoas subindo, com uma madeira e uma cruz, fiquei olhando eles passarem, fiquei pensando “Para onde eles vão?” Não conhecia ninguém, sozinha aqui, olhei, quando pararam lá em cima, falei para o Eli “Vamos ver o que está acontecendo?”. Na altura da igreja, numa parte mais alta, subimos, padre Gianni, chamava. Nos apresentamos, ele disse: “A gente trouxe aqui hoje para fincar uma cruz aqui, porque aqui vai construir uma igreja, vocês estão morando aqui, vão participar também. Aqui vocês vão ter ajuda, vão conhecer as pessoas, os amigos, vai ser muito bom participar. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista)

A organização da CEB foi marcada pela fixação de uma cruz de madeira onde hoje está construída a Igreja de Santos Reis. Construíram também um galpão de madeira para a CEB que passou a receber um projeto de educação infantil. O movimento comunitário já tinha a experiência em São Pedro I de construir e organizar uma escola autogerida, o Grito do Povo, utilizando o método de Paulo Freire (ANDREATTA, 1987, p. 79), entretanto, não atendia as crianças de menor idade, levando os moradores de Santos Reis a iniciar a partir da CEB uma escola, o Cieduca. O galpão de madeira era utilizado para as missas nos finais de semana e passou a ser utilizado para o projeto de educação das crianças do bairro durante a semana, com materiais improvisados, do quadro às cadeiras. A professora era contratada pela Igreja, com recursos da Arquidiocese de Vitória, e com doações de funcionários de uma agência do Banco do Brasil se fazia a merenda.

Para além do Cieduca, a CEB também teve papel na construção das casas, com a disponibilização de recursos para reformas e novas construções, estimulando a solidariedade na construção por mutirão. E como será tratado no tópico seguinte, até mesmo a produção do espaço público, com praças e área de lazer foi promovido pela Igreja.<sup>84</sup>

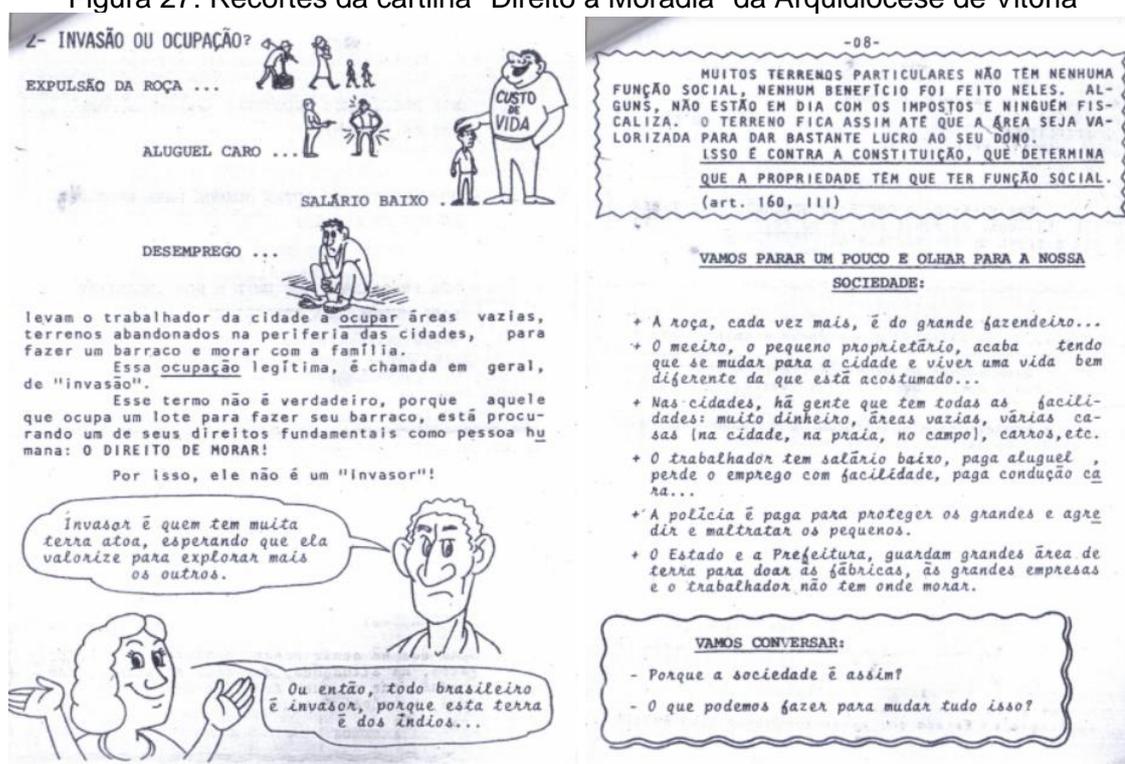
Há de se reconhecer o papel histórico que as CEBs desempenharam no Brasil para a mobilização e organização da população, com trabalho de base e politização em territórios populares. Apesar de não ter a mesma função do movimento comunitário, a CEB de Santos Reis também desenvolvia o papel de articulação e mobilização dos moradores, tanto para o convívio cotidiano, quanto para ações de produção de condições para melhoria da vida no bairro.

---

<sup>84</sup> As CEBs são movimentos muito importantes para a formação de toda a Grande São Pedro e mereceriam um estudo mais aprofundado das suas formas de atuação e contribuição para a construção da região.

As CEBs e a Arquidiocese de Vitória, por meio de suas comissões de Justiça e Paz e a de Direito à Moradia<sup>85</sup>, participaram dos diversos processos de luta por moradia em Vitória e RMGV, fazendo o trabalho de assessoria e apoio às ocupações, além de produzirem materiais sobre o direito à moradia (Figura 27), para a realização do trabalho de base na formação política, onde está expressa uma síntese típica da teologia da libertação entre a fé cristã, com suas noções de justiça, igualdade e fraternidade, e a luta social para a construção do reino do Céu na Terra. Nesse material há tanto a documentação das ocupações e seus conflitos, um trabalho de formação sobre direitos humanos, função social da propriedade e sobre a relação entre o desenvolvimento econômico em curso e a pobreza urbana (ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA, 1981).

Figura 27: Recortes da cartilha "Direito à Moradia" da Arquidiocese de Vitória



Fonte: Arquidiocese de Vitória (1981).

É necessário, contudo, destacar que há uma particularidade no caso de Santos Reis. Apesar do papel das CEBs na politização e apoio à mobilização popular, as melhorias obtidas por parte da sua atividade não vêm do resultado da ação política reivindicatória, mas de suas ações voltadas para a prática da caridade e da

<sup>85</sup> No conjunto de reportagens sobre o processo de ocupação da GSP, despejos e conflitos nos anos 1980 as comissões estão frequentemente no papel de proteção dos moradores, tanto institucional quanto com articulação política e assessoria.

solidariedade, com recursos vindos não da conquista do fundo público e políticas sociais, mas de doações e da própria Igreja. Não realizamos aqui um juízo de valor ou hierarquização das formas de organização dos moradores, apenas destacamos as formas específicas de organização e seus desdobramentos na formação da consciência de classe e na subjetividade dos moradores.

### **3.3 - O início da (auto)construção do bairro:**

Aqueles que chegaram nos primeiros anos de São Pedro IV encontraram uma grande rocha, cheia de cactos e que foi rapidamente sendo ocupada por barracos de madeira em lotes demarcados com tinta, sem uma organização ou mediação clara. Escolhiam o morro porque na maré, como explica J. C., quando chove “pode ter problema. Estou firme onde estou”. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista). Chegavam, marcavam, construíam barracos. Aos poucos, escadas foram construídas pelos próprios moradores. Compra-se “lote”, vende-se barraco. Aos poucos foram dividindo o espaço, construindo suas casas e até mesmo parte da infraestrutura urbana.

Trataremos em seguida sobre a produção do espaço, analisando o processo de divisão da terra e suas respectivas relações sociais envolvidas; a produção da casa levando em conta a técnica, materiais e relações de trabalho; construção do bairro investigando elementos da produção da infraestrutura urbana e bens de consumo coletivo; por último, analisaremos o processo inicial da ocupação do solo.

#### Divisão do espaço e venda de lotes:

Como dito anteriormente, a ocupação de São Pedro IV se deu no processo de expansão de São Pedro, com novas ocupações nas últimas semanas de 1980. Uma ocupação espontânea, sem uma organização centralizada ou loteador clandestino à frente do processo, os ocupantes demarcaram seus lotes, ou “tiraram um lote” como alguns dizem, aplicando tinta na rocha, como é possível verificar na Figura 28 e em registros jornalísticos (NOVAS INVASÕES, 1981). Essa é uma forma de demarcação do espaço que se diferencia da utilizada na ocupação do manguezal, pelo fato de que a rocha íngreme exigia muito mais esforço para fixação, como entre outras formas, a perfuração, se faz necessário uma outra forma de delimitação do espaço, a tinta é a solução.

Uma moradora histórica do bairro narra que:

As pessoas chegavam e foram demarcando, tirando os matos, e marcando, “Esse é meu”, outro chegava também, tirava mato, “Esse é meu”, foi assim. É na conversa, “Vai lá em cima que você consegue lote”, quem tinha coragem, vinha. A maioria, enfrentou num matagal feio, muita cobra, aranha, escorpião, tudo nesse morro. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista)

A constatação da ausência do monopólio de um loteador privado, grileiro ou demais tipos de oportunismo de apropriação privada e irregular para fins unicamente lucrativos, passa distante de uma romantização do processo de formação do bairro, como se houvesse a autogestão plena na demarcação e da produção do espaço, pois como veremos, os indivíduos atuaram muitas vezes forma isolada, com pouca articulação em ações de cooperação pontuais ou que representassem projetos coletivos de forma mais abrangente, além da presença de oportunistas que em menor escala demarcavam lotes para a venda e aluguel.

Figura 28: Primeiro dia de ocupação de Santos Reis, no dia 26 de Dezembro de 1980.



Fonte: A Tribuna, 1980

A construção do barraco de madeira no primeiro momento cumpre o papel mais do que o de moradia, mas, principalmente a de imediata reserva de um “lote”, como se pode verificar neste caso: “José Antonio Matias está construindo um barraco de 1

metro x 1,5m. Caberia nele a mulher e os três filhos? Ele sabe que não, mas está garantindo lugar, no alto de uma pedra.” (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 51). A imagem abaixo, registrada no mesmo dia da ocupação demonstra que os barracos tinham aproximadamente o mesmo padrão, cumprindo o papel de demarcação da posse.

Em pouco tempo, o morro estava quase todo demarcado, quem não conseguiu participar da ocupação nos primeiros meses precisou comprar um lote para morar em São Pedro IV. Uma moradora que chegou no bairro ainda no primeiro ano de ocupação relata que todo o espaço já pertencia a alguém, tendo que comprar seu lote, que ainda estava vazio sem construções. Outra moradora afirma que comprou o lote de um conhecido que participava das ocupações para demarcar terrenos e vender. Há outros casos que repetem a lógica presente na GSP do oportunismo de pequenos loteadores clandestinos que se aproveitavam das ocupações para fazer pequenos lucros, uma vez que os valores recebidos por esses terrenos, na época, eram considerados baixos apesar de oscilarem bastante.

Como referência de preços, uma moradora comprou o lote por Cr\$12 mil, pagando apenas Cr\$500 de entrada e trabalhava nas noites catando papel para pagar o restante (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 20). Enquanto na final da década de 1980, o terreno da praça da Igreja, onde tinha uma casa, foi comprada por Cr\$1.500 pela Igreja, para a praça fosse feita, segundo J. C., que foi uma liderança da CEB de Santos Reis. Apesar de oscilarem, bastante, o preço do lote nos primeiros anos de Santos Reis pode ser considerado baixo, principalmente se compararmos ao salário-mínimo dos três primeiros anos de ocupação, do ano de 1981, quando era de aproximadamente Cr\$12mil, até 1983, quando chegou a Cr\$57 mil.

Sobre o lucro irrisório com a demarcação e venda de lotes, um morador reclama: “Esse negócio de marcar o terreno e depois vender. Se o homem pegar o terreno não pode vender e depois tirar em outra área. Quem vende não precisa. Tirar e vender por 300, 400 cruzeiros. Trocar por relógio, rádio, isso adianta?” (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 20).

Em outros casos a casa era comprada de pessoas que se mudavam do bairro pelos mais diversos motivos, como o falecimento de alguém, que é o caso de uma moradora que comprou de uma viúva que desejava se mudar, ou pela dificuldade de se viver no bairro. Em outros casos, havia também quem dividisse o lote em um tipo de

desmembramento informal, vendendo a parte que não utilizaria, como é o caso do senhor J. M., que comprou dos familiares do Senhor João Vitor, que estavam no bairro antes da ocupação e foram dividindo seus lotes vendendo para os novos moradores. Sem a formalização ou registro de nenhuma natureza, a marcação na rocha e a relação com os vizinhos eram as únicas instâncias de mediação existentes, que e a única limitavam para a ampliação do terreno. A única documentação, quando havia, era um recibo de compra e venda. Independentemente da forma de acesso à terra, seja ocupando ou comprando de alguém, os moradores que chegaram nos primeiros anos de Santos Reis afirmaram ser proprietários do terreno, apesar de toda fragilidade legal, sem o reconhecimento do Estado, se inserindo em uma lógica de informalidade com regulação baseada em relações interpessoais, na convivência e diálogo com vizinhos imediatos. É nessa mesma condição de precariedade e de informalidade, reforçamos, se estabelecem relações de mercantilização da terra.

#### A construção da casa:

Demarcados os lotes, construíam as casas. As técnicas para a construção sobre a rocha eram, em sua maioria, um conjunto de soluções improvisadas que utilizavam materiais reaproveitados e de baixa durabilidade. Retomamos o exemplo da Iracy<sup>86</sup>, que tem sua casa formada por paredes construídas com placas de anúncios e tábuas de madeira, sua fundação feita de sapatas improvisadas com latas de tinta, dando assim forma ao “seu barraco de seis metros quadrados divididos em cozinha, sala, quarto e tudo o que mais a imaginação é capaz de construir” (ALMEIDA E GOBBI, 1983, P. 4-5). Aqui temos aspectos relevantes, como o tipo de material construtivo, feito de materiais não duráveis e improvisados, e o tamanho da edificação, que a figura acima demonstra não ser uma exceção (Figura 26), mas o padrão construtivo dessas casas, abrigando as famílias muitas vezes numerosas e comportando as atividades domésticas. Reforçamos que o papel inicial das casas, além da moradia, era a de demarcação da posse.

---

<sup>86</sup> Ver Figura 12 que abre o capítulo 2. Tratamos Iracy pelo nome, diferentemente dos outros moradores, por não se tratar de uma entrevista realizada por nós que deve seguir as normas do CEP, mas de um registro em matérias jornalísticas e audiovisuais consultadas durante a pesquisa, em que o nome é mencionado diretamente.

O Sr. J. M. (68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista) relata que inicialmente as casas eram todas construídas de madeira, sendo a dele mesmo edificada com madeira reaproveitada, doada pelo engenheiro de uma obra em que ele trabalhava. A Sra. J. C. também teve história parecida, com seu ex-marido, trabalhador da construção civil, que também ganhou as madeiras para a construção da casa. Contaram com a ajuda de amigos para a construção do barraco:

Esse barraquinho fiz para mim. Ele (seu ex-marido) falou: “Eu tenho umas tábuas, que eu trabalhei na empresa, quando a obra acabou, em Bento Ferreira, o engenheiro deu as madeiras para mim, vou buscar”. Pedi uns amigos, aí esses amigos ajudaram, fizeram o barraco, a gente pegou nossas coisas e vieram para cá, trazendo um casal de filho, e veio o sofrimento. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista)

Essas casas rústicas de madeira, chamadas pelos moradores de “barracos” ou “de taboa”, eram a forma mais comum de casa produzida no primeiro momento, possibilitando a rápida construção do abrigo no ato de ocupação o terreno, podendo receber imediatamente os ocupantes, como demonstra a foto registrada no primeiro dia da ocupação. A técnica é compatível com as solicitações do processo de ocupação, por serem leves, de fácil transporte, de baixo ou nenhum custo (quando reaproveitado), além de não necessitarem de espera para o uso, como é o caso do concreto. Produzia-se o mínimo e da forma mais veloz possível de maneira a abrigar os ocupantes para garantir o seu pedaço de terra e caso houvesse despejo, como era comum, não se desperdiçava recursos materiais e o tempo utilizado para erguer uma casa de alvenaria e concreto armado. Entretanto, como os dois relatos demonstram, moradores que não participaram da ocupação inicial do bairro, chegando meses ou poucos anos depois, ainda construíam com a mesma técnica.<sup>87</sup>

Nesse momento do bairro, quando as pequenas casas eram edificadas em caráter emergencial, incompatíveis com o mínimo necessário para a vida doméstica, percebemos que a prática do mutirão era pouco frequente nos relatos dos moradores, ficando cada família responsável pela construção da sua própria casa. Como relata J. M.:

J.M: Não ajudava não, era mais fácil de roubar. Se deixar sua madeira ali, roubavam sua madeira.

Lucas: Entendi. Se sobrasse madeira doava para o outro?

---

<sup>87</sup> Há apenas um relato, portanto deixamos como uma observação para futuros estudos, de que na região do Fruta Pão havia “casa de estuque, de barro, bota o bambu e faz” (J.C. – Entrevista), técnica comum em regiões rurais do estado nas décadas anteriores.

J..M.: Doava nada. Rapaz, não tinha parceria não. Cada um por si e Deus para todos. E briga, nossa, confusão.

(Sr. J.M., 68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista).

Posteriormente, garantido o espaço no terreno mesmo que de forma precária, era possível utilizar materiais mais convencionais da construção civil. Uma moradora rememora o processo de construção da sua casa:

Fazia sapata, botava, de concreto, e depois em cima, fazia os pilares amarrava com vergalhão, fazia isso aqui, depois vinha batendo as tábuas. Fazíamos de madeira mesmo, o chão era de madeira mesmo, depois as caixonetas do lado, suspendia as cantoneiras, um barraco de meia água. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista).

Em outro relato, registra-se a dificuldade de se construir sobre a pedra com as técnicas disponíveis, descrevendo a construção da fundação da sua casa:

Muito difícil, naquele tempo tinha gente que fazia buraco nas pedras, cavuqueiro, parece. A gente contratava um para fazer os buracos na pedra, e dali, botava as ferragens e construía o barraco. Onde era terra, cavava até achar pedra. Aqui também era assim. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista)

Essas descrições demonstram que a técnica recorrente para a fundação era a perfuração manual da rocha, com o uso de ferramentas, para fixação da armadura, criando um tipo de arranque para os pilares diretamente da pedra. Também registram o uso do concreto mesmo que de forma parcial, para a fundação e até para pilares de concreto armado. Apesar de difícil construção com os equipamentos disponíveis e em terrenos íngremes, o sítio permitia a transferência direta do peso da casa para a rocha, não sendo necessário, na maioria dos casos, escavar. A fundação, parte crítica da edificação, encontrava solução relativamente simples e de maior estabilidade em relação ao manguezal.

Na imagem abaixo (Figura 29), da festejada chegada em meados da década de 1980 do sino da nova Igreja fabricado na Itália, é possível verificar o padrão das casas de madeira que já não eram os barracos de 1,5 a 6m<sup>2</sup>, havendo maior complexidade na construção, com telhados de duas águas. Essas casas estavam localizadas na escadaria Júlia Correa, na face leste do morro.

Verifica-se em alguns casos a reconstrução completa das improvisadas casas de madeira, em outros, um sucessivo processo de intervenções, expandindo lentamente as casas para que pudesse comportar melhor as atividades domésticas e proporcionar

espaços adequados para os integrantes da família. É o caso da Sra. L. M., que relata que seu pai já morava em uma casa no bairro quando se mudou, e enquanto construía a sua própria casa utilizava a estrutura da casa do pai, principalmente o banheiro, que era de difícil solução naquele momento. Primeiro fez um cômodo, morando na casa “sem rebocar, sem piso, sem nada”, construindo lentamente ao longo de nove anos (Sra. L. M., 57 anos, moradora do bairro desde 1988 - Entrevista).

Figura 29: Chegada do sino da Igreja de Santos Reis, sendo carregado pelos moradores na escadaria Julia Corrêa na década de 1980.



Fonte: Acervo de J. C., s.d.

Em outro caso uma moradora relata que a “casa estava construída, só faltava ter laje, botar janela, porta...” Está construída, mas ainda falta muito. Essa é a manifestação da concepção da casa enquanto processo gradual e com seguidas interrupções de aplicação de esforços e recursos, de tal modo que pode faltar o básico, como uma janela ou banheiro, e ao mesmo tempo está pronta para morar. Um paradoxo da produção da casa popular, que é geralmente vista como “temporária” pelo seu morador (FERRO, 2006b, p. 65) ao ser habitada enquanto passa processo de construção incremental.

Quando tinham banheiros<sup>88</sup>, as casas enfrentavam o problema da falta de rede de água e esgoto, dependendo de pegar água em chafarizes<sup>89</sup> e carregar morro acima. Não podendo contar com mangue para a construção de fossas ou com a com a maré para levar o material despejado, as soluções eram limitadas. Antes da rede de esgoto os dejetos eram depositados sobre a pedra e levados morro abaixo com a chuva. O. N., morador do bairro desde 1982, narra a lembrança que tem de quando chegou no bairro com 8 anos de idade:

lembro muito dos banheiros que tinham na época, a gente morava em barraco, eram fossas, não tinha vaso, então o pessoal tinha o assoalho, o pessoal fazia o quadrado. E era na pedra, com um pouco de terra em volta, lembro muito dessa época. (O.N, 48 anos, morador de Santos Reis desde 1982 – Entrevista).

J. C. também relata sobre a construção dos banheiros, entretanto, narrando que em alguns locais do morro existia terra que era utilizada para a construção de fossas:

a gente colocava no cano, e jogava lá embaixo (da casa). Nós não tínhamos, mas era fossa. Tinha um pouco de terra que podia usar. Porque a pedra vem assim, faz uma vala, aqui tem bastante terra, aqui que fez também, tem bastante terra. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 - Entrevista)

Lentamente, as casas de madeira vão se expandindo, outras são erguidas em alvenaria, e materiais duráveis que vão alterando a paisagem. O amadeirado vai sendo substituído por tons terrosos da alvenaria exposta. O concreto armado vai sendo inserido aos poucos no bairro. A construção da casa anda no ritmo que os escassos recursos financeiros permitiam, não para construí-la de uma vez só, mas lentamente, com os materiais compatíveis com o salário e os pequenos rendimentos obtidos nas mais diversas atividades informais e precárias. Entre os materiais mais utilizados: blocos cerâmicos sem revestimento, telhas de fibrocimento e cerâmica... Sem “nenhum enfeite, marca do “status” sobreposta: sua situação é evidenciada, exatamente por sua ausência (FERRO, 2006, p. 63). Entre os cômodos, apenas o necessário para o uso, isso quando possível.

---

<sup>88</sup> Durante a entrevista do Sr. J. M. foi relatado que a PMV promoveu a construção de banheiros em casas do bairro, tendo ele mesmo participado da construção, sendo contratado para a atividade. Em seguida, durante o trabalho de campo, fomos levados pelo morador até uma das casas que confirmou a informação. Datas, programas, atores, quantidade de banheiros, formas de financiamento, e demais informações não foram possíveis de ser registradas devido a dificuldade de acesso aos materiais das políticas públicas atuantes no bairro.

<sup>89</sup> Aspecto desenvolvido no tópico seguinte.

O ritmo das construções, técnicas construtivas e escolhas dos materiais eram determinadas por um tipo de racionalização forçada dos recursos, no qual

o preço do material é básico, ele precisa estar disponível perto para evitar o transporte oneroso, deve possibilitar compra parcelada com as reservas de cada salário (...), não pode requerer mais do que um indivíduo para sua manipulação e, finalmente, não deve exigir nenhuma técnica especial no seu emprego. É evidente que todas estas limitações se resumem na estreita margem econômica que envolve o operário. A vinculação, portanto, de tais materiais à casa popular não é questão de gosto, higiene, estabilidade ou conforto: é resultado do baixo nível de consumo permitido. (FERRO, 2006b, p. 62)

Entendemos também que o ritmo das transformações das casas, por depender da condição material de cada família, não necessariamente era igual, podendo haver diferenciações entre as partes do bairro. Como será possível verificar nas fotos do tópico final deste subcapítulo, havia casas no final da década de 80 que já apresentavam dois pavimentos próximas à Rodovia, enquanto no alto do morro as casas ainda eram de madeira.

O trabalho realizado nesses canteiros improvisados mantinha a lógica da produção dos barracos de madeira iniciais: os moradores construíam suas próprias casas. J.M. relata que além de trabalhar a semana inteira nos grandes canteiros da construção civil, ele passava os dias de “descanso” erguendo sua moradia: “a minha casa eu construí sozinho. Sábado e domingo”. Nenhum dos moradores históricos entrevistados contou com o serviço pago de um construtor, sendo categóricos ao dizer que não havia esse tipo de relação na construção das casas no bairro afinal, “você não tinha condições nenhuma não. A pobreza era muito forte, o bairro era muito pobre” (J. M. em entrevista).

De forma predominante, desde o primeiro momento do bairro com os pequenos barracos de madeira, passando pelos diferentes tipos de construção incremental, o que se verifica na primeira década da produção da casa no bairro é a autoconstrução tendo como força de trabalho principal a própria família residente. A autoconstrução é definida por Maricato como a forma que a

maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (MARICATO, 1978, p. 73)

Entendemos a autoconstrução como o processo de produção da casa pelo próprio morador para além das operações simples de construção, como a construção de uma parede ou de uma laje, manuseando materiais e ferramentas no canteiro. Nessa forma específica de produção da casa o morador concentra todos os processos que envolvem a construção, como enumera Nabil Bonduki, a casa autoconstruída é:

edificada sob gerência direta do seu proprietário e morador: adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão de obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e constrói sua casa. (BONDUKI, 1994, p. 258).

Destacamos uma observação em relação ao que Bonduki compreende como autoconstrução, ao inserir entre as possíveis características da autoconstrução o agenciamento de trabalhadores pagos, esse processo não foi verificado nesse momento inicial, e apesar de não considerar a construção da casa pelas mãos dos próprios moradores como condição necessária para se caracterizar a autoconstrução, essa é a forma predominante.

Entre os moradores havia pedreiros que dominavam a técnica da construção, aprendendo diretamente nos grandes canteiros de edifícios comerciais e residenciais, ou com o aprendizado familiar. Outros já haviam construído em ocupações anteriores e acumulavam experiências. De qualquer maneira, a forma de construir sobre a rocha íngreme era aprendida e ensinada, experimentada e espalhada pelo bairro com a ajuda da baixa complexidade da técnica empregada, totalmente manual com produtos de simples utilização e de fácil acesso. Um desses pedreiros que construiu a própria casa era o marido de J. C. (ver Figura 30).

O ambiente doméstico se tornava canteiro e uma divisão do trabalho entre os membros da família era organizado. O pai, construtor especialista realizava as mais diversas tarefas, das ferragens à carpintaria, do assentamento de tijolos à concretagem. A esposa, além de cuidar dos filhos, atuava como servente de pedreiro, carregando a massa e auxiliando em tarefas mais simples. Pela experiência, após a separação do casal, a moradora seguiu fazendo alterações na casa por conta própria, trocando pisos, pintando e subindo paredes.

Figura 30: Foto da construção da casa da família de J. C.



Foto: Acervo de J. C.

Registramos a partir do final da década de 1980, com novas construções em alvenaria e materiais duráveis, a presença de algumas construções em regime de mutirão, isso é, o trabalho coletivo voluntário, sem remuneração, baseado em um sistema de ajuda mútua. S. N. lembra: “arranjei um companheiro que me ajudou, construí o barraco e fiquei 19 anos”. Ermínia Maricato entende o mutirão como um tipo de *solidariedade forçada* pelas condições de vida, sendo determinante para a sobrevivência, definindo da seguinte forma

o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. (MARICATO, 1979, p. 71).

Diferentemente de outras ocupações da Grande São Pedro<sup>90</sup>, onde notamos uma presença desde os primeiros momentos do mutirão, em Santos Reis só verificamos de forma tardia na construção das casas, ainda de forma pouco frequente. Os relatos

---

<sup>90</sup> Há relatos de moradores de Santos Reis que relataram não terem visto, participado de mutirões, nem recebido ajuda no bairro, mas que ajudaram em ocupações e em mutirões para a construção de barracos em outras localidades da GSP (ver entrevistas de J. M. e S. N.), Graça Andreatta relata com frequência em seus livros a realização de mutirões na GSP: "Mutirão. mutirão de homens, mulheres e crianças. Única promessa de esperança: MUTIRÃO." (ANDREATA, 1987).

apontam que a prática do mutirão não era comum, na maioria dos casos cada um construía a sua casa e devido ao grau de pauperismo não havia uma relação sólida de ajuda mútua, ocorrendo, ao contrário, muitos conflitos entre os ocupantes (Entrevistas de S. N.; J. M.; O. N.; J. C.).

Um dos relatos aponta que só recebeu ajuda para a concretagem das lajes:

Só assim as vezes quando batia laje. Quando ia bater laje, ia bater uma laje juntava os amigos, quando eu bati a minha laje aqui, eu bati lá em cima. A casa que mora a minha família, ali em cima aqui (...) batemos três lajes, aí mutirão ajudou (Sr. J. M., 68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista).

Diferentemente das paredes de bloco cerâmica, entre outros materiais frequentes na construção da casa operária que Ferro (2006b), o concreto não permite com a mesma flexibilidade a possibilidade de parar temporariamente os processos, devido à disponibilidade de tempo e recursos, e recomeçar sem maiores prejuízos. Primeiro pelo depósito nem sempre adequado dos materiais como cimento e areia, que ao serem expostos à umidade comprometem a trabalhabilidade durante a construção, e a resistência da edificação, quando não há perda total do material. Portanto, após a compra dos materiais é necessário realizar a construção com certa urgência. Iniciada a concretagem, com a hidratação do cimento é necessário a urgência, interrupções não são possíveis, resultando na perda de propriedades mecânicas e desperdício de material. A ajuda nessa etapa se torna mais necessária, reduzindo riscos e custos.

Pela particularidade do bairro, é necessário destacar que a CEB teve papel importante na construção das casas, com a doação de materiais para moradores e a promoção de mutirões, como parte de um projeto social da Igreja. Relata J. C.:

O Padre Flório deu para a gente (telhado) quando ele tinha um trabalho social aqui de ajuda de barracos. Construimos 13 barracos, até eu ajudei a fazer barraco. Que não tinha, eu ia, falava com o Padre Flório, tirava medida de madeira, quanto precisa, X, carregava, furava pedra, com ponteiro, construía no barraco, o barraco de um cômodo. (Sra. J. C., 59 anos, moradora do bairro desde 1983 – Entrevista)

A casa construída em Santos Reis, nessa primeira década de sua existência era edificada em terreno ocupado, sem nenhuma regulação do Estado, edificada das formas mais precárias possíveis, com materiais reaproveitados, improvisados, ou comprados entre os mais baratos. Não havia acompanhamento técnico de nenhuma natureza, as técnicas construtivas eram aprendidas em outros canteiros, seja na condição de trabalhador da construção civil, seja vendo o vizinho, ou ainda

participando de mutirões. A mão de obra era dos próprios moradores, contando de forma pontual com a ajuda de vizinhos para a construção de determinadas etapas da obra, não havendo relações de pagamento do trabalho alheio. A casa era edificada em sucessivas etapas intercaladas por intervalos de variadas durações para a obtenção de recursos que viabilizassem a continuidade da construção.

Se ausentam nesse momento relações capitalistas na produção da casa, por não contar com o pagamento do trabalho de outro para a construção da casa, havendo uma predominância da tendência entre os moradores entrevistados, da construção e ocupação do espaço para uso direto da família. Entretanto notamos a existência, desde os primeiros meses de ocupação, de ocupação do terreno e construção do barraco para ser orientada para venda e aluguel. Dessa forma há formas não-capitalistas de produção da casa ao mesmo tempo em que há tendências de se apropriar da terra e produzir casa para fins de mercado, mesmo que em condições precárias e de informalidade.

De qualquer maneira, a construção da casa se insere no sistema capitalista pela necessidade de compra de materiais de construção, que apesar de serem comprados em “soluços”, ao se levar em conta toda a massa de trabalhadores que edificam suas casas nessas condições não é possível menosprezar a importância da autoconstrução para o setor industrial. Também articulando a autoconstrução da casa com a totalidade do sistema capitalista, é necessário lembrar que essa forma muitas vezes rudimentar de se construir, informal em praticamente todos os aspectos, com suas insuficiências para o morar, é justamente esse processo de aparente exclusão que possibilita o aumento da superexploração da força de trabalho, a extração do valor necessário para o projeto de industrialização, almejado pela articulação entre as classes dominantes locais e internacionais. Como conclui Sérgio Ferro: Encontramos na casa operária uma exceção aparente ao sistema. (...) A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo. (FERRO, 2006, p. 67).

A construção da casa nesses termos é o reflexo das condições de assalariamento da classe trabalhadora nos mais diversos setores, em que ser trabalhador e ser pobre parecem sinônimos, ou como afirma Ricardo Antunes: nosso proletariado sempre se confundiu com a condição de precariedade, que é traço marcante de sua ontogênese (ANTUNES, 2018, p. 61-62). Também é expressão da miséria das massas alijadas dos postos de trabalho que realizam todo tipo de “bico” para sobreviver, ao mesmo

tempo em que que reproduz e intensifica a exploração sobre seu próprio trabalho, rebaixando o valor da força de trabalho. Ao promover sua própria habitação, contribui para o achatamento dos salários de onde deveria partir os recursos necessários para a reprodução sua própria vida.<sup>91</sup>

#### Da construção do bairro:

Não é só de teto e paredes que se faz uma moradia, é necessário que exista um conjunto de elementos para suporte da vida cotidiana, dentro e fora da casa. Na ausência de qualquer preparação prévia para receber as famílias que ocuparam o terreno tudo faltava. Lembra J. C. :

Mas não tinha nada nesse bairro, não tinha energia, água, escadaria, em Santos Reis, andávamos por cima da pedra, às vezes até botava a mão no chão para não cair (J. C. - Moradora do bairro desde 1981 – Entrevista).

No mesmo sentido, O. N. registra:

As lembranças que eu lembro de Santos Reis era falta de luz, nas vielas, nos becos, falta de luz, calçamento, (...) a falta de água, carregávamos muita água na lata, nas costas. (O. N., 48 anos, morador do bairro desde 1982 – Entrevista).

Novamente o trabalho dos moradores em um voluntarismo forçado era necessário. Diferentemente da construção em mutirão das passarelas sobre o manguezal de São Pedro<sup>92</sup>, a necessidade em São Pedro IV era facilitar a subida em morro íngreme. Lentamente faziam suas escadas rústicas. Os moradores ainda lembram (com algum esforço, é verdade) dos nomes dos vizinhos que ajudaram a construir algumas delas. A primeira escada construída foi a 26 de Dezembro, até então chamada de “beco”, mais um entre esses “becos estreitos e impraticáveis” (ANDRETTA, 2019, p. 149), que não passavam de um caminho, de rocha lisa exposta, mantido livre para passagem entre as casas. Essa primeira escada foi batizada com a data da ocupação do bairro<sup>93</sup>, outros becos e escadarias em Santos Reis também registram nomes de moradores, como Beco Rui Pinto e Escadaria Dijanira de Jesus, e de suas profissões,

---

<sup>91</sup> Discutimos essa temática no capítulo 2.2.

<sup>92</sup> A construção das casas e passarelas, feitas de madeira, eram construídas pelos próprios moradores, com alguma ajuda de vizinhos, nem que seja no compartilhamento do saber construir sobre o manguezal, Andreatta (1987, p. 14) relata que um vizinho ensinou que “não se enterra a madeira, apoia-se sobre uma tábua colocada sobre a lama. Não afunda.”

<sup>93</sup> Há uma tradição na GSP de nomear ruas com datas e nomes importantes para o bairro, registrando também eventos e expressando o histórico de combatividade necessária para a permanência e construção do bairro. Entre elas estão as ruas: da Luta, Primeiro de Maio, da União, Nova Palestina...

com o Beco do Gari.<sup>94</sup> A construção da escadaria 26 de Dezembro, foi realizada somente entre os anos 83 e 84, feita pelos próprios moradores. Também pelos moradores foi feita a escadaria Nova Iorque. Essas escadarias receberam posteriormente novos mutirões com a ajuda da PMV, que fornecia materiais de construção durante a urbanização na gestão de Hermes Laranja (1986-1988).

Já tratamos anteriormente o registro da construção das escadarias Djanira dos Santos e Julia Correa em meados da década de 1980, construídas pela PMV, como lembra a moradora da escadaria Júlia Correa: “foi empreiteira da prefeitura, esses meninos com roupa azul, mas era cinza” (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista). Esse mesmo registro demonstra a chegada de postes com iluminação pública e rede de esgoto (ver Figura 29).

A água vinha de um chafariz, no pé da escadaria 26 de Dezembro, construída nos primeiros anos se beneficiando das obras de urbanização de São Pedro I, que fica em frente à escadaria, do outro lado da Serafim Derenzi. A água não subia, era necessário descer o morro, encher as latas e subir novamente (Entrevistas com O.N., S. N., J. C., J. M., Graça Andreatta, e D.R.). Devemos considerar o enorme trabalho necessário para que a água, na ausência das instalações adequadas, chegasse em cada casa, em repetidos movimentos pendulares de descer e subir, carregando o peso dos baldes dia sim e dia não, já que a água “caía ali de dois em dois dias” (J. M.). Posteriormente, em 1984, ainda durante o PROMORAR, é instalada a estação elevatória que atendia parte da população, porém o fornecimento pela CESAN seguia intermitente (MORADORES..., 1984; SÃO PEDRO..., 1985). A instalação de esgoto, já tratado no tópico anterior, segue ausente em parte do bairro até as etapas finais do PROMORAR em 1985, sendo muito comum “encontrar pelas ruas do bairro valas de esgotos totalmente abertas cujos detritos provocam a contaminação de todos os moradores.” (SÃO PEDRO..., 1985).

Já a eletricidade, “gambiarra”, “bico de luz” ou “pedala bico”, como disseram os moradores. Em uma mistura de clandestinidade com solidariedade, os moradores mais próximos da Rodovia, na parte baixa do morro, conseguiam conexões e

---

<sup>94</sup> Há um beco chamado “Beco da Servidão”, que não foi possível nem identificar a origem do nome nem o sentido. Entretanto, alguns dos moradores registraram o desconforto com o termo.

permitted that others accessed electricity with irregular installations, through some financial contribution. S. N. remembers:

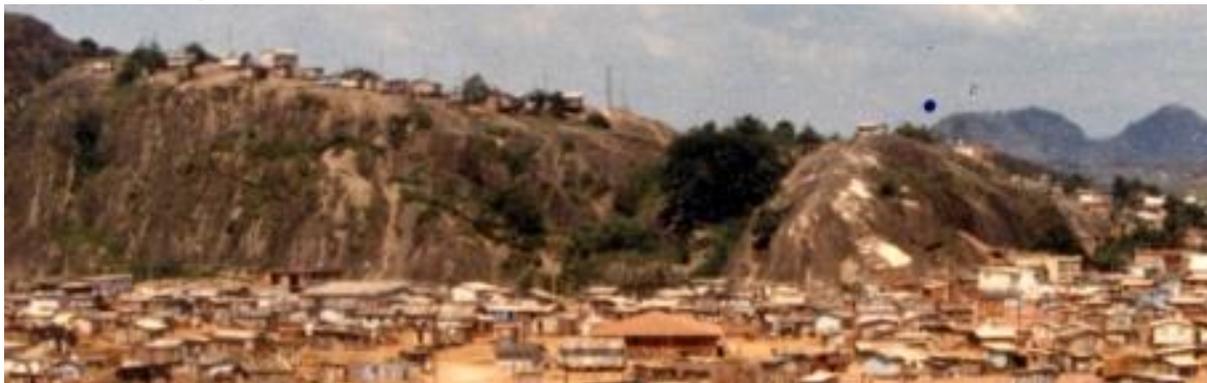
S.N.: As casas mais na beirada da rua cediam bico para as pessoas da casa de cima que não tinha energia. Tinha uma casa que tinha 12 bicos, numa casa. Lá de baixo, puxava. Não era bem na rodovia.

Lucas: E o pessoal pagava essa pessoa depois?

S.N.: Pagava, cada morador que tinha o bico de lá dava uns trocados a eles, todo final de mês. Um relógio só. Eles tinham relógio. E dali, ajudavam as pessoas, cedendo bico de luz. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista).

In 1987 Graça describes the neighborhood as "They have light, water... and faucets on all sides." (ANDREATTA, 1987, p. 53), these electrical installations are visible in photos from the mid-1980s, such as the photo of the church bell (Figure 29) and in photos taken during the interventions of the government of Hermes Laranja in 1987 (see Figure 31).

Figure 31: East side of Santos Reis in 1987, with visible poles.



Source: A Gazeta (1987)

In other cases, it was built in a regime of mutual aid with the material support of the Municipality during the management of Mayor Hermes Laranja, who developed a new urbanization project in the new occupations after PROMORAR. In addition to the construction of the house, groups of up to sixteen men gathered on weekends to build staircases.

The staircase here was indeed built in mutual aid with Mayor Hermes Laranja. This staircase that goes from the asphalt to here. Here we started, we did mutual aid, inclusive, I was in the leadership, I, Aroldo, who lives there, another, my nephew, who does not live here anymore, lives in Rio, and had a group that they called Negão da Arapuca, was here. Here we formed a group, we started, the municipality provided material and we made the final staircase of the week. (Sr. J. M., 68 years old, resident of the neighborhood since 1981 - Interview)

Outra intervenção no bairro frequentemente relatada é a construção da Rua João Apolinário, que era rocha exposta e íngreme, com trechos de escada feita pelos moradores. Essa rampa foi feita aos poucos ao longo dos anos, entre cada gestão, sendo concluída apenas no final dos anos 2000, com o orçamento participativo.<sup>95</sup> L. M. lembra que seu pai, quando vivo, trabalhou no início dos anos 1990 na construção da rampa, ao lado dos trabalhadores, em mais um caso de combinação entre trabalho voluntário pela necessidade e o trabalho assalariado, contratado pela PMV:

Se tem essa rampa aqui hoje nós agradecemos o meu pai, o Senhor Rui de Oliveira Pinto, que lutou, correu atrás, bateu de porta em porta e não desistiu do sonho dele de aqui subir carro, e ele conseguiu. Meu pai conseguiu trazer essa rampa, meu pai ajudou a construir sem ganhar um centavo, junto com os trabalhadores, meu pai ensinou eles como fazerem essas risquinhas para os carros não deslizarem para subir. (Sra. L. M., 57 anos, moradora do bairro desde 1988 - Entrevista)<sup>96</sup>

Como não poderia ser diferente em São Pedro IV, a ação da Igreja Católica também esteve presente. Já mencionado anteriormente, construiu-se um galpão de madeira para a CEB que recebeu atividades de educação infantil. Ao lado do galpão, construíram uma Igreja de concreto armado e alvenaria já nos anos 1990, “tirando partido” da inclinação da rocha para a construção de uma escada com bancos em formato de arquibancadas acompanhando o sentido da nave única. Graça narra a dificuldade que Ruy, seu ex-marido e liderança comunitária de São Pedro, passou para construir a Igreja.

foi uma epopeia a mais pois tiveram que subir o morro/pedra com material e depois... depois ainda arranjaram uma estrada passando por trás da Comdusa e nosso carro foi quebrado dezenas de vezes e... fomos cada vez mais pobres. Mas não se podia deixar jovens homens e mulheres carregando sacos de cimento, areia e brita por inúmeros degraus. (ANDREATTA, 2019, p. 150).

O sítio impossível exigia grandes esforços para a construção, se não havia dificuldade para construir em solo firme, com pouca dificuldade para fundação, já para a logística do transporte dos materiais, como veremos no próximo capítulo, seguirá sendo um problema até os dias atuais. A construção da nova igreja e a reconstrução do Cieduca

---

<sup>95</sup> Trataremos desse ponto no capítulo seguinte.

<sup>96</sup> Continua: “Meu pai ajudou muita família com casa, terreno, ele comprava, as vezes ele doava para os outros. A gente não sabia, depois que ele morreu que a gente soube dessas coisas. E os moradores antigos tiveram os filhos, seus netos, bisnetos, a maioria estão aqui até hoje.” Demonstrando a solidariedade entre os moradores, necessária para a permanência no bairro.

em alvenaria e concreto armado (Figura 32) foram os primeiros registros de trabalho pago em construções do bairro, como lembra o senhor J. M.:

Um padre italiano, que veio da Itália, ele deu uma verba para a gente, até eu construí. Esqueci disso, desse detalhe. Eu construí uma obra da igreja aqui sim, eu construí. Eu fui de frente, entendeu, para construir uma obra da igreja, que hoje está praticamente fechada. É o Cieduca. (...) A igreja pagou, pagaram tudo certinho, pagaram todo mundo, foi muito bem pago. Aí eu construí, nós construímos aquilo parece que em três ou quatro meses. (J. M., construtor, morador do bairro desde 1981 - Entrevista).

Outra intervenção por parte de entidades vinculadas à Igreja Católica é a construção da praça em frente ao Cieduca:

Quando as irmãs da Santíssima Trindade chegaram começou uma maior humanização com a ajuda para reforço escolar, parquinho minúsculo, mas lindo e tornou-se mais humana a vida ali. (ANDREATTA, 2019, p. 150).

Para além das obras de engenharia, faltava acesso à serviços básicos como saúde e educação. O Cieduca se fazia necessário porque 75% das crianças deixavam de estudar, o posto de saúde construído atendia apenas 10 pessoas por dia e não vacinava e havia apenas três policiais militares para trinta mil moradores. (SÃO PEDRO..., 1984). Mais que obras, era necessário um conjunto de políticas públicas para os moradores.

Figura 32: Galpão do Cieduca



Fonte: Do autor.

Como demonstrado, o bairro teve em seus primeiros anos a promoção de uma infraestrutura mínima necessária para além da casa, realizadas meio de um conjunto de ações que envolviam mutirões para a construção de escadarias, construção de escolas e promoção de atividades educativas por meio da Igreja, (um tipo de autoeducação<sup>97</sup>), instalações clandestinas de energia, entre outras práticas que ora vezes era estimulada pelo Estado, ora eram ilegais. Somaram-se a essas ações a atuação do Estado na promoção de iluminação pública, rede de esgoto e água, formando um complexo arranjo de operações de diferentes atores. É evidente o papel da CEB na construção do bairro e na promoção de condições de habitabilidade e de serviços básicos.

Sobre o trabalho necessário para o assentamento nesses sítios impossíveis analisa Carlos Nelson F. dos Santos:

Pouca gente para e pensa no enorme dispêndio de energia social necessária para a maioria da população realizar tamanho salto histórico. No que foi preciso fazer para sair da vida rural, sem perspectivas, e entrar em cidades onde se tentava viver segundo os moldes da mais moderna cultura capitalista. Deixados à revelia, os pobres se viram mesmo muito ocupados com os problemas prementes que diziam respeito à sua sobrevivência e, por extensão, ao processo de urbanização. Tiveram de enfrentar como puderam a necessidade de inventar empregos, lugares de moradia, transporte, saneamento, opções de lazer. Não se saíram tão mal: (...) construíram, de qualquer maneira, favelas em sítios impossíveis e proibidos; foram para periferias, para cidades novas e frentes pioneiras (SANTOS, 1988.)

Entendemos que esse conjunto de intervenções por parte dos moradores somadas à produção da casa seria a ampliação do conceito de autoconstrução, levando para a totalidade do território, entendendo o bairro de Santos Reis (e parte significativa da GSP em seu momento inicial, com a construção de escola, passarelas, abertura de ruas e poços, etc.) como um *território autoconstruído*. Como argumenta Baravelli, “bairros inteiros das nossas cidades são, desta forma, autoconstruídos no que diz respeito não apenas a suas edificações, mas também à infraestrutura e à regulação da posse” (BARAVELLI, 2006, p. 86). Isso não significa, reforçamos, que todo o bairro tenha sido construído pelos próprios moradores, apenas demonstramos que a

---

<sup>97</sup> Para referência, Sérgio Ferro (2006) em polêmica com Francisco de Oliveira, defendendo o mutirão enquanto prática, argumenta que o trabalhador além de autoconstruir a casa, também autocostura, automedica com plantas medicinais, entre outras formas que também devem ser consideradas como formas de rebaixamento do valor da força de trabalho, não sendo a autoconstrução um componente isolado que rebaixa os salários, mas um reflexo de condições existentes à priori. Trataremos de outras formas atuais de autoaprovisionamento das condições de vida no território no capítulo 4.5.

autoconstrução, enquanto forma de produção do espaço, se realiza para além da casa, pois além de um teto para morar, foi necessário criar escadas para se locomover, construir escolas para educar as crianças, entre outros.

Na ausência dos bens de consumo coletivos, da infraestrutura urbana, equipamentos e educação, entre outros, os moradores são impelidos a autopromoção das condições da vida para a esfera do espaço urbano, numa realização coletiva da chamada espoliação urbana que, convém reforçar, é um conjunto de extorsões para além do espaço da produção e que intensificam a exploração do trabalhador. Dessa forma, assim como a construção da casa tem sua aparência marginal mas é integrada ao sistema e funcional para sua reprodução ampliada, a construção do bairro, entendido como território autoconstruído, segue a mesma lógica.

#### Evolução da ocupação do bairro:

A única descrição registrada sobre a evolução da ocupação do bairro é de Graça Andreatta (2019; e em Entrevista), que descreve que o bairro foi ocupado de cima para baixo, por supostamente<sup>98</sup> ter sido parte de uma fazenda no maciço central.

De repente, a Pedra estava cheia de barraco. Não começou da rodovia, veio de cima, de uma fazendola no alto do morro, já virando, de uma fazenda de um possível “Camargo”. (ANDREATTA, 2019, p. 149).

O que verificamos, entretanto, é que a ocupação do bairro anterior à ocupação se resume à família do senhor João Vitor, com uma casa ao lado do pé de fruta-pão, não muito distante da Rodovia Serafim Derenzi. Analisaremos abaixo a evolução da ocupação do bairro a partir de imagens aéreas e fotos do bairro ao longo da primeira década de sua existência. Logo nos primeiros meses de ocupação já se verificou um conjunto edificado, com pouca densidade em sua face leste, na parte mais elevada (ver Figura 33), mas já se destacando na paisagem, em contraste com a baixada, que se caracterizava pelo espraiamento das palafitas que brotavam em rizomas de passarelas que partiam da Rodovia.

---

<sup>98</sup> Dizemos “supostamente” por não termos acesso à documentos que provem o pertencimento de Santos Reis à uma propriedade rural, tendo apenas relatos de moradores, sendo que o próprio Sr. João Vitor não trabalhava na propriedade até onde foi possível verificar.

Figura 33: Vista aérea São Pedro IV em Fevereiro de 1981 (Recorte).



Fonte: A Gazeta; Nestor Muller (1981) com intervenções do autor.

A ocupação do terreno se deu de forma prioritária na parte inferior do morro, margeando a Rodovia, repetindo a tendência que se verifica na orla noroeste desde a construção da rodovia, que passa a ter um papel indutor da ocupação, entre outros fatores, pela comunicação que estabelece com o restante da cidade, facilidade de acesso ao lote, tanto para o deslocamento cotidiano, quanto para o transporte de materiais construtivos, móveis e compras.

Ao analisarmos as imagens abaixo (Figura 34), também há uma tendência de ocupação de forma prioritária em sua face oeste, próximo ao bairro Comdusa, sendo a principal área elevada ocupada na pedra. Entendemos que essa tendência se dá pela menor inclinação nesse trecho, já caracterizada nos perfis topográficos apresentados anteriormente (ver Figuras 25 e 26), possibilitando não só o maior contato com a Rodovia, como também estabelece maior conexão com São Pedro I, em processo já avançado de urbanização, aproveitando assim a infraestrutura existente<sup>99</sup>. Essa leitura da ocupação inicial do bairro próximo à Comdusa é reforçada pelos relatos dos moradores entrevistados, como relata a Sra. S. N.:

---

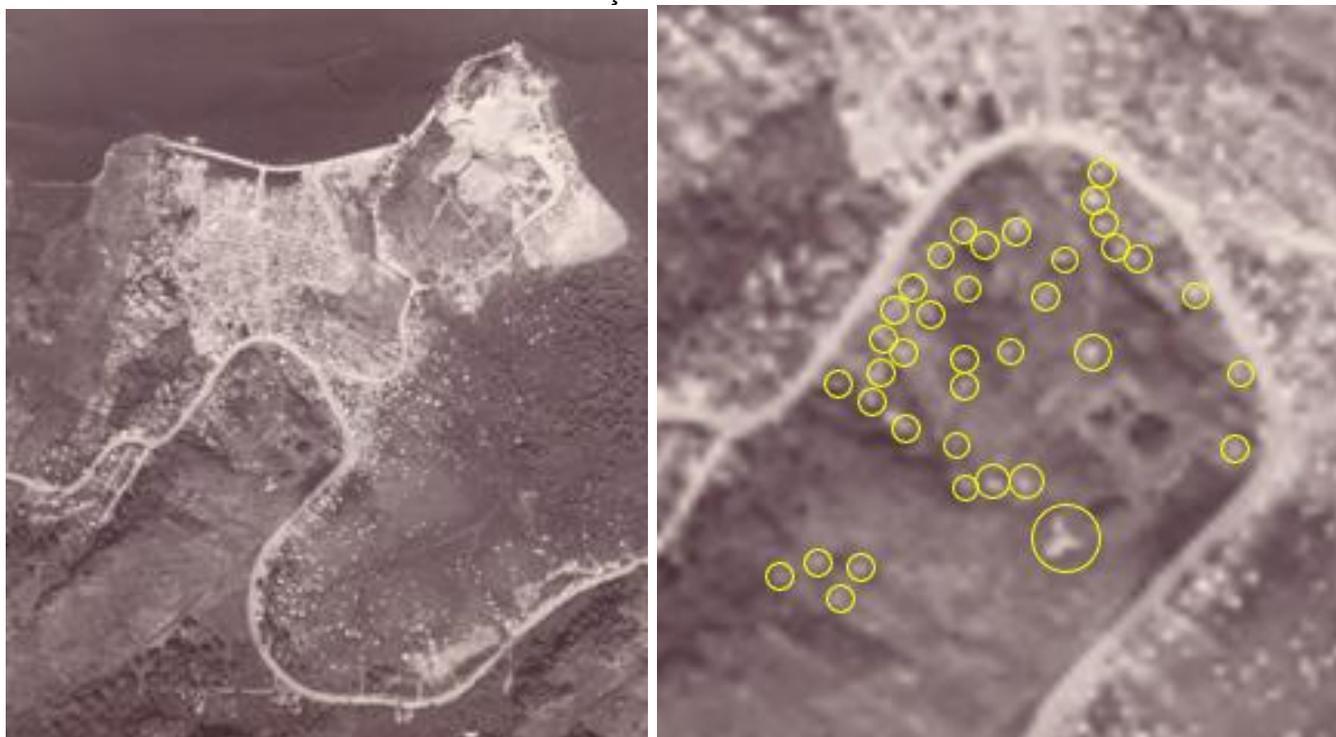
<sup>99</sup> Lembramos que o acesso à água no bairro se deu inicialmente por meio de uma torneira, justamente nessa face do bairro, aos pés da escadaria 26 de Dezembro.

Era aqui mesmo em Santos Reis, mais próximo da Comdusa. Sim, mais ocupado do lado de lá. Não, já tinha bastante barraco, quando eu vim, tinha bastante barracos, tinha bastante aqui em Santos Reis. Do lado de lá (Comdusa), não do lado de cá<sup>100</sup>. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista).

Não foi possível realizar uma evolução quantitativa das casas ao longo dos anos pela já mencionada ausência de dados, assim como pela qualidade das imagens disponíveis. Entretanto, para fins de comparação, Graça relata que em 1983 havia ali 163 barracos, em contagem do movimento comunitário (ANDREATTA, 1987, p. 53).

Sete anos após o início da ocupação, o bairro já tinha parte significativa da área ocupada. Pela imagem abaixo (Figura 35) é possível ver com clareza a ocupação de todo o perímetro do bairro ocupado nas margens da Rodovia Serafim Derenzi e, principalmente, a concentração da ocupação em vetores no sentido oeste-leste, partindo da Rodovia para o centro do morro, aproveitando trechos de menor inclinação na formação da rocha para a construção de escadarias casas em terrenos mais acessíveis.

Figura 34: Foto aérea da Grande São Pedro em 1981 e ampliação destacando as edificações de Santos Reis.



Fonte: IJSN, com intervenções do autor.

<sup>100</sup> Se refere à face leste do bairro, onde hoje reside.

Figura 35: Vista aérea de São Pedro IV/Santos Reis em 1987.

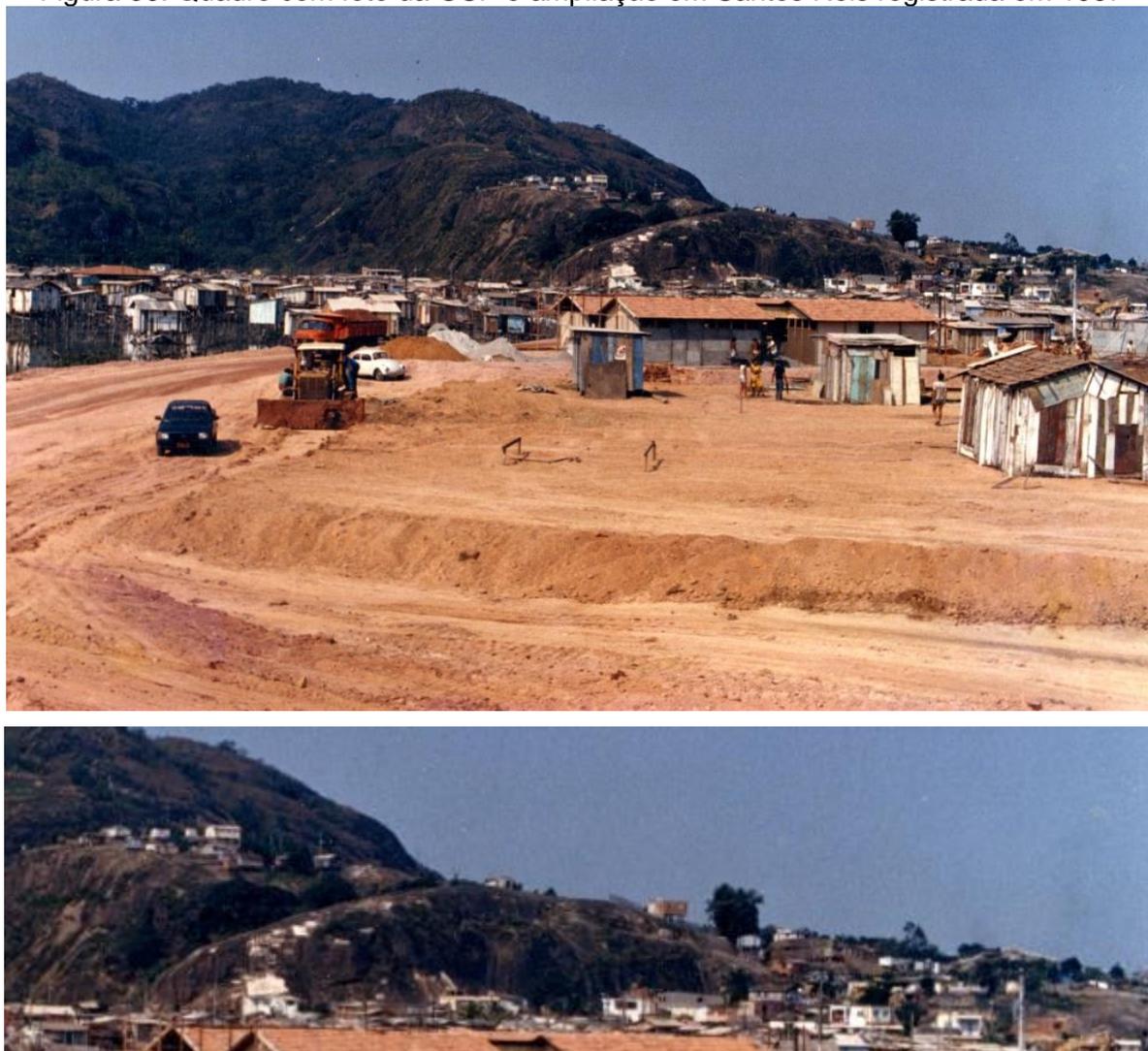


Fonte: A Gazeta (1987) com intervenções do autor.

Esses eixos de crescimento deram lugar às escadarias (no sentido do plano menos elevado para o de maior elevação) Escadaria do Fruta Pão/Bananal, 26 de Dezembro e Grande Data. Dessa forma, a ocupação inicial na face leste se consolida e irradia para o interior do bairro seguindo pontos favoráveis da topografia. Também são construídas em pontos de menor inclinação, conectando as escadarias anteriores, no sentido norte-sul, as escadarias Dijanira de Jesus e a Julia Corrêa, que chegam até o galpão da CEB, isolado em papel de destaque no alto do morro. Nas proximidades, o Beco do Gari, onde outra concentração de casas se formava no platô.

No quadro (ver Figura 36) e na segunda imagem abaixo é possível verificar o conjunto edificado na escadaria Julia Corrêa, algumas das casas do Beco do Gari, na parte mais elevada, e o conjunto com maior à direita, próximo ao pé de Fruta Pão que se destaca na paisagem. A imagem também permitem visualizar com maior clareza a relação entre a inclinação e a ocupação do solo, demonstrando maior ocupação nas áreas de menor elevação e inclinação.

Figura 36: Quadro com foto da GSP e ampliação em Santos Reis registrada em 1987



Fonte: A Gazeta

Compreende-se que a evolução da ocupação inicial do bairro tem como fatores condicionante principais a conexão com o bairro de São Pedro, a topografia e a Rodovia Serafim Derenzi, concentrando a ocupação na face oeste da rocha, se espalhando ao longo da Rodovia, platôs e trechos de menor inclinação, onde se construíram escadas.

### **3.4 Urbanização, valorização e Santos Reis como desaguadouro**

Como vimos, na medida em que a região era urbanizada com o PROMORAR passava a atrair novas ocupações, com trabalhadores pobres e desempregados buscando acesso à terra urbanizada. Entretanto, também se nota a intensificação de dinâmicas que não eram diretamente as de ocupação do solo para fins moradia do posseiro, mas a venda de terrenos e aluguel de barracos, aumentando o mercado imobiliário

informal. Apresentaremos o impacto que a urbanização de São Pedro, em seus principais projetos, tiveram para a valorização da região, como isso influenciou o surgimento de dinâmicas imobiliárias na região e a expulsão dos moradores dos bairros aterrados para as regiões de morro, entre eles, Santos Reis.

Sem entrar em maiores discussões, registramos que o mercado informal na região abrangia um conjunto maior de atividades, desde a venda de alimentos durante os primeiros momentos das ocupações e construções de barracos, até a venda de água por parte de moradores que abriam poços em suas casas. A mercantilização da terra na GSP é anterior a essas ocupações está presente, ao menos, desde em São Pedro I<sup>101</sup>, entretanto, como veremos, há um aumento nessa dinâmica com as intervenções do Estado.

Diversos moradores de Santos Reis afirmaram que alugaram casas ou receberam ofertas de aluguel e venda em São Pedro I, II e III antes de morarem no bairro<sup>102</sup>. Não foi possível traçar um padrão preciso de preços dos aluguéis, oscilando bastante nos registros disponíveis, mas mantendo-se abaixo da metade de um salário mínimo.<sup>103</sup>

Também foi verificado a ação de “testas de ferro”<sup>104</sup>, que ocupavam terrenos para terceiros, interessados na rentabilidade futura que o terreno poderá proporcionar, principalmente junto à Rodovia (CONSTRUÍDOS..., 1980; ANDREATA, 1987). Ação que se repetia nos mangues com grileiros<sup>105</sup>. Almeida e Gobbi narram o mesmo processo:

Como em toda a área de invasão, São Pedro também tem profissionais que se aparelham estrategicamente de lotes, "tirando" para si grandes espaços de mangue. Toda invasão é utilizada por especuladores, que usam até mesmo a força para obter o melhor lote,

---

<sup>101</sup> Há registro desse mercado em declaração do prefeito quando São Pedro II e III foram ocupadas, quando relatou que 95 famílias deixaram casas alugadas em São Pedro para a nova ocupação, onde os barracos não passavam de 25 m<sup>2</sup> (NOVA INVASÃO..., 1980).

<sup>102</sup> A Sra. J. C. , moradora da região da GSP desde o início dos anos 1980 e atualmente residente do bairro de Santos Reis, relatou um desses casos, quando recebeu propostas para comprar e alugar lotes em São Pedro I de um conhecido que afirmava ter diversos lotes na região.

<sup>103</sup> Em São Pedro I, para referência, um barraco com dois cômodos estava sendo alugado por Cr\$ 1.800 em 1980, sendo utilizado como exemplo de valor elevado em reportagem (GERALDO, 1980). Outro relato aponta que o aluguel de barracos em 1981 era de Cr\$ 500,00 (POBRES..., 1981). Como referência, o salário-mínimo, raro entre os moradores, era de pouco mais de Cr\$ 4.000 em 1980.

<sup>104</sup> Indivíduo que se apresenta como dono da terra, mas que apenas cumpre papel de ocultar o verdadeiro proprietário e representar seus interesses.

<sup>105</sup> Uma moradora relata outro perfil de grileiro, que era morador de São Pedro I, onde era dono de bar, morando em condições de habitação melhores que seus vizinhos, relatando que ele teria marcado dez lotes nas novas ocupações. Demonstrando atores menores. (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 51)

escolhido para ser aquele de fácil valorização, para então ser comercializado. (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 14)

Ainda em 1981 havia a prática de loteamentos clandestinos em glebas maiores na GSP, com lotes de até 2.000m<sup>2</sup> sendo vendidos<sup>106</sup>, gerando conflitos e remoções pela polícia sem nenhuma ordem judicial. Outro caso envolve o italiano Giorgio Venturini, proprietário da Central Empreendimentos Imobiliários, também conhecido como Cachimbão, quando ganha uma liminar na justiça para garantir que a polícia estivesse ao seu lado em caso de ocupações em sua suposta propriedade de 500.000m<sup>2</sup>, apesar de frágil documentação (DONO DE..., 1981). Nesses dois casos há verifica-se a articulação entre uma série de integrantes da institucionalidade estatal, mercado imobiliário tradicional e até mesmo o apoio da força policial.

#### Aterros sanitários e o “lugar de toda pobreza”

Em 1982 a havia inúmeras queixas, principalmente entre os não contemplados pelo Promorar, que estava com obras atrasadas, sobre iluminação pública, acesso à energia elétrica e água (MORADORES DE..., 1982; SÃO PEDRO..., 1982; SÃO PEDRO III..., 1982). Outra solicitação era a realização de aterros sanitários em São Pedro III durante a madrugada, possibilitando a coleta do material antes do aterramento. A PMV passa a realizar o aterro na região, porém o terreno escolhido foi o do já mencionado Cachimbão, que promovia na localidade um loteamento chamado Floresta da Ilha<sup>107</sup>, vendendo as primeiras unidades com o anúncio de vista mais bonita da cidade, pela posição privilegiada com vista para o estuário e para o Mestre Álvaro<sup>108</sup>. Daí surgiu uma série de conflitos ainda vivos na memória dos moradores, com as novas ocupações, que esperavam se beneficiar do aterro, e pelo acesso ao lixo, negado pelo proprietário (ANDREATA, 1987; ALMEIDA E GOBBI, 1983; Entrevistas com Graça; J.M.; S.N.; D.R.).

---

<sup>106</sup> No início de 1981, por exemplo, surgem denúncias por parte do movimento comunitário acusando quatro pessoas de grilagem, entre esses um vereador e um técnico da PMV, que teriam vendido lotes de 1.000 e 2.000m<sup>2</sup> na região, apresentando apenas comprovantes de compra e venda, sem maiores documentações (VEREADOR..., 1981; MEMBRO DA..., 1981). O interesse pela área segundo as lideranças seria justamente a valorização da região após as intervenções do PROMORAR. Após conflitos entre moradores e os supostos proprietários, resultando em remoções violentas por parte da polícia sem ordens judiciais, o caso foi levado à justiça com vitórias parciais para os posseiros (POSSEIROS IMPETRAM..., 1981; JUIZ DIZ..., 1981; INVASORES DO..., 1981).

<sup>107</sup> A propriedade se localizava na região hoje conhecida como Curva da Morte, na Av. Serafim Derenzi, próximo aos bairros de Resistência e Nova Palestina.

<sup>108</sup> Elevação de destaque na paisagem da Região da Grande Vitória.

Há aqui uma clara apropriação da estrutura do Estado para beneficiamento privado, mesmo com frágil documentação e comprovação da propriedade<sup>109</sup>, em detrimento do interesse coletivo e da demanda urgente dos moradores em condições de insalubridade e pobreza. Nesse mesmo sentido, argumentam Almeida e Gobbi:

os homens que presidem permitiram a um dos vários especuladores da época aterrar com lixo parte de seu terreno dividido com o mangue que forma o estuário do Rio Santa Maria, no lado Noroeste da ilha de Vitória. Assim os caminhões vindos diariamente do recolhimento do lixo da cidade ali depositavam todos os restos dos homens, com a garantia institucional de quem queria valorizar terras do circuito urbano, para benefício próprio." (ALMEIDA E GOBBI, 1983, p. 2)

É possível verificar formas distintas de apropriação e mercantilização do solo urbano, variando desde grileiros e testas-de-ferro, que representavam diretamente especuladores e até mesmo setores do mercado imobiliário tradicional, focando em terrenos maiores<sup>110</sup>, até vendedores e locadores de pequenas porções de terras e barracos, que buscavam pequenos lucros de forma mais imediata. Evidentemente o segundo grupo não figurava entre os grandes capitalistas locais, sendo essa uma forma de obter uma pequena renda. Há, dessa forma, um processo de aumento de novas ocupações e de conflitos fundiários, em que se nota o surgimento da apropriação do espaço orientado para fins de mercado, induzidos pela intervenção do Estado na produção do espaço por meio de obras de infraestrutura e na regularização fundiária, o que gera a expectativa de transformação da posse irregular em mercadoria formal.

Em um segundo momento, ainda em 1982, o aterro sanitário da PMV passa a ser destinado para São Pedro III, formando o *lugar de toda pobreza*<sup>111</sup>, onde novas casas eram erguidas em meio ao lixo (doméstico e as vezes hospitalar), com centenas de famílias na extrema pobreza coletando material para venda, alimentação, vestimenta,

---

<sup>109</sup> Delegada da SPU, engenheira Albani Roseti declara que o Cachimbão era grileiro e que a faixa que reivindicava era ilegal, por não respeitar os 33 metros do rio, com o agravante de ser estrangeiro, portanto, somente poderia ter a concessão da terra nessas condições com a assinatura do presidente. (UNIÃO VAI..., 1983)

<sup>110</sup> Nelson Aguiar, Secretário do Bem-estar Social, criticou a ação de juízes que concediam liminares aos supostos proprietários e permitiam despejos (UNIÃO VAI..., 1983) e realizou um trabalho de investigação de grilagem de terras, acompanhando por equipe de reportagem, identificando glebas de 1.000 a 30.000m<sup>2</sup>, de empresários da construção civil, advogados, donos de postos de gasolina, realizando denúncia dos "aproveitadores" à SPU (JUSTIÇA E PAZ..., 1983).

<sup>111</sup> Nome dado por Leda, moradora da GSP e catadora de lixo, às ocupações de São Pedro, que foi adotado como título de livro e filme por Amilton de Almeida (1983), obras que documentavam a vida dos moradores dependentes do aterro sanitário de São Pedro.

entre tantos outros usos possíveis e impensáveis.<sup>112</sup> Como tratado anteriormente, entre essas centenas de dependentes dos aterros sanitários estavam alguns moradores de Santos Reis, como relatam S. N., O. N. e J. C., além da senhora Iracy.

#### Nova urbanização:

Em 1986, com o fim do BNH, o PROMORAR tem o fim de suas atividades em São Pedro. Nesse mesmo ano Hermes Laranja vence a primeira eleição para prefeito no processo de redemocratização. Nas primeiras semanas de gestão visita o bairro, que chamava a atenção em escala nacional devido ao documentário “Lugar de Toda Pobreza”. Passa a desenvolver um projeto para a região, atuando em São Pedro I até o VI (ver Figura 37), incluindo aterro, drenagem, vias, iluminação, esgotamento, equipamentos públicos, fornecimento de água (pela CESAN) e usina de lixo<sup>113</sup>, há também a incorporação da autoconstrução em regimes de mutirão como parte da política de promoção das moradias (PMV COMEÇA...,19887) :

Foram cerca de 80 a 100 casas, no regime de mutirão sensacional. Nós dávamos o material, a comunidade se reunia e levantava. Estava dentro do projeto o material de construção todo. Nós dávamos a madeira, telha, e a prefeitura coordenava a construção com funcionários da prefeitura. (...) Nós pedimos a fundo perdido ajuda para fazer ação das casas, o material de construção, e isso a união deu, é o fundo perdido. (Hermes Laranja, ex-Prefeito de Vitória - Entrevista)

O projeto foi criticado, não somente pelo impacto ambiental de urbanização do manguezal, mas também pelos recursos aplicados na região e seu impacto nas finanças da PMV (PREFEITURA VAI..., 1987). Outra crítica vem da SPU, preocupada com o interesse econômico na região (SPU..., 1987). As obras de urbanização realizadas pela Odebrecht foram criticadas inclusive por técnicos e gestoras da PMV, como o Secretário de Obras Humberto Vello, que apresentou cálculos demonstrando ser mais barato transferir as famílias para bairros urbanizados, até mesmo os valorizados como a Ilha do Boi, do que aterrar e urbanizar o manguezal (MORROS...,1986)<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> É nesse período que identificamos em diversos relatos de atuais moradores de Santos Reis (S. N.; L. M.; J. C.; O. N. – Entrevista) que alugavam casas e compravam terrenos em Comdusa, como a sra. L. M. que alugava um barraco nos anos de 1984 e 1985 e depois comprou metade do terreno por Cr\$ 1 mil. Esse relato demonstra que Comdusa, bairro que inicialmente planejado pelo Estado, também registra um mercado informal de terras e de aluguel.

<sup>113</sup> Parte do projeto de terceirização da limpeza pública, segundo Hermes Laranja em entrevista.

<sup>114</sup> O ex-prefeito Hermes Laranja responde a crítica em entrevista: “Eu lembro. Isso é impensável. Jogar lá na Ilha do Boi, rapaz?(...) Até Jardim da Penha não teria capacidade de suportar mais gente ali dentro, a não ser que construísse apartamentos, não é? (...) Era uma ideia. Mas o que se pensou é o

Figura 37: Vista aérea de São Pedro em 1988, no final da gestão de Hermes Laranja.



Fonte: A gazeta (1988).

Evidentemente, as obras foram realizadas com benefício para os moradores, que foram reassentados em lotes de 200m<sup>2</sup> e com acesso a casas de alvenaria em alguns casos, além do sistema de infraestrutura e serviços. Entretanto, não havia projeto integrado e de desenvolvimento social, focando prioritariamente em infraestrutura<sup>115</sup>, sem uma estratégia para a manutenção da população no local apesar do reconhecimento da valorização e interesse imobiliário na região:

sim tinha interesse imobiliário ali, como outros que tiveram lá. Inclusive até um dono de supermercado lá. (...) Valorizou o bairro, entendeu? Então, esses conflitos não têm jeito, onde você; se o lugar aqui na miséria passa a ter riqueza, a especulação imobiliária vem em cima,

---

seguinte: deixar o cidadão lá, e entrar com a urbanização. Vamos tocar; ficou cara a obra? Ficou, mas vamos levar para a posteridade. Eu acho que era muito difícil a prefeitura conseguir os apartamentos a um preço mais baixo do que a obra de São Pedro. (...) Pela retumbância do projeto, pelo caráter social, os recursos foram ínfimos, e a obra já foi paga há 10 anos atrás, o financiamento. Não, acho que não pesou. O meu papel era o seguinte, vamos urbanizar para resolver esse problema lá dentro mesmo. Eu achava que era muito difícil, porque isso ventilado na época: é melhor fazer em outro lugar, você vai fazendo a obra devagar aqui. Aí eu falei: não, não, fazer em uma porrada só. E fizemos, 1 ano e 3 meses ficou pronto. Mas o que eu pensava era o seguinte: esse pessoal não tem nada; vai ter uma escola, vai ter um posto médico; bom, eu ia criar um hospital lá dentro, é que não deu tempo, não é? (...) Quer dizer, eu dei toda a infraestrutura que eu puder dar, o que eu podia fazer, eu fiz. Eu fiz na marra, mas na marra mesmo.”

<sup>115</sup> Não é o foco da análise nesse momento, mas chamamos atenção para o volume de trabalho necessário nesses grandes canteiros de obras para a urbanização da GSP e o valor produzido, como discutido no capítulo 2.2.

não tem jeito. Quer dizer, nem todo mundo, vou repetir para você, que recebeu a casinha ficou lá; foi embora. Por mais cerco jurídico que você fizesse em uma situação daquela, o cara não ia obedecer, o cara faz por baixo do pano; vou embora. Mas essa preocupação, vou dizer a você, para fazer esse cerco, é muito difícil fazer esse cerco; juridicamente é. E está provado quando eu digo a você que esse Jardim Tropical são com moradores que saíram São Pedro, foram para lá. (Hermes Laranja, 74 anos, ex-prefeito de Vitória – Entrevista)

No projeto não houve a entrega de escrituras para os moradores, apenas uma documentação feita pela PMV para segurança da posse.

#### Projeto São Pedro:

Nas duas gestões municipais que se sucederam um novo projeto para a região foi desenvolvido por governos que vinham impulsionados pelos movimentos pela redemocratização e reforma urbana, e pela conquista da nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), que mudam as perspectivas de política pública e urbana. Essas mudanças se manifestam no chamado Projeto São Pedro, realizado entre os anos de 1989 e 1996 (PMV, 1996a; PMV, 1996b). Teve início com o prefeito Vitor Buaiz (PT), entre os anos 1989 e 1992, focando nos objetivos que influem a preocupação ambiental, participação popular, regulação de uso e ocupação do solo e promoção de infraestrutura urbana (VAZ, 1998).<sup>116</sup> No ano seguinte, continuado na gestão de Paulo Hartung (PSDB), entre os anos 1992 e 1996 com o foco na elaboração de políticas públicas integradas (VAZ, 1998). Dessa maneira o:

Projeto São Pedro, iniciado no em 1989 e concluído em 1996, removeu famílias que viviam em condições precárias no manguezal localizado na região noroeste da Ilha de Vitória, e assim, eliminou as palafitas da região, urbanizou e implantou equipamentos e serviços públicos, garantindo um controle mais efetivo das ocupações nas áreas de mangue e dando início à recuperação daquele ecossistema. (SOLUÇÕES PARA CIDADES, 2015).

Há dessa forma uma mudança da forma de trabalho, focando mais em equipamentos e serviços públicos, como a construção de escolas e postos de saúde, além de maior preocupação com a participação popular. É com o Projeto São Pedro que muitas das intervenções em infraestrutura ocorrem em Santos Reis como a pavimentação, drenagem e escadarias. O projeto foi divulgado internacionalmente, sendo apresentado no Habitat 2 da ONU (SÃO..., 1996), apresentado nacionalmente como

---

<sup>116</sup> É durante a realização da primeira etapa deste projeto que o Papa João Paulo II visita São Pedro após missa na Enseada do Suá em 1991.

referência em urbanização de favelas. Entretanto, em trabalho recente da PMV há uma autocrítica:

O êxito do Projeto São Pedro, praticamente eliminando as palafitas da região oeste da ilha e garantindo um controle mais efetivo das ocupações nas áreas de mangue, somado à falta de investimentos na produção de habitações de interesse social para suprir a demanda, demonstrou na prática o que os técnicos municipais já haviam levantado por sua previsibilidade lógica: o aumento das ocupações nas áreas de morro. Apesar das ações sociais desenvolvidas, que foram capazes de melhorar significativamente os indicadores da região oeste da ilha como, por exemplo, a redução significativa da taxa de mortalidade infantil, o Poder Público não conseguiu garantir a permanência dos beneficiados na área, o que levou ao fenômeno conhecido como “expulsão branca” ou “gentrificação”, ou seja, a venda de propriedades nas áreas beneficiadas em função da valorização territorial derivada da recuperação ambiental e qualificação do espaço urbano. (PMV, 2020)

Para se ter uma ideia no volume de investimentos realizados na região, apenas entre 1993 e 1995, foram investidos US\$39,8 milhões (valores da época, sem correções), principalmente em obras públicas (US\$19,4 na rede escolar, US\$14,7 em urbanização, US\$2,4 em equipamentos de saúde, US\$1,5 em serviços urbanos e US\$1,4 em obras civis) (VAZ, 1998).

### Santos Reis como desaguadouro

Caracterizamos inicialmente a existência de um mercado imobiliário informal na GSP, tendo a participação de agentes com diferentes escalas e objetivo. Entre esses, estavam desde moradores da região “tirando” um ou outro lote para vender e alugar por quantias que aparentam ser irrisórias, mas que ao compensar tamanho esforço demonstra o nível de pauperismo entre os moradores. Outros eram grupos bem articulados, operando complexas ações clandestinas de forma coordenada, loteando grandes glebas e com participação do mercado imobiliário tradicional.

O conjunto de intervenções que se sucederam na GSP orientadas pela justificativa de melhorar a condição de vida dos moradores representou uma forma específica de ampliação da fronteira da expansão da urbanização de Vitória. Na medida em que as intervenções em urbanização eram realizadas, do PROMORAR ao Projeto São Pedro, com a estruturação viária, aterramento, promoção de infraestrutura urbana e de equipamentos público e reconhecimento da posse pelo Estado, aumentou-se o interesse pela região. A aplicação de capital e trabalho ao longo dos sucessivos anos,

transformou aos poucos o que era manguezal, lixão e palafitas, aumentando o valor da propriedade fundiária e a sua rentabilidade. O bairro passa a aumentar o interesse de novos moradores, trabalhadores pobres em novas áreas de manguezal e de morros por meio de novas ocupações (MAIS DE..., 1989; FAMÍLIAS..., 1990; MANGUEZAL..., 1994), mas também de outros perfis de renda, que buscam usufruir da valorização do valor de uso, enquanto setores do mercado imobiliário visam se apropriar do valor de troca cada vez mais elevado. A tensão se agudiza pela falta de estratégias ao longo das gestões para se evitar processos de expulsão, venda de propriedade e outras formas de desvio da finalidade central apresentada: a melhoria da condição de vida das pessoas que ali residiam.

Durante as obras do governo de Hermes Laranja, Graça Andreatta relata a pressão vivida pelo movimento comunitário pelos que queriam expulsá-los dali:

Embora devagar, já se vêem os ricos comprando lotes por aqui. Eles não perdem as esperanças; e agora já chegou luz, água. Quando estiver urbanizado, eles entram. O hoje São Pedro, seria área burguesa. E nós a ocupamos. Temos que ser perseguidos, é claro. (...) O que faremos se não conseguirmos deter a expulsão branca que começou a acontecer? (ANDREATTA, 1987, p. 54 e 185)

Isso que ela chama de “expulsão branca” se trata da substituição da população residente, caracterizada como trabalhadores de baixa renda, por população de renda superior, em um processo de mudança de elementos materiais e imateriais, em processo análogo ao que hoje se convencionou chamar de gentrificação (BATALLER, 2012) que estão diretamente vinculadas a noção de fronteira e à expansão do capital (SMITH, 2007).

Entendemos esse processo dentro das contradições típicas da dupla condição da moradia, que apesar de ser um direito e meio necessário para sobrevivência é também acompanhada, inevitavelmente, de sua dimensão material (casa e solo urbano) que se insere na sociedade capitalista enquanto mercadorias, de fato ou em potencial. Ao acessar o solo urbanizado e a casa, o morador da GSP, como vimos, entre os maiores níveis de pobreza, passa a ser receber investidas para vender aquela propriedade.

Identificamos também uma segunda contradição que é a da relação entre a reivindicação necessária dos moradores para que o Estado promova melhores condições de habitabilidade, reduzindo a chamada espoliação urbana, e ao conquistar

tal meta, atraindo para o seu território dinâmicas de mercado que expulsam os moradores da região. Como apresenta Kowarick:

O papel do Estado é fundamental, não só pelas razões já arroladas, mas também porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de intensa valorização diferencial da terra, aparecendo como ator importante no processo de especulação imobiliária.” (KOWARICK, 2017, p. 23)

Essa valorização e especulação imobiliária pela ação do Estado na região tem como consequência o processo de expulsão dos moradores da GSP para novas ocupações, outros municípios e morros de Vitória, que ainda não estavam entre as prioridades de urbanização da PMV. Há vasto registro do processo de gentrificação na GSP, com estudos e intervenções públicas de técnicos da PMV e do IJSN indicando a presença de novos moradores de classe média, relatos de lideranças comunitárias indicando a mudança do perfil e de empresários do mercado imobiliário demonstrando interesse e atividade na região (LOTE..., 1990; MISÉRIA..., 1991; ANO..., 1993; PMV, 1994; GRANDE..., 1994; MANGUEZAL..., 1994).<sup>117</sup> Apesar das campanhas da PMV e do movimento comunitário para que os moradores não vendessem seus lotes, 30% dos moradores de Nova Palestina em 1994 eram novos moradores, do início da urbanização da área. No mesmo ano 70%, dos moradores de São Pedro não estavam entre aqueles que chegaram em 1977.

Sobre a relação entre a urbanização da GSP e a ocupação dos morros da região, José Carlos Loureiro, técnico da PMV e que teve atuação no Projeto São Pedro relata:

A gente começou a perceber que quando a gente terminava o reassentamento, terminava obras de um bairro, as pessoas estavam vendendo aquilo, e subindo o morro, e aí é preocupante, não que os morros não tivessem ocupação, mas ia aumentar muito, e as ocupações no morro iam ter um risco absurdo, principalmente pela formação geológica do maciço, que é rocha sedimentar, você tem um monte de matacão solto, poderia ser uma desgraça só. (JOSÉ CARLOS LOUREIRO, 2021, Arquiteto Urbanista, técnico da PMV)

Além da possibilidade de vender a seu terreno, havia também a incompatibilidade do rendimento das famílias reassentadas com os novos custos decorrentes da urbanização e incorporação à “cidade legal”, principalmente as cobranças de IPTU,

---

<sup>117</sup> Em uma síntese das referências indicadas, a GSP passa a ter em 1990 lotes de igual preço ou superior aos do Parque Moscoso; em 1991 terrenos de 360 m<sup>2</sup> em SP II eram vendidos por 2 mi Cr\$; casas de madeira com dois quartos compradas em 1989 por NCz\$ 10 mil eram vendidas dois anos depois por Cr\$ 850 mil; no mesmo ano barraco em São Pedro III - 700 mil Cr\$.; Lote de 330m<sup>2</sup> por Cr\$700mi em 1993;

tarifas de luz e de água, uma das alternativas, como relata a liderança de SP I em 1994, era ir para “São Pedro IV, onde podem fazer ligações elétricas clandestinas e não há infraestrutura” (GRANDE..., 1994).

Identificamos em nosso trabalho de campo alguns desses moradores que saíram de outros bairros da GSP no início dos anos 1990, ou que só encontraram lugar no bairro devido ao custo de vida. Esse é o caso de D. M., trabalhador da construção civil e portuário oriundo do sul da Bahia, que passou pelos bairros de São Pedro I e de Resistência até que em 1993 se muda para o bairro de Santos Reis para sair do aluguel.

Lá (em Resistência) pagava aluguel. Aí comprei um terreninho ali (no Santos Reis), fiz uma casinha para mim a trancos e barrancos, os outros ajudando a carregar. (...) A minha casa eu fiz só para eu morar mesmo, eu e a mulher, para sair do aluguel. Rapaz, eu vou te falar, o bairro era... antigamente o bairro aqui era muito precarizinho a situação das pessoas, dos moradores, era muito barraco de tábuas. Aí foi evoluindo, um vendia, porque não aguentava a pressão, vendia para um, o cara ia lá e botava umas lajotinhas. (D. M., 56 anos - Entrevista)

Em caso similar, R. (nascida em MG - 48 anos) atual presidente da associação, se mudou em 1990 para Santos Reis, depois de viver por 5 anos em São Pedro I, vendendo sua casa. Outro é V. O., nascido em Itapebi, sul da Bahia e veio para Vitória buscando trabalho, passando primeiro por Paul (Vila Velha) e depois para São Pedro I, se muda para Santos Reis em 1991, onde foi possível se estabelecer e lembra ter encontrado muitos barracos. Outra foi A.M. que tinha parentes morando em SP I (e que hoje alugam imóveis), entretanto, só encontrou lugar compatível com o rendimento em Santos Reis, relatando que a vida nos bairros “la embaixo” é mais cara”.

A partir do processo acima identificado, entendemos que Santos Reis, no início da década de 1990 passa a se tornar um tipo de desaguadouro para aqueles entre os mais pobres da região, que não conseguiam mais se fixar nas áreas de aterro. Isso reforça a dinâmica verificada entre os primeiros moradores identificados de serem oriundos de outras ocupações e favelas, migrando por motivos de despejo, custo de vida ou possibilidade de acesso à terra.<sup>118</sup> Entre os principais motivos está a valorização da terra, passando a ser inviável para aqueles trabalhadores pobres e desempregados alugar ou comprar uma casa ou lote em bairros como São Pedro I e

---

<sup>118</sup> Tratamos desse aspecto no capítulo 3.2.

até em Resistência. Outro motivo é a relação estrutural da vida desses moradores com a informalidade, como forma de acesso à terra, luz e água, sem estar inserido em áreas de maior regulação estatal e, conseqüentemente, cobrança de impostos e tarifas pelo acesso à infraestrutura.

Isso demonstra a complexidade do processo de urbanização e da questão da reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente. Ao mesmo tempo em que os baixos padrões de infraestrutura urbana e ausência bens de consumo coletivo intensificam a condição de exploração da força de trabalho, na já discutida espoliação urbana, verificamos a existência de uma camada de trabalhadores que justamente pelo padrão de superexploração da força de trabalho e do desemprego estrutural encontram incompatibilidades com a vida na cidade formal e urbanizada. Compreendemos, a partir do processo analisado, a necessidade de se tratar os projetos de urbanização de favelas, ou aglomerados subnormais, para além das obras de infraestrutura, tratando das particularidades das famílias, criando estratégias de permanência dos moradores, e para além disso, criar novas formas de acesso à moradia e à terra que não sejam a da propriedade privada, que se insere na lógica de mercado.

#### **Notas conclusivas:**

O bairro de Santos Reis, como foi possível analisar neste capítulo, se forma no processo de ocupações da Grande São Pedro (GSP), de onde recebe seu primeiro nome (São Pedro IV). Em um intenso movimento migratório do campo e pequenas cidades do ES e estados vizinhos para Vitória e Região. Tal processo demográfico é estimulado pela articulação entre a industrialização de Vitória e a reestruturação fundiária e produtiva no interior do Estado que atualizam a sua condição dependente no sistema capitalista, como exportador de produtos primários de baixa complexidade produtiva. Santos Reis foi mais um dos bairros da Grande São Pedro que recebeu esses trabalhadores que buscavam oportunidades de emprego. Investigamos o perfil dos primeiros moradores, caracterizados por serem trabalhadores pobres, inseridos no mercado de trabalho de diferentes formas, parte inserida no mercado formal de baixa qualificação, como em atividades fabris, na construção civil e limpeza, outra parte em atividades informais e de baixo rendimento, como a coleta de lixo, comércio informal, entre outros. O desemprego é recorrente no relato dos moradores.

Sobre a produção social do espaço e construção da casa nos anos iniciais do bairro que se caracterizou por ser um território autoconstruído. Onde a divisão da terra era realizada pelos moradores sem regulação estatal, as instalações elétricas eram clandestinas, escadas eram construídas em mutirões, equipamentos comunitários eram promovidos pelos próprios moradores organizados pela Igreja e casas eram autoconstruídas pelos seus residentes contando as vezes com a ajuda de vizinhos, não havendo trabalho assalariado para a construção da casa. Soma-se a esse processo de produção do bairro a intervenção estatal em obras de infraestrutura urbana no bairro e região. Também verificamos e analisamos formas embrionárias de mercantilização da terra e da moradia em Santos Reis desde seus primeiros momentos.

A FSE de Santos Reis, marcada pela produção do território nessas condições, convém reforçar, está diretamente relacionada com o padrão de superexploração da força de trabalho ao promover o já tratado processo de espoliação urbana, que de forma sintética é compreendido como um conjunto de extorsões sobre o trabalhador para além dos seus locais de trabalho, havendo necessidade de sobretrabalho para a promoção das condições de vida resultando no rebaixamento salarial. Portanto, diretamente relacionado com o processo de industrialização de baixos salários analisado no capítulo 2.

Por último, verificamos que as ações do Estado na urbanização da GSP geraram um processo de valorização do solo urbano, atraindo novas dinâmicas imobiliárias e, como consequência, o início do processo de gentrificação dos bairros de aterro, levando a ocupação dos morros da GSP e migração para outras regiões da RMGV. Nesse processo, Santos Reis, que desde o seu início foi ocupado por migrantes de outras ocupações e favelas tem a intensificação do seu papel de desaguadouro para as camadas mais pauperizadas de trabalhadores pobres e desempregados, que encontram incompatibilidade entre suas rendas e os aluguéis e taxas da cidade legal, resultando em um retorno à cidade informal na ausência de infraestrutura urbana, onde instalações clandestinas eram possíveis e taxas não eram cobradas.

## 4 – TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS:

Para contextualização, é fundamental demarcar que o período histórico em que o último capítulo se encerra, a década de 1990, é o da crise do bloco socialista e colapso das experiências do leste, principalmente da União Soviética, com impactos nas demais nações alinhadas ao projeto. Nesse sentido, há uma hegemonia do liberalismo econômico e a ideia de *fim da história* e de que *não há alternativa* ao capitalismo<sup>119</sup>, influenciando inclusive partidos, movimentos sindicais, movimentos populares e intelectuais.

Compreendemos, por conta disso, um conflito entre as demandas sociais vindas das mobilizações pela redemocratização do Brasil e por direitos sociais, em contraposição ao impulso neoliberal<sup>120</sup>, do aprofundamento da internacionalização da economia e redução do papel do Estado às garantias da reprodução do capital. Essa contradição que marca o início da Nova República tem como consequência as privatizações na década de 1990, incluindo a Companhia Vale do Rio Doce que possui instalações em Vitória e se insere nos Grandes Projetos<sup>121</sup>, e precede o ciclo de governos democrático-populares nas primeiras décadas do século XX, onde boa parte dos processos analisados neste capítulo se inserem.

Analisaremos neste capítulo as condições atuais do bairro, buscando compreender o que permanece do processo inicial de ocupação, verificado e estudado no capítulo anterior, e buscando identificar novas dinâmicas e tendências que transformam o território atualmente. Serão caracterizados o perfil socioeconômico do bairro; as condições atuais de infraestrutura; formas e dinâmicas atuais que determinam a construção da casa e do território; atividades econômicas; buscando articular os elementos anteriores com o papel do Estado e as novas formas de trabalho precário. Pretendemos dessa maneira verificar se a autoconstrução e a informalidade se mantêm vigentes no território e refletir sobre os sentidos que esses fenômenos

---

<sup>119</sup> A primeira expressão em itálico é uma referência a Francis Fukuyama e a segunda se refere ao slogan “There is no alternative”, ou TINA, de Margareth Thatcher.

<sup>120</sup> Entendemos Neoliberalismo como forma do modo de produção capitalista do final do século XX, caracterizado pelo desmonte do Estado de bem-estar social, transformação de direitos em mercadoria, flexibilização e redução das leis trabalhistas e uma tendência à limitação do Estado ao papel de criação da condição da reprodução ampliada do capital. Destacamos que essa é uma forma de ser do capitalismo, agudizando contradições, mas não uma exceção ao Capital.

<sup>121</sup> Tratado no segundo Capítulo 2

assumem na atualidade, frente as novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas, que transformam a lógica da dependência econômica da FSE brasileira.

#### 4.1 Perfil social e econômico da população atual

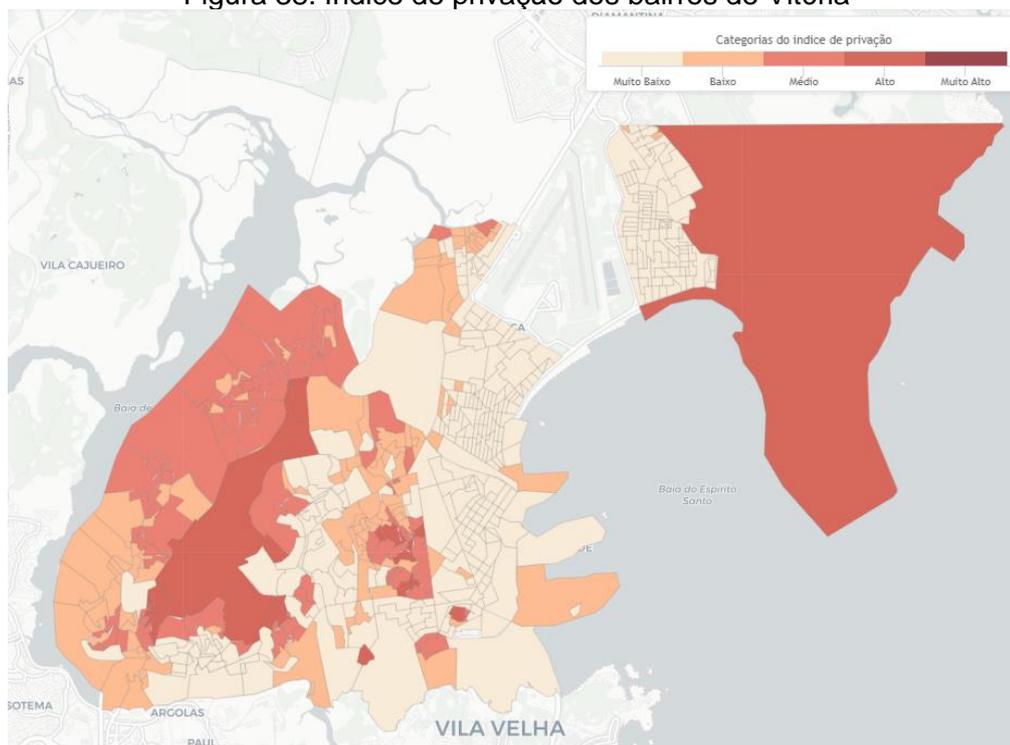
Santos Reis possui em seu território 318 domicílios, sendo a sua maior parte (209 unidades) composta por núcleos familiares que têm em média 3,39 moradores (ver Tabela 9), demonstrando um perfil distinto das famílias numerosas registradas nos primeiros anos.

Tabela 9: - Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares segundo a espécie de unidade doméstica em Santos Reis

ESPÉCIE DE UNIDADE DOMÉSTICA					
	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	Total
Domicílios	43	209	64	2	<b>318</b>
Moradores em domicílios	43	709	283	14	<b>1.049</b>
Média de moradores	1,00	3,39	4,42	7,00	<b>3,30</b>

Fonte: IBGE (2010) / SEGES/PMV (2013)

Figura 38: Índice de privação dos bairros de Vitória



Fonte: IBP/FIOCRUZ, 2020.

Na atual divisão administrativa do município de Vitória, Santos Reis compõe a Região Administrativa 7 ao lado de outros 9 bairros, abrangendo a região da Grande São Pedro (GSP). Essa é a região administrativa com menor renda per capita média (R\$ 508,84) do município (PMV, 2015), com uma população de 33.746 habitantes, representando pouco mais que 10% da população da capital (IBGE, 2010).

Verificamos, dessa forma, a manutenção da GSP como região de baixa renda em escala municipal, que junto aos bairros do maciço central concentram os piores índices de privação<sup>122</sup> (Figura 38), demonstrando a segregação socioespacial entre a área litorânea ao leste, de menor privação e concentração de bairros de classe média, e os bairros que passaram pelo estudado processo de ocupação informal da terra e autoconstrução do território, no maciço central e orla noroeste.

Entre os bairros que compõem a GSP, Santos Reis tem o segundo menor rendimento médio por domicílio com R\$1.228,07, tendo seu vizinho Comdusa com o menor. No tipo de domicílio “casa”, com R\$1.195,82, tipo majoritário na região (ver Tabela 10).

Tabela 10: Rendimento médio por tipo de domicílio dos bairros da GSP<sup>123</sup>

BAIRRO	RENDIMENTO MÉDIO POR TIPO DE DOMICÍLIO (R\$)				TOTAL (R\$)
	CASA	CASA DE VILA / CONDOM.	APARTAM.	CORTIÇO	
<b>COMDUSA</b>	984,83	1.188,33	900,00	-	<b>986,69</b>
<b>SANTOS REIS</b>	1.195,82	-	1.928,29	-	<b>1.228,07</b>
<b>N. PALESTINA</b>	1.324,22	2.151,79	1.863,9	1.310,00	<b>1.366,08</b>
<b>RESISTÊNCIA</b>	1.347,96	18.000,00	2.014,06	880,00	<b>1.377,74</b>
<b>I. CAIEIRAS</b>	1.387,59	823,67	-	710,00	<b>1.381,87</b>
<b>REDENÇÃO</b>	1.388,74	1.820,00	1.513,15	1.197,60	<b>1.391,26</b>
<b>SANTO ANDRÉ</b>	1.471,87	1.235,48	1.437,30	510,00	<b>1.462,43</b>
<b>SÃO JOSÉ</b>	1.472,03	-	1.806,30	1.110,00	<b>1.480,45</b>
<b>CONQUISTA</b>	1.481,08	-	3.297,00	738,50	<b>1.544,76</b>
<b>SÃO PEDRO</b>	1.587,31	-	1.864,68	-	<b>1.592,32</b>

IBGE (2010)

O salário-mínimo em 2010, estabelecido pela MP 474/2009, era de R\$510,00, portanto, o rendimento médio em Santos Reis era de aproximadamente 2,4 salários-mínimos em 2010. Entretanto, a pesquisa do DIEESE (2010) sobre o salário mínimo necessário indicou naquele ano a necessidade de se ajustar o salário mínimo para 1.987,26 em janeiro e 2.227,53 em dezembro, para que uma família tenha o consumo básico necessário. Considerando o salário mínimo necessário, o bairro de Santos Reis tem rendimento médio correspondente a 55-60% do necessário. Dessa forma, notamos a manutenção de um dos aspectos que constituem a superexploração da

<sup>122</sup> Índice que leva em consideração o percentual de domicílios com renda per capita inferior à meio salário-mínimo, de pessoas analfabetas com idade superior à sete anos, e saneamento básico, coleta de lixo e banheiro. Há uma autocritica dos elaboradores do índice que devem ser considerada, os indicadores escolhidos são insuficientes, não considerando emprego, criminalidade, saúde, educação e acesso à serviços públicos, entre outros aspectos. Dessa forma, o indicador ao mesmo tempo que demonstra diferenças socioespaciais, não representa de forma precisa o grau de privação da população.

<sup>123</sup> Tentamos de diversas formas atualizar os dados, entretanto, durante a pesquisa publicação do novo censo demográfico do IBGE. As pesquisas mais recentes do instituto que tratam de dados socioeconômicos por domicílio (PNAD), não tem por finalidade desenvolver um perfil de cada setor censitário.

força de trabalho, categoria central para se compreender a dinâmica do capitalismo dependente, isso é, a redução do consumo do trabalhador para além do mínimo necessário para a reprodução da sua força de trabalho, sendo uma forma de aumentar o tempo de trabalho excedente<sup>124</sup>.

Entre os 318 domicílios do bairro, 57,62% têm rendimento mensal igual ou menor que dois salários mínimos (Tabela 11). Nota-se também a presença da tipologia “apartamento” entre os domicílios, e uma pequena parcela dos moradores com faixa de renda a 7,86%, que apesar de minoritários demonstram uma diferenciação interna nos indicadores. Entre os habitantes do bairro há predominância entre os não-brancos (77,69%), com 59,10% da população se autodeclarando parda e 18,59% preta (Tabela 11). Nota-se há 7,23% dos residentes não alfabetizados, sendo a população preta a de menor taxa de alfabetização (90,11%).

Tabela 11: - Domicílios particulares permanentes, segundo classes de rendimento nominal mensal domiciliar no bairro Santos Reis, Vitória (ES) - 2010

Rendimento nominal mensal domiciliar	Domicílios	% dos domicílios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo classes de rendimento nominal mensal				
			Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Até 1/2 salário mínimo	7	2,20	14	8	-	23	-
Mais de 1/2 a 1 s. m.	70	22,01	43	54	-	143	1
Mais de 1 a 2 s. m.	95	29,87	59	28	1	109	1
Mais de 2 a 5 s. m.	107	33,65	15	10	1	26	-
Mais de 5 a 10 s. m.	21	6,60	4	3	-	1	-
Mais de 10 a 20 s. m.	4	1,26	1	-	-	-	-
Mais de 20 s. m.	-	-	-	-	-	-	-
Sem rendimento	14	4,40	58	62	1	199	-
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>100,0</b>	<b>194</b>	<b>165</b>	<b>3</b>	<b>501</b>	<b>2</b>

\*Salário mínimo utilizado – R\$ 510,00

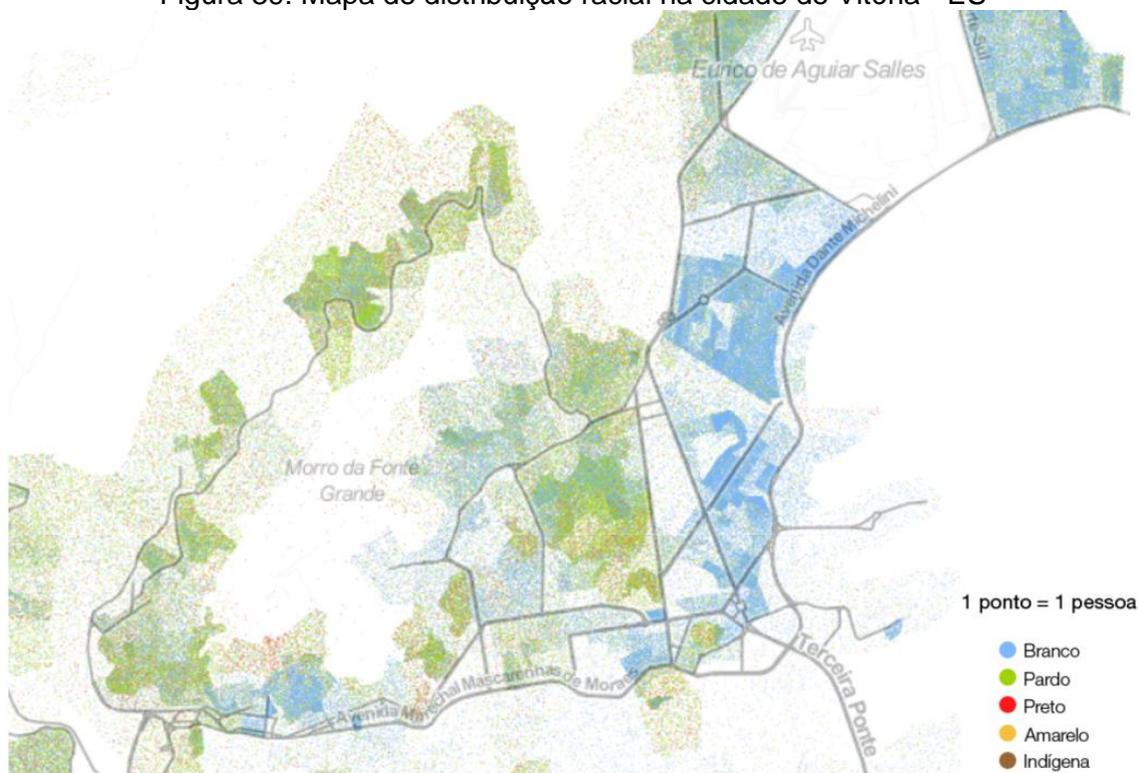
\*\*Categoria “Sem rendimento” inclui os domicílios com rendimento mensal domiciliar somente em benefícios IBGE (2010) / PMV (2013)

A questão racial se expressa também nos indicadores de renda média familiar, tendo a população parda e negra com o maior número de habitantes entre as menores faixas de renda (Tabela 12). Essa é mais uma dimensão da segregação socioespacial de Vitória que se torna evidente ao comparar o mapa de distribuição racial (Figura 39) e o anterior, havendo uma clara distinção entre as áreas da cidade e uma sobreposição entre as áreas com piores indicadores e a predominância de pretos e pardos, expressando o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) da sociedade brasileira, entendido como elemento que sustenta a sociedade brasileira contemporânea em sua

<sup>124</sup> Ver capítulo 2.2.

totalidade, que atualiza a opressão racial nos marcos da sociedade capitalista atual, mantendo condições sociais desiguais entre negros e brancos.

Figura 39: Mapa de distribuição racial na cidade de Vitória - ES



Fonte: IBGE (2010) / Pata (2015)

Tabela 12: População residente, segundo cor ou raça no bairro de Santos Reis

Cor ou raça	Residentes		Alfabetização	
	Quant.	%	Alfabetizadas (%)	Não alfabetizadas
Branca	229	21,83	93,30	6,70
Preta	195	18,59	90,11	9,89
Amarela	3	0,29	100	-
Parda	620	59,10	93,37	6,63
Indígena	2	0,19	100	-
<b>Total</b>	<b>1.049</b>	<b>100,0</b>	<b>92,77</b>	<b>7,23</b>

Fonte: IBGE (2010) / SEGES/PMV (2013)

Sobre educação, para além de alfabetização, não encontramos dados sobre escolaridade em nenhum documento da PMV analisado (PMV, 2013; PMV, 2021; PMV, 2021b; PMV, 2021c; BAOBÁ, 2017) e o IBGE não disponibilizou em sua base de dados do último Censo informações sobre grau de escolaridade, apenas por mesorregiões, as microrregiões e os municípios<sup>125</sup>, impossibilitando compreender o perfil dos moradores de Santos Reis e estabelecer comparações com outros bairros da GSP e do município.

<sup>125</sup> Há um censo escolar realizado com periodicidade anual, entretanto, não trata de escolaridade da população por setor censitário, focando no levantamento de matrículas, escolas, docentes, etc. (IBGE, 2020b)

Em relação ao sexo da população residente (Tabela 13) há uma predominância de mulheres (53,96%), se mantendo dessa forma em todos os grupos etários, com maior diferença em relação aos homens na idade mais avançada, acima dos 65 anos, e na juventude. O grupo etário predominante é o de crianças e jovens, com 47,09% da população entre 0 e 24 anos. Destacamos a baixa participação de idosos entre os habitantes do bairro, com apenas 3,34% da população acima de 65 anos.

Tabela 13: População residente por sexo e grupo de idade no bairro Santos Reis

Grupo de idade	Total	%	Homens	Mulheres	Proporção da população (%)	
					Homens	Mulheres
0 a 10 anos	308	29,36	149	159	48,38	51,69
15 a 24 anos	186	17,73	75	111	40,32	59,68
25 a 64 anos	520	49,57	245	275	47,12	53,88
Acima de 65	35	3,34	14	21	40,00	60,00
<b>Total</b>	<b>1.049</b>	<b>100,0</b>	<b>483</b>	<b>566</b>	<b>46,04</b>	<b>53,96</b>

Fonte: IBGE (2010) / SEGES/PMV (2013)

Sobre a questão da violência, a GSP é uma das áreas de concentração de homicídios dolosos da RMGV, tipo de crime que se concentra nas regiões de menor renda e indicadores sociais em contraste com os crimes contra o patrimônio, que se concentram em bairros de renda mais elevadas e áreas de concentração de atividades comerciais (LIRA, 2014).

Tabela 14: Atendimento à vítima de violência por Região Administrativa (2007- 2012)

Regional	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL / REG.
1 - Centro	62	193	116	138	83	105	34	731
2 - Anto Antônio	93	294	192	326	173	228	137	1443
3 - Bento Ferreira	72	227	169	275	168	256	136	1303
4 - Maruípe	118	370	564	690	468	501	379	3090
5 - Praia do Canto	15	48	109	87	32	49	8	348
6 - Continental	73	229	151	221	143	174	54	1045
7 - São Pedro	136	427	336	507	277	413	220	2316
8 - Jardim Camburi	19	59	93	80	55	50	47	403
Outros	24	74	117	169	112	64	225	785
N. D.	25	80	75	80	211	77	188	736
<b>TOTAL POR ANO</b>	<b>637</b>	<b>2001</b>	<b>1922</b>	<b>2573</b>	<b>1722</b>	<b>1917</b>	<b>1428</b>	

Fonte: PMV, 2013

No mesmo sentido, o registro de atendimentos à vítimas de violência por Região Administrativa de Vitória entre os anos 2007 e 2012 (Tabela 14) demonstram que a GSP concentra o segundo maior número de ocorrências de Vitória, sendo nos anos de 2006 e 2007 a regional com o maior número de atendimentos.

É de conhecimento geral entre os moradores do bairro a existência do tráfico de drogas, enquanto, parte relata não existir no bairro a gestão do território pela força do

narcotráfico e que não costuma ocorrer conflitos com policiais ou outros grupos rivais, há o relato de uma jovem que aponta no sentido oposto, trazendo um elemento para reflexão sobre a relação possível entre violência e a baixa presença de homens de 15 a 24 anos no bairro<sup>126</sup>:

Os jovens aqui são poucos, da minha infância, do momento que vivi há muitos anos, a maioria foi embora, e os que ficaram, seguiram outro caminho. Alguns encontram na rua, outros não moram aqui, outros morreram, questão de violência. (R.C., 23 anos, nascida no bairro – Entrevista)

Dessa forma, compreendemos que a GSP, mesmo com os esforços em políticas públicas, parte identificada no capítulo anterior e outra parte a ser apresentada ainda neste capítulo, segue sendo uma das regiões com piores indicadores sociais, com destaque para violência e menores renda. E entre os bairros da regional, Santos Reis apresenta a segunda menor renda e baixa expectativa de vida.

Por último, fazemos uma breve observação sobre o perfil dos moradores, que não deve ser compreendido somente como de migrantes de regiões rurais e de cidades do interior, uma vez que já se passaram mais de quarenta anos desde o início do bairro. Tivemos contato com moradores que estão desde a infância ou que nasceram no bairro, que passaram toda a vida em meio urbano. Hábitos, vestimentas, vocabulário, padrões de consumo, perspectivas e inserção no mercado de trabalho, relações em famílias menos numerosas, entre tantos outros elementos devem ser analisados não somente pela lógica do migrante (já que alguns permanecem no bairro), mas devem incorporar esses jovens, adultos e crianças urbanos.

#### Novas e velhas formas de trabalho:

Caracterizamos anteriormente os tipos de trabalho dos primeiros moradores de Santos Reis, principalmente nos dez primeiros anos do bairro, quando ainda era mais conhecido como São Pedro IV. Entre eles estavam trabalhadores da construção civil, trabalhadoras domésticas, cozinheiras, merendeiras, trabalhadores da limpeza pública, costureiras e operários. Trabalhos que em geral são de atividade manual e de pouca capacitação técnica, inseridos em setores com baixa mecanização e tecnologia. Atualizamos o perfil dos moradores com base na sistematização das informações de onze dos atuais moradores (ver Tabela 15), incluindo dados sobre

---

<sup>126</sup> Vide tabela 12.

seus familiares e relatos sobre seus vizinhos mais próximos (no sentido do relacionamento interpessoal, não espacial).

Tabela 15: Sistematização das informações sobre trabalho e renda dos entrevistados<sup>127</sup>

Morador	Ocupação		Renda familiar	Outras infos.
	Própria	Familiares residentes		
<b>L.M.</b> Divorciada 57 anos	<b>Atual:</b> Desempregada	Sobrinho (5 anos)	auxílio emerg. <sup>128</sup>	-
	<b>Anterior:</b> Costureira (fábrica)			
<b>J.M.</b> Viúvo 68 anos	<b>Atual:</b> Construtor (região serrana do ES - informal)	-	Até 1 s.m. <sup>129</sup>	Possui bar em sua propriedade, administrado pela neta.
	<b>Anteriores:</b> Trabalhador rural; marmoreiro; pedreiro			
<b>D.M.</b> Casado 58 anos	<b>Atual:</b> Aposentado	Esposa: desempregada. Filho (23 anos): estoquista Filha (11 anos): estudante	3 a 4 s.m.	Aposentadoria por invalidez; Filho é estoquista no Sam's Club
	<b>Anteriores:</b> Trabalhador portuário; pedreiro; carpinteiro (construção civil)			
<b>R.</b> Solteira 45 anos	<b>Atual:</b> Comerciante (autônoma / informal)	Filha (20 anos): Panfletagem; Neto (2 anos)	Até 1 s.m.	Aluga um apartamento em seu imóvel. Outros 3 filhos: eletricista, mecânico e trabalhador rural
	<b>Anteriores:</b> Segurança patrimonial			
<b>V.O.</b> Casado 45 anos	<b>Atual:</b> Vigilante (CLT)	Esposa: vigilante; Filha 1: caixa; Filha 2: desempregada.	Até 3,5 s.m.	-
<b>A.M.</b> Solteira 40 anos	<b>Atual:</b> Aux. de serviços gerais / Limpeza (CLT/Terceirizada)	Filho: Estudante (17 anos)	1 a 2 s.m.	
	<b>Anteriores:</b> Serviços gerais			
<b>J. C.</b> Divorciada 59 anos	<b>Atual:</b> Merendeira (CLT) - PMV	Filha: Aux. Administrativo (24 anos); Filho: Estoquista (24 anos)	2 a 3 s.m.	
	<b>Anteriores:</b> Aux. de serviços gerais; Lavadora (informal); Merendeira (PMV); Cozinheira (RU – UFES / Terceirizada)			
<b>R. C.</b> Solteira 24 anos	<b>Atual:</b> Auxiliar administrativo (CLT)	Ver J.C.	2 a 3 s.m.	
	<b>Anteriores:</b> Operadora de Telemarketing			
<b>S. O.</b> Casada 37 anos	<b>Atual:</b> Marketing digital (autônoma/informal)	Marido: Auxiliar Contábil Filhos: estudantes (ens. básico)	2 a 3 s.m.	Possui curso superior (adm.); marido ensino médio.
	<b>Anteriores:</b> Vendedora (Shopping)			
<b>S. N.</b> Divorciada 73 anos	<b>Atual:</b> Aposentada	Mora com O. N. (filho)	Até 3,5 s.m.	Tem outros 4 filhos. Moram no bairro; trabalho: segurança e aux. administr.
	<b>Anteriores:</b>			
<b>O. N.</b> Casado 48 anos	<b>Atual:</b> Marinheiro (CLT)	Ver S. N.		Pai de duas filhas
	<b>Anteriores:</b> Frete; Vendedor em feira			

Fonte: Do autor, baseado em entrevistas.

A tabela acima demonstra a manutenção dos trabalhos realizados entre os primeiros moradores, sobretudo entre os de maior idade, conservando características similares

<sup>127</sup> Salário mínimo adotado na quantia de R\$ 1.212,00 de acordo com a Medida Provisória nº 1.091/2021

<sup>128</sup> O auxílio emergencial é um programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias com renda familiar mensal de até meio salário mínimo realizado durante a pandemia da COVID-19.

<sup>129</sup> Abreviação para "salário mínimo".

de ocupação ao longo dos anos, como o caso de J. C. (merendeira) e J. M. (construtor). Moradores que não figuravam entre os primeiros moradores, na faixa dos 40 anos, também repetem o perfil de ocupação, como V. O., sua esposa e R. (vigilantes), assim como A. M. (limpeza).

O perfil entre jovens e adultos com menos de 40 anos muda bastante, havendo bacharel em administração com atuação no marketing digital, trabalhadora de telemarketing, auxiliares de serviços administrativos e trabalhadores do setor atacadista e varejista, como estoquistas, caixas e vendedores, havendo inclusive um trabalhador do Sam's Club, rede atacadista internacional vinculado ao Walmart.

Demonstrando as transformações no perfil, o morador lista as profissões de seus vizinhos do bairro:

Hoje é bem diversificado, no quesito profissões, (...) você tem várias pessoas na comunidade, conheço pessoas formadas aqui na comunidade, questão de formação acadêmica essas coisas, profissão são diversas, eu particularmente conheço policial, bombeiro, estivador, conheço pessoal que trabalha com limpeza pública, que trabalham em casa de família, que em geral, conheço várias pessoas com N profissões que moram até hoje na comunidade. Foram chegando, foram se localizando na comunidade. Pessoas que trabalham em supermercados, na feira, fazendo frete em feira, eu fui um que fiz muito frete em feira, trabalhei em banca de feira, ajudando a vender alguma coisa. (O. N., 48 anos – Entrevista)

Também identificamos em trabalhos de campo e na fala de outros moradores as seguintes profissões: limpeza pública; professor de educação física; mecânico, eletricitista. Somam-se a esses trabalhos os já identificados pequenos comerciantes autônomos e informais do bairro. É possível verificar na mesma tabela que o desemprego é algo recorrente (L. M., filha de V.O., esposa de D.M., neta de J.M.), que se soma aos diversos jovens que esporadicamente carregam materiais de construção.

Quanto a renda familiar, não chegam a 4 salários mínimos, sendo a maioria dos casos menor que 3 salários mínimos. Nota-se que mesmo entre trabalhadores formais, há uma tendência de baixos salários, como é o caso da família de J. C., que conta com o salário dela e de dois filhos, todos formais, entretanto, não chegam a 3 salários mínimos somados. Para referência, as informações foram coletadas durante o ano de 2021, quando o salário nominal era de R\$1.100,00 e o salário mínimo necessário oscilou entre R\$5.315,74 e R\$5.969,17 (DIEESE). Mesmo nos dois casos em que a

renda domiciliar se aproxima dos 3,5 salários mínimos (R\$3.850,00) passa distante do mínimo necessário.

O trabalho informal, como veremos adiante, ainda está presente nas formas de comércio e serviço informal, como no caso dos construtores e carregadores e demais atividades de produção e comercialização em ambiente doméstico. Destacamos a existência trabalhadores que prestam serviços de forma autônoma e informal, sendo um construtor e uma trabalhadora do marketing digital. Sobre o segundo caso demonstra a presença da informalidade mesmo em caso de maior qualificação técnica. Sobre a informalidade um morador comenta:

É um trabalho mais como se fosse um freelancer, um bico, não tem vínculo empregatício da coisa, a pessoa está na atual crise que estamos passando, está se apertando do jeito que pode. “Surgiu um bico, vou fazer”, é o sustento para a família. Cai um pouquinho, mas está entrando o arroz, o feijão, entendeu? Então, não digo que é um trabalho de carteira assinada. Muitos não têm carteira assinada, mas não deixam parar, estão se virando. (O. N., 48 anos, morador do bairro desde 1982 – Entrevista).

Registramos os trabalhos inseridos nas novas tecnologias de informação e comunicação, como o telemarketing (R.C.), marketing digital (S. O.) e formas de trabalho em aplicativos de transporte e de entregas, da chamada *uberização*, registradas nas falas de O.N. e de R. C., a mais jovem entrevistada:

Tem uns colegas que trabalham com iFood. Uma pessoa que trabalha com iFood, que é um jovem também que participou no projeto (Cieduca), só que ficou pouco tempo e se dispersou, mas é um jovem que trabalha com iFood. (R. C., 23 anos, nasceu no bairro – Entrevista)

Para além da amostra dos moradores entrevistados, é necessário ressaltar as transformações vividas pelo mundo do trabalho, que se expressam nas novas formas de trabalho verificadas.

Desde 2008, com a eclosão da nova fase da crise estrutural do capital, assistimos à expansão significativa do processo de *precarização estrutural do trabalho*. Essa tendência se desenhava desde princípios da década de 1970, quando deslançou o processo de reestruturação produtiva do capital em escala global. (ANTUNES, 2018, p. 56).

Como consequência, há o aumento da flexibilização, jornadas de trabalho mais extensas, redução salarial, trabalho intermitente, falta de seguridade social e enfraquecimento da legislação trabalhista.

Nesses novos arranjos na DIT, com a crescente concentração de atividades industriais na China, há uma inflexão na industrialização brasileira, em um contexto inverso ao momento de formação inicial do bairro. Vitória mantém a vocação portuária voltada para a atividade de exportação de commodities, entretanto, aumenta de forma cada vez mais marcante o setor de serviços.

Nesse sentido

o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor. O mito de que “a sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. A contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços. (ANTUNES, 2018, p. 33)

Verificamos entre os moradores do bairro justamente um número elevado de trabalhadores assalariados no setor de serviços, entretanto, a formalização do trabalho não significa para esses trabalhadores a segurança que outrora a carteira assinada representava, recebem salários baixos e convivem com uma infinidade de inseguranças. O trabalho informal, que não representa necessariamente a precariedade (ANTUNES, 2018), configura entre os menores rendimentos.

Quanto aos desempregados, retomamos, é parte fundamental da superexploração da força de trabalho pela já discutida formação do exército industrial de reserva, tendo papel fundamental para a forma atual da dependência que se transforma devido às novas tecnologias, dessa maneira:

Aumenta a importância do trabalhador como fonte de ganhos extraordinários, já que a tendência homogeneizante das tecnologias não necessariamente se traduz em redução das diferenças salariais representando papel destacado a superexploração do trabalho, a qual está associada, no entanto, ao crescente nível de desemprego que essas mesmas tecnologias produzem. (AMARAL, 2012, p. 133)

Amaral (2012), a partir da obra de Marini (1995), ainda complementa que apesar da superexploração da força de trabalho não ser mais o elemento central e distintivo da dependência (residindo, entre outros elementos, na esfera do desenvolvimento tecnológico e científico) a superexploração segue sendo um de seus elementos constituintes e é mais presente do que nunca, reincorporando formas arcaicas de trabalho.

## 4.2 Política Urbana e Habitacional

Atualmente, todos os bairros da Grande São Pedro, incluindo Santos Reis, seguem caracterizados pelo IBGE como aglomerados subnormais em seu estudo mais recente sobre o tema (IBGE, 2020; 2019)<sup>130</sup>, demonstrando que apesar das intervenções do Poder Público Municipal na região, já apresentadas anteriormente (Promorar, Projeto São Pedro e ações pontuais) e da política urbana desenvolvida nas últimas duas décadas, que apresentaremos em seguida, o bairro segue marcado por fragilidades e demandas não atendidas. Os aglomerados subnormais são definidos pelo IBGE como

formas de ocupação irregular em áreas urbanas, para fins de habitação, de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados). Em geral, são caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição a ocupação. Em alguns Municípios, são conhecidos como favelas, comunidades, grotas, palafitas, invasões, ressacas e outras nomenclaturas. (IBGE, 2020, p. 3).

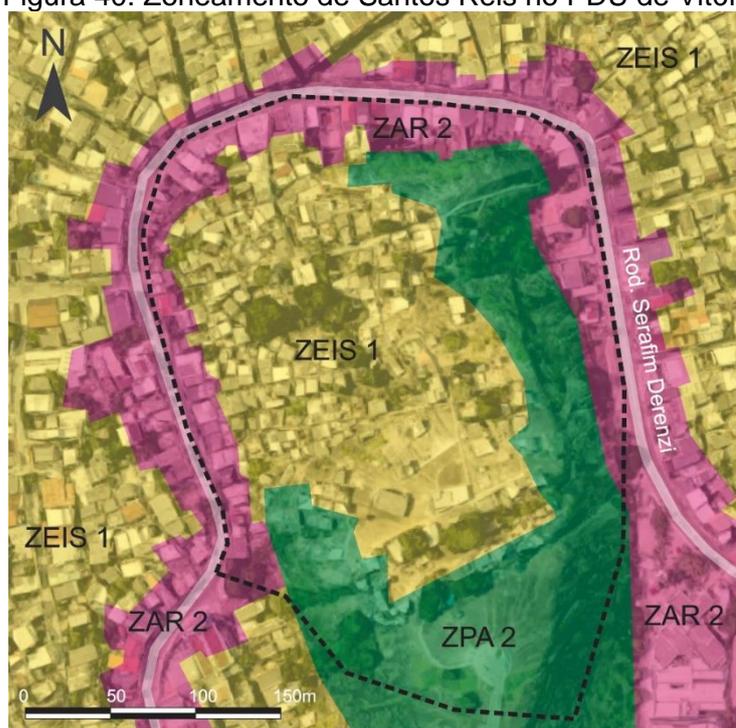
Pela mesma caracterização, a maior parte de Santos Reis é definida como Zona Especial de Interesse Social 2 (ZEIS-2) no zoneamento do Plano Diretor Urbano – PDU (PMV, 2018), seguindo a tendência dos planos diretores anteriores (Figura 40).

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento da política urbana, sendo responsabilidade dos municípios pelo princípio da descentralização da gestão e exercício do poder local, marcas da elaboração da Constituição Federal de 1988. obrigatório desde 2001, com o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), para municípios com mais de vinte mil habitantes devendo ser revisto a cada dez anos. É uma das principais formas de atuação do Estado sobre o urbano, tendo papel na regulação do uso do solo e na orientação da política urbana de forma articulada com política econômica, turística, patrimonial, ambiental, social, entre outros. Em Vitória, se chama PDU por ter seu território totalmente inserido em perímetro urbano, tendo sua primeira versão em Vitória no ano de 1984, no contexto do processo de redemocratização e das consequências sociais, ambientais e econômicas de um Brasil intensamente urbanizado.

---

<sup>130</sup> Em nota técnica nos trabalhos citados, há a informação de que este é um trabalho de preparação para o Censo de 2020 que parte do censo anterior, atualizando com informações disponíveis.

Figura 40: Zoneamento de Santos Reis no PDU de Vitória



Fonte: PMV (2018)

Como é possível verificar na imagem acima (Figura 40), além da ZEIS 1, parte significativa do bairro é demarcada como Zona de Proteção Ambiental 2 (ZPA 2) nas áreas vegetadas e encostas não edificadas, altamente restritiva (ver Tabela 16) devido ao seu objetivo. Nos lotes com acesso para a Rodovia Serafim Derenzi há delimitação da Zona Arterial 2 (ZAR 2), com o objetivo de indução controlada de novos e melhorias em mobilidade pelo seu destaque metropolitano. Trataremos de forma mais detalhada sobre essas duas zonas ainda neste capítulo, no momento nos centraremos inicialmente nas ações do Estado para a reversão do quadro que caracteriza o território como aglomerado subnormal ao longo dos últimos anos.<sup>131</sup>

As ZEIS são utilizadas para a promoção de políticas habitacionais, regularização urbana e fundiária, promoção de equipamentos e infraestrutura urbana e priorização

<sup>131</sup> Uma observação para estudos futuros: A região da Grande São Pedro está inserida na Zona Especial de Interesse Urbanístico 3 no atual PDU, repetindo a indicação do PDU anterior (PMV, 2006), com destinação para Operações Urbanas Consorciadas (OUC), instrumento do Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) e do PDU de Vitória (PMV, 2018). Há um projeto previsto, denominado “Orla Noroeste” com projetos técnicos desenvolvidos e recursos captados para a sua execução, abrangendo 15,5km de extensão. É caracterizado como um projeto de “requalificação”, contando com obras viárias, passeio à beira mar, áreas livres e parques, equipamentos públicos e recuperação de ecossistemas (PMV, 2020). O projeto merece atenção especial tendo em vista o histórico de interesse imobiliário na área e da problemática envolvendo o instrumento, com potencial processo de gentrificação, devido ao contexto de desarticulação de políticas públicas integradas e sua substituição por políticas focalizadas com pouca participação da comunidade na gestão.

em atividades de políticas sociais. Nesse sentido, pela caracterização da PMV, apresentada na tabela acima, ao definir Santos Reis como ZEIS se reconhece a permanência da “carência de infraestrutura e serviços públicos” até a atualidade (revisado em 2018), assumindo como objetivo para a política urbana municipal o compromisso de superar tal condições.

Tabela 16: Definição e objetivos das zonas urbanísticas de Santos Reis.

ZEIS 1	<b>Definição/Objetivos:</b> Caracterizada por áreas com carência de infraestrutura e serviços públicos, onde deverão ser promovidas a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda, dotadas de índices de controle urbanístico que visam atender as dimensões e a conformação dos lotes existentes.
	<b>Usos permitidos:</b> Residencial unifamiliar e multifamiliar; atividades não residenciais de pequeno porte (G1 e G2). Não permitido empreendimentos de impacto de vizinhança.
ZAR 2	<b>Definição/Objetivos:</b> áreas de abrangência de vias arteriais no Município, com a concentração de transporte coletivo e a presença de usos não residenciais ou mistos, ainda que não predominantes, sendo seus objetivos: 1.Estimular, de forma controlada, o incremento da ocupação urbana, compatibilizando-a à infraestrutura urbana instalada. 2.Estimular o uso múltiplo, com interação de usos residenciais e não residenciais; 3.melhorar as condições de mobilidade urbana, em especial nos pontos problemáticos do sistema viário; 4. Preservar visuais de marcos significativos da paisagem urbana. Devem integrar-se à dinâmica da RMGV e à política metropolitana de mobilidade urbana, atendendo às funções públicas de interesse comum.
	<b>Usos permitidos:</b> Residencial unifamiliar e multifamiliar, atividades não residenciais caracterizados pelos grupos G1, G2 e G3, incluindo aqueles com impacto de vizinhança
ZPA 2	“Áreas destinadas à proteção dos recursos naturais através da preservação e restauração de suas funções ambientais estratégicas para a estabilidade do solo, para a conexão de ecossistemas, para a drenagem e para a conservação dos recursos hídricos e proteção de sítios arqueológicos, históricos e culturais, podendo ser utilizadas para atividades sustentáveis de recreação, turismo, pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental e patrimonial, restauração ambiental e produção comunitária de alimentos, desde que mantidas desobstruídas e liberadas de quaisquer edificações que não sejam para atender as suas finalidades.”
	<b>Usos permitidos:</b> -

(PMV, 2018)

A PMV, no momento em que a pesquisa foi desenvolvida, concentra suas ações em habitação e urbanização de aglomerados subnormais por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Obras (SEMOHAB), concentrados em dois projetos principais, o Projeto Terra Mais Igual, estabelecido pela lei municipal 6.967/2007, e o Programa Habitar Vitória, instituído junto ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) pela lei 6.592/2006<sup>132</sup>.

A partir de trabalhos acadêmicos (COELHO, 2005; LOUREIRO, 2015), de relatórios e projetos técnicos da PMV (2012; 2020), avaliações externas (BEINENSTEIN, 2003; PLAN, 2012), e entrevistas concedidas por Técnicos da PMV (José Carlos Loureiro e

<sup>132</sup> A lei 6.592/2006 (PMHIS) modifica a LEI Nº 5.823/2002

Margareth Coelho) e materiais complementares (SOLUÇÕES, 2015) analisamos os elementos centrais do Projeto e procuramos compreender a sua ação no Bairro de Santos Reis.

Há na PMV, após projetos de urbanização da Grande São Pedro, em especial o Projeto São Pedro (1989-1998), um acúmulo entre técnicos da PMV para a urbanização de favelas, que se desdobra em novos estudos<sup>133</sup> em aglomerados subnormais e incorpora as diretrizes de desenvolvimento sustentável da Agenda XXI/Vitória do Futuro para o desenvolvimento do Projeto Terra, iniciado em 1997 (LOUREIRO, 2015).

Após obras de urbanização, partindo da autocrítica da falta de articulação entre política social, serviços básicos e obras de engenharia, o Projeto Terra toma como objetivo central articular desenvolvimento urbano com desenvolvimento humano, inspirado nas bases conceituais de Amartya Sen<sup>134</sup>. Dessa forma, buscou

priorizar as ações no SER HUMANO, com foco principal na melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável dos moradores das áreas incluídas no Projeto, ficando a qualificação do espaço físico apenas como uma parte das ações necessárias para o cumprimento dos objetivos do programa, buscando assim, reduzir o processo de gentrificação. (PMV, 2020)

A formulação do programa teve o envolvimento de equipes multissetoriais e multidisciplinares, integrando as diversas secretarias envolvidas suas ações locais táticas, em uma visão estratégica da gestão (COELHO, 2005). Foi feita a delimitação das áreas prioritárias para intervenção, chamadas de Poligonais, da seguinte maneira:

Num primeiro momento, tendo como base os levantamentos de infraestrutura básica, mapeamento da defesa civil das áreas de risco e habitação em situação de risco, fotografias aéreas e levantamento aerofotogramétricos, legislação urbanística e ambiental; com base nessas informações foram identificadas as áreas a serem delimitadas como Poligonais, quantificados o número de unidades habitacionais, e delimitação das Áreas de Interesse Ambiental – AIA. No segundo momento os limites das Poligonais foram ajustados para contemplar setores censitários do IBGE, para que se pudesse usufruir dos dados primários dos censos para futuras análises. (COELHO, 2005)

---

<sup>133</sup> José Carlos Neves Loureiro relata em entrevista e em trabalho acadêmico (2015) apresenta como marco para o desenvolvimento do Projeto Terra os estudos “Morros” de 1994 e “Vitória Oeste” de 1995, que iniciaram trabalhos de diagnóstico nos morros de Vitória, até então não urbanizados, e estabeleciam diretrizes incipientes para a intervenção.

<sup>134</sup> Economista e professor de filosofia indiano, vencedor do Prêmio Nobel de Economia com trajetória de formulação teórica e de políticas adotadas pelo Manco Mundial para o combate à fome e desigualdade social numa perspectiva liberal. Sugerimos Mendonça (2012) como leitura crítica.

Foram delimitadas 15 poligonais, abrangendo 30 bairros e, no momento de sua formulação, atendia 24.954 domicílios e 86.075 habitantes, correspondendo a aproximadamente 26.2% da população total do município. É possível verificar na tabela abaixo (17) que o bairro de Santos Reis está inserido na Poligonal 9 ao lado de Comdusa, tendo área de 148.266m<sup>2</sup> (a quinta menor) 452 domicílios (terceiro menor) e 1.555 habitantes (quarta menor), é uma das menores poligonais delimitadas. Na imagem abaixo (Figura 41), é possível verificar que as Poligonais do Projeto abrangem a maior parte das ZEIS do município.

Tabela 17: Relação das poligonais com suas respectivas áreas, domicílios, população e bairros

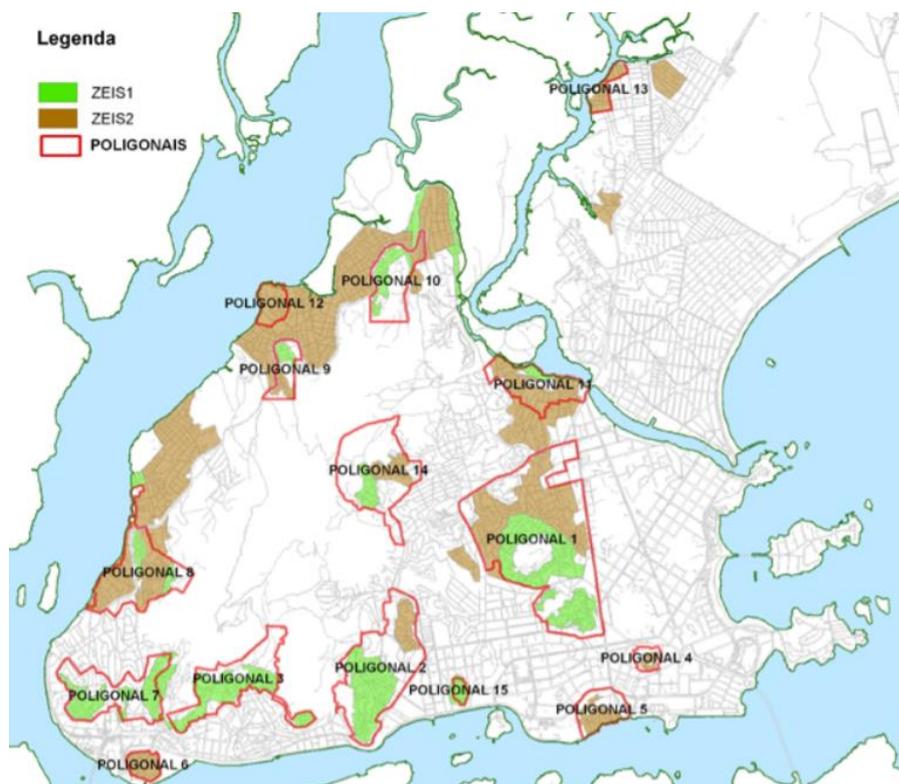
POLI-GONAL	BAIRROS	ÁREA TOTAL (m <sup>2</sup> )	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
1	Consolação, São Benedito, Morro Gurigica, Alto Itararé, Engenharia, Jaburu, Constatino, Bonfim, Bairro da Penha	1.763.640	10.800	30.257
2	Cruzamento, Romão, Forte São João	803.123	1.458	8.611
3	Piedade, Fonte Grande, Moscoso, Santa Clara e Capixaba	442.900	1.181	3.936
4	Morro São José e Morro Santa Helena	60.538	199	1.437
5	Jesus Nazareth	274.430	682	3.392
6	Ilha do Príncipe	89.031	741	2.323
7	Alagoano, Morro do Quadro, Morro do Cabral e Bananal, Alto Caratoira	494.507	3.184	10.948
8	Bela Vista, Pedra do Bode e Orla de Santo Antônio	511.922	1.971	7.740
9	Condusa e <b>SANTOS REIS</b>	148.266	452	1.555
10	Conquista	307.491	535	2.311
11	Joana D'Arc, Andorinhas, Santa Martha	274.430	1154	4.020
12	Ilha das Caieiras	117.220	691	1.531
13	Maria Ortiz	90.914	506	2.812
14	Morro do Macaco	-	1.100	3.702
15	Morro de Monte Belo e Santa Maria	-	300	1.500
<b>TOTAL</b>			24.954	86.075

Fonte: IBGE/PMV (2000)

Em sua metodologia, o Projeto Terra conta com três etapas principais, sendo elas a Pré-Urbanização, Urbanização e Pós-Urbanização, cada uma contendo etapas próprias, devendo ser executada de forma sucessiva. Dessa forma, se desenvolve na etapa de Pré-Urbanização um conjunto de estudos técnicos e de processos de participação da população de cada Poligonal, mobilizados com Escritórios Locais. A partir da primeira etapa de Diagnóstico Sócio-Ambiental e Urbanístico, se desenvolvem os Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) para cada

Poligonal, para que então se desse início aos trabalhos. Para além da promoção de infraestrutura e equipamentos urbanos, o projeto também inclui ações de Educação Sanitária e Ambiental, capacitação para emprego e renda e regularização fundiária. Mesmo não sendo o elemento central em nossa análise, é necessário registrar que o Projeto passa por diversas reformulações em sua metodologia e sistema complexo de gestão intersecretarial, sendo chamado Projeto Terra Mais Igual a partir de 2008.

Figura 41: Poligonais do Projeto Terra



Fonte: PMV (2021)

As Poligonais não foram atendidas de forma simultânea, priorizando as Poligonais 1, 2, 5 e 11. A hierarquização da prioridade das poligonais, entretanto não aparece de forma clara nos trabalhos acadêmicos dos técnicos e gestores da PMV, ou em relatórios técnicos mencionados.<sup>135</sup> Para buscar entender como se deu a tomada de decisão para iniciar o trabalho nas Poligonais delimitadas em detrimento de outras,

<sup>135</sup> Reforçamos que tentamos por diversas vezes acessar as fontes primárias, com relatórios técnicos, projetos e ofícios da PMV referente ao Projeto Terra. O material não se encontrava disponível para o público em geral devido ao estado do acervo.

conversamos com técnicos que tiveram papel ativo na formulação e gestão do Projeto.<sup>136</sup>

Nesse sistema de hierarquização a gente tinha situação muito mais precárias do que a situação de Santos Reis, com certeza (...). Nós ainda tínhamos cerca de 180 famílias morando em palafita na região de São Pedro, mais cerca de 80 família ainda morando em palafitas na região do Monte Seco. A ideia era o quê? Concluir a urbanização de São Pedro, então, era zerar as palafitas na cidade de Vitória. Então, o movimento era de concluir o que estava sendo feito na região de mangue e iniciar as obras estruturantes nas regiões dos morros. (...) Então, eu acho que teve muito mais a ver com essas informações, então, por exemplo, tinha um trabalho feito na prefeitura de Vitória que era o índice de qualidade de vida urbana, IQU<sup>137</sup> (...), usava vários indicadores e dava uma nota para cada um desses, então, saúde, educação, saneamento, habitação e tal, e Santos Reis não era entre as primeiras em termos das preocupações. (Margareth Coelho - Ex Gerência do Projeto Terra; SEDEC; SEDUR)

Nesse sentido, a ex-gerente do Projeto Terra apresenta a decisão de continuar os trabalhos de urbanização de manguezais e nas áreas de morro, informa que havia situações mais críticas verificadas no processo de delimitação das Poligonais com base em estudos da PMV, como o IQU. Concordando com Margareth, o arquiteto urbanista José Carlos Loureiro, técnico da PMV e atuante nos projetos de urbanização de favelas, apresenta outros elementos para a compreensão da tomada de decisão:

Você pega as poligonais que tiveram trabalho no início, a poligonal 1 foi decisão do prefeito, começar por ela, porque ela é maior, acho que é um grande erro, e ninguém foi contra mas acho que todos nós erramos porque foi muito complicado. A gente não deveria ter começado pela maior. (José Carlos Loureiro, Arquiteto Urbanista e Técnico da PMV – Entrevista)

Ao fazer a autocrítica da decisão adotada, José Carlos ainda aponta que existiam decisões políticas mas que a orientação era centrada na técnica e que a Poligonal 9, além de apresentar situação menos crítica em relação a barracos em área de risco, era também pequena, necessitando de muitos recursos para urbanizar o bairro e beneficiar uma quantidade menor de pessoas, demonstrando que havia a preocupação com a relação *orçamento x população atendida*. Sobre o critério do porte

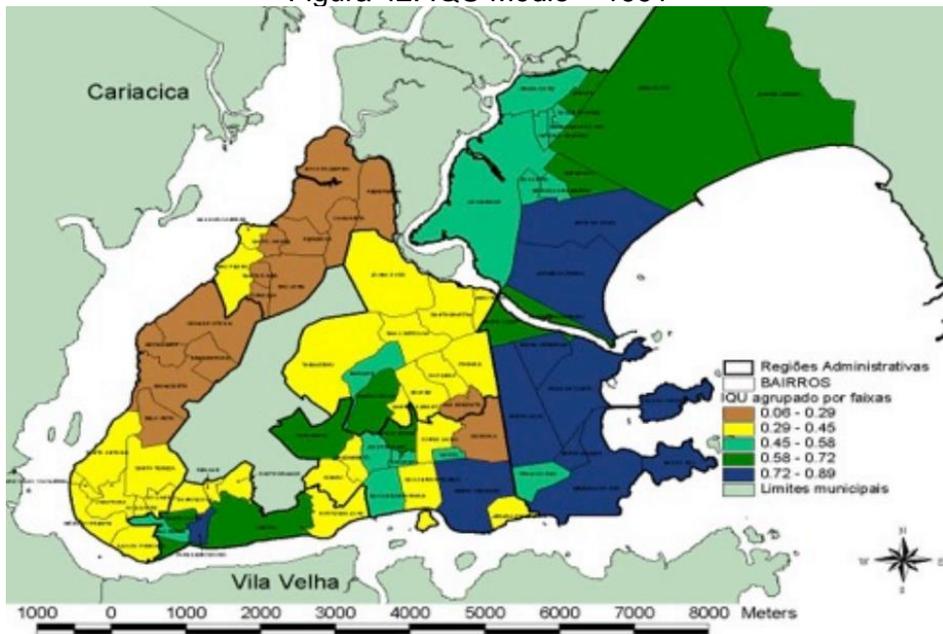
---

<sup>136</sup> Há um relato extenso do processo de formulação dos Programas, autocríticas e análises desses gestores nas entrevistas completas e transcritas. Extraímos apenas o que nos interessa: o que foi feito em Santos Reis? Ou melhor, por que não foi feito?

<sup>137</sup> O Índice de Qualidade Urbana (IQU) foi um índice utilizado pela PMV para analisar as condições de habitabilidade em cada bairro, sendo composto pelos indicadores ambiental, educacional, habitacional e renda, medido em uma escala de zero a um, sendo que quanto mais perto de UM melhor a qualidade urbana.

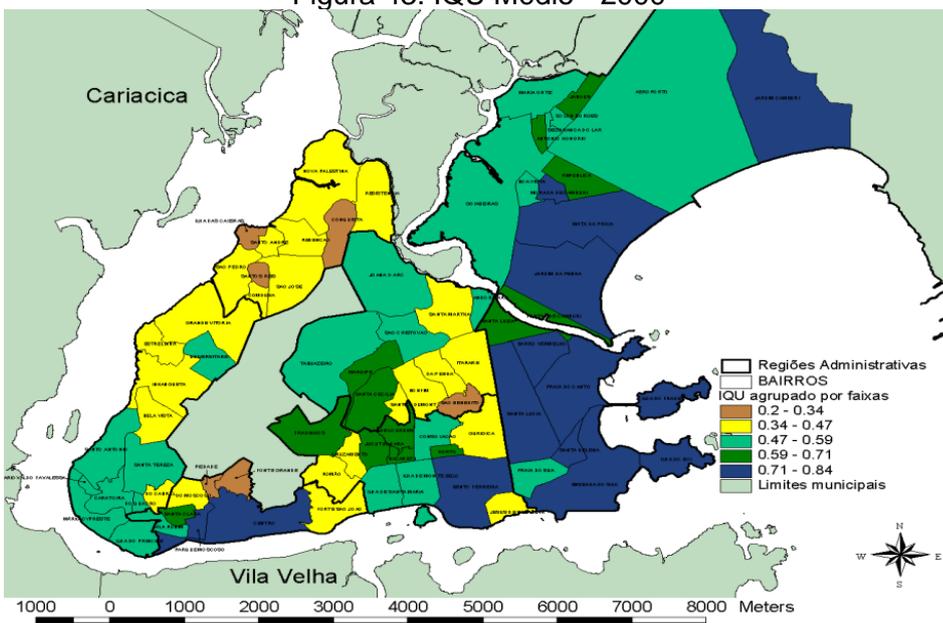
da Poligonal, Margareth aponta em sentido oposto, indicando que havia poligonais também pequenas e que foram trabalhadas como em Jesus de Nazaré (P5). Coelho afirma que a equipe chegou a estruturar um plano para iniciar os trabalhos na Poligonal, entretanto, não foi colocado em prática pela decisão de priorizar encerrar os trabalhos nas Poligonais já em andamento. Sem planos desenvolvidos não era possível captar recursos, decidindo por trabalhar na Poligonal 9 por meio de Orçamento Participativo.

Figura 42: IQU Médio - 1991



Fonte: PMV

Figura 43: IQU Médio - 2000



Fonte: PMV

Vale lembrar que não havia nenhum diagnóstico detalhado para essas poligonais, sendo o IQU o índice urbanístico utilizado pela PMV para a avaliação das condições diferenciais entre os bairros, possibilitando decisões com base em dados objetivos. Apesar da índice ter sido indicado como um dos elementos para a definição da hierarquização das poligonais, os bairros da Poligonal 9 (Santos Reis e Comdusa) estão entre os bairros com pior IQU em 1991 e Santos Reis está entre os 6 bairros com IQU inferior a 0,34 (Figuras 42 e 43).

Os bairros que receberam ações concretas na implementação do Projeto Terra, presentes nas poligonais 1, 2, 5 e 11 apresentam em parte significativa dos seus bairros IQU superior à Santos Reis. Com essa constatação não queremos insinuar que a execução do programa nos bairros em questão não seria necessária, apenas verificamos as contradições na hierarquização das Poligonais com base no IQU. Compreendemos então que a prioridade foi erradicar as palafitas na cidade e intervir nos morros. No segundo caso, carece de fontes seguras para compreender a hierarquização e apresentamos uma constatação para futuros estudos: as poligonais 1,5 e 11, que receberam parte significativa das ações do programa estão no eixo da Av. Leitão da Silva, via que estabelece a interface entre a cidade autoconstruída, negra e de baixa renda de um lado, e a cidade formal, planejada, branca e de classe média do outro. Há de se investigar com maior fôlego e munido de fontes primárias para se descartar interesses paralelos aos argumentos técnicos apresentados.

Dessa forma, verifica-se a aplicação de pequenos recursos, oriundos da própria PMV para ações vinculadas ao Orçamento Participativo em Santos Reis (Tabelas 18 e 19). Os recursos aplicados por poligonal na GSP, que inclui as poligonais 10 e 12, são apresentados por beneficiarem os moradores de Santos Reis de forma indireta ou direta, como no caso da instalação de equipamentos públicos de educação e cultura.

Tabela 18: Recursos aplicados no Projeto Terra por poligonal até 2003

Poligonais	Recursos aplicados (R\$)	% dos recursos	Origem dos recursos
Poligonal 9 (Santos Reis)	27.192,25	0,036	PMV (100%)
Poligonal 10 (Conquista)	6.225.677,06	8,46	PMV (56,21%); BNDES (43,79%)
Poligonal 12 (Ilha das Caieiras)	4.912.413,30	6,68	PMV (64,21%); BNDES (32,34%); MEC (3,45%)
Total Poligonais GSP	11.165.281,61	15,18	PMV (59,84%); BNDES (38,65%); MEC (1,51%)
Projeto Terra	73.509.960,50	100	PMV (54,32%); BNDES(28,42%); HABITAR BRASIL/BID (10,13%); CAIXA(6,43%); MEC (0,22%); MIN. SAUDE (0,48%);

Fonte: BIENENSTEIN, 2003 (Adaptado)

Tabela 19: Investimentos entre 2005 e 2012 nas poligonais do Projeto Terra na GSP.

<b>POLIGONAL</b>	<b>INVESTIM (\$)</b>	<b>AÇÕES E OBSERVAÇÕES</b>
Poligonal 9	-	Não consta no relatório
Poligonal 10	27.668.333,71	Metas: infraestrutura e saneamento (água, esgoto, drenagem e reforma de becos e escadarias) no bairro Conquista, delimitação e acesso do Parque Mulembá-Conquista, Praça da Igreja, Praça Rua da Felicidade, Área de Lazer Contemplativo, 120 Reconstruções, 68 Bônus Moradia, 122 Melhorias Habitacionais, 20 Módulos Hidráulicos, Regularização Fundiária e Trabalho Social.
Poligonal 12	812.021,83	PDLI contratado em 2005. Não aprovado e reelaborado pela equipe técnica da PMV. Executou: Esgotamento sanitário (2.130m de redes e 181 ligações domiciliares); Melhorias em 179m do sistema viário; Construção Museu do Pescador - Museu Histórico Ilha das Caieiras "Manoel Passos Lyrio".
<b>PROJ. TERRA</b>	<b>221.620.780,07</b>	-

Fonte: PMV (2012)

Entendendo que o Projeto Terra não se limita aos projetos de intervenção urbana em infraestrutura, tendo um objetivo de formação de cidadania, articulação comunitária, educação e preservação ambiental, além de desenvolvimento social, é necessário identificar as políticas para além das obras. A falta da ação do programa na poligonal 9 também influenciou na inserção de demais políticas públicas no bairro, como os programas de educação e de qualificação profissional. Como exemplo, tratamos das ações de escolarização e de geração de emprego e renda da PMV durante período de maior atividade do Projeto Terra. A poligonal 9 não teve nenhum morador inscrito no Programa de Escolarização entre os anos 2008–2010, enquanto as poligonais 10 e 12 tiveram respectivamente 46 e 11 alunos. Nos Cursos de Qualificação Profissional, desenvolvidos entre os anos 2008 e 2011, a Poligonal 9 teve apenas 3 alunos, enquanto a P10 teve 249 e a P12, 90. Naturalmente, se tratando de uma população menor, há uma tendência de que Santos Reis e Comdusa tenham uma menor participação nas políticas, entretanto, o que se verifica é a exclusão do território de políticas públicas de educação e formação profissional que não necessitavam de grandes projetos de intervenção urbanística.

Entendemos que a ausência de um plano de desenvolvimento social como parte de políticas integradas contribuiu para a formação e manutenção do quadro apresentado no capítulo 4.1, em que a população da Poligonal 9 é a mais pobre entre os bairros da GSP. Também contribuiu para a formação de aspectos subjetivos que devem ser considerados, como a baixa autoestima da população e a exclusão dos processos de desenvolvimento socioeconômico do entorno, que se reflete na fala recorrente entre os moradores de que o bairro foi “esquecido”.

O ex-secretário de Habitação de Vitória Sérgio Sá reforça que a Poligonal foi prejudicada pela priorização inicial pelas áreas de mangue e de grandes poligonais que concentraram esforços por muitos anos, como a Poligonal 1. Defendendo a pertinência do Projeto para a Poligonal 9 atualmente afirma:

Com relação ao território não há nenhuma dificuldade. A Poligonal 9, região de Santos Reis, é uma região extremamente propícia para receber o Projeto Terra, é um território até fácil de trabalhar, porque é um território pequeno, muito adensado, mas fácil de trabalhar. (Sérgio Sá, Ex-Vice-Prefeito/ Ex-secretário de obras e habitação de Vitória - Entrevista)

Atualmente o projeto Terra Mais Igual encontra-se em processo de estagnação, tendo como marco os governos 2013-2020, que transfere o Projeto para secretaria de obras, reduzindo o seu papel de política integrada e planejamento para se centrar em obras. Entrevistamos a Flávia Gonçalves (Gerente de Planos, Programas e Projetos na SEMOB/Prefeitura) que relatou que não há novos projetos ou previsão para novos estudos, e que a PMV está apenas cumprindo contratos já assinados e aplicando os recursos obtidos em gestões passadas. Sobre Santos Reis e a Poligonal 9 a Gerente relatou que seguem atuando da mesma forma, não há diagnóstico, nem PDLI ou projeto. Sendo criado por lei (6.967/2007) o Projeto Terra para ser desativado deve obrigatoriamente passar pela Câmara de Vereadores.

Quanto ao programa Habitar Vitória, que reúne os projetos Vitória de Todas as Cores, Moradia, Morar Sem Risco, Morar no Centro e Terreno Legal, Muniz e Mendonça (2020) fizeram uma pesquisa em fontes primárias sobre a atuação do programa e cada uma de suas ações por bairro desde 2006, ano de sua instituição, até 2018, verificando que não houve atuação no bairro de Santos Reis. O estudo também demonstra uma diminuição significativa nas previsões de receitas e despesas destinadas para a habitação nas Leis Orçamentárias desde 2016, caindo de R\$54.183.455,00 em 2015 para R\$9.864.781,00 em 2018.

Na ausência de políticas integradas, a intervenção na região dependia de Orçamento Participativo. Iniciado em 1989 com o prefeito Vitor Buaiz (PT), entre as primeiras experiências nacionais do instrumento, teve atuação incipiente e marcado por problemáticas até o seu hiato a partir do ano de 2001, com “a valorização sobre o debate de demandas pontuais e localizadas, o que levou à fragmentação do planejamento da cidade e à geração de um estoque de obras não executado até o fim

das gestões” (MAGALHÃES et al, 2012)<sup>138</sup>. É retomado entre os anos de 2005-2013 durante a gestão de João Coser (PT) durante os anos 2005-2013. É nesse segundo momento que se realizam as ações de reconstrução da praça Fruta Pão, conclusão da Rampa João Apolinário do Nascimento e o reassentamento de famílias em situação de risco (PMV, 2013). Nas gestões seguintes o Orçamento Participativo foi substituído por outra política de participação popular, o gabinete itinerante, tendo outra forma de atuação.

Nesse processo, verificamos a dependência do movimento comunitário da região, de articulações com deputados, vereadores e aspirantes a cargos no legislativo e no executivo municipal e estadual, para a realização de melhorias pontuais para o bairro. Ao invés da gestão compartilhada e promoção do poder local, como foi tentado por gestões anteriores, a forma possível para o movimento comunitário de acesso às intervenções estatais atualmente se estabelece como uma forma de cooptação de lideranças e promoção política. Intervenções essas descoladas de qualquer plano a longo prazo, sem planejamento de investimento de recursos, sem metas. O pouco que chega, como pequenas reformas em praças e academia popular é recebido como grande vitória do movimento comunitário na ausência de perspectivas de transformações substantivas no território.

Partindo da drástica redução das atividades do Projeto Terra Mais Igual, se resumindo à execução de ações desenvolvidas por gestões anteriores para cumprimento de contrato firmado, assim como a redução do orçamento para a política habitacional e urbana identificada e analisada por Muniz e Mendonça (2020), compreendemos que há uma diminuição da ação da PMV em políticas urbanas e habitacionais, principalmente durante as gestões municipais 2013-2020, em um contexto nacional de fortalecimento de políticas de austeridade fiscal, postura defendida pelo prefeito em exercício durante o período como parte da sua campanha eleitoral e comunicação institucional durante o mandato (PREFEITURA DE..., 2016; PROMESSAS DE..., 2017; NOGUEIRA, 2017).

---

<sup>138</sup> Artigo produzido como balanço da experiência dos governos de João Coser por gestoras da PMV, sedo elas: Marinely Santos Magalhães (Secretária de Gestão Estratégica), Luciane Aparecida Bolda (Gerente do Orçamento Participativo de Vitória) e Joana Paula Binda (Coordenadora de Acompanhamento e Prestação de Contas).

O impulso das gestões do ciclo de redemocratização e das experiências do campo Democrático Popular, que apesar de suas contradições<sup>139</sup>, deu origem a políticas criativas de desenvolvimento urbano integrado, agora vai perdendo força com o avanço da agenda liberal do Governo Federal ao municipal, no fortalecimento do ideário de gestão urbanística neoliberal com maior foco na competitividade das cidades (ARANTES et al., 2000), para se inserir nesse papel, os gestores de Vitória adotam políticas de austeridade e indicadores que a colocam entre os melhores destinos para investimento (RODRIGUES, 2014; PMV, 2019; VITÓRIA..., 2019), que não são mais orientados para a indústria, mas para o setor de comércio e serviços.<sup>140</sup>

Para além de aspectos conjunturais, essa é uma expressão da impossibilidade estrutural do Estado, nos marcos do capitalismo dependente, de desenvolver políticas públicas a longo prazo como apresentado por Jaime Osório (2014). Nesse sentido, o fundo público quando destinado à promoção de políticas sociais, entre elas a promoção de habitação, infraestrutura e serviços básicos, é uma forma de diminuição do nível de exploração sobre o trabalhador, indicado inclusive como parte do horizonte político de autores discutidos anteriormente, entre eles Francisco de Oliveira mais diretamente, e Lúcio Kowarick na já discutida relação entre a espoliação urbana e a correlação de forças na luta das massas trabalhadoras por acesso aos direitos básicos. Nesse sentido, a diminuição dos investimentos em políticas urbanas está articulada com o aumento da superexploração da força trabalho, não mais do trabalhador do chão de fábrica, mas dos trabalhadores do setor de serviços.

Reconhecemos a importante intervenção do Estado no bairro e na GSP na promoção de infraestrutura urbana durante as duas primeiras décadas de sua existência. Nos anos que sucederam, com as políticas integradas de desenvolvimento urbano com o desenvolvimento social, houve também intervenção na região, beneficiando Santos Reis. Entretanto, apesar de estar inserida em Poligonal no Projeto Terra, não foi desenvolvida nenhuma ação, nem mesmo etapas iniciais de diagnóstico e projeto de desenvolvimento local. No lugar dos Planos de Desenvolvimento Local Integrado, tiveram ações pontuais e focalizadas, sem articulação entre secretarias e dentro de

---

<sup>139</sup> Sobre os limites da política urbana do campo democrático-popular sugerimos o artigo de Arantes (2013).

<sup>140</sup> Discutido no capítulo 4.5.

um programa claro, com objetivos a se alcançar, possibilitando a verificação do cumprimento das metas e a eficácia de políticas públicas.

E o nosso bairro aqui ele desenvolveu por causa da população, não foi por causa da prefeitura. Eu acho porque assim, porque um bairro tão grande desse aqui ele não tem projeto nenhum na prefeitura, e tudo é dependente do São Pedro I, o posto da Ilha das Caieiras, as coisas tudo é a gente que não tem uma facilidade maior aqui em cima, que outros bairros têm. Entendeu? Aqui a gente não tem. O Projeto Terra foi vindo para o Santos Reis, mas cadê a verba? Cadê o Projeto Terra em Santos Reis? Que ele nunca existiu em Santos Reis, ele nunca existiu aqui em Santos Reis. Se o que tem aqui em Santos Reis é o trabalho do próprio povo, do morador, do lutador, do trabalhador, não é da prefeitura de Vitória, não é. (Sra. R., Liderança comunitária - Entrevista)

### **4.3 Infraestrutura urbana**

Como verificado, não houve ação planejada no bairro de Santos Reis nas últimas duas décadas, nem mesmo a etapa inicial de diagnóstico prevista no Projeto Terra foi realizado, havendo, dessa maneira, ações pontuais e desarticuladas. Diante disso, nos propomos nesta parte do trabalho reunir um conjunto de elementos e reflexões para o início de uma leitura do território, elaborar uma análise como contribuição para um diagnóstico necessariamente mais amplo que contemple tantas outras disciplinas.

Para além da técnica, registramos impressões e demandas compartilhadas pelos moradores entrevistados, dando voz e protagonismo nessa análise, buscando desviar do caminho tecnocrata do planejamento urbano que serve, em última instância como verniz de objetividade científica para os projetos da classe dominante. Investigaremos nesse capítulo a oferta de equipamentos públicos, participação em políticas sociais e a condição de infraestrutura do bairro para melhor caracterizarmos esse aglomerado subnormal.

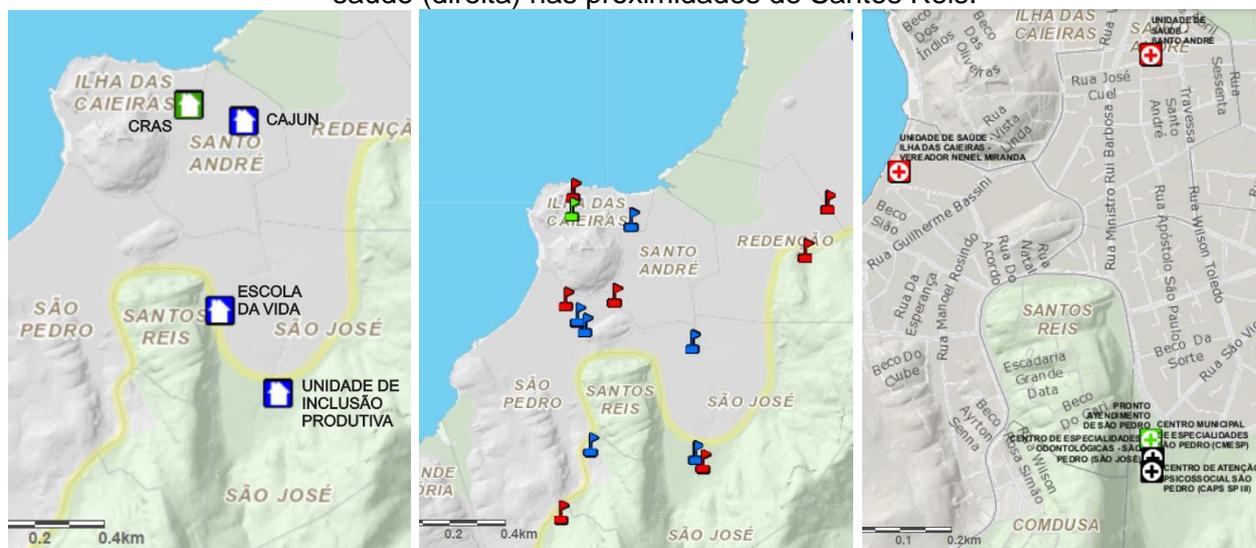
#### Equipamentos públicos:

O bairro não tem em seus limites nenhum equipamentos de saúde, educação, cultura e assistência social, mas tem acesso aos disponíveis na GSP. A Região Administrativa da Grande São Pedro é a segunda em quantidade de equipamentos de saúde, a quarta em número de equipamentos de proteção social básica e a Segunda em quantidade de equipamentos públicos de educação. Há também dois equipamentos culturais (Museu do Pescador e espaço cultural multiuso), (PMV – 2015). Em seu

entorno imediato (Figura 44) há também quatro equipamentos da rede socioassistencial, seis CMEF, uma EEEM e sete CMEI (PMV, 2022). Verificamos da alta quantidade de equipamentos na região, entretanto, é necessário que se analise de forma qualitativa o acesso aos serviços públicos.

No Observa Vix (PMV, 2022), há indicadores por região administrativa elaborados com base na Secretaria Municipal de Educação, entre esses está a evasão escolar por região administrativa entre no período entre os anos 2015 e 2019, em que tem a Região de São Pedro com a maior taxa de abandono escolar <sup>141</sup> do município no último ano registrado e permanecendo entre os três piores índices no intervalo, com pior taxa registrada de 1,70%. Quanto à *demanda atendida de vagas em creches*, que representa a demanda atendida pelos CMEIs na etapa de creche (faixa etária de 0 a 3 anos), tem o segundo pior indicador em 2021, com 10,55% da demanda não atendida, mantendo-se entre as 4 piores regiões entre os anos de 2016 a 2021.

Figura 44: Rede socioassistencial (esquerda) e escolas públicas (centro) e equipamentos de saúde (direita) nas proximidades de Santos Reis.



Fonte: PMV/Geoweb (2022)

A moradora A. M., mãe de dois filhos, comenta que há dificuldade para se conseguir vagas para seus filhos nas escolas:

Para você ter ideia, lá para baixo que tem mais benefício é quem mora lá. Aqui, para as crianças daqui de cima é difícil conseguir uma vaga

<sup>141</sup> A PMV define esse indicador com base na metodologia do INEP da seguinte maneira: “Este indicador mensura o percentual de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Vitória que deixaram de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo e que não retornaram no ano subsequente.” (PMV, 2022)

lá embaixo. (A. M., 40 anos, mãe de dois filhos e moradora de Santos Reis – Entrevista)

Os doze moradores questionados sobre suas demandas para o bairro apontaram como elemento mais importante projetos para a infância e juventude. Devido ao perfil da população majoritariamente jovem e sendo a pobreza um dos elementos persistentes do bairro é esperado que a preocupação dos moradores de Santos Reis seja direcionada para as novas gerações, especialmente atividades de formação profissional, de reforço escolar e de atividades de cultura e esporte.

O elemento mais frequente é a construção de uma creche, que se torna ainda mais necessária com a desativação do Cieduca devido a diminuição da atuação das CEBs no bairro.

A educação e formação profissional são propostas dos moradores para a melhoria nas condições de inserção no mercado de trabalho e de ascensão social. Esporte e cultura são entendidos como formas de promoção da saúde e bem-estar, além de evitar o envolvimento com drogas, atividades ilícitas e violência.

Aqui nós precisamos de tudo, então se viesse alguma coisa, um projeto bom para ajudar os jovens, porque se nós acolhermos esses jovens nós vamos perder eles para o tráfico. Tem que ter alguma coisa para envolver. Eu, assim, eles não perturbam a comunidade, não perturbam a gente. Aí teria que ser, Lucas, alguma coisa assim, sabe para jovem, para criança e para adolescente. É, para colocar assim para os jovens deslumbrar, ter vontade. (L. M. – Entrevista)

Mesmo tendo quatro equipamentos da rede socioassistencial em seu entorno, há uma baixa participação em ações locais de promoção de cidadania, como o Programa Promotores da Cidadania, não havendo nenhum formado entre os 316 no módulo básico e 317 no módulo específico entre os anos 2005-2013. Também não há menção à Santos Reis ou Poligonal 09 nos relatórios das diversas ações da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos disponíveis no Legado Vitória em Dados (2021), quadro que se soma aos aspectos já tratados no tópico anterior e que contribuem para a manutenção dos baixos indicadores sociais do bairro.

Entre as principais reivindicações do Movimento Comunitário, presentes na proposta da chapa vencedora da eleição da Associação de Moradores, estão as seguintes demandas:

- 1-Trazer esportes para os jovens;
- 2- Trazer feiras culturais para alavancar o comércio;
- 3 – Reabrir o Projeto Social;

- 4 – Trazer melhorias para nossa comunidade;
- 5 – Trazer eventos para a terceira idade, atividades físicas e culturais;
- 6 – Unidade de pronto atendimento para o nosso bairro. (CHAPA 2, 2019)

Por último, registramos a impressão recorrente entre os moradores sobre o “abandono” do bairro pelo poder público, como expressa a moradora: “Eu, para mim, eu tenho orgulho do meu bairro. Eu tenho orgulho. Não tenho mais orgulho porque o nosso bairro foi esquecido” (L. M. - Entrevista). Outra diz que “praticamente o bairro estava abandonado” (A. M. – Entrevista) antes da associação de moradores.

Sentem nesse abandono uma diferenciação entre o morro e os bairros vizinhos, que receberam mais infraestrutura, se sentindo preteridos por esse motivo apesar de reconhecerem os avanços no bairro no que se refere à urbanização e melhorias na qualidade de vida no bairro. Esse é um elemento importante para a autoestima da comunidade, como demonstra a jovem moradora: “Às vezes nos sentimos perdidos, muita coisa acontece lá embaixo, o foco é lá embaixo, o pessoal tem que descer, porque aqui em cima não tem” (R. C. – Entrevista). Para além da subjetividade, a dependência dos serviços fora do bairro representam para os moradores um impacto nas suas rotinas, como relatado pela falta de creches para o cuidado das crianças, representando um aumento do trabalho do cuidado doméstico e a dificuldade com a mobilidade para idosos e pessoas com deficiência.

#### Aspectos ambientais e sanitários

Analisando os dados do Censo (IBGE, 2010) há uma aparente condição satisfatória de saneamento básico, acesso à água e coleta de lixo no bairro de Santos Reis (Tabela 20), com apenas um domicílio não atendido pela rede abastecimento de água, 99,8% do lixo domiciliar coletado. Entretanto, como pretendemos demonstrar, há uma grande diferença entre a impressão de resolução do problema ao se ler os dados do IBGE e a condição real demonstrada a partir de uma análise qualitativa do território, que compreendemos ser fundamental para a correta caracterização da condição da infraestrutura do bairro. Há uma relação direta entre os componentes da infraestrutura urbana abaixo e a questão ambiental. Como visto anteriormente, o bairro está inserido em ZPA, destinada à proteção ambiental, o que reforça a relevância desse aspecto, portanto, analisaremos a relação entre a condição da infraestrutura existente e a questão ambiental.

Tabela 20: Cobertura de infraestrutura por domicílios em Santos Reis

<b>ÁGUA</b>		
<b>Forma de abastecimento de água</b>	<b>Unidades</b>	<b>Quant. moradores</b>
Rede geral	317	1.048
Outra	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>1.049</b>
<b>BANHEIRO/ SANITÁRIO</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>%</b>
Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio	312	98,11
Rede geral de esgoto ou pluvial	308	96,86
Fossa séptica	2	0,63
Vala	1	0,31
Outro	1	0,31
Tinham sanitário	6	1,89
Rede geral de esgoto ou pluvial	4	1,26
Outro	2	0,63
Não tinham banheiro	-	-
<b>LIXO</b>		
Lixo coletado em domicílios		99,8%
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, 2010

Um dos primeiros elementos que nos chamou atenção durante os trabalhos de campo foi a condição da rede de abastecimento de água, descrita pela Presidente da Associação de Moradores do bairro:

Nós temos água encanada da CESAN, mas também temos aquela água que vem com ferrugem e com aquele cano antigo, que a água sai nas caixas dos moradores como se fosse cor de ferrugem, pedaço de ferrugem. O ser humano hoje, na tecnologia que está hoje, eu acho que está na hora de eles acordarem, o povo da CESAN, para ver isso aí. A gente fez várias solicitações, fizemos várias reclamações e estamos esperando. (R. – Entrevista)

No relato da moradora há o registro da intermitência do abastecimento e da baixa qualidade da água, reforçado por outros entrevistados. O quadro abaixo (Figura 45) demonstra a condição das instalações e reforça a crítica da moradora sobre a falta de manutenção. Há longos trechos de encanamento com ferrugem nas escadarias Júlia Correa e Dijanira de Jesus, com pontos de vazamento. Há vazamento nas escadarias Grande Data, Vinte Seis de Dezembro, Nova York e Fruta Pão, justamente na região de maior densidade de domicílios.

Há também vazamentos pela má qualidade da conexão dos domicílios com a rede de abastecimento, possivelmente por conexões irregulares ou imperícia na execução, inclusive cruzando o passeio nas escadarias (Figura 46). De uma forma ou de outra, encontramos becos e escadarias tomadas por água corrente, representando riscos

para a proliferação de vetores de doenças, potenciais acidentes e o desperdício de água.

Figura 45: Condição da rede de abastecimento de água.



Fonte: Autor

Figura 46: Instalações irregulares na rede de abastecimento de água



Fonte: Autor

Ainda sobre o acesso à água, há um conjunto de casas de madeira na escadaria Santos Reis, na parte elevada do bairro, próxima à igreja. Identificamos o acesso precário à rede de água e esgoto nessa região, com moradores dependendo de uma pequena nascente para atividades de higienização. É possível verificar na imagem abaixo (Figura 47) os utensílios domésticos apoiados em rocha ao lado da nascente, onde se cultiva plantas comestíveis como a taioba. Esse caso representa não apenas as limitações do acesso à rede de infraestrutura no local, mas também tem sua

importância ambiental, no sentido de preservar a nascente localizada em área de preservação e potencializar o uso da área para plantio, compatível com as diretrizes de uso do zoneamento. Há outras hortas e árvores frutíferas pelo bairro, incluindo outra horta nas proximidades da pequena nascente.<sup>142</sup>

Figura 47: Pequena nascente com utensílios domésticos.



Fonte: Do autor.

Mapeamos algumas das construções e demarcações de lotes verificadas em campo nas áreas de preservação (Figura 48), demonstrando a tendência de expansão da ocupação do bairro para as áreas protegidas.<sup>143</sup> As áreas de concentração dessas edificações se localizam na Escadaria Bananal (norte) e nos entornos da Igreja, principalmente nas proximidades da escadaria Santos Reis e no Beco do Gari, próximos ao mirante, onde se encontram demarcações de lote na rocha em tinta ou com o início da construção da fundação.

---

<sup>142</sup> Ver segundo ponto do capítulo 4.5

<sup>143</sup> Durante o trabalho de campo utilizamos aplicativos para aparelhos móveis de georreferenciamento, gerando os pontos registrados no mapa e zoneamento fornecidos pela PMV. Nos preocupamos apenas em registrar as novas edificações, entretanto, notamos no GEOWEB que há um conjunto significativo de casas registradas que se encontram em área de preservação.

Figura 48: Conflito com área de preservação



Fonte: Autor.

É também na Escadaria Bananal (Figura 49) que identificamos um ponto viciado de depósito de lixo, com sinais de queima do material, e construções que parecem ruínas.<sup>144</sup> A queima de material recorrente no local representa o risco de incêndio por haver vegetação no entorno, colocando em perigo a vizinhança e o ecossistema que se deseja preservar. Outro contraste entre os dados do IBGE e a realidade presenciada no bairro é o descarte do lixo. Como a imagem abaixo demonstra, apesar de 99,8% dos domicílios terem acesso à coleta de domicílios há lixo em todo o bairro.

<sup>144</sup> A PMV, em relatório já apresentado, relatou a remoção de famílias em áreas de risco. Moradores relataram que vizinhos foram impedidos pela PMV de ocuparem o terreno e terminar as construções na ZPA. Entretanto, identificamos edificações habitadas em áreas de preservação e novos processo de avanço sobre a área de preservação.

Figura 49: Ponto de depósito irregular e queima de lixo nas proximidades da Escadaria Bananal



Fonte: Autor.

Encontramos entulho de construções em terrenos baldios, lixo doméstico entre as casas, escadarias inteiras cobertas por lixos (Figura 50). A Sra. S. N. descreve a situação em uma das escadarias mais críticas que presenciamos:

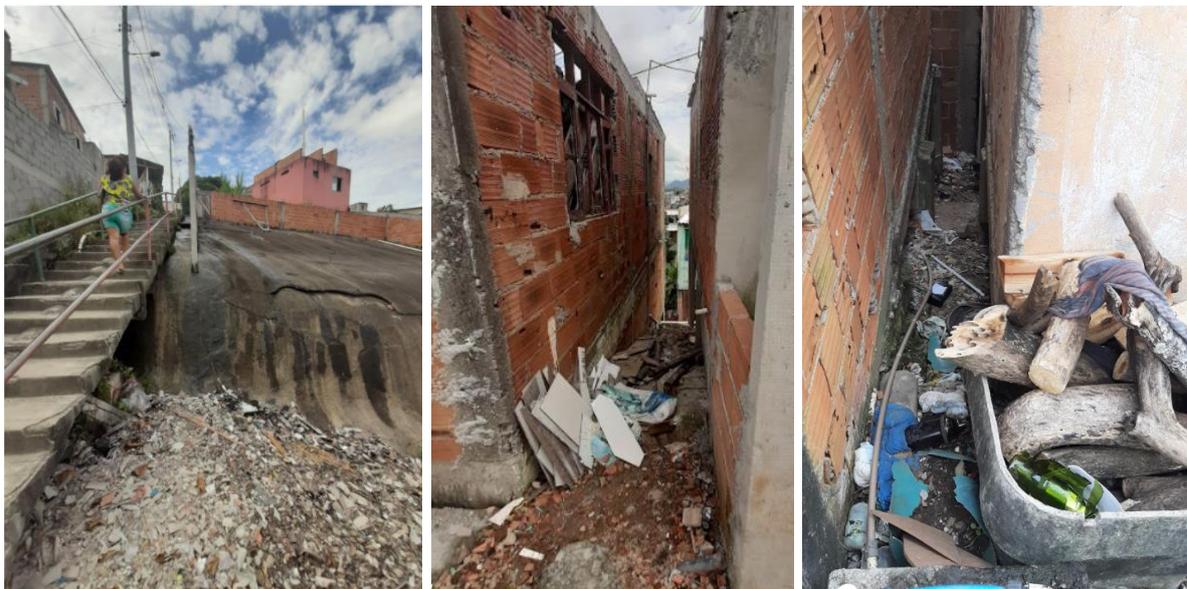
É uma imundice (a escadaria Nova York). Mas depende dos moradores também, tem gente que não tem cuidado, não tem cuidado com lixo, tem que colocar na sacola, pendurar no horário certo. Eles colocam qualquer hora do dia, jogam pelo chão, o cachorro chega, rasga tudo, espalha tudo, e depende muito dos moradores a limpeza. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista)

A fala da moradora denuncia o problema mas também responsabiliza os vizinhos, demonstrando que para além da coleta domiciliar e de infraestrutura é necessário um trabalho de conscientização e educação ambiental no bairro. Sobre a coleta de lixo, os moradores relatam que há frequência do serviço no bairro, entretanto, a limpeza das escadarias é raro de acontecer, dependendo da mobilização das lideranças comunitárias em articulação com vereadores (Ver entrevistas de R.; D. S. e A. M.).

O problema se agrava pela ausência de locais adequados para o descarte de lixo no bairro. Identificamos apenas uma lixeira (Figura 51) em toda a área do bairro (sem incluir a Rod. Serafim Derenzi), construída pelos moradores e retirada após a concentração excessiva de lixo, demonstrando demanda reprimida. Há dentro dos limites do bairro uma Estação Bota-Fora na Rod. Serafim Derenzi, destinado ao depósito de entulho, entretanto, como verificado nos demais equipamentos urbanos,

há dificuldade em se articular as demandas da população residente no morro com a oferta de equipamentos na baixada. Isso se acentua pela esforço necessário para carregar entulhos pesado morro abaixo, sendo necessário, quando ocorre, o pagamento de pessoas para isso.<sup>145</sup>

Figura 50: Quadro com fotos de lixo pelo bairro



Fonte: Autor

Figura 51: Única lixeira em espaço público registrada no bairro - removida



Fonte: Autor

Registramos também outros pontos viciados de lixo (Figura 52) em áreas de preservação ambiental, como na encosta leste da rocha, de difícil acesso para a

<sup>145</sup> Trataremos deste ponto no capítulo 4.4

equipe de limpeza, e em terrenos sem ocupação, onde há com frequência o plantio de árvores frutíferas, um potencial ambiental e para a segurança alimentar.

Figura 52: Quadro com pontos viciados de lixo em ZPA (esquerda) e terrenos (direita)



Fonte: Autor.

Figura 53: Caramujo Africano (*Achatina fulica*)



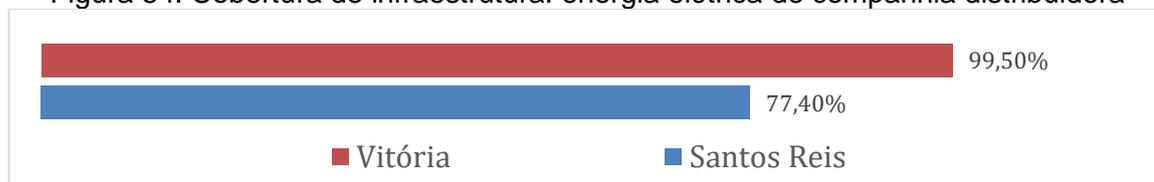
Fonte: Autor.

Por último registramos a presença em abundância de Caramujos Africanos (*Achatina fulica*) nos pontos viciados de lixo (Figura 53). A espécie exótica invasora associada à parasitas e reprodução de mosquitos, portanto nociva à saúde, também tem impacto ambiental, por ser mais resistente e se reproduzir com mais facilidade que espécies nativas (VALIM E BLIM, 2017).

Iluminação pública e acesso à energia elétrica:

Em relação ao acesso à energia elétrica o bairro apresenta um dos piores indicadores do município, com aproximadamente um quarto da população sem acesso à rede (IBGE, 2010) (Figura, 54).

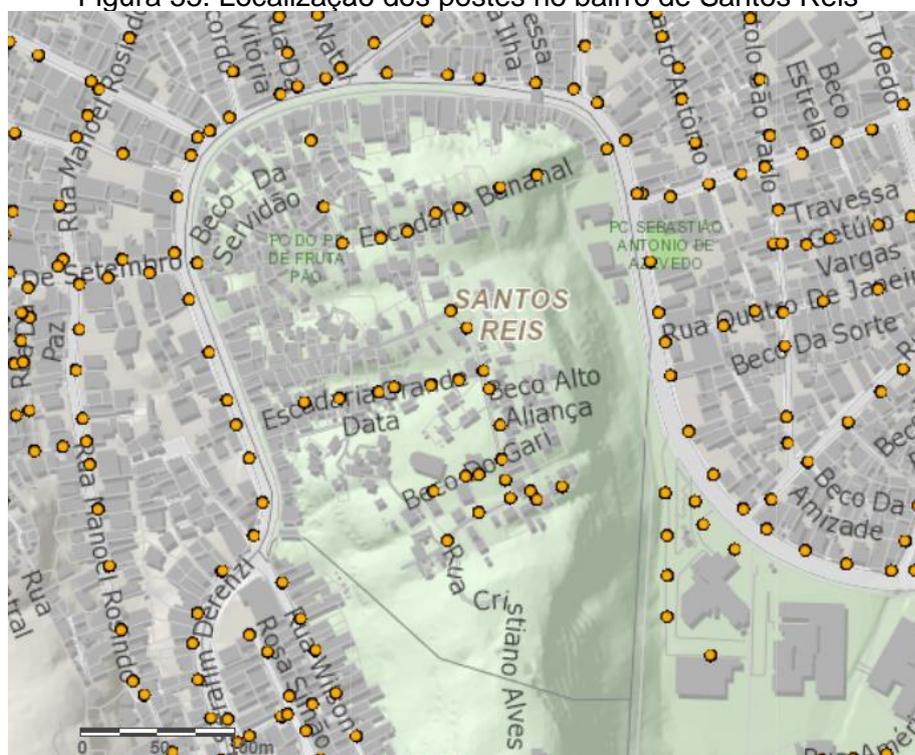
Figura 54: Cobertura de infraestrutura: energia elétrica de companhia distribuidora



Fonte: IBGE, 2010

Na base de dados georreferenciados da PMV é possível verificar que há parte significativa do bairro, sobretudo nas áreas mais adensadas, sem a presença de postes (Figura 55). Escadarias como a Fruta Pão, Nova York e Vinte e Seis de Dezembro, onde se concentram parte significativa dos domicílios não tem um poste sequer. Além da dificuldade para acesso à rede de energia elétrica há também o problema da falta de iluminação pública, com o agravante de serem escadarias.

Figura 55: Localização dos postes no bairro de Santos Reis



Fonte: PMV/Geoweb

Outra localidade com falta de iluminação e acesso à rede é a escadaria Santos Reis. Um dos moradores da escadaria, liderança atual do movimento comunitário descreve a situação da vizinhança:

Uma luz de um poste aqui para a gente conseguir aqui é uma guerra, meu amigo, para eles virem trocar um poste. Tem uma rua ali que tem cinco postes, os postes embaixo cerrando e quase caindo, já fizemos mais de 1 mil pedidos para eles. Isso, ali na Escadaria Santos Reis é 180 metros de fio, que a Escelsa não pode trazer para emendar os fios. Os moradores estão pegando o quê? Pegando o fio da igreja, lá do lado da igreja, está cobrando fio os próprios moradores para puxar para a casa deles, porque a Escelsa não vem fazer. Aí o menino, o pessoal vem, vai trocar a lâmpada, quando chega lá "Aqui não tem corrente não". Então a rua tem lá seis postes sem uma lâmpada. Eu falei: "Se você trouxer o fio tem um menino aqui que liga lá no poste lá e bota na casa dos outros aqui, para ficar a rede normal. Aí fica aquele monte de fios pendurados. (D. M., - Entrevista).

O relato demonstra qual é a solução possível para esses 22,60% dos moradores do bairro: as instalações irregulares. Dessa maneira, é mantida a característica verificada nos primeiros anos do bairro. Os moradores compram os fios e fazem eles mesmos as instalações. Esse “monte de fio pendurado” sem acompanhamento técnico deve ser encarado como elemento de risco para os moradores.

Figura 56: Condição dos postes em Santos Reis



Fonte: Autor

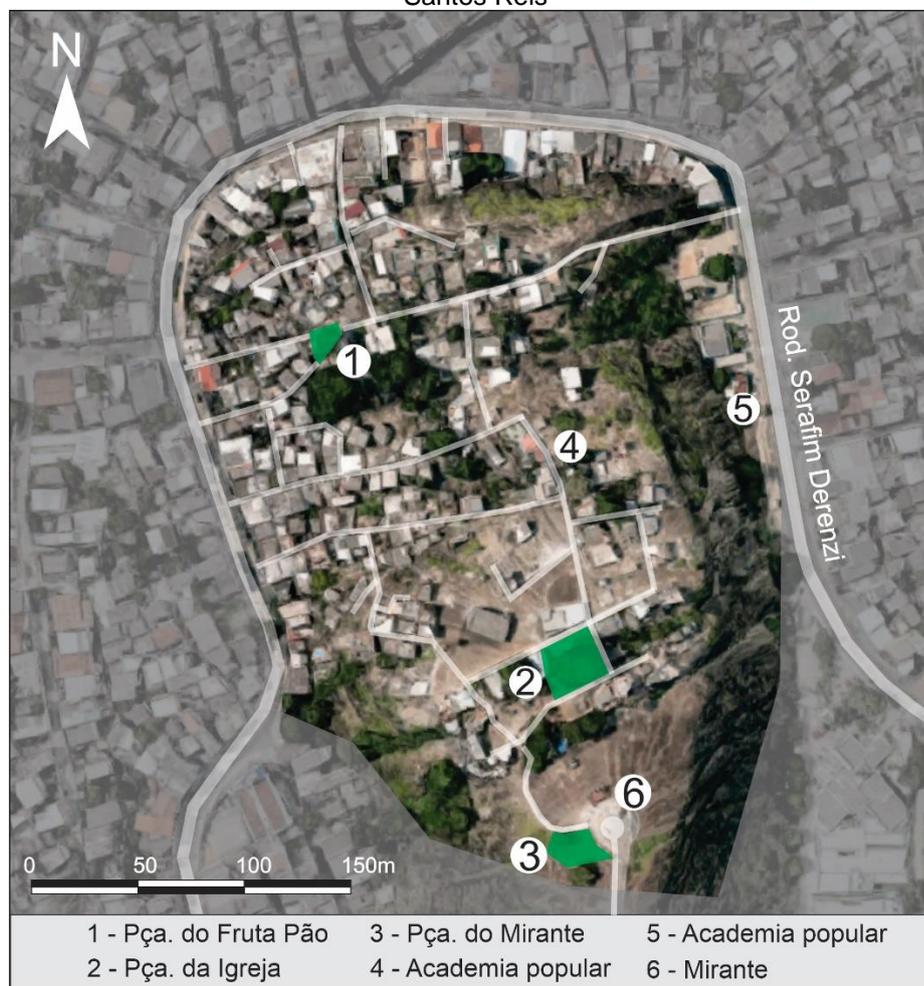
Por último, o morador relata a condição dos postes do bairro, quase “cerrados” em sua base. Com exceção da Rod. Serafim Derenzi, todos os postes do bairro mantêm o padrão do início da urbanização do bairro, registrado em fotos dos anos 1980. São postes de madeira com sustentação em blocos de concreto armado (ver Figura 56).

Os postes apresentam perda de material na base e causam insegurança para os moradores.

Lazer e espaço livre público:

Quanto aos equipamentos de esporte, lazer e áreas livres públicas o bairro conta com seis equipamentos (Figura 57), sendo três praças, um mirante e duas academias populares. Além dos equipamentos do próprio bairro, a GSP é a terceira maior região administrativa em equipamentos de esporte e lazer, porém, sendo sete dos nove equipamentos formados por academias populares.

Figura 57: Mapa de localização das áreas livres públicas e equipamentos de lazer e esporte em Santos Reis



Fonte: PMV com intervenções do autor.

Notamos que há entre os moradores reclamações gerais a respeito das praças do bairro, entretanto, nenhum mencionou o parquinho ao lado do mirante (Figura 58). É o mais novo entre os equipamentos, apresentando melhores condições de preservação e opções de brinquedos. Entendemos que há nesse caso o mesmo

motivo verificado na relação entre os moradores e os equipamentos dos demais bairros da GSP: o acesso. Apesar de estar no mesmo bairro, o acesso ao parquinho é realizado por meio de escadaria íngreme na rocha, estando nas margens e com pouca acessibilidade para os moradores.

Figura 58: Parquinho do mirante



Fonte: Autor

O mesmo fenômeno é verificado com a academia popular da Av. Serafim Derenzi. Mesmo estando nos limites do bairro, há pouca conexão entre os moradores de Santos Reis e o equipamento. A principal evidência da pouca utilização do equipamento é a mobilização dos moradores para reivindicar uma nova academia popular, dessa vez, nas proximidades da escadaria Júlia Correa. A distância entre as duas academias em linha reta projetada é de menos de 100 metros, entretanto, representa a redução de degraus subidos e descidos. A nova academia popular (Figura 59) foi construída por meio da Emenda parlamentar Dep. Estadual José Esmeraldo (MDB)<sup>146</sup> a pedido da Associação de Moradores.

Realizado por meio do Orçamento Participativo, a Praça Fruta Pão é o único espaço livre público do bairro promovido pela PMV, que conta com um palco para eventos, uma quadra e mobiliários urbanos. O palco demonstra sinais de má conservação com

<sup>146</sup> Registro em Diário Oficial do Poder Legislativo no dia 07 de agosto de 2020.

patologias na cobertura e na pintura. Sobre a quadra, é de pequeno porte, tendo apenas metade da estrutura de uma quadra poliesportiva, com apenas um a trave de futebol e uma cesta para basquete (Figura 60).

Figura 59: Imagens antes e depois da instalação da academia popular



Fonte: Autor

Figura 60: Mosaico - Praça do Fruta Pão e sua quadra



Fonte: Autor

Em algumas das visitas ao bairro identificamos crianças jogando futebol na quadra entre outras brincadeiras, o que demonstra a apropriação e necessidade do equipamento. Quanto a sua condição e qualidade para a prática desportiva há uma série de reclamações, sendo a mais frequente delas relacionada ao tamanho da quadra:

Precisamos de uma quadra decente, porque nós não temos quadra em Santos Reis, nós temos ovo de quadra. Menino, pedimos uma praça com uma quadra na época, vieram e fizeram aquele ovo de

quadra ali. Como o povo não tinha noção. (R. , 48 anos, líder comunitária - Entrevista)

Há uma segunda praça no bairro, construída pela Igreja Católica, dotada de parquinho de areia, mobiliários urbanos e quadra de esportes com gradeado e iluminação (Figura 61). Também verificamos o seu uso por diversas vezes. Apesar das manutenções pontuais da PMV, a praça os moradores também reclamam do seu tamanho e da sua condição.<sup>147</sup>

Figura 61: Praça da Igreja



Fonte: Autor.

#### Acesso e mobilidade:

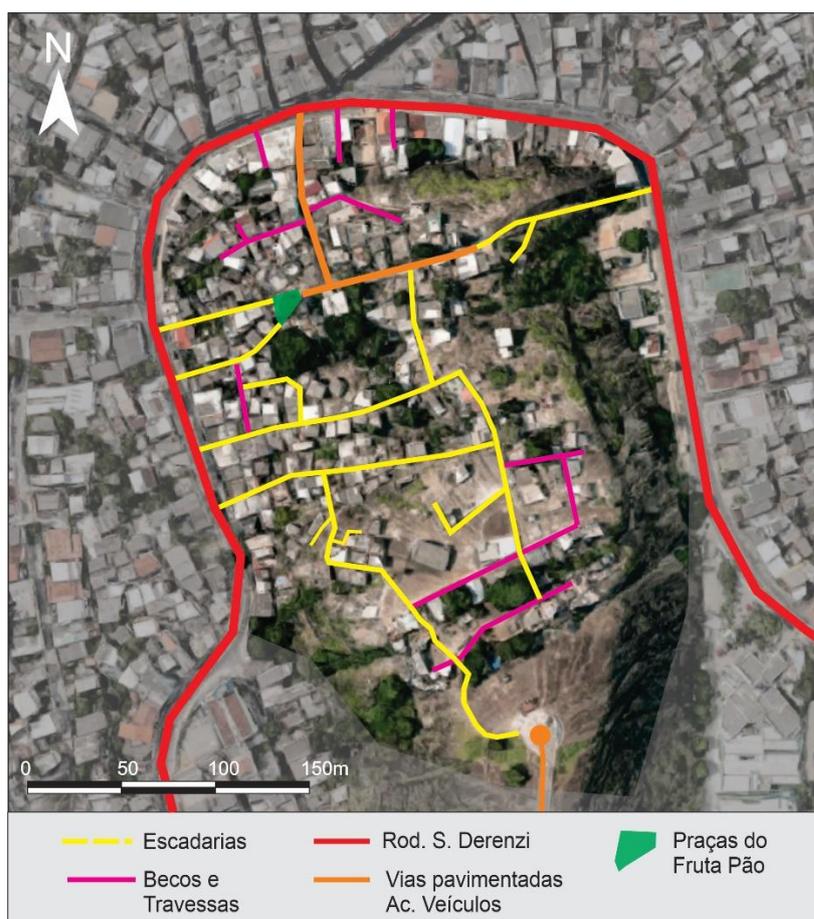
Por último, chamamos atenção para a mobilidade do bairro. A Rodovia Serafim Derenzi hoje tem importância municipal e metropolitana, sendo considerada uma Avenida Arterial Metropolitana no PDU, recebendo o sistema de transporte coletivo metropolitano e é equipada com ciclovias.<sup>148</sup>

<sup>147</sup> Enquanto esta dissertação foi escrita a PMV anunciou reformas para a quadra, incluindo grade e pintura do piso (PMV 2022).

<sup>148</sup> Durante a pesquisa encontramos intervenções previstas para a região. A duplicação da Serafim Derenzi e dois túneis (um passando por debaixo de Santos Reis), estavam presentes no Projeto de Lei do PDU (PMV, 2017), entretanto, não aprovados em sua versão final (PMV, 2018). Outro projeto é a construção de uma Quarta Ponte, conectando Santo Antônio à Cariacica. O eixo Serafim Derenzi – Quarta Ponte, passando pelos túneis (projetado em outra localização, não passando por Santos Reis) estava previsto como uma intervenção à médio prazo na proposta viária metropolitana elaborada pela Setop para o Diagnóstico Integrado para o Plano Diretor Urbano Integrado (ESPÍRITO SANTO, 2017), entretanto, não registrado no projeto (ESPÍRITO SANTO 2017a; 2017b). Apesar de não estarem presentes nos Planos vigentes, demonstram que há uma tendência entre técnicos e gestores do Governo Estadual e Municipal para a realização de intervenções na Serafim Derenzi, ampliando o seu papel na mobilidade urbana metropolitana. Como não há previsão para a sua execução não faremos maiores análises, deixando como nota para estudos futuros com a preocupação de que as desapropriações necessárias para a sua realização e a valorização decorrente dessas intervenções causem problemas como a gentrificação, tendo em vista que Vitória carece de fronteiras para expansão

No interior do bairro, apesar das melhorias no prolongamento da rua João Apolinário Nascimento, realizada por meio de Orçamento Participativo (2013) o acesso por carros é possível apenas em um pequeno trecho até a Escadaria Bananal, e o segundo trecho acessível para veículos vai apenas até o mirante, na parte superior do morro, passando pela Comdusa. Dessa forma, o bairro segue tendo a maior parte da mobilidade do seu território realizado por escadarias e becos estreitos (Figura 62).

Figura 62: Mapa com as vias, escadas e becos de Santos Reis



Fonte: Autor.

A continuidade da Rua João Apolinário, ligando a avenida ao mirante é proposta recorrente entre os moradores, que reconhecendo a dificuldade para a sua realização devido a topografia e as características da ocupação do bairro, sugerem ao menos o seu prolongamento para transporte de cargas pesadas e melhorias na mobilidade diária.

---

e a possibilidade dessas obras já atraem o interesse do mercado imobiliário de classe média, retomando a tendência de décadas atrás (FILHO, 2008; OBRA..., 2014).

Figura 63: Escadarias (em ordem: Bananal, Mirante e



Fonte: Autor.

Figura 64: Aspectos da acessibilidade (Praça Fruta pão, Esc. Grande Data e



Fonte: Autor.

Por último, sobre a condição das escadarias identificamos que de maneira geral carecem de manutenção, com irregularidades e danos nos degraus. Em sua maior parte é equipada com corrimão e guarda-corpo (Figura 63), com exceção das escadarias de maior densidade na ocupação (Fruta Pão, Vinte e Seis de Dezembro e Grande Data) devido a presença de portas e janelas. Há em alguns casos inclinação excessiva e degraus inclinados, como na escadaria do mirante. Identificamos também pontos críticos na mobilidade como o acesso à casas em um átrio atrás da quadra da Praça Fruta Pão (Figura 64), sendo realizado pela rocha exposta e irregular. Outro elemento crítico para a mobilidade é a falta de iluminação, já caracterizada

anteriormente, nas escadarias da face oeste do bairro, como é possível verificar na imagem acima.

#### **4.4 Persistências e transformações do morar e do construir:**

Analisaremos agora as condições atuais de morar e construir no bairro de Santos Reis, investigando as formas de construção da casa, relações de produção, usos e formas mercantilização dos imóveis, além de compreender as particularidades da dinâmica da construção do bairro, verificando permanências e transformações nessas dinâmicas em relação ao cenário verificado nos primeiros anos do bairro.

Para uma caracterização inicial, a tipologia predominante de moradia no bairro de Santos Reis segundo o Censo (2010) é a casa, com 96% dos domicílios, entretanto, notamos o surgimento de outra tipologia, o apartamento. Sobre a condição de ocupação dos domicílio 73% são próprios, 20% são alugados e 7% cedidos.

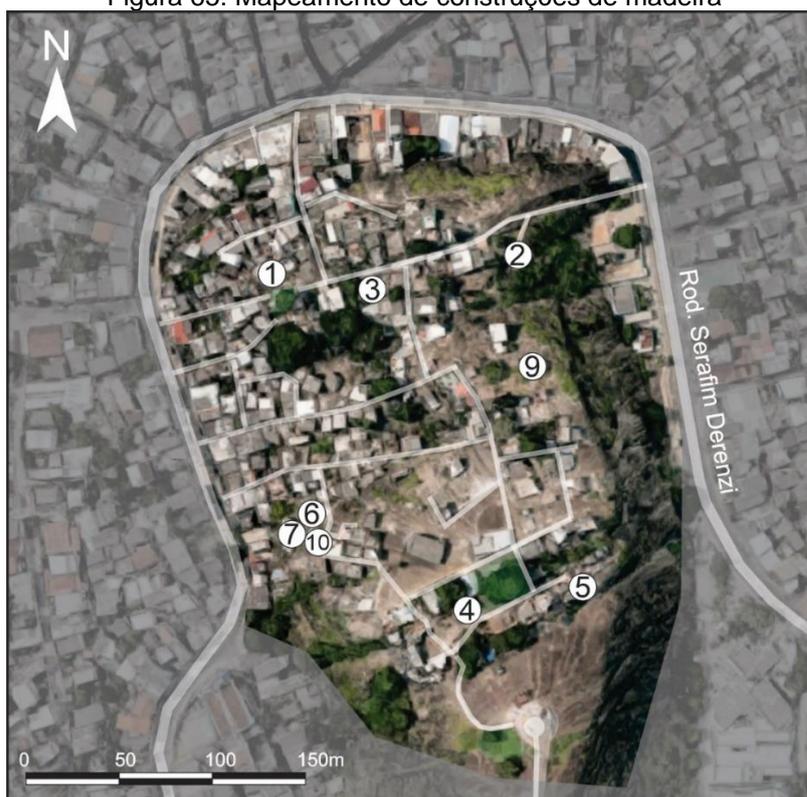
##### Permanência dos barracos de madeira:

Um aspecto que se mantém nos dias atuais é a existência de barracos de madeira. Em nosso trabalho de campo foi possível identificar dez construções em madeira, apresentando diferentes condições de estabilidade e preservação, entretanto, todas ocupadas.

Quanto a espacialização e concentração desses barracos (Figura 65), verificamos a tendência de se concentrarem nas partes mais elevadas do morro, como no entorno da praça da Igreja e nas proximidades da Escadaria Santos Reis. Outra tendência é a ocupação das extremidades do bairro, em áreas de encosta.

Verificamos em oito dos dez casos o uso de materiais improvisados, construído de forma rústica. Há uma composição de diferentes tipos de madeira, coberturas, em materiais de baixa qualidade e durabilidade construtiva. Em um dos casos notamos maior perícia na construção e materiais de melhor qualidade, construída em madeiras planas e maiores, sendo inclusive pintada. Em cinco casos identificamos numeração, demonstrando que o morador está em um lote numerado pela PMV, demonstrando não serem tão recentes.

Figura 65: Mapeamento de construções de madeira



Fonte: PMV/GEOWEB com intervenções do autor

Sobre o tamanho das casas, como é possível verificar nas imagens abaixo (Figura 66), são pequenas. Encontramos com um dos moradores da região da Escadaria Santos Reis que nos mostrou que a casa tem apenas um cômodo, onde dorme, cozinha, se veste e passa o tempo. Foi possível verificar que em ao menos dois casos (como relatado no capítulo anterior) encontram limitações para acesso à rede de água, esgoto, iluminação pública e energia elétrica.

Desse fenômeno podemos notar que as áreas mais elevadas, e menos valorizadas<sup>149</sup> ainda apresentam imóveis em condições precárias. É expressão das condições socioeconômicas dos moradores, demonstrando que não foi possível ainda para alguns desses moradores dar segmento ao processo discutido da construção incremental da casa popular. Em alguns dos casos (5 e 2) também demonstram a continuidade do processo de expansão do bairro por ocupação informal do espaço.

<sup>149</sup> Como veremos mais adiante neste capítulo.

Figura 66: Quadro com casas de madeira nas proximidades da Praça do Fruta Pão e Escadaria Bananal identificadas de acordo com o mapa anterior.



Por último, registramos que não encontramos áreas de risco de deslizamento no bairro em geral, sendo a maior parte das construções edificadas diretamente sobre rocha. Apenas o barraco 2 aparenta estar edificado sobre terra e necessita de maiores estudos sobre a condição de sedimentação das rochas ao redor.

Da ladeira para cima ou do mirante para baixo:

Independente da obra que se faça no bairro, há um problema a ser enfrentado: o transporte para subida dos materiais de construção aumenta de forma significativa o custo da obra. Já verificado anteriormente, na construção da Igreja, esse problema

persiste. Ao perguntar aos moradores (representando 10 imóveis) como foi a última vez que construíram, todos relataram o mesmo problema.

Com o acesso de veículos limitado ao caminho que passa por Comdusa e chega no mirante, na parte superior do morro, e a principal entrada do bairro, a Rua João Apolinário Nascimento (Figura 67), para muitos dos moradores o acesso até os seus imóveis se dá por escadarias, muitas vezes inviável para os moradores subirem com materiais de construção. O que verificamos é que o material comprado é transportado pelas poucas lojas de materiais de construção ou frete aparte, mediante pagamento de taxa, e depositado no alto do morro, no mirante de Santos Reis, ou em algum ponto mais conveniente partindo de baixo. Acompanhamos o descarregamento de britas para uma moradora que iria construir uma laje (Figura 68). A moradora relatou que esse é o único contato que tinha para subir o morro, sendo difícil de encontrar. Deixaram o material na estreita rua e durante o serviço os carros não podiam circular.

Figura 67: Mapa de localização dos trechos acessíveis para veículos



Fonte: PMV/GEOWEB com intervenções do autor.

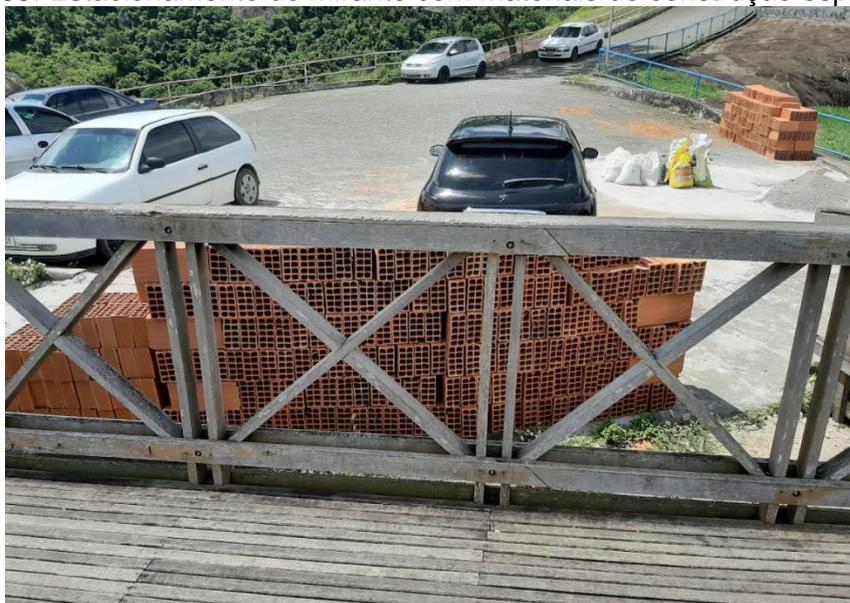
Figura 68: Descarregamento de brita na Rua João Apolinário Nascimento



Fonte: Autor

Quando se parte de cima, o material é depositado no estacionamento do mirante, transformando o local em um ponto de logística para o bairro. Todas as vezes em que estivemos no local verificamos o mesmo cenário: materiais de construção espalhados por todo lado, sacos de areia, brita, sacos de cimento, tijolos (Figura 69). Partindo desses pontos é necessário pagar o transporte realizado a pé, descendo e subindo ladeiras, pedras e escadarias (Figura 70).

Figura 69: Estacionamento do mirante com materiais de construção espalhados.



Fonte: Autor.

Segundo uma moradora, essa operação de frete em dois momentos, veículo a carregando a pé, saia mais caro do que a compra do material em si: “Saía mais caro do que comprar uma caçamba de brita e areia. Era mais caro, tudo, para trazer janela, cimento, areia, tudo para colocar aqui em cima.” (S.N. - Entrevista).

Figura 70: Transporte de materiais



Fonte: Do autor.

Outro também relata:

Tem vez que o material fica mais caro para subir do que o preço dele. É igual, um metro de areia hoje custar 100 reais, ele custa 200 para chegar aqui no saco. Então a obra aqui ficava muito cara e pouco valor, fazia só para morar mesmo. (Sr. J. M., 68 anos, morador do bairro desde 1981 - Entrevista)

Uma terceira pessoa relata que com o custo de transporte é possível construir outra casa. Sendo esses cálculos precisos ou não, é indiscutível que esse é um processo recorrente no bairro e está inserido no processo de construção de forma geral.

Para referência do preço do serviço registramos alguns dos relatos dos moradores:

a areia custa 120 reais o metro, você paga 70 para o pessoal carregar para a sua casa. Um saco de cimento você compra de 30, eles cobram

cinco, sete reais para carregar. Eles (lojas) têm uma taxa (...) para fazer aquela viagem até chegar aqui.” (D.M - Entrevista)

É, porque você paga, se você compra areia por 140, você paga 70, 80 para puxar. (R., - Entrevista)

Você dá 300 reais num metro de areia, eu não sei o preço, o valor, estou jogando. Você paga, vamos supor, 300 reais, você paga mais 300 para poder o cara carregar. (V.O. – Entrevista)

Nota-se também que a construção da Rua João Apolinário reduziu o custo de construção para parte dos moradores, relatando ser possível construir de forma mais rápida (ver entrevistas de J.M., L.M., e R.), como relata o morador:

Agora ficou tudo mais fácil, bate aqui. Por isso que eu fiz essa casinha aqui de novo, eu fiz essa daqui, já fiz aqui porque o material chega aqui. Se o material não chegasse aqui, não tinha como fazer, não tinha nada feito. (J.M., morador da Praça do Fruta Pão)

Quem são esses carregadores? Não costumam ser pedreiros, “É, jovem desempregado que faz isso” responde o morador. Outro responde “São do bairro mesmo”. É comum chamarem os carregadores de “meninos”. Não há uma pessoa de referência para isso, alguém que viva exclusivamente dessa atividade. Segundo os moradores, quando necessário ligam para vizinhos, batem na porta ou abordam jovens na rua. Procuram por jovens, sobretudo homens, com capacidade física para carregar peso e em situação de desemprego ou subemprego. Por isso não há um valor padronizado, depende de cada situação concreta, na negociação entre os moradores. “Tem muita rapaziada aí que está desempregada. Do próprio bairro. Aí precisa, ‘Eu vou carregar para você. Me dá tanto’” (V.O. - Entrevista). Sobre o caráter desse trabalho: mais uma vez informal.

É evidente que o transporte do material gera um custo adicional e tem impacto significativo para as economias dos moradores, entretanto verifica-se a continuidade dessa atividade ao longo dos anos, de forma quase ininterrupta, se constituindo como uma atividade econômica que contribui para o sustento de parte da população em desemprego.

Nesse sentido, o bairro de Santos Reis segue sendo um sítio com difícil acesso para a construção e que mesmo com a extensão da via João Apolinário, muitos moradores ainda necessitam realizar o pagamento de uma série de serviços extras para além da construção que encarecem o processo de produção da casa. Sendo um dos

componentes do custo final com um grande peso no orçamento. Nesse sentido, é um dos motivos identificados para que o bairro se transforme em um canteiro permanente.

### O canteiro permanente

Verificamos no trabalho de campo um conjunto enorme de obras simultâneas no bairro, gerando uma aparência de que o bairro se transformava de forma acelerada. Entretanto, o que ocorre é a dilatação do processo construtivo por um longo período, fazendo com que as operações tenham que se repetir com intervalos. Pequenas intervenções de forma gradual e contínua. Um olhar mais atento verificava os detalhes: Pilares esperando vigas e paredes. Fundações com armadura já oxidada. Lajes de obras paradas por tanto tempo que viram parte do espaço público. Materiais construtivos espalhados por toda parte se misturando com o entulho.

A cada trabalho de campo, mesmo que em intervalos curtos, já era possível verificar transformações no território, com casas em reformas, novas pinturas e muros subindo. Entretanto, logo paravam, demoravam a recomeçar. O bairro parece ser um grande canteiro, entretanto, é um canteiro lento e constante.

Exemplo disso é uma casa na Escadaria 26 de Dezembro (Figura 71 – Superior), que quando realizamos nosso primeiro trabalho de campo (14/02/2020) já tinha o seu sistema estrutural, de vigas e pilares de concreto armado, sem laje, apresentando sinais do tempo. Em nossa última visita (06/09/2021), mais de um ano e meio depois, a casa já tinha laje, paredes de alvenaria e cobertura, entretanto, não tinha janelas, instalações especiais e porta. Revestimentos, como quase sempre, ausentes. Ainda não era habitada. Em outro caso, um lote atrás da quadra da Praça Fruta Pão (Figura 71 - Inferior), que em nosso primeiro trabalho de campo apresentava materiais construtivos estocados de forma precária, ainda estava erguendo paredes de alvenaria em nosso último giro pelo bairro.

No início do trabalho identificamos 9 construções em estado inicial. Adotamos apenas aquelas que apresentavam até, no máximo, o sistema estrutural. Em nossa última visita nenhuma dessas casas estava habitada. Em um dos casos, apresentado anteriormente, partiu-se do sistema estrutural e foi construído até a cobertura, sendo o mais avançado. Em três casos estavam apenas fundação, pilares e ferragem para arranque fixada na rocha, sem movimentação até o fim. Em um caso havia uma laje,

chegando a construir apenas pilares posteriormente. Os outros três casos tiveram início verificado somente após o segundo trabalho de campo: um deles (apresentado acima) chegou a erguer alvenaria, outros dois apenas construíram parte da estrutura.

Figura 71: Novas construções entre o primeiro (14/02/2020) e o último trabalho de campo (06/09/2021)



Fonte: Autor

Algumas casas (Figura 72) que não estavam enquadradas nos critérios para o acompanhamento ao longo da pesquisa nos confundiam, parecendo incompletas há décadas de tal forma que naqueles locais “tudo parece que era ainda construção e já é ruína”, como canta Caetano Veloso em “Fora da Ordem”.

Figura 72: Quadro com edificações inacabadas ou ruínas.



Fonte: autor.

O que parece estar se transformando rapidamente é, na realidade, a relativa lentidão do processo construtivo que na realidade não cessa, segue de forma incremental de acordo com as necessidades e capacidades dos moradores. Como já caracterizado anteriormente, trata-se de um bairro de baixa renda, portanto, a renda deve ser compreendida como fator determinante da cadência da construção.

Eles (lojas) têm uma taxa para fazer aquela viagem até chegar aqui. Aí quando eles batem no local do mirante você já tem que chamar três, quatro meninos e pagar 70 reais para carregar um metro de areia. Do bairro mesmo. E aí vai para o que, vai para 190 reais o metro de areia. Você vai pagar um pedreiro é 150. Aí você come ou constrói. (D. M., 58 anos, morador construtor)

Param. Por causa de dinheiro. A casa não completa. Se você reparar, tem gente aí que você entra para dentro de casa, sem um reboco, sem um chão, sem nada. Só com a moldura da casa só. (A. M., 40 anos, moradora)

Sabe o que é que acontece? A maioria das pessoas aqui ou ele come, sustenta a sua família, ou ele mexe na sua casa. Ele fez um cômodo, deu para ele cair para dentro com os filhos, aí aquilo, fica doente é um remédio, porque as vezes você não consegue um remédio, como que é do seu direito, mas esse direito as vezes está longe. Você tem que comer, tem que alimentar os filhos, aí aquilo ali vai ficando, quando der. Você entendeu? Quando der. Igual eu não te falei, eu morei nove anos numa casa de piso assim com as paredes sem rebocar. (Sra. L. M., 57 anos, moradora do bairro desde 1988 - Entrevista).

A primeira dessas intermitências e travas para a construção é a compra do material. Não é possível comprar tudo de uma só vez, pelo custo do material e pelo custo agregado do transporte, composto pelo frete e carregadores.

Porque se você for comprar o material você tem que comprar a metade, senão você não aguenta pagar. Que comprar material lá embaixo, pedir para carregar e ter pedreiro é um gasto danado. Então é tudo por etapa. Não dá para você comprar o material todo para você já construir logo. (A. M., 40 anos, moradora do bairro)

O resultado disso, além das obras interrompidas é a presença de materiais de construção espalhados por todos os lados e, como não há em muitas situações delimitações claras de lotes com muros e cercas por exemplo, materiais ficam em espaço de acesso público sem maiores identificações ou cuidados especiais de armazenagem.

Figura 73: Materiais de construção



Fonte: Autor.

Notamos em alguns desses canteiros improvisados a presença de materiais construtivos reaproveitados, como forma de baratear a obra, apresentando cimento em blocos cerâmicos e sinais de deterioração em madeiras (Figura 73). Entretanto, há a predominância materiais de duráveis, como alvenaria e concreto armado, incluindo materiais pré-fabricados como armaduras para pilares e vigas (Figura 74) e vigotas. Os poucos barracos de madeira (já apresentados no capítulo 4.3) e as cercas improvisadas com todo tipo de material (telha, palete, tapume..), frequentes nas partes mais elevadas do morro, se destacam na paisagem pelo contraste com o conjunto edificado. Aumento de materiais industrializados e pré-fabricados (armaduras prontas para pilares, lajes pré-moldadas).

Figura 74: Contraste de materiais construtivos



Fonte: Autor

A construção da casa popular, descrita frequentemente como incremental (BONDUKI, 1994; FERRO, 2006b; FERREIRA, 2020) expressa o seu processo construtivo na sobreposição de sistemas e materiais de construção, no movimento de expansão do mínimo necessário ao máximo possível. Assoalhos de madeira recebem paredes de alvenaria. Barracos de madeira recebem anexos duas a três vezes maiores que seu tamanho (Figura 75).

Figura 75: Sobreposição de sistemas construtivos



Fonte: Autor.

Verificamos entre os moradores mudanças na forma de construção. Se em um primeiro momento a autoconstrução dependia unicamente do esforço dos membros da família e de ajudas pontuais não remuneradas, nas últimas duas décadas a situação é diferente.

Tabela 21: Tipo de trabalho realizado nas construções recentes

CASA	OBRA	TRABALHO	ANO
1	AMPLIAÇÃO VERTICAL	PAGO	2015
2	CONSTRUÇÃO DA CASA	PAGO	2000
3	AMPLIAÇÃO VERTICAL	PAGO E TRABALHO VOLUNTÁRIO DA FAMILIA	2005
4	MURO E TELHADO	TRABALHO VOLUNTÁRIO DE AMIGO	2018
5	AMPLIAÇÃO VERTICAL	PAGO	2010
6	AMPLIAÇÃO HORIZONTAL	PAGO	2016

Fonte: Autor.

Há nos casos acima (Tabela 21) menor participação dos moradores nas obras, havendo predominância de trabalho remunerado, contratando pedreiros. Em um caso, entretanto, houve trabalho de familiares. Há entre os moradores a impressão de que o serviço dos pedreiros do bairro é mais barato do que se contratar alguém de fora.

Buscamos verificar se a informação era verdadeira. Entrevistamos 4 trabalhadores da construção civil que não nos possibilitaram tirar a mesma conclusão dos moradores. Afirmam preferir trabalhar no bairro por não ter que se deslocar. Um dos pedreiros afirmou que o preço é o mesmo que quando trabalha fora, entretanto, já participou de mutirões de familiares e fez desconto para amigos no bairro, não sendo algo

frequente. Outro trabalhou em construtora e enquanto isso não tinha tempo para pegar serviços no bairro. Quando possível trabalhava no final de semana pelo mesmo preço que cobraria fora, atualmente está ocupação formal, e afirma que não cobra valores diferentes. Nos outros dois casos afirmaram que depende do tipo de serviço, mas que preferem não se deslocar tanto e aceitam fazer descontos para moradores.

Quando perguntados sobre projetos arquitetônicos, tanto os moradores quanto os pedreiros afirmaram não contar com nenhum tipo de assistência ou orientação técnica, gratuita ou remunerada. Os pedreiros relatam que há uma descrição do espaço com solicitações pelos moradores e a partir disso tem estratégias distintas. Um faz esboços em folha antes da obra, o restante delimita o espaço in loco.

Por último, quanto a participação da família no processo, afirmam que na obra em que estão atuando o morador também trabalha na obra, mas que no restante todo o trabalho é feito por eles.

Identificamos a redução da presença de mutirão, não encontrando nenhum para a produção de casas durante a pesquisa, e está ausente dos relatos dos moradores. Nesse sentido, é necessário ressaltar que não é porque nesses canteiros não identificamos o trabalho do residente como principal força no canteiro que não se trata mais de autoconstrução, pois tem como características

ser edificada sob gerência direta do seu proprietário e morador: adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão de obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e constrói sua casa.” (BONDUKI, 1994, p. 258).

No mesmo sentido, defendendo o sentido amplo do termo, Ferreira:

No campo habitacional, o termo “autoconstrução” pode assumir distintas conotações, a saber: não significa necessariamente autoconstruído ou autogerido; tem sido utilizado para caracterizar tanto esforços individuais como coletivos (mutirão); possui relação com o processo de construção da habitação de forma progressiva, em etapas, de forma incremental; está associado à um processo de construção que ocorre espontaneamente na maior parte do mundo (FERREIRA, 2020)

Nesse sentido, entendemos que a autoconstrução persiste como forma predominante de produção da moradia em Santos Reis, sendo também, elemento de persistência da espoliação urbana. Por sua vez, a espoliação urbana não deve ser compreendida

na lógica do rebaixamento do valor do trabalho para a indústria, mas como parte da superexploração do trabalhador precarizado vinculado ao setor de serviços.

Registramos também a autoconstrução para além das casas, demonstrando que a construção do território com recursos financeiros e força de trabalho dos moradores segue existindo, entretanto, em menor proporção. Uma rampa que vai do mirante até a escadaria Santos Reis foi construída para o acesso de motocicletas.

Os próprios moradores fizeram rampa. Lá em cima do mirante até chegar na minha casa foram os moradores que fizeram uma rampa para descer de bicicleta, de moto, tudo. Hoje uma moto, com as rampas que nós fizemos lá em cima com a ajuda de todo mundo, anda no bairro todo praticamente. (D. M. , entrevista)

Registramos também o mutirão para melhorias e reativação do Cieduca, onde o movimento comunitário pretende realizar aulas de judô de forma gratuita, ministradas por um ex-morador, que ainda tem família no bairro, de forma voluntária.

#### Da venda e aluguel de imóveis e a construção mercadológica

Se no primeiro momento, como vimos no capítulo anterior, havia quem demarcasse seu lote para vender, ou fazia pequenos barracos para tirar um pouco mais de lucro ou até mesmo alugar, hoje há uma nova forma de produção do espaço que é a ampliação da casa, já construída e capaz de atender às necessidades da família, e agora passa também a ter um quarto ou unidade habitacional autônoma, totalmente voltada para o aluguel. É importante reforçar um dado: 20% dos domicílios do bairro são alugados (IBGE, 2010).

É de se deixar curioso. Trabalhadores de baixa renda investindo suas reduzidas economias na produção imobiliária como forma de investimento? Seria a universalização e popularização do empreendedorismo? Vamos analisar com mais calma.

Uma moradora do bairro, atualmente comerciante em um pequeno estabelecimento que construiu em seu imóvel, relata que aluga parte da casa. Um apartamento independente, com acesso próprio, com suíte, sala, cozinha e área de serviço. Aplicou seus recursos comprando materiais e pagando pedreiros ao longo de anos para construir mais um pavimento em seu imóvel “ter uma renda para ajudar” (Ver entrevista - R.) Com renda de até 1 salário mínimo, o aluguel de R\$350 representa mais de ¼ da renda doméstica. O caso de R. é fundamental para entender o processo

que se repete com outros moradores, o aluguel é um investimento como forma de promover o mínimo de segurança em um contexto de insegurança e desemprego.

Identificamos sete imóveis alugados no bairro de Santos Reis (Tabela 22), caracterizados abaixo com sua localização, descrição, preço e informações sobre proprietários. Santos Reis tem aproximadamente 63 domicílios alugados, sendo assim, nossa amostra representa mais de 10% dos domicílios alugados.

Tabela 22: Preço e descrição de imóveis para aluguel

#	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	PREÇO	PROPRIETÁRIO	OBSERVAÇÃO
1	Esc. Dijanira de Jesus	Kitnet (Duas unidades)	R\$300,00	Proprietário é morador do bairro, não mora no imóvel	Construiu exclusivamente para aluguel
2	R. João Apolinário Nasc.	Quarto, sala, cozinha e banheiro	R\$350,00	Mora no imóvel	Expansão da casa para aluguel. Aluga para próprios familiares
3	Rua João Apolinário Nasc.	Suíte, sala, cozinha, serviço	R\$350,00	Mora no imóvel	Expansão vertical da casa para aluguel
4	Rua João Apolinário Nasc.	Suíte, sala, cozinha, serviço	R\$350,00	Aposentado, mora no imóvel	Expansão vertical da casa para aluguel. Está construindo mais um pavimento.
5	Esc. Santos Reis	Quarto, cozinha, sala e banheiro	R\$300,00	Já morou no imóvel e cede para familiares	Imóvel construído para uso próprio e expandido para moradia.
		Kitnet	R\$200,00		
6	Esc. 26 de dezembro (Prox. Igreja Maranata)	Kitnet com varanda (2 unidades)	R\$350,00	Mora no bairro mas nunca morou no imóvel.	Irmã do proprietário mora no mesmo imóvel. Construído com a finalidade de alugar.
7	Rod. Serafim Derenzi	1 quarto com copa (sem sala) + banheiro	R\$400,00	Se mudou do bairro em 2002. Morava desde os anos 1980.	Edifício com terraço de uso coletivo. Tem lojas para aluguel no térreo.
		2 quartos com copa (sem sala) + banheiro	R\$400,00		

Fonte: Entrevistas e trabalho de campo.

Notamos que o principal tipo de imóvel alugado consiste em kitnet ou apartamento de um quarto, justamente o mais barato, com o mínimo necessário para uma unidade habitacional autônoma. Podemos verificar uma segunda tendência: quanto mais perto da Serafim Derenzi maior o preço do aluguel. O aluguel mais caro é justamente de um imóvel na Rodovia, tendo dois apartamentos no mesmo preço, 400 reais. O preço vai diminuindo a medida que sobe o morro, passando pela rua João Apolinário com R\$350, escadaria Djanira de Jesus com R\$300,00 até chegar no alto da escadaria Santos Reis, onde o aluguel de uma Kitnet custa R\$200,00. Mais uma vez, a

mobilidade e acessibilidade demonstram tendência de valorização e dinamização das atividades.

Os moradores do bairro tem a impressão de que o aluguel no bairro é mais barato, fazendo com que houvesse um movimento de migração dos bairros da GSP para Santos Reis, na continuação do desaguadouro verificado anteriormente.

Lá embaixo o valor ficou muito alto dos terrenos e a moradia, os alugueis lá embaixo ficaram muito altos. Está bem mais caro. Aí o povo está procurando, agora eles estão querendo, como fala, se acolher no morro. É onde cabe o bolso. (A. M. - Entrevista)

Identificamos imóveis para alugar nos bairros da Grande São Pedro que chegam até a R\$900, entretanto, para fins de comparação, pesquisamos apenas os imóveis de um quarto ou kitnet, mesma tipologia identificada em Santos Reis (Tabela 23). Verificamos dessa forma que ao menos na tipologia 1 quarto não foi possível identificar diferença significativa em relação aos preços dos alugueis, entretanto, ao comparar o menor preço em Santos Reis com os vizinhos São Pedro e Santo André verificamos a diferença de 250 a 300 Reais.

Tabela 23: Preço do aluguel por tipo, área e bairro

#	TIPO	BAIRRO	PREÇO (R\$)	Área
1	KITNET	SÃO PEDRO	450	45m <sup>2</sup>
2	UM QUARTO	SÃO PEDRO 2	500	-
3	1 QUARTO	COMDUSA	400	-
4	1 QUARTO	SÃO JOSÉ	420	50m <sup>2</sup>
5	KITNET	CONQUISTA	300	
6	1 QUARTO	SÃO JOSÉ	380	43m <sup>2</sup>
-	-	SANTOS REIS	-	-

Fonte: OLX, ZAP, MGF, VIVA REAL Imóveis (2021)<sup>150</sup>

Em nenhum dos casos identificados em Santos há mediação de corretor e não identificamos nenhum imóvel em sites ou anúncios. Todos os imóveis que consultamos estavam ocupados e tinham relação direta proprietário – locatário.

Não identificamos dinâmica de produção imobiliária destinada a venda de imóveis. Apenas duas edificações no morro, com anúncio de venda pintado nas paredes, sem valor anunciado. Também não declarado em ligação por ter sido vendida em um caso e em outro por ter desistido da venda. Outras duas edificações antigas estão à venda na avenida, um imóvel com 120m<sup>2</sup> (somando dois pavimentos) por R\$ 180.000,00, o

<sup>150</sup> Imóveis consultados no mês de dezembro de 2021.

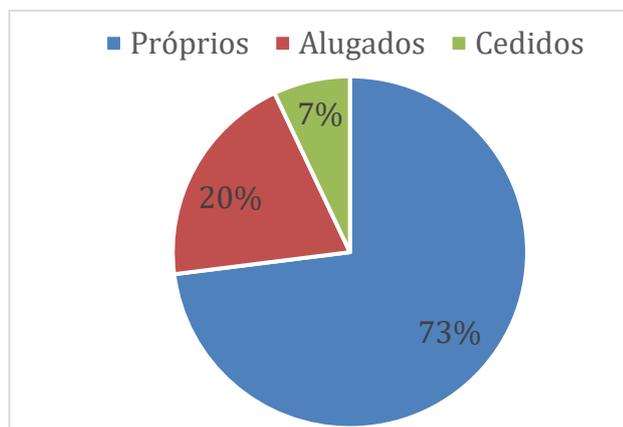
outro por R\$150.000,00 por 90 m<sup>2</sup>.<sup>151</sup> Em nenhum dos casos apresentou mediação de corretor.

Nesse sentido, formas embrionárias de comercialização do solo verificados no capítulo anterior agora passa a assumir a forma clara de mercadoria, orientando a produção do espaço para fins mercadológicos que, reforçamos, é um investimento do morador para garantir condições melhores de segurança em contexto de precarização ampla e irrestrita (ANTUNES, 2018) e de ampliação do desemprego como elemento estrutural para a ampliação da superexploração da força de trabalho (AMARAL, 2012).

#### Posse, propriedade e regulação:

Como já discutido anteriormente, o bairro não passou por regularização fundiária, dessa maneira, a propriedade fundiária segue de maneira irregular após mais de 40 anos de ocupação.<sup>152</sup> Em relação à condição da ocupação dos domicílios, o bairro é caracterizado pela predominância de imóveis próprios, com 73% (Figura 76). A segunda maior fatia é de imóveis alugados, com 20% e o restante (7%) é de moradias cedidas.

Figura 76: Gráfico da condição de ocupação dos domicílios



Fonte: IBGE, 2010.

Nota-se o predomínio da casa própria, adquirida, como vimos anteriormente, de forma informal e irregular, sem a regulação do Estado. Dialogando com os moradores,

<sup>151</sup> Valores consultados com vendedores.

<sup>152</sup> Tentamos levantar informações sobre a condição da propriedade do terreno onde Santos Reis está inserido, não sendo possível localizar a informação, nem mesmo inscrição fiscal ou imobiliária, na base de dados georreferenciados da PMV (GEOWEB), mesmo havendo informações sobre glebas no maciço central.

alguns afirmam ter a escritura da edificação, entretanto, foi realizado nenhum tipo de regularização fundiária no bairro<sup>153</sup>, portanto, o que existe é uma falta de compreensão de muitos acerca da regularização fundiária e da documentação da propriedade. O que se diz ser escritura é em parte documentação de compra e venda, as vezes registrada em cartório.

Os doze moradores entrevistados moram em dez imóveis diferentes (Tabela 24). Sete desses disseram possuir documentação de compra e venda, um inclusive com firma reconhecida em cartório. Uma moradora não soube responder, outra não se aplica por alugar a moradia e o domicílio restante não tem documentação de compra, tendo apenas a inscrição imobiliária. Em todas as consultas para levantamento dos imóveis à venda para alugar a mesma tendência se repete, nenhuma possui escritura, apenas registro da compra em cartório.

Tabela 24: Sistematização das entrevistas sobre o registro de posse e propriedade dos imóveis

Entrevistado/ Consulta	Condição de ocupação	Registro de posse	Observações
A.C.S.	Próprio	Não soube informar	-
L.M.	Próprio	Doc. de compra e venda	Em nome do pai
J.M.	Próprio	Doc. de compra e venda	-
D.M.	Próprio	Doc. de compra e venda	Firma reconhecida em cartório.
R.	Próprio	Doc. de compra e venda	-
V.O.	Próprio	Doc. de compra e venda	-
A.M.	Alugado	-	-
J.C. / R. C.	Próprio	Apenas inscrição imobiliária	Imóvel comprado com promissória
S. N. / O. N.	Próprio	Doc. de compra e venda	-
S. O.	Cedido	Doc. de compra e venda	Doc. em nome do avô. Terreno de familiares cedido para construção

Fonte: Autor.

Entretanto, outros moradores relatam que a venda sem registro algum segue existindo. “Um amigo aqui, ele vendeu um lote lá em cima lá, na pedra lá, mas vendeu de boca”, relata V. O. (Ver entrevista). Outra forma de regulação da ocupação do espaço e a inscrição fiscal, registro da Prefeitura realizada pela Secretaria da Fazenda para cobrança de IPTU (Figura 77). Ao mesmo tempo que dá maior segurança de posse aos moradores, aumenta o custo de vida no bairro. Em base de dados

<sup>153</sup> Verificar capítulo 4.2, a regularização fundiária é uma das etapas previstas do Projeto Terra, entretanto, não foi realizada. Nenhuma outra forma de regularização fundiária no bairro foi identificada.



ficando menores. Processo similar foi identificado nos momentos iniciais do bairro, com a venda de terrenos, prática que já não se percebe com tanta frequência devido ao adensamento da maior parte do bairro.

Figura 78: Mosaico - Demarcação com tinta sobre a rocha



Fonte: Autor

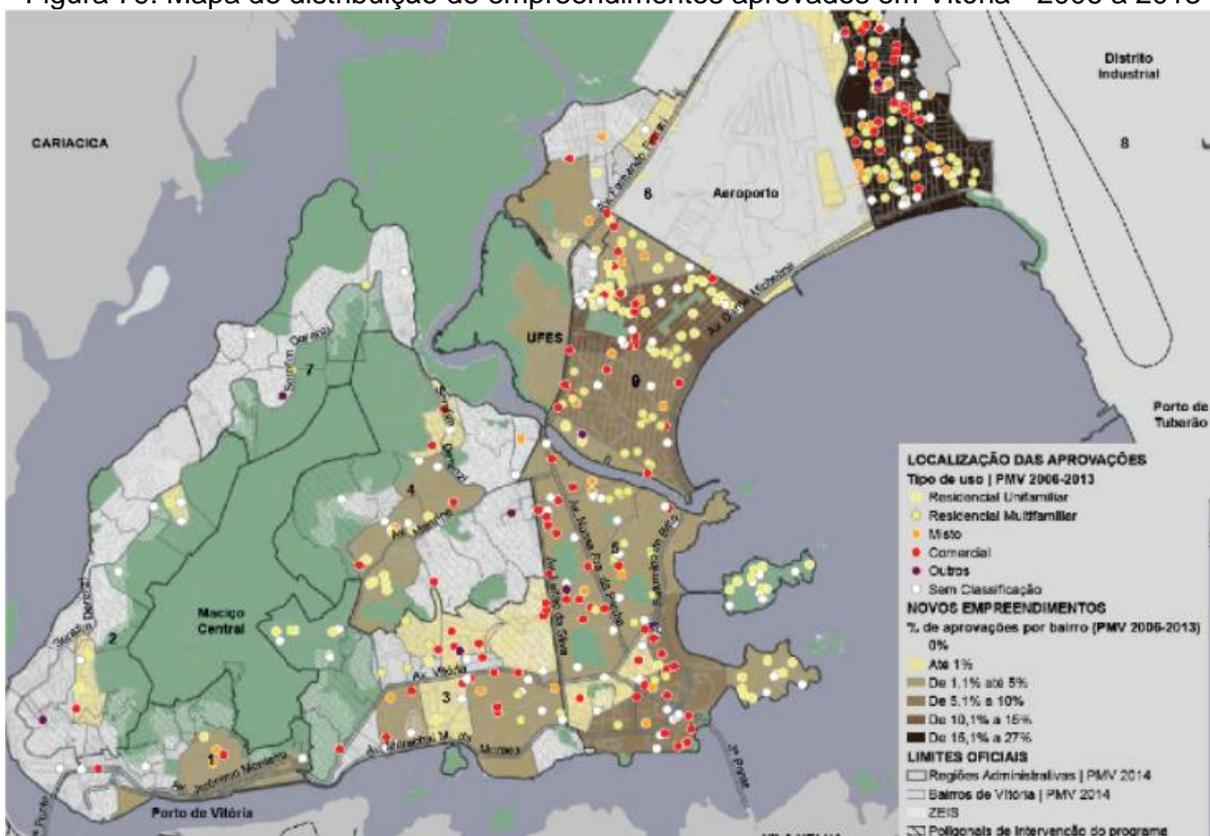
Por último, verificamos a persistência das formas de demarcação de lotes com as linhas de tinta branca (Figura 78), similares ao processo verificado inicialmente na ocupação do bairro. A imagem à direita registra uma tentativa de nova ocupação, próximo ao mirante, na imagem abaixo, na proximidade do Beco do Gari, é área sem inscrição imobiliária, dessa forma há uma persistência na forma irregular de parcelamento do solo.

#### **4.5 Aspectos econômicos:**

##### Comércio e serviço informal:

Em 1992, toda a região da Grande São Pedro tinha 90% da economia fora da lei, sem autorização, fiscalização, tributação, entre outras formas de regulação do Estado (BAIRROS..., 1992), o quanto isso mudou? Em levantamento recente da PMV (2015), a GSP apresenta o menor número de atividades econômicas, em relatório elaborado pelo Instituto Polis (2015) a região aparece novamente com o menor quantidade de empreendimentos aprovados entre 2006-2013, não havendo, inclusive, nenhuma atividade registrada em Santos Reis (Figura 79).

Figura 79: Mapa de distribuição de empreendimentos aprovados em Vitória - 2006 a 2013



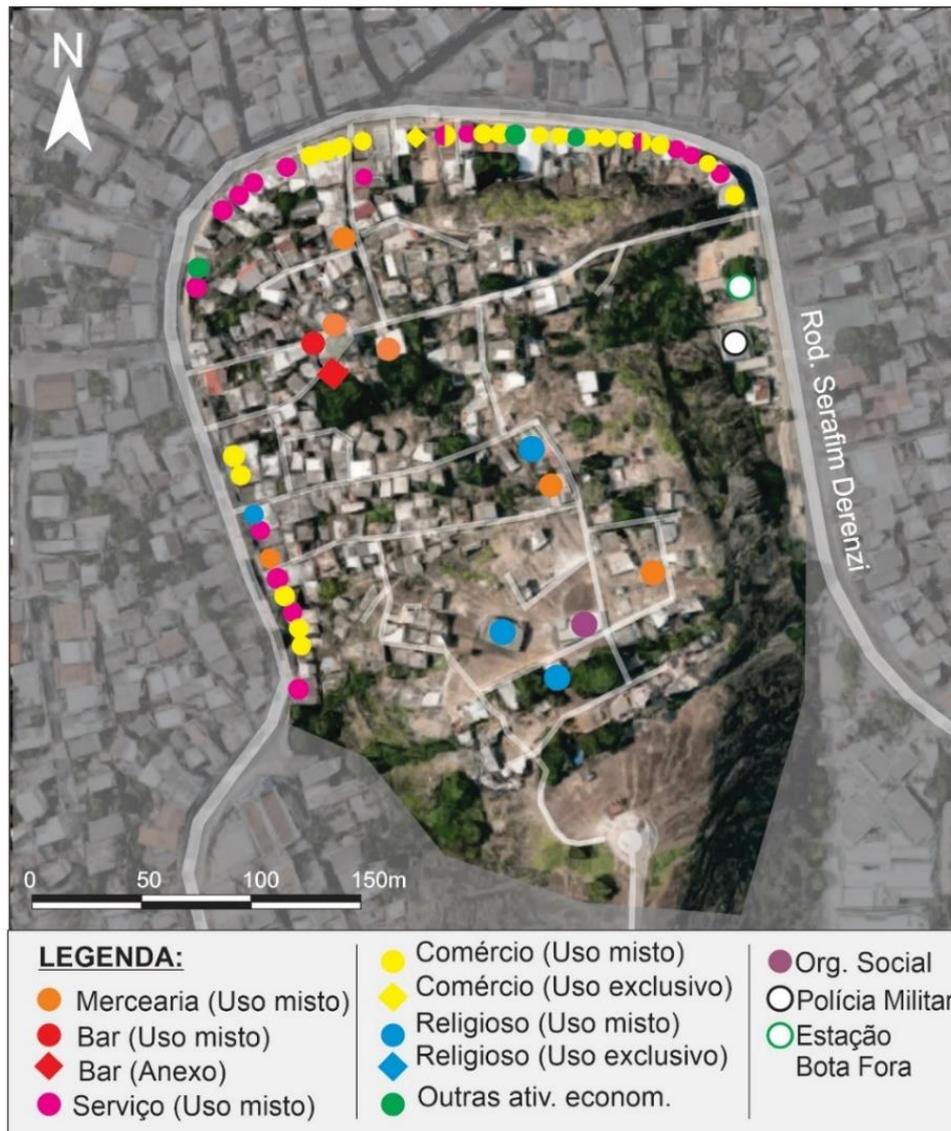
Fonte: Instituto Pólis (2015), a partir de dados da Prefeitura Municipal de Vitória.

De forma contraditória, a Região é apresentada em estudo preliminar para elaboração do PDUI da RMGV como eixo de concentração metropolitano de atividades centrais, entre elas a concentração de atividades de comércio e serviço na Serafim Derenzi (ESPÍRITO SANTO, 2017). Ao andar pela Rodovia, em toda a sua extensão, o que se verifica é a presença de atividades econômicas das mais diversas, compreendendo portanto que há a manutenção do histórico de informalidade das atividades econômicas na região.

Buscando compreender a dinâmica das atividades comerciais do bairro realizamos o mapeamento das atividades não residenciais existentes (Figura 80).<sup>154</sup> Cada ponto registrado no mapa representa uma atividade georreferenciada, podendo haver mais de uma no mesma edificação/lote. Verifica-se o uso predominante de edificações residenciais e edificações no interior do bairro e uso misto na Rod. Serafim Derenzi.

<sup>154</sup> Pontos georreferenciados em trabalho de campo.

Figura 80: Mapeamento de atividades não residenciais em Santos Reis



Fonte: Elaborado pelo autor

Entre os usos presentes na Rodovia, destacamos atividades predominantes de serviço e comércio no térreo de edificações que em sua maioria apresenta caracterização de uso residencial. Há apenas uma nova edificação de uso exclusivamente comercial no bairro, com galpão para aluguel na parte superior, demonstrando tendência de intensificação da verticalização e da consolidação da via como um eixo de comércio e serviços conforme zoneamento do PDU. Ainda na avenida há a predominância de edificações de 3 pavimentos, havendo uma edificação com 5 pavimentos. Localizamos 21 lojas comerciais, com predominância para lojas de roupas, incluindo bazares (7 lojas) e 16 estabelecimentos de serviços<sup>155</sup>, sendo 7

<sup>155</sup> Adotamos como SERVIÇO os estabelecimentos que apesar de também realizarem vendas de produtos se caracterizam pela prestação de serviços.

salões de beleza/barbearia. Enquanto investigávamos sobre o aluguel e venda de imóveis no bairro constatamos que em nenhum dos casos presentes na Serafim Derenzi o proprietário mora na mesma edificação, não sendo possível afirmar que se repete na totalidade dos imóveis, mas que aparece como uma tendência de uso do solo para finalidade unicamente rentista de pessoas de fora do bairro (Figura 81).

Figura 81: Edificações de uso misto e comercial na rodovia Serafim Derenzi.



Fonte: Do autor

No interior do bairro a situação é bastante distinta, não somente pela ocupação rarefeita das atividades comerciais, mas também pelos usos e tipologias construtivas. Mapeamos 8 edificações destinadas a atividades econômicas, sendo 5 mercearias, 2 bares e 1 salão de beleza. Quanto a sua distribuição espacial, verificamos a concentração das atividades na Rua João Apolinário, em especial na Praça Fruta Pão, demonstrando a relação entre a acessibilidade/mobilidade e atividades econômicas.

Em todos 6 dos casos verificamos uso misto da edificação com lojas no térreo e moradia em cima. Nos outros dois casos temos edículas ou anexos, separadas da edificação utilizada para moradia, no mesmo lote, destinado à atividade.

O que verificamos em trabalho de campo é que todas as atividades comerciais são realizadas pelo morador ou por familiares. Foi possível conversar com dois desses comerciantes, um que é dono de um bar que funciona em antiga moradia do proprietário após construir nova edificação no mesmo lote, a neta do senhor J.M., que

até então estava desempregada, toma conta do comércio de bebidas que funciona apenas nos finais de semana para ajudar “um pouquinho na situação financeira dela, ajuda, tem vezes que vende bem, então aí ela fica aí” (Entrevista – J. M.).

Notamos esse mesmo fenômeno nos demais pontos, as atividades funcionam a noite, no contraturno do horário comercial convencional, e nos finais de semana. A Praça Fruta Pão (Figura 82) apesar de concentrar atividades econômicas a “concorrência”, como descreve o senhor J. M. quase não tem movimentação durante os dias de semana, entretanto, durante a noite é possível encontrar três bares abertos e um pequeno comércio de alimentos nos finais de semana.

Figura 82: Praça do Fruta Pão com comércios vazios



Fonte: Autor

Sem entrar em maiores análises, deixamos registado uma das notas realizadas em nossos relatórios de trabalho de campo:

Quando o comércio está aberto há uma mudança no ‘clima do bairro’, vemos maior apropriação do espaço público, sociabilidade entre os moradores que se encontram nas ruas, há aparelhos de som tocando música e se escuta a conversa de longe. Soma-se aos bares a existência do tráfico de drogas na localidade, motivo de movimentação<sup>156</sup> (Notas do trabalho de campo)

---

<sup>156</sup> Justamente pelo conhecimento da atividade ilícita fomos orientados a não realizar nenhum tipo de registro nos horários de maior movimentação.

Uma moradora entrevistada, vizinha de uma pequena mercearia, ajuda a entender a dinâmica. Ela relata que o proprietário trabalha durante o dia e enquanto está em casa à noite abre uma janela com balcão para comercializar produtos (Figura 83). Há outros estabelecimentos como este, que toma parte do ambiente doméstico para a comercialização de alimentos e bebidas, como em uma casa nas proximidades da igreja (Figura 84).

Figura 83: Pequeno mercado - Fechado durante o dia e aberto à noite



Fonte: Autor.

Figura 84: Comércio de bebidas no topo do morro



Fonte: Autor.

O ponto comercial de R., no início da Rua João Apolinário Nascimento é o estabelecimento que mais tempo fica aberto (Figura 85), funcionando todos os dias da semana e em horário comercial tradicional. A moradora já foi segurança patrimonial e hoje tem a mercearia, que já foi uma loja de roupas e acessórios, como única fonte de renda. Nos dois casos entrevistados as lojas eram pequenas, sem grande estoque, com todos os produtos expostos no mesmo ambiente de venda.

Figura 85: Comércio de R.



Fonte: Autor.

Quanto a informalidade das atividades, em nosso trabalho de campo fizemos pequenas compras em quatro estabelecimentos comerciais solicitando nota fiscal, nenhum dos três pôde emitir e fomos informados por três dos proprietários de que não seria possível devido aos estabelecimentos não terem nenhum tipo de registro, alegando que ninguém no bairro estava regular.

Identificamos dessa forma, no interior do bairro, uma tendência a comércios de alimentos, produtos para casa, bebidas, cigarro e similares. Os comerciantes moram nos mesmos imóveis, adaptando e expandindo a edificação de forma vertical ou horizontal, e realizam a atividade de comércio como complementação de renda, nos contraturnos de outra atividade profissional, ou nos finais de semana. Os comerciantes que realizam unicamente a atividade tem renda familiar de até um

salário mínimo e em um dos casos é administrada por uma familiar desempregada do proprietário. Em ao menos dois dos casos verificados há placas de aplicativos de pagamentos (PicPay) e três dos casos foi possível constatar a informalidade do estabelecimento, sendo essa uma atualização, nos marcos do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação (TICs), em que a economia informal se articula com o capital financeiro, uma nova forma de integração dessas pequenas atividades econômicas com a totalidade do sistema capitalista.

Para os moradores as mercearias, principal tipologia de comércio, fornecem alguma comodidade para a compra de materiais de materiais que vão de comida até produtos para a casa, o que permite realizar pequenas compras perto de casa conforme a necessidade, sem precisar realizar grandes despesas. Para os proprietários é uma forma de explorar a boa localização dos imóveis, próximo à entrada principal do bairro e principais escadarias para complementação das pequenas rendas e que significam sobretrabalho, com jornadas mais extensas, levando o trabalho para o ambiente doméstico.

Figura 86: Anúncios de Chup-chup



Fonte: Autor.

Também se tratando da extensão do ambiente doméstico para atividades econômicas, identificamos em 5 diferentes pontos do bairro, localizados de forma dispersa, placas de venda de chup-chup. Os anúncios nas portas, janelas, muros e postes adjacentes, informam que o produto é natural, de produção caseira. Em média, custando um real a unidade. Em um dos casos é possível verificar um tipo embrionário de comércio tomando forma, com anúncios de refrigerantes (Figura 86).

Um dos entrevistados é filho de uma dessas produtoras caseiras e nos explica sobre os motivos da produção:

É, complementação de renda. No caso, que você fez essa pergunta, está aqui um exemplo, minha mãe, falou, é um complemento, e realmente é um complemento, não que ela dependa disso aqui, mas é um complemento, ajuda você a comprar um pão, de tarde ou de manhã, é um complemento. Ajuda você a pagar uma passagem e outras coisas mais. Então, as pessoas estão se virando do jeito que podem, então, será que é da maneira correta? Não importa, estão se virando, correndo atrás do prejuízo, então assim vai. (O. N. – Entrevista)

Novamente, a atividade comercial aparece não como fonte principal de renda, ou na perspectiva de enriquecer, mas como um complemento em relações de informalidade para o aumento da capacidade de consumo de itens básicos, atuando em contraturnos, o que representa o sobretrabalho dos moradores, em jornadas mais extensas dedicadas ao trabalho. Por último, compreendemos que as atividades comerciais no bairro aparecem como formas atuais de orientação da produção do espaço para fins não residenciais, resultando em novas tipologias arquitetônicas, como os apês dentro do lote e a adaptação do térreo<sup>157</sup>. A circulação, promovida pela construção de vias mais largas e acessíveis atraem a atividade que se manifesta de forma quase universal na Rodovia.

#### Hortas, animais e outras formas de autoaprovisionamento:

Discutimos anteriormente<sup>158</sup> sobre o papel da autoconstrução enquanto forma de produzir por conta própria as condições necessárias para a reprodução da sua força de trabalho, tendo como consequência o rebaixamento do valor da sua força de trabalho expresso no achatamento salarial. Nesse mesmo tema, Sergio Ferro (2006)

---

<sup>157</sup> Sobre esse aspecto, há exemplos de construção de alguns desses imóveis no capítulo 4.4, abordando relações sociais de produção, materiais construtivos e aspectos gerais da gestão dos recursos da obra.

<sup>158</sup> Elemento presente ao longo do trabalho, principalmente nos capítulos 2.2, 3.3 e 4.3.

em debate com Francisco de Oliveira (2006) amplia o conceito para outras formas de autoaprovisionamento:

Autoconstrói, sobre-trabalhando como uma besta, quando no seu salário, se não o fizesse, haveria do que pagar um barraco razoável. E tem mais, a mulher remenda as surradas roupas da família (autocostura), cria, se tem quintal, galinha e planta chuchu, faz sopa de osso (autocozinha), trata da saúde com chá de ervas (automedicina)... tudo isso também faz cair o salário. (FERRO, 2006, p. 231)

Na tentativa de compreender as formas atuais de espoliação urbana e a vigência das formas de rebaixamento salarial, vamos analisar as formas de autoaprovisionamento das condições materiais para reprodução da vida para além da casa, demonstrando táticas de *autoalimentação* e *automedicina*, nos termos de Ferro (, realizadas pelos moradores e a sua influência na produção do espaço do bairro.

Figura 87: Quadro com galinhas andando pelo bairro (esquerda) e dentro de terreno (direita).



Foto: Autor.

Começamos pelos animais. Em uma das nossas visitas para trabalho de campo nos deparamos com um bando de galinhas (Figura 87 – esquerda) circulando pelo bairro, por sorte, durante uma entrevista com um antigo morador do bairro, uma dessas aves aparece no quintal do entrevistado se tornando o assunto da conversa.

J. M.: A história é até bonita. Passou uma galinha preta com uns franguinhos, não é? Os franguinhos ainda cantaram ali, essa é minha. Sabe o que é que foi, essa galinha veio debaixo do braço aqui... para não dizer que eu estou falando mal, mas aqui funciona uma "farmacinha", melhora de tarde, final de semana, você sabe, não é? Farmacinha como diria Amaro Neto<sup>159</sup>. O cara chegou com a galinha debaixo do braço para vender, querer vender a galinha para comprar a parada, aí queria dez contos na galinha, a galinha é uma franguinha bonita, eu comprei a galinha dele. Comecei a tratar dela no quintal aqui, aí a galinha botou, chocou, nasceu cinco pintinhos, aí eu trato deles e eles ficam aí rodando, mas eles andam onde quer, vai ali, ela cisca lá. Deixa aí rolando. Aí alguém disse "O que você vai fazer com essa galinha? Vai comer?", eu falei: "Deixa rolar aí, rapaz. Ela não está atrapalhando ninguém".

Lucas: Isso é o quê? É saudade do campo?

J.M.: Saudade também do campo. Porque se eu tivesse um quintal grande, tudo fechado (...). Nós já criamos porco aqui também. Para alimentação. Eu já criei aqui também, engordei um porquinho, muito bom. Foi na década de 90. (...) Ali perto do (---), o cara criava (porco) no terraço, depois denunciaram ele, teve que parar. Mas cria sim. Cria. Meu irmão mesmo, ele criava galinha para comer. Os outros também comiam. Essa galinha aí ela não vai muito longe. Catam. Você nunca sabe quem foi, não é? (J. M. – Entrevista)

Apesar de não ter a finalidade de criar as galinhas para alimentação, o Sr. J. M. relata que ainda há quem crie, sendo seu próprio irmão exemplo de quem tenha feito isso cinco anos atrás. Desde o primeiro trabalho de campo verificamos a presença de galinhas também dentro de algumas propriedades cercadas (Figura 87 – Direita). Também ouvimos relatos que pessoas criam porcos vez ou outra, gerando conflito entre vizinhos devido ao odor, entretanto, no trabalho de campo realizado não identificamos nenhum suíno.

Identificamos também a plantação de pequenas hortas pelo bairro<sup>160</sup>, desde pequenas plantas alimentícias e árvores frutíferas presentes de forma pontual em terrenos vazios, quintais e nas encostas, até hortas mais estruturadas, com cuidados e acompanhamento constante. Em um dos casos identificados, depois da Escadaria Sabiá, na parte mais elevada e a oeste do bairro, identificamos uma horta plantada em área de preservação ambiental, um uso compatível e estimulado pelo zoneamento (Figura 88). Nela um trabalhador da limpeza urbana cultivava mudas, planta árvores frutíferas, plantas para temperos e verduras. O morador, que vive em uma casa de madeira, construiu canteiros para o plantio e utiliza o substrato natural da rocha para

---

<sup>159</sup> Apresentador de jornal local com ênfase em noticiário policial.

<sup>160</sup> Parte já registrada anteriormente no capítulo 4.3.

o plantio direto no solo. A poucos metros, há um vizinho que planta taioba e bananeira perto de uma pequena nascente, utilizada para atividades domésticas e higiene.

Figura 88: Mosaico - Hortas nas proximidades da Escadaria Santos Reis



Fonte: do autor.

Outra moradora entrevistada nos mostrou seu quintal (Figura 89), onde cuida de uma horta e um pequeno pomar. Construiu pequenos canteiros com madeira e concreto, cercou a plantação nos fundos de sua casa e planta mudas em pequenos vasos. Bananeira, taioba, chuchu, babosa, algodão, plantas para chá e tempero, verduras em geral. Hoje tem encontrado dificuldade para o plantio, mas relata que já produziu muito alimento no quintal:

Vendia não, eu dava. Distribuía muita couve, chuchu, abacate, tudo que dá no quintal, sempre vai para um vizinho da direita, da esquerda, de frente, de trás. “Tome, fulano, couve”. Além de ser um hobby você mexer com planta, uma terapia muito boa, mexer com terra, claro que talvez ajudava no sustento. Aqui em Santos Reis, quase não tem terra, é mais pedra. Nós que tivemos a sorte de ter o quintal com terra. Os que plantam, é só para o gasto, e outros para vender. Eu, tudo que plantei nesse quintal, nunca vendi nada. Sempre doando, couve, chuchu, temperinho verde, nunca vendi nada, e agora que não está dando, não sei o que aconteceu, se a terra está ruim, não está dando nada. Colhi muita coisa nesse quintal. Chuchu de tirar saco, lotado, muita couve, cebolinha, salsa, quiabo, colhi muito nesse quintal. Manga, muita coisa. Colhemos muitas coisas aqui. Agora não sei se é por causa do tempo, não quer dar mais. Banana, cada cacho de banana bonito, colhemos também. Agora, não quer dar mais. (Sra. S. N., 73 anos, moradora do bairro desde 1982 - Entrevista)

Figura 89: Mosaico - Horta da Sra. S. N.



Fonte: Autor.

Verificamos nesse caso o plantio para o consumo familiar, não sendo fundamental para a alimentação, e formas de solidariedade entre moradores. Com esse e os casos anteriores descritos, vemos que a produção de alimentos e cultivo de animais para consumo faz parte do uso e ocupação do solo, tanto em área pública quanto em dentro de lotes.

Para além da relação com o rebaixamento salarial, verificamos que a produção de alimentos se especializa e dá forma ao território. Os quintais assumem a função da produção de alimento e recebem elementos arquitetônicos de suporte para as atividades, como canteiros e cercas, de forma improvisada, como uma bacia sanitária sendo utilizada para plantio, ou de forma mais elaborada, com materiais de maior durabilidade e comprados para a finalidade, como é o caso de S. O. Em outros casos, transformam pontos viciados de lixo em fonte de alimentos, demonstrando potencialidades para articulação comunitária em novas formas de produção do espaço.

O pé de fruta pão, patrimônio histórico do bairro para alguns dos moradores, segue contribuindo para a alimentação dos moradores, como relatam J. M e L. M., que também fazem uso dos frutos para alimentação em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação buscamos analisar a Formação Socioespacial do bairro de Santos Reis em Vitória (ES), sendo esse o nosso objetivo principal, em um exercício de reconstruir o movimento histórico de formação desse território em articulação com a totalidade do sistema capitalista mundial até o momento atual. Mais que um objetivo, a articulação entre o bairro e a totalidade do sistema capitalista mundial é também parte central do método adotado. A leitura do fenômeno da formação do bairro a partir apenas de aspectos internos ao seu limite espacial, delimitado pela lógica administrativa e política em esfera municipal, não são suficientes para explicar sua existência com o rigor necessário, nem possui a potência que uma análise materialista dialética apresenta para a compreensão e transformação da realidade concreta. Cada um desses aspectos internos do bairro quando analisados nos levam à dinâmicas em escalas maiores, ampliando as determinações em torno do fenômeno. Não é possível compreender, como vimos, quem são os moradores de Santos Reis sem compreender o êxodo rural no ES, que por sua vez deve ser entendido como consequência da reestruturação agrária no ES e industrialização de Vitória, como rearranjo da condição dependente de Vitória e o seu papel na DIT, entre outros aspectos como a transição para o trabalho livre no ES e no Brasil.

Dessa forma, acreditamos que o método proposto, e que nos esforçamos para seguir ao longo desta dissertação, tenha possibilitado compreender como o fenômeno analisado se insere em um processo histórico articulado com o sistema mundial e, portanto, com maior nível de complexidade. Ao mesmo tempo, o estudo do território seguindo este método lança luz para que compreendamos de maneira concreta as contradições do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista na especificidade do capitalismo dependente latino-americano, demonstrando inclusive que a problemática dos territórios vulnerabilizados que mobilizaram inicialmente nossa pesquisa são consequências diretas e funcionais para o processo de processo de acumulação capitalista.

A estrutura adotada para esta dissertação buscou acompanhar e reconstituir de forma analítica o movimento histórico de formação socioespacial do território de Santos Reis. Nesse movimento, analisamos a especificidade da cidade de Vitória na transição do

trabalho escravo ao livre, do sistema colonial ao capitalismo dependente, de capital da Capitania e da Província à metropolização industrial portuária, se configurando como duplamente periférica em relação aos polos industrializados nacionais e em relação às economias centrais do sistema capitalista. Nessa transição a baía noroeste está integrada diretamente com o processo de mundialização, como porto e baldeamento para escoamento do café e, por último, como o desaguadouro que abriga trabalhadores entre os mais empobrecidos da cidade.

Desenvolvemos, a partir do processo de industrialização e da modernização da RMGV, uma crítica ao desenvolvimentismo e suas armadilhas ideológicas, demonstrando como que se construiu o discurso e se realizou um projeto de suposto progresso, que oculta a sua outra face indissociável, a superexploração da força de trabalho e a precariedade que tanto são úteis para a acumulação capitalista. As contradições do modelo de desenvolvimento são apresentadas pelo discurso oficial e pela tradição dualista, cada um à sua maneira, como distorções e insuficiências que seriam superados pelo desenvolvimento capitalista. Com suporte da crítica da economia política, em especial os estudos urbanos e sobre a dependência, desenvolvemos uma análise dialética que articula a urbanização, industrialização e empobrecimento urbano para a compreensão do fenômeno da multiplicação dos territórios autoconstruídos, chamados de aglomerados subnormais, de forma exponencial. Dessa maneira, a autoconstrução, como forma expressiva de produção do espaço no Brasil e na América Latina, resulta da superexploração da força de trabalho ao mesmo tempo em que rebaixa o valor da força de trabalho, em um processo que reproduz de forma ampliada a superexploração. Acreditamos ser esse um aspecto valioso para a compreensão do capitalismo dependente e do processo de urbanização inserido em sua lógica, como a concentração de parte significativa da população latino-americana em favelas se relaciona com a categoria superexploração da força de trabalho, central para o estudo da dependência.

É marcado por essas contradições que se forma o bairro de Santos Reis, um território ocupado por trabalhadores pobres e desempregados, vindos do interior do ES e de estados vizinhos, no processo de reestruturação produtiva do campo e atraídos pela industrialização e grandes canteiros na RMGV, dão continuidade ao processo de ocupação da Grande São Pedro ainda no início da década de 1980. Nesse processo de ocupação inicial do território, o nó da terra, problema que assume um papel central

na formação socioespacial brasileira, se manifesta no conflito entre os ocupantes e supostos proprietários, com a participação do poder público e da polícia, com violentos enfrentamentos e despejos na GSP, mas que não se manifesta no bairro de Santos Reis por motivos ainda não conhecidos.

Como vimos, o bairro foi autoconstruído pelos moradores, tanto na dimensão da casa quanto em aspectos da infraestrutura urbana, contando com o apoio da Igreja Católica por meio das CEBs, principal forma de organização dos moradores. Além das escadas, ruas e casas, os moradores também construíram e cuidaram de escola, praças, hortas individuais e em áreas comuns, ampliando a noção do autoaprovisionamento para além da autoconstrução, demonstrando que o sobretabalho necessário para manter condições de sobrevivência se estendem para outros aspectos.

Os barracos, as vielas e as condições precárias não são expressões ou resquícios de sistemas arcaicos, nem da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ou ainda limitações técnicas da engenharia e arquitetura, mas aspectos funcionais para o sistema capitalista dependente, assim como o trabalho informal, o desemprego estrutural e demais aspectos da chamada marginalidade, que combinam elementos novos com arcaicos de forma a ampliar a exploração do trabalho. Santos Reis demonstra de maneira concreta como os moradores de territórios populares não estão excluídos do sistema, ao contrário, seus moradores erguem edifícios, trabalham nos portos e indústrias, alimentam crianças nas escolas, realizam trabalho doméstico nas casas da classe média, entre outros. Mesmo trabalhando, até mesmo de maneira formal, Santos Reis era um dos poucos destinos possíveis para esses trabalhadores.

A atuação do Estado no território é verificável desde o projeto de urbanização da Grande São Pedro, com melhorias em infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Entretanto, não observamos um plano estratégico que inserisse o bairro de Santos Reis, estabelecendo uma leitura territorial e diretrizes para o seu desenvolvimento. O mais próximo disso foi o Projeto Terra que, apesar de inserir o bairro em uma de suas áreas de atuação, nunca desenvolveu nenhuma ação de implementação da política no bairro. Os motivos para isso, como vimos, são muitos, que passam desde decisões políticas de demarcação de territórios prioritários, até mudanças de paradigmas da gestão marcadas pela conjuntura, em que a austeridade é acirrada na gestão

municipal, além da descontinuidade de uma política de planejamento integrado. Acreditamos que a ausência de políticas integradas com foco no desenvolvimento humano dos atuais moradores seja um dos motivos para a manutenção de Santos Reis entre aqueles com piores indicadores socioeconômicos do município.

Em cada uma das intervenções do Estado verificamos uma preocupação por parte do movimento comunitário, poder público e pesquisadores com a expulsão dos moradores por meio da elevação do custo de vida e valorização dos imóveis, levando ao processo conhecido como gentrificação. Matérias de jornais locais registraram tais transformações, que em parte significativa se manteve entre trabalhadores precarizados, mas também foi acompanhado por moradores de renda caracterizada como classe média, além da intenção de empreendimentos voltados para esses setores, tendência verificada desde os primeiros anos da GSP. Após cada um desses processos, verificamos a permanência das menores rendas entre os moradores de Santos Reis, contando inclusive com diversos moradores entre os mais precarizados que após morarem em diversas ocupações, incluindo outras da GSP, encontraram no bairro um local para permanecer. Santos Reis se manifesta, portanto, como um desaguadouro para a força de trabalho mais empobrecida e precarizada entre os empobrecidos e precarizados.

A GSP segue até os dias atuais como fronteira em potencial para a expansão do mercado imobiliário, com a valorização do solo urbano induzindo dinâmicas de produção e apropriação mercadológica do espaço, gerando processos tendenciais de gentrificação. Dessa forma, nota-se a ação aparentemente contraditória do Estado, que sob a justificativa de promover melhores condições de habitação, que inegavelmente apresentou avanços nesse sentido, também reproduz a desigualdade, com despejo e gentrificação. É necessário acompanhar o desdobramento de um conjunto de intervenções previstas para a GSP e abrangendo toda a orla noroeste da cidade, com potencial de aprofundar a gentrificação verificada nos anos 1990 com o agravante de não se propor novamente a realizar uma política pública integrada, de obras com política social de desenvolvimento social.

Observando o cenário atual, no momento em que esta pesquisa foi realizada, nota-se que o bairro se mantém entre os de piores indicadores socioeconômicos do município, entretanto, há mudanças do perfil dos moradores em relação as suas atividades

profissionais, com muitos trabalhadores do setor de serviços e inseridos na dinâmica da economia de plataformas, como entregadores. Há também, entre outros aspectos, a manutenção de condições precárias de acessibilidade, que influenciam de maneira significativa as condições de construção, com elevação dos custos devido à logística, que exige o esforço elevado de trabalhadores do bairro que carregam no terreno inclinado do morro todo tipo de material. A acessibilidade, como relatado pelos moradores, também dificulta o acesso a um conjunto de serviços públicos, especialmente para população de mobilidade reduzida. Outro aspecto que se manteve é a autopromoção de condições de sobrevivência, com a presença significativa de hortas e criação de animais. As instalações de fornecimento de água apresentam condições de abandono, com muita ferrugem e vazamentos, além de problemas de abastecimento relatados pelos moradores, os postes da rede energia elétrica também apresentam desgastes em sua estrutura de madeira. As condições da infraestrutura colocam a população em risco e demonstram a ausência de intervenções em melhorias por parte da PMV. Barracos de madeira ainda estão presentes no bairro e se misturam na paisagem com um enorme canteiro que abrange quase que a totalidade de Santos Reis, com construções que estão sempre se incrementando e materiais de construção por toda parte, registrando a dificuldade e demora para se construir a moradia necessária, devido ao custo elevado em comparação a renda familiar.

Nos chama atenção a manifestação espacial da superexploração, com a sobreposição dos papéis de morar e de trabalhar no ambiente doméstico, com a produção caseira e comercialização de produtos como o “chup-chup” presente em inúmeras placas, assim como a realização de serviços, em especial aqueles voltados para cuidados com a beleza (manicure, corte de cabelo, etc.), assim como a construção de pequenas mercearias como extensão das casas. Outro fenômeno que necessita ser destacado é a atualização do processo, verificável desde os primeiros momentos na GSP e em Santos Reis, de comercialização de terrenos e edificações, incluindo aluguel. O que verificamos no quadro atual é a verticalização e um intenso processo de construção e ampliação de edificações no bairro, havendo uma forma específica de autoconstrução voltado para o mercado popular de alugueis. Os moradores, dessa forma, contratam e as vezes trabalham junto com mestres de obra e pedreiros, construindo e ampliando edificações na intenção de algar quartos, pequenos apartamentos e casas.

Francisco de Oliveira (2016) conta que ao estudar a habitação popular de Santos e Cubatão na segunda metade do século XX se espantou ao perceber que a maioria das casas eram próprias, estranhando o fato de não estar em um país socialista e mesmo assim encontrar tais dados. No nosso caso, diante dos dois fenômenos descritos no parágrafo acima, ou seja, a existência de um conjunto expressivo de atividades comerciais informais e a construção voltada para o aluguel, nos levou a considerar que estivéssemos em um bairro de empreendedores. O fato de Santos Reis ter os indicadores socioeconômicos apresentados deixava tudo ainda mais contraditório. A realidade é que essas são estratégias de sobrevivência diante do desemprego e subemprego, que como vimos, se distanciam consideravelmente do salário mínimo necessário, assim como da insegurança em relação a aposentadoria e das próprias relações de trabalho. Como demonstrado, tais atividades se expressam em extensões das jornadas de trabalho, muitas vezes no contraturno de outro trabalho, ocupando noites e finais de semana, complementando ou sendo a única fonte de renda. Essas são condições férteis para o enraizamento da ideologia do empreendedorismo e, conseqüentemente, para a serialização dos trabalhadores, uma barreira para a sua compreensão enquanto classe e para a sua organização.

Nos parece extremamente relevante a manifestação na produção do espaço de uma das características mais elementares do capitalismo dependente, que é a manutenção de aspectos chamados de “arcaicos” e a introdução de novas dinâmicas contemporâneas do capitalismo. Mantêm-se a autoconstrução com força de trabalho familiar enquanto se insere o trabalho pagos de construtores orientado para fins de aluguel. Santos Reis, o desaguadouro dos trabalhadores mais pobres de Vitória ainda não apresenta essa dinâmica, mas todo o seu entorno já apresenta oferta de imóveis em plataformas digitais. O sobretrabalho em ambiente doméstico com a ampliação da casa para abrigar atividades de comércio e serviço utilizando pagamento com o uso plataformas digitais como o PicPay. A articulação das formas mais tradicionais da superexploração, incluindo o trabalho informal, com as novas formas de produção e de relações sociais de produção e de troca assumem, nos territórios populares, os mais variados contornos, dando origem a novas formas de autoconstruir o território.

Compreendendo que o objeto está sempre em movimento e diante das limitações da pesquisa apresentadas na introdução, deixamos algumas sugestões para novas

leituras do território de Santos Reis. É necessário atualizar os dados com novo censo demográfico do IBGE, não publicado enquanto a pesquisa foi realizada. Devido ao contexto de pandemia, é importante ampliar a participação dos moradores em processos mais amplos de escuta e em papel ativo, com metodologias de leitura territorial participativa. Reforçamos a necessidade de acompanhar as consequências das intervenções na GSP com o projeto Orla Noroeste, em especial em Santos Reis, para ver se os mesmos moradores se manterão, se haverá melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. É fundamental um plano de desenvolvimento territorial integrado que leve em conta a participação dos moradores e a inclusão de outras áreas de trabalho e pesquisa. Para além de Santos Reis, consideramos necessário o aprofundamento dos estudos acerca do aluguel e produção imobiliária voltados para aluguel em territórios populares, incorporando com mais fôlego as teorias da renda da terra urbana e analisando de forma mais sistematizada as diferenças entre as diferentes partes da cidade, em especial, as de interesse do mercado imobiliário e os territórios autoconstruídos.

Dando continuidade aos estudos que buscam articular a Teoria Marxista da Dependência e o urbano, acreditamos ser necessário aprofundar o estudo para compreender o papel que a renda da terra no meio urbano ocupa na dinâmica das economias dependentes, principalmente no contexto de financeirização e de desindustrialização. Outro fenômeno que a dinâmica da produção do espaço urbano pode ajudar a compreender é essa relação entre a informalidade e a financeirização por meio das economias de plataformas, com a entrega de materiais, aluguel, entre outros. A informalidade está sendo digitalizada e financeirizada, há uma nova dimensão para se pensar os temas da marginalidade e precariedade nos territórios autoconstruídos, sendo uma potencialidade para os estudos urbanos. Como vimos, a financeirização assume um papel de destaque na dependência atualmente, qual o papel do crédito nas construções em territórios populares, sobretudo na autoconstrução e sua relação com o endividamento dos trabalhadores? São temas que merecem mais atenção.

Ao estudarmos a dialética entre a totalidade e o lugar, outro elemento nos pareceu potente para os estudos urbanos e regionais no capitalismo dependente, é a diferenciação interna da dependência, isso é, como que essa rede de satélites e

metrópoles se articulam no interior das economias dependentes e a análise dessas consequências, sobretudo com a concentração em polos das atividades industriais e econômicas de maior dinâmica e na fronteira do desenvolvimento técnico e científico. A manifestação concreta dessa diferenciação, a partir do território, pode contribuir para a compreensão de maiores determinações internas da dependência.

Por fim, voltamos aos questionamentos apresentados no início desta dissertação. Diante das contradições da sociedade brasileira e o conjunto de mazelas que configuram a crise urbana, qual o papel do arquiteto urbanista? Qual o papel do planejamento urbano? Há possibilidade de se resolver o problema da habitação e das cidades brasileiras pela prancheta? Compreendemos por meio deste estudo que há uma lógica na produção do espaço que reproduz a pobreza e que é funcional para a acumulação, tendo a habitação um papel importante. Entendemos, por isso, a crise urbana como projeto, não a ausência de um. Nos marcos do capitalismo dependente, há barreiras estruturais para o desenvolvimento das forças produtivas e para a implementação de políticas de bem-estar social, sobretudo aquelas capazes de resolver de forma definitiva o problema da habitação. Tal impossibilidade se expressa com as políticas públicas focalizadas, intermitentes e insuficientes analisadas. Por esse motivo, compreendemos que se faz necessário e urgente de um plano coletivo de pesquisa, que deve envolver movimentos populares, academia, partidos e demais organizações políticas comprometidos com a causa, em torno de uma análise crítica acerca dos projetos de reforma urbana em curso no Brasil, possibilitando a formulação de um projeto de reforma urbana popular que parta da premissa da dependência e do subdesenvolvimento, apontando para a sua superação e que coloque as necessidades das majorias em primeiro plano no desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amylton de; GOBBI, Henrique. **Lugar de toda pobreza**. Vitória: UNIGRAFIC, 1983

ALVES, Vanderson Moreira Silva. **A produção do espaço urbano de Vitória–ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2015.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: A atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese de Doutorado. FEA-USP. São Paulo: USP, 2012.

ANDREATTA, Graça. **Na lama prometida a redenção**. São Paulo: O Recado, 1987.

\_\_\_\_\_. **E Deus Viu que Era Bom - São Pedro - 40 Anos**. Vitória, 2017.

\_\_\_\_\_. **Travessia**. Vila Velha: Grafer, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Pedro Fiori. **Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades**. Carta Maior, 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Da-Anti-Reforma-Urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades-/38/29523>

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARUTO, Pietro Caldeirini. **A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica**. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2015.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2019.

BAOBÁ. **Relatório Anual de Progresso dos Indicadores** - Vitória. 2017.

BATALLER. Maria Alba Sargatal. **O ESTUDO DA GENTRIFICAÇÃO**. In. Revista Continentes, ano 1, n. 1. UFRRJ, 2012

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Das cooperativas da FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2006.

BIENENSTEIN, Glauco. **Estudo de caso: PROJETO TERRA – JABURU – programa integrado de desenvolvimento social, urbano e de preservação ambiental em áreas habitadas por população de baixa renda; intervenção no Bairro Jaburu, Vitória-ES**. Rio de Janeiro: IBAM/CAIXA, 2003.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O Novo Arrabalde**: Aspectos da formação urbana de Vitória. São Paulo (dissertação - mestrado - FAU-USP), 1985.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade**: formas de produção imobiliária em vitória. Vitória: Flor e Cultura, 2002.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Petrópolis: Vozes, 1984. 143 p.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CASAGRANDE, Braz. **Novo Arrabalde**: conservação e ocupação urbana na concepção do projeto de expansão da cidade de Vitória. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia; BRASIL, Gutemberg Hespanha. **Dinâmica Populacional de Vitória**. In: Agenda Vitória – 2008/2028. Vitória: PMV, 2007.

CLAUDIO, Affonso. **História da Litteratura Espírito-Santense**. Vitória: APES, 2007.

COELHO, Margareth Batista Saraiva (COELHO, 2005). **Gestão de Políticas Públicas com Inclusão Social no Âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória**. Vitória: FAESA, 2005.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Coleção Canaã Vol. 12. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DERENZI, L. S. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. 254p.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Salário mínimo nominal e necessário. São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> . Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: DIEESE, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf> . Acesso em 27 de dezembro de 2021.

DUARTE, Marcello Felipe. **De Arariboia a Martim Afonso**: a metamorfose indígena pela guerra nas águas da Guanabara. In: Navigator, vol. 7, n. 14. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2011.

DUARTE. Maurizete Loureiro. **A expansão da periferia por conjuntos habitacionais da grande vitória** – 1964-1986. Vitória: Grafitusa, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado** – Diagnóstico integrado. Vitória, 2017

FALEIROS, Rogério Naques. **História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba**: uma proposta de interpretação. In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 5 Nº 8 Jan-Jun 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 2005.

FERRO, Sérgio. **Conversa com Sergio Ferro mais uma peça na construção de um debate**. In: Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 12, dez. 2002. São Paulo: FAUUSP. p. 10-32.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre “O vício da virtude”**. In: Novos Estudos, 76. Nov. 2006a. São Paulo. CEBRAB. p.229-234

\_\_\_\_\_. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, Sergio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006b

\_\_\_\_\_. O canteiro e o desenho. In: FERRO, Sergio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006c

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

GUARIZ, Francisco Roldi. **A Criminalidade em Santa Teresa/ES sob a ótica do antagonismo político-midiático capixaba nos estertores dos oitocentos**. In DADALTO, Maria Cristina. MARLOW, Sergio Luiz. Lugares e Pessoas - Movimentos Migratórios no Espírito Santo. Bnecker: Rio de Janeiro, 2019

GUNDER FRANK, Andrew. **Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano**. In. PEREIRA, Luiz (org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **O MTST e o PMCMV**: O “poder popular” próprio ao lulismo. In Dialektiké, v. 1, 2016. p. 52-78

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço urbano pelo Lulismo:** contradições específicas da dependência. In: XVII Enanpur. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Habitação a contrapelo:** As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

IASI, M. L. **Cinco teses sobre a formação social brasileira:** notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática. In Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo demográfico,** 2010

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Aglomerados Subnormais 2019.** Painel interativo. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: <https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a> Acesso em: 13 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Aglomerados subnormais.** Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717\\_apresentacao.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_apresentacao.pdf) Acesso em: 13 de outubro de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo escolar.** IBGE, 2020b

IBP. **Índice Brasileiro de Privação.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/tmp-ibp/ibp/> acesso em 10 de janeiro de 2022.

IJSN. **Diagnóstico da situação atual das favelas, bairros carentes e segmentos de pobreza no município de Vila Velha.** Vitória: IJSN, 1987

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Escritos urbanos.** 1ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001

\_\_\_\_\_. **A Cidade do Capital.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** – Prefácio. In Revista Estudos Avançados, vol. 27 no. 79. São Paulo: EDUSP, 2013.

LEFÈVRE, Rodrigo. **Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. P. 95-116

LENIN, Vladimir Ilyich. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global Editora, 1982.

LIRA, Pablo Silva. **GEOGRAFIA DO CRIME**: Análise espacial dos crimes violentos e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. In: Anais do VII CBG. Vitória: ABG, 2014.

\_\_\_\_\_. **Geografia do crime e arquitetura do medo** – Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2017.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981

LOPES FILHO, Christiano Dias. **Um estado em marcha para o desenvolvimento**. Vitória: Imprensa Oficial, 1969.

LOUREIRO, José Carlos Neves. **URBANIZAÇÃO DE FAVELAS**. In.: 1a. Jornada Científica URBENERE Brasil. Vitória – ES: Rede Ubenere, 2015

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. Dissertação de Mestrado, Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência** problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAGALHÃES, Marinely Santos; BOLDA, Luciane Aparecida; BINDA, Joana Paula. **O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE VITÓRIA**. Porto Alegre: Procempa, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARICATO, Ermínia. (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In.: MARICATO, Ermínia (org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1982.

\_\_\_\_\_. **É a questão urbana, estúpido!**. In. MARICATO, Ermínia. Et al.: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Introdução. (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dialética da Dependência**. In. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Introdução. (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

\_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital: Crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital**. E-book. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa**. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Urbanização e Paisagem na Região da Baía Noroeste de Vitória**. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (Anais). São Leopoldo: ANPUH, 2007.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza *et al.* **Cidade Prospectiva: o projeto de saturnino de Brito para Vitória**. Vitória: Edufes, 2009. 116 p.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. **Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 65 - 73, jan./jul. 2012

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso: os fundamentos da urbanização de Vitória 1889-1930**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2014.

MENDONÇA, Marcos Cândido; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES**. In: GeoTextos, vol. 15, n. 1, julho 2019.

MIRANDA, Cynthia Lopes Pessoa de. **Preservação de mananciais sob a ótica da sobrevivência: História e sustentabilidade a partir do Rio Santa Maria da Vitória/ES.** Dissertação de Mestrado. Vitória: PPGAU - UFES, 2012.

NETO, Jaime Bernardo. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo:** estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. Dissertação de Mestrado. UFES, 2012

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris: ONU, 1948.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o urbano no Brasil.** In. Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 37, 1982.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco.** 1ª Ed. Revisada. 1ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **O VÍCIO DA VIRTUDE:** Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. In: NOVOS ESTUDOS, n. 74, pg. 67. Março, 2006. São Paulo: CEBRAP, 2016.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Coleção Canaã, vol. 8. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização – A sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PATA. **Mapa interativo de distribuição racial no Brasil.** São Paulo: Pata, 2015. Disponível em: <http://patadata.org/maparacial/> Acesso em: 12 de novembro de 2021

PLAN. **Avaliação externa do programa Terra Mais Igual (2005-2012).** Vitória: Plan, 2012

PMV. **Projeto São Pedro.** PMV, 1996a.

PMV. **Projeto São Pedro:** desenvolvimento urbano integrado e preservação do manguezal em Vitória. Vitória: PMV, 1996b.

PMV. **Relatório de transição – Programa Terra Mais Igual.** 2012

PMV. **Vitória bairro a bairro.** Secretaria de Gestão Estratégica – SEGES. Vitória: PMV, 2013.

PMV. **Requalificação Da Orla Noroeste.** VITÓRIA, 2020

PMV. **GEOWEB.** Vitória: PMV, 2021. Disponível em: <https://geoweb.vitoria.es.gov.br/>

PMV. **Praça do bairro Santos Reis passará por revitalização.** Vitória: PMV, 2021. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/praca-do-bairro-santos-reis-passara-por-revitalizacao-44152> . Acesso em: 03/12/2021

PMV. **Prefeitura de Vitória quita dívida que se arrastava por 17 anos.** Vitória: PMV, 2016. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/prefeitura-de-vitoria-quita-divida-que-se-arrastava-por-17-anos-21017>

PMV. **Vitória em Mapas.** PMV, 2021b. Disponível em: <https://observavix.vitoria.es.gov.br/diretorio/15>

PMV. **Legado Vitória em Dados.** PMV, 2021c. Disponível em: <https://observavix.vitoria.es.gov.br/diretorio/12>

PMV. **Portal do Observatório de Indicadores da Cidade de Vitória.** Vitória, 2022.

PEREIRA, Luiz. **Urbanização e Subdesenvolvimento.** In: PEREIRA, Luiz (Org.). Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PRADO. Fernando Correa. **A Ideologia do Desenvolvimentismo** e a controvérsia da dependência no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria.** A transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história até o ano de 1817**, e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2003.

SALETTTO, Nara. **Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas** - O início da colonização do espírito santo. Coleção Canaã; v. 13. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas.** Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento.** In: GEOUSP. Vol. 19, no 1. São Paulo: USP, 2015

SCHAYDER, José Pontes. **História do Espírito Santo:** uma abordagem didática e atualizada – 1535-2002. Campinas, SP: Companhia da Escola, 2002, p. 26.

SECULT. **Patrimônio Cultural do Espírito Santo – Arquiteutra.** Secretaria de Cultura do Espírito Santo. Vitória: SECULT, 2009. Disponível em: [https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20\(1\).pdf](https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56-Documento-1427918086-atlas-patrimonio%20(1).pdf)

SERRA, Jose; CARDOSO, Fernando Henrique. **As desventuras da Dialética da Dependência**. In Estudos Cebrap. N. 23. São Paulo: Cebrap, 1978.

SINDIMETAL. Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo. **Da Liga da Maria à Boca de Forno**. Serra: s.d.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró Siqueira. **Industrialização e Empobrecimento Urbano** – O caso da Grande Vitória: 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

\_\_\_\_\_. **Província do Espírito Santo** - Condições Sócio-Econômicas até 1889. In: Revista de História N.2. Vitória: Departamento de História – UFES, 1991.

SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. In: GEOUSP – Espaço e tempo. N 21, pp. 15-31. São Paulo: USP, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

\_\_\_\_\_. **História da Burguesia Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOLUÇÕES PARA CIDADES. **Terra Mais Igual: Um programa participativo de desenvolvimento humano e urbano**. São Paulo: Associação Brasileira de Cimento Portland, 2015. Disponível em: <https://www.solucoeparacidades.com.br/habitacao/programa-terra-mais-igual/>. Acesso em: 08 set. 2021.

TONIN, Vitor Hugo. **Muita gente sem casa, muita casa gente: Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em país dependente**. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2015.

TOPALOV, Christian. **Ganancias y rentas urbanas: Elementos teóricos**. Madrid: Siglo XXI, 1984.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Introdução. In. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro. Introdução. (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 17-47.

TRASPADINI, Roberta. **A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VALE. **Nossa história**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

VALIM, Dariane Schneider; BLIM, Suely. **DISSEMINAÇÃO DO CARACOL GIGANTE AFRICANO (ACHATINA FULICA)**: ameaça ecológica, agrícola e sanitária. In: Maiêutica. v. 5, n. 1 (2017)

VAZ, José Carlos. **Projeto São Pedro**. In: DICAS nº 103. São Paulo: Pólis, 1998.

## **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.

ESPÍRITO SANTO. Projeto de Lei 415/2017. Vitória, 2017a

ESPÍRITO SANTO. LEI COMPLEMENTAR Nº 872. 2017b.

PMV. Lei nº 6.705, de 2006. – Plano Diretor Urbano

PMV. LEI Nº 5.823, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002

PMV. LEI Nº 6.592, DE 03 DE MAIO DE 2006

PMV. LEI Nº 6967, DE 21 DE JUNHO DE 2007

PMV. Plano Diretor Urbano (Projeto de lei). Vitória: PMV, 2017

## **JORNAIS, REVISTAS, PANFLETOS E CARTILHAS:**

ANO dois mil. A Tribuna. Vitória, 1993. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20041\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20041_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. Direito à moradia. Vitória: Arquidiocese de Vitória, 1981.

BAIRROS pobres têm vida econômica fora da lei. A Gazeta. Vitória, 1992. <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/333160>

CHAPA 02. Eleição dos moradores de Santos Reis – Chapa 2 (Panfleto). Vitória, 2019

CONSTRUÍDOS mais 300 barracos no bairro São Pedro. **A Tribuna**. Vitória, 27 de dezembro de 1980. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20070\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20070_bairro_saopedro_vitoria.pdf) . Acesso em: 02 jun. 2021.

DONO DE lotes em São Pedro ganha liminar na Justiça. **A Gazeta**, Vitória, 14/01/1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322813> . Acesso em: 02 jun. 2021.

EURICO e Carlito lançam Promorar em São Pedro. **A Tribuna**. Vitória. junho 1980. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160627\\_aj03239\\_habitacao\\_01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160627_aj03239_habitacao_01.pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

FAMÍLIAS invadem manguezais e cercam lotes em São Pedro. A Gazeta. Vitória, 1990. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20019\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20019_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

FILHO. Abdo. Inpar vai construir condomínio gigante na Grande São Pedro. In: A GAZETA, Vitória, 20 de setembro de 2008. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20026\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20026_bairro_saopedro_vitoria.pdf) . Acesso em: 12 de junho de 2021.

GERALDO, Cloves. No bairro São Pedro a luta pelo reconhecimento humano. A Gazeta, 21 de junho de 1980, pag. 8. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329475> . Acesso em: 02 jun. 2021.

GRANDE São Pedro. A Tribuna. Vitória, 1994. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj04891\\_ijsn\\_historia19912002.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj04891_ijsn_historia19912002.pdf)

**GRITO DO POVO**. 10 Anos de São Pedro. N. 23. Vitória, ago. 1987.

INVASORES DO São Pedro movem ação contra a Polícia. A Tribuna, Vitória, 07/01/1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322816> . Acesso em: 02 jun. 2021.

INVASORES instalam 200 barracos em São Pedro. **A Gazeta**. Vitória. 24 dezembro 1980, pag. 5. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj06855\\_invasao01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj06855_invasao01.pdf) . Acesso em: 02 jun. 2021.

JUIZ DIZ hoje se deixa posseiros em S. Pedro. **A Gazeta**. Vitória. Jan 1981. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj06855\\_invasao01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj06855_invasao01.pdf) . Acesso em 01 jun 202.

JUSTIÇA E PAZ entra com mandato contra despejo. A tribuna. Vitória, 28 de maio de 1983. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322749>

LOTE no bairro São Pedro custa até Cr\$ 300 mil. A Gazeta. Vitória, 1990. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20019\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20019_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

MAIS DE 100 famílias invadem reserva ecológica. A Gazeta. Vitória, 1989. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329417>

MEMBRO DA comunidade de base aponta grilagem em São Pedro. **A Gazeta**. Vitória, 09 de janeiro de 1981. Pag. 6. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj06849\\_invasao01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj06849_invasao01.pdf) Acesso em: 01 jun. 2021

MISÉRIA dá lugar à classe média em São Pedro. A Tribuna. Vitória, 1991. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329279>

MORADORES de São Pedro reclamam de tudo e de todos. **A Tribuna**. Vitória. novembro 1978. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329477>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MORADORES DE São Pedro recebem escrituras. **A Tribuna**. Vitória, 13/03/1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322792> . Acesso em: 02 jun. 2021.

MORADORES de São Pedro vão receber o Prefeito. **A Tribuna**, Vitória, 08/10/1982, p.14. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329454> . Acesso em: 02 jun. 2021.

MORADORES de São Pedro vão discutir atraso no Promorar. A Gazeta. 26/02/1984. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329419>

MORROS e manguezais. Terreno em São Pedro fica mais caro que na Ilha do Boi. A Gazeta. Vitória, 1986. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322997>

NO BAIRRO São Pedro, a luta pelo reconhecimento humano. **A Tribuna**. Vitória. 21 de junho de 1980, p.8. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329475> . Acessos em: 01 jun. 2021.

NOGUEIRA. Luís Artur. Faxina fiscal. Istoé Dinheiro. 06/01/17. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/faxina-fiscal/>

NOVA INVASÃO ocorre no bairro São Pedro. **A Tribuna**, Vitória, 24 de dezembro de 1980. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/32283> . Acesso em: 01 jun. 2021

NOVAS INVASÕES ocorrem entre S. Pedro e Caieiras. **A Tribuna**, Vitória, 30/12/1980. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322836> . Acesso em: 01 jun. 2021

O CRUZEIRO. **O Espírito Santo Agoniza**. 16 de Outubro de 1966.

OBRA vai valorizar terrenos. A tribuna. Vitória, 2014. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160922\\_aj11564\\_bairrosaopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160922_aj11564_bairrosaopedro_vitoria.pdf)

OS MORADORES debatem o Promorar. **A Tribuna**, Vitória. 30/10/1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/320034> . Acesso em: 01 jun. 2021

PMV começa obras para a urbanização de São Pedro. A Gazeta. Vitória, 1987. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20051\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20051_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

PMV preocupada com a 'expulsão branca' em São Pedro. A gazeta. Vitória, 1994. Disponível em:

[http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20047\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20047_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

PMV. Vitória é melhor capital para investir em negócios no País. 17/10/2019 Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-e-melhor-capital-para-investir-em-negocios-no-pais-37832>

PMV. Vitória é melhor capital para investir em negócios no Brasil, aponta estudo. Folha Vitória, 17 de Outubro de 2019. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/economia/noticia/10/2019/vitoria-e-melhor-capital-para-investir-em-negocios-no-brasil-aponta-estudo>

POBRES e cheios de promessas. A Gazeta, Vitória. 1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/320043> . Acesso em: 01 jun. 2021

POSSEIROS impetram ação para ficar em S. Pedro. **A Gazeta**, Vitória. 07/01/1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/322817> . Acesso em: 01 jun. 2021

PREFEITURA vai aplicar 15% do orçamento em São Pedro. A Tribuna. Vitória, 1987. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20050\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20050_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

PROMESSAS de austeridade marcam posses de prefeitos na Grande Vitória. G1. Vitória, 01/01/2017.

PROMORAR tem início com obra de aterro. **A Tribuna**. Vitória. julho 1980. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160607\\_aj00794\\_aterros.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160607_aj00794_aterros.pdf). Acesso em: 01 jun. 2021

RODRIGUES, Alexandre. Vitória é a melhor cidade para os negócios no Brasil. Exame. 31/05/2014. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/a-pequena-ilha-de-bons-negocios/>

SÃO Pedro (PMV) – Projeto São Pedro. A Tribuna. Vitória, 1996. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329283>

SÃO PEDRO pede à PMV luz, manilhas e aterro. A Tribuna, Vitória, 08/10/1982, p.14. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329454> . Acesso em: 01 jun. 2021.

SÃO PEDRO luta por infra-estrutura. A gazeta. Vitória, 1985. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214\\_aj20053\\_bairro\\_saopedro\\_vitoria.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161214_aj20053_bairro_saopedro_vitoria.pdf)

SÃO PEDRO III pede água encanada à Cesan. **A Gazeta**, Vitória.14/11/1982, p.12. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/329451> . Acesso em: 01 jun. 2021.

SPU proíbe as obras do aterro de São Pedro. **A Gazeta**. Vitória, 1987. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160607\\_aj00790\\_aterros.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160607_aj00790_aterros.pdf)

UNIÃO VAI tirar todos da invasão de S. Pedro. A Gazeta, Vitória. 1983. Disponível em:

VEREADOR nega grilagem de terras em São Pedro. **A Gazeta**. Vitória, 10 de janeiro de 1981. Pag. 6. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802\\_aj06848\\_invasao01.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj06848_invasao01.pdf) Acesso em: 01 jun. 2021

### **VIDEO, FILMES E DOCUMENTÁRIOS:**

CUNHA, Lafayette. **Aspectos turísticos da capital do estado do Espírito Santo**. Documentário, 8', 35mm, PB, sonoro. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1942.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **A especificidade da produção urbana no capitalismo dependente**. Curso Dependência na América Latina: um museu de grandes novidades. São Paulo, 2017a. Disponível em: [https://youtu.be/CtUb2J\\_MciY](https://youtu.be/CtUb2J_MciY)

MARICATO, Ermínia; TAPAJÓS, Renato. Fim de semana. Fim de semana. São Paulo: 1975. (30 min.), color.

O LUGAR de Toda Pobreza. (Documentário). Direção de Amylton de Almeida. Vitória: Gazeta, 1983. (59 min.)

## **APÊNDICE: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

Este apêndice contém o roteiro das entrevistas semiestruturadas submetidas à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES – Campus Goiabeiras, registrado com o CAAE 48196421.1.0000.5542.

A transcrição das entrevistas pode ser acessada em: [www.pesquisasantosreis.wordpress.com](http://www.pesquisasantosreis.wordpress.com)

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 1**

### **Grupo: Moradores históricos**

#### **PARTE 1 - Caracterização do entrevistado:**

-Quando se mudou para o bairro? Ainda mora no bairro? Morou por/mora há quanto tempo?

-Caso não more no bairro: se mudou quando? Para onde? Por quê?

-Veio de onde? Quando? Por quê? Com o que a sua família trabalhava?

-Trabalha com o que hoje? Tem outra fonte de renda? Cultiva ou cria algo para complementação da alimentação/renda familiar? Renda familiar? É beneficiário de algum programa social?

-Mora com familiares? Quantos? Tem parentes no bairro?

#### **PARTE 2 - Sobre a produção do espaço:**

-O que sabe sobre a criação do bairro? Como foi ocupado? Qual a lembrança mais antiga que você tem do bairro? Como era quando você chegou? Quais partes do bairro já eram ocupadas? O que se transformou?

-Você presenciou/participou de algum mutirão para construção de casas e/ou infraestrutura?

-Como o espaço era dividido? Como eram delimitadas as vias? Como delimitou o seu lote?

-Você poderia contar um pouco sobre o nome de Santos Reis e dos logradouros do bairro?

-Por que escolheu o morro e não o mangue?

-Conte mais sobre a sua casa, como foi quando você chegou? Comprou de alguém pronta? Alugou? Ou construiu? Teve que pagar a alguém pelo lote?

-Caso tenha construído: Construiu sozinho? Pagou alguém? Teve ajuda? Quais eram os materiais? Quantos cômodos tinham? Recebeu algum tipo de apoio financeiro de alguma instituição pública para a construção?

-Como é hoje? É proprietário da casa ou paga aluguel? Está regularizada? Considera a sua casa segura? Tem acesso à água e esgoto? Tem banheiro? Sua casa é de madeira ou de alvenaria?

-Tem outro imóvel? Aluga para alguém?

### **PARTE 3 - Movimento comunitário**

-Faz ou fez parte de algum movimento de bairro? Quais eram os espaços de organização dos moradores quando chegou?

-E hoje? O que pensa do movimento de bairro em Santos Reis?

-Quais foram as lideranças e pessoas mais importantes no bairro ao longo dos anos? Por quê?

-Você frequenta algum espaço religioso do bairro? Faz parte de alguma organização vinculada a esse espaço? Qual foi a importância dos movimentos religiosos para o bairro? São relevantes?

### **PARTE 4 - Sobre o bairro**

-Conheceu alguém de Santos Reis que dependia do lixão de São Pedro?

- Você considera que o bairro tem alguma tradição? Há alguma manifestação cultural no bairro?

-O que você considera que o bairro tem de melhor? E o que precisa mudar para melhor urgentemente? O que pensa a respeito do próprio bairro?

-Sabe de algum projeto para a região? Foi consultado ou apresentado para você? O que pensa a respeito? Como vê a atuação do poder público no bairro?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 2**

### **Grupo: Técnicos e gestores da Prefeitura Municipal de Vitória**

#### **PARTE 1 - Projeto Terra**

- Qual é/foi a sua relação com as políticas públicas de atuação em territórios populares como o Projeto Terra?
- Para você, quais são os principais êxitos do programa?
- Quais são as suas críticas ao programa?
- Houve participação popular no desenvolvimento do diagnóstico e do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI)? Acredita ser importante? Acredita ter sido o suficiente?
- Porque determinadas poligonais, como a Poligonal 1 (São Benedito, Itararé..), houve maior concentração de ações, enquanto em outras nem se que houve diagnóstico ou PDLI?
- Qual a situação atual do programa?
- Há alguma outra política em desenvolvimento para atuação integrada em territórios?
- Há no site da PMV a prestação de contas do PPA, com recursos públicos destinados e executados. A PMV apresenta como “poupados” os recursos não aplicados. O que explica isso?

#### **PARTE 2 - Sobre Santos Reis**

- Quais são as suas impressões sobre o bairro? Quais são as maiores problemáticas?
- O que foi feito no território em relação à política pública de habitação e urbanização?
- Houve alguma ação do Projeto/Programa Terra? Caso não tenha sido realizada, há alguma justificativa? Chegou a ser feito o diagnóstico e o PDLI?
- Há algum projeto ou ação de algum programa em habitação e urbanização para o bairro?

#### **PARTE 3 - Sobre a Grande São Pedro**

- Quais são os projetos previstos para a região da Grande São Pedro (GSP)?
- Quais são os impactos esperados para a implantação do projeto da Baía Noroeste?
- Quais são os impactos esperados para a ampliação da Serafim Derenzi e a abertura do túnel?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 3**

### **Grupo: Moradores do bairro em geral**

#### **PARTE 1 - Caracterização do entrevistado:**

- Mora desde quando no bairro? Mora com familiares? Quantos? Tem parentes no bairro?
- Onde você/seus familiares moravam antes de se mudarem? Quando e por que se mudaram? Com o que a sua família trabalhava?
- Trabalha com o que hoje? Tem outra fonte de renda? Renda familiar?
- Cultiva ou cria algo para complementação da alimentação/renda familiar? É beneficiário de algum programa social?
- Porque veio morar em Santos Reis?

#### **PARTE 2 - Sobre a moradia:**

- Mora na mesma casa desde que chegou no bairro?
- Ocupou o terreno? Como foi isso? Teve que pagar alguma taxa? Quem delimitou o lote?
- Comprou o terreno? Comprou de um loteador? Do antigo proprietário? Pagou alguma taxa?
- É proprietário da casa ou paga aluguel? Está regularizada?
- A casa já estava pronta ou você teve que construir? Caso tenha construído: Construiu sozinho? Pagou alguém? Teve ajuda? Construiu de uma foi aos poucos? Quais eram os materiais iniciais?
- Recebeu algum tipo de apoio financeiro de alguma instituição pública para a construção?
- Considera a sua casa segura? Tem acesso à água e esgoto? Tem banheiro? Sua casa é de madeira ou de alvenaria?
- Tem outro imóvel? Aluga para alguém?

#### **PARTE 3 - Movimento comunitário**

- Faz ou fez parte de algum movimento de bairro? O que pensa do movimento do bairro?
- Você frequenta algum espaço religioso do bairro? Faz parte de alguma organização vinculada a esse espaço?

#### **PARTE 4 - Outros aspectos sobre o bairro**

-O que sabe sobre a criação do bairro? Como foi ocupado?

-Você presenciou algum mutirão para construção de casas ou de infraestrutura urbana?

-Você poderia contar um pouco sobre o nome dos logradouros do bairro?

-Conheceu alguém de Santos Reis que dependia do lixão de São Pedro?

-Você pode contar sobre atividades e manifestações culturais do bairro? Você considera que o bairro tem alguma tradição?

-O que você considera que o bairro tem de melhor? E o que precisa mudar para melhor urgentemente? O que pensa a respeito do próprio bairro?

-Sabe de algum projeto para a região? O que pensa a respeito? Como vê a atuação do poder público no bairro?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 4**

### **Grupo: Lideranças comunitárias**

#### **PARTE 1 - Caracterização do entrevistado:**

- Você faz parte de qual organização? Qual a sua função?
- Qual a sua relação com o bairro de Santos Reis? Mora no bairro?

#### **PARTE 2 - Sobre a entidade**

- A entidade surgiu quando?
- Tem relação com outras organizações e entidades governamentais ou não?
- Qual o objetivo/missão da entidade?
- Quais as atividades realizadas? Quantos participam no geral? Quantos do bairro?
- Quais são as ações realizadas em Santos Reis?
- Qual a importância da organização para o bairro?

#### **PARTE 3 - Sobre o bairro**

- Como enxergam a organização dos moradores do bairro? Há outras organizações e entidades que ajudam na organização dos moradores?
- Quais os principais problemas do bairro (sociais, estrutura, ....) ?
- Projetos futuros: foi consultado? Conhece? Quais são as impressões?
- Quais são as principais reivindicações do movimento?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA 5**

### **Grupo: Construtores do bairro**

#### **PARTE 1 - Caracterização do entrevistado:**

- Qual é a sua relação com o bairro de Santos Reis? É morador? Desde quando?
- Você trabalha na construção civil? Que tipo de trabalho você faz? É a sua única ocupação? Renda familiar?
- Você confirma que presta serviços para moradores do bairro?
- Você trabalha para construtoras e/ou empreiteiras? Tem o seu grupo de trabalho ou trabalha sozinho? Como é quando você trabalha no bairro?

#### **PARTE 2 - Sobre os clientes:**

- Como você consegue clientes no bairro? Você faz algum trabalho de divulgação?
- Como se dá o pagamento? Em dinheiro, à vista? Há trocas de serviços/favores envolvidos? O valor cobrado é igual em áreas mais abastadas da cidade?
- Há algum tipo de formalização do trabalho, como contrato?
- As obras que fazem são para o uso da própria família dona da casa ou são para esta família alugar? Há proprietários de mais de um lote/casa que estão construindo? Eles são da própria comunidade, ou já foram?
- Os lotes são comprados ou ocupados? Sabe como são comprados?

#### **PARTE 3 - Escopo, forma de trabalho e aspectos construtivos:**

- Você precisa de alguma autorização ou de pagar alguma taxa para trabalhar em Santos Reis?
- É contratado normalmente para fazer do começo ao fim de uma obra ou são contratados para fazer por partes, de acordo com as possibilidades financeiras dos clientes?
- Muitas obras ficam paradas no meio da execução aguardando mais recursos?
- Qual é o tipo de serviço mais comum que costuma realizar? Residencial ou não? Desde o início, reconstrução ou ampliação?
- Você faz de tudo na obra, inclusive coisas especializadas como elétrica? Quando precisam de trabalho especializado, quem contrata, você ou o cliente?
- É comum que proprietários e seus parentes ou amigos participem da execução da obra?

- Há projeto técnico? Caso negativo, o cliente orienta a execução ou você dá soluções de acordo com as necessidades do cliente?
- Como são comprados os materiais de construção? Estão inseridos na empreitada ou o cliente compra? Há relação deles direta com a loja de materiais de construção, onde podem fazer acordos de pagamento posterior/a prazo? Como esse material é entregue e estocado?
- Quais são os materiais e sistemas construtivos adotados? Você poderia descrever o processo de construção mais comum?

#### **PARTE 4 - Comparação e especificidades do trabalho no bairro**

- Trabalha em outras comunidades? É diferente de trabalhar em Santos Reis?
- Qual a diferença entre o trabalho que realiza contratado por uma empresa e quando trabalha no bairro?